



CBH PARANAÍBA

2021

# Relatório Anual de Atividades



Comitê de Bacia Hidrográfica dos  
Afluentes do Rio Paranaíba no  
Distrito Federal – CBH Paranaíba-DF



**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PARANAÍBA NO  
DISTRITO FEDERAL - CBH PARANAÍBA-DF**

**ATA DA 42ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

1 Às quatorze horas do dia vinte e cinco de fevereiro de dois mil e vinte e um, após a verificação da  
2 presença e quórum, iniciou-se, pelo sistema virtual “Teams/MsOffice a *quadragésima Segunda*  
3 *Reunião Extraordinária do Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes do Rio Paranaíba no*  
4 *Distrito Federal – CBH Paranaíba-DF*. Estiveram presentes: *Poder Público*: ICMBio – Maurício  
5 Cortines Laxe (Titular) e Grahal Benatti (Suplente); *Adasa* - Vinícius Fuzeira de Sá e Benevides  
6 (Titular) e Alba Evangelista Ramos (Suplente); *Casa Civil* – Rosatilde Santana Carvalho de Lima  
7 (Titular); *Emater*: Priscilla Regina da Silva (Titular) e Icléa Almeida de Queirós Silva (Suplente);  
8 *Ibram* – Irving Martins Silveira (Titular); *Sema* – Patrícia Valls e Silva (Titular) e Mona Grimouth  
9 Bittar (Suplente); *Seduh* – Edna Aires (Titular). *Organizações Cívicas/Sociedade Civil*: Associação  
10 de Agricultura Ecológica – AGE - Jorge Artur Fontes Chagas de Oliveira (Titular) e Universidade  
11 Holística Internacional da Paz - Unipaz - Regina Stella Quintas Fittipaldi (Suplente); Associação  
12 dos Produtores Rurais da Reserva A – APRA – Lauro dos Santos Correia (Titular); Fundação Mais  
13 Cerrado – Denise Paiva Agostinho (Suplente); UnB – Ricardo Tezini Minoti (Titular); Federação  
14 das Indústrias do Distrito Federal – FIBRA - Ana Paula de Sousa Fernandes (Titular) e Fape-DF  
15 – Natália Cristina Chagas M. Teixeira (Suplente). *Usuários: Abastecimento Urbano, Coleta,*  
16 *Tratamento de Esgotos, Diluição de Efluentes Urbanos e Hidroeletricidade*: Companhia de  
17 Saneamento Ambiental do DF – Caesb – Carlo Renan Cáceres de Brites (Titular) e Fabio Bakker  
18 Isaias (Suplente); *Irrigação e Uso Agropecuário*: Condomínio do Sistema de Irrigação Rodeador  
19 – Cosir – Ricardo Kiyoshi Sassa (Titular); Teresa Cristina Moreira Corrêa (Suplente); Associação  
20 dos Produtores Rurais do Córrego do Cristal - Maria Selma Lima Kim; *Usos Não Consuntivos*:  
21 Federação Náutica de Brasília – FNB – Carlos Alberto de Miranda Aviz (Suplente). **Ausências**  
22 **Justificadas**: *Hidroeletricidade* – CEB – Priscila Paris de Mendonça (Titular) e Rodrigo Batista  
23 de Oliveira (Suplente); *Drenagem Urbana*: - Novacap – Diana Veronez (Titular) e Hiltton Antonio  
24 Domingos Moreira (Suplente); *Usuário de Irrigação*: Luiz Carlos Pinagé de Lima (Titular). Com  
25 a palavra o Presidente Ricardo Minoti. **I – ABERTURA DOS TRABALHOS** – 1. Verificação de  
26 presença e quórum; **II – ORDEM DO DIA** – 1. Eleição para a Secretaria Geral do CBH Paranaíba-  
27 DF; 2. Situação da bacia do rio Melchior e perspectivas quanto à solicitação da comunidade para  
28 a revitalização da Bacia e a revisão do enquadramento; 3. Situação das unidades de conservação  
29 situadas nas bacias abrangidas pelo CBH Paranaíba-DF. **III – INFORMES GERAIS** – 1.  
30 Acompanhamento do nível do lago Paranoá; 2. Reestruturação da CABH Adasa; 3. Implementação



**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PARANAÍBA NO  
DISTRITO FEDERAL - CBH PARANAÍBA-DF**

**ATA DA 42ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

31 do Plano de Bacia do Paranaíba-DF; 4. Implementação da Cobrança pelo Uso de Recursos  
32 Hídricos no DF; 5. Gerenciamento dos Recursos do Procomitês; 6. Andamento dos trabalhos –  
33 GTEA; 7. Andamento dos trabalhos – GT Sobradinho; 8. Andamento dos trabalhos – GT PSA; 9.  
34 Outros. **I – ABERTURA DOS TRABALHOS – 1. Verificação das presenças e quórum.**  
35 Verificou-se a grande presença da comunidade na reunião. Informações gerais quanto ao pacto de  
36 boa convivência durante a reunião. Leitura da pauta. **II. ORDEM DO DIA – 1) Eleição para a**  
37 **Secretaria Geral do CBH Paranaíba-DF** – O Presidente iniciou a eleição, via chat para a  
38 ocupação do cargo de secretaria geral do comitê, visto que a pessoa que ocupava o cargo (Alba  
39 Evangelista) representante da Adasa foi destituída e a vaga tem de necessariamente ser ocupada  
40 por um membro do órgão de governo. Como nenhum órgão se candidatou, Fabio Bakker (Caesb)  
41 se colocou à disposição para dar apoio provisório até que a eleição aconteça. **2) Situação da bacia**  
42 **do rio Melchior e perspectivas quanto à solicitação da comunidade para a revitalização da**  
43 **Bacia e a revisão do enquadramento** – Ricardo Minoti dando prosseguimento à pauta trouxe ao  
44 conhecimento de todos, solicitações diversas feitas pela comunidade do rio Melchior. Sendo:  
45 revisão do enquadramento do rio Melchior, aprovada no âmbito da Resolução Nº 02 do Conselho  
46 de Recursos Hídricos do DF (CRH); Apresentação de uma síntese dos trabalhos realizados no  
47 âmbito do Grupo de Trabalho da Câmara Técnica do CRH-DF; Apresentação de uma análise dos  
48 trabalhos para o controle da poluição da água na Bacia Hidrográfica do rio Melchior desde 2014 e  
49 sobre a evolução do quadro de melhoria ambiental no atingimento das metas intermediárias do  
50 enquadramento; Reavaliação das condições de todas as Licenças de Operação das ETE's e das  
51 estações de tratamento de chorume em operação; limpeza em caráter emergencial das margens do  
52 rio Melchior; Realização de gestão dos órgãos competentes para melhoria do tratamento do  
53 chorume lançado, fazendo a reutilização para irrigação da grama que recobre o aterro de  
54 Samambaia; Realização de campanha pública para revitalização da bacia; Estudos de indicadores  
55 bióticos para salvar a ictiofauna. Com a palavra Juliana (Adasa) apresenta os dados de indicadores  
56 de qualidade dos recursos hídricos com o monitoramento do ponto de controle da UH do rio  
57 Melchior com seu devido índice de conformidade e enquadramento, realizado trimestralmente de  
58 2015 a 2020. Com a palavra Renan (Caesb) sugere uma Resolução Distrital que defina  
59 enquadramento dos limites da água “classe 4” para a gestão de qualidade dos recursos hídricos.  
60 Em uma apresentação verificou-se uma considerável evolução na cabeceira do rio Melchior quanto



**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PARANAÍBA NO  
DISTRITO FEDERAL - CBH PARANAÍBA-DF**

**ATA DA 42ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

61 a ocupação urbana e os consequentes lançamentos realizados no rio. Com isso, verificou-se o  
62 comprometimento da qualidade da água e alguns sinistros com a travessia do esgoto e o  
63 consequente reparo junto a todos os órgãos competentes para que fosse diminuído os prejuízos ao  
64 meio ambiente, adequando aos níveis legais estabelecidos. Ricardo sintetiza dizendo que foi criado  
65 um GT que era coordenado pela Adasa pela Abes/DF. Renan explica que o grupo foi criado em  
66 meados de 2015, antes da crise hídrica com o objetivo de acompanhar o enquadramento com a  
67 ideia de discutir o que mostrar para a sociedade em termos de chuva, vazão, índices de qualidade  
68 da água. Ricardo expõe os comentários via chat dos participantes da reunião, quanto às  
69 apresentações. Renan explica sobre a diferença dos dados da qualidade da água em tempos de  
70 chuva e seca. Frisando que, segundo o monitoramento realizado a época, identificou-se que em  
71 tempos de chuva, devido a pressão sofrida pela água sua qualidade cai de forma considerável.  
72 Juliana (Adasa) complementa a fala explicando que mesmo com todos os acontecimentos  
73 levantados pelo Renan, os níveis de monitoramento encontram-se dentro dos padrões pertencentes  
74 a classe 4. Complementa que a Adasa realiza a fiscalização regular das outorgas concedidas dentro  
75 dos parâmetros legais. O Hudson (Adasa) endossa que a fiscalização dos lançamentos de afluentes  
76 nos corpos hídricos é de competência da Adasa e feita de forma regular. Em levantamentos feitos  
77 pela comunidade via chat verificou-se que com o passar do tempo com as mudanças climáticas a  
78 qualidade da água cai em tempos de seca. Foi levantando também as questões das licenças  
79 concedidas para as ETE's e suas consequências para o aumento da poluição. Renan diz que as  
80 outorgas concedidas para as ETE's estão sendo revistas entre Adasa e Caesb e frequentemente  
81 renovando as condições. Quanto ao lançamento e a zona de mistura, Renan esclarece que ali não  
82 pode ter uso nem para navegação. Trata-se de um local resguardado para a mistura de afluentes.  
83 Ricardo confirma com o Hudson de quanto em quanto tempo é realizado a fiscalização dos  
84 lançamentos e Hudson sintetiza a questão dos enquadramentos e que a fiscalização de afluentes é  
85 realizada anualmente e diz que se houver alguma denuncia a Adasa fiscaliza de maneira individual.  
86 Renan trás as práticas de reuso propostas pelo CONAN/DF para que diminua a poluição nos corpos  
87 hídricos o que por sua vez não tem regulamentação legal. Sugere que os comitês proponham uma  
88 ação eficiente para isso. Ricardo pergunta para o Renan qual é o espaço da zona de mistura onde  
89 dificilmente consegue se recuperar a crosta negra. Renan diz esse cálculo é feito de forma  
90 hidráulica e que na Resolução vigente não existe nada específico. Ricardo frisa que as perguntas



**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PARANAÍBA NO  
DISTRITO FEDERAL - CBH PARANAÍBA-DF**

**ATA DA 42ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

91 realizadas para o SLU não poderão ser respondidas, visto que não se tem presente na reunião  
92 nenhum membro do SLU mas que encaminhará as perguntas para a Câmara Técnica. Ricardo  
93 finaliza a discussão dizendo que o rio Melchior está recebendo uma carga tratada de esgoto e que  
94 comprovadamente o que compromete a qualidade da água no rio são as ligações clandestinas que  
95 entram nas redes de águas pluviais e são lançadas nos corpos aquáticos. Levanta que os dados  
96 estão sendo tratados e que os órgãos têm se esforçado para controlar. Que as demais discussões  
97 serão encaminhadas para Câmara Técnica responsável para que tais discussões avancem quanto a  
98 proposta de revitalização da bacia do rio Melchior. Quanto a proposta de revisão do  
99 enquadramento, Ricardo diz que vai ser discutido na Câmara Técnica também e propôs uma  
100 votação quanto ao encaminhamento Ricardo solicita que as representações sociais (associações)  
101 se mantenham em conexão com os CBH. **3) Situação das unidades de conservação situadas**  
102 **nas bacias abrangidas pelo CBH Paranaíba-DF** – Ricardo sugere que o ICMBio inicie a  
103 apresentação sobre os licenciamentos ambientais em tramitação na área de proteção (APA) do  
104 planalto central, dentro da área de abrangência do Comitê da Bacia do Paranaíba. Com a palavra  
105 Maurício (ICMBio), que apresenta um breve levantamento sobre os Processos de Licenciamento  
106 Ambiental, associados a parcelamento do solo urbano, com impactos hidroambientais  
107 consideráveis dentro da Bacia Hidrográfica do Paranaíba (região do Ribeirão Sobradinho – Grande  
108 Colorado: Região da Serrinha do Paranoá – Lago Paranoá e Região do Tororó – Rio São  
109 Bartolomeu), os quais se encontram em tramitação no IBRAM e ICMBIO. Mauricio destaca os  
110 desafios encontrados com o crescimento urbano na região de Sobradinho/Colorado e na Serrinha  
111 do Paranoá/Lago Norte. Destaca que os processos de parcelamento em andamento no IBRAM,  
112 gera na APA e nessas áreas da Bacia, uma pressão hidroambiental, com preocupantes repercussões  
113 socioambientais e com necessidade de ampliação das infraestruturas que hoje são deficitárias  
114 nessas três regiões. Primeiramente, registrou que em Sobradinho haverá a implantação de ao  
115 menos três novos projetos de parcelamento de solo urbano de intensidades consideráveis, que  
116 prevê um aumento populacional de quase 100 mil novos habitantes nessa região do DF. O projeto  
117 mais a montante do Ribeirão Sobradinho vem a ser o Residencial Sobradinho, de responsabilidade  
118 da Terracap. Há ainda a previsão nessa região da implantação dos Projetos de Urbanização  
119 “URBITÁ” e Vila Célia, na área da antiga Fazenda Paranozinho. Para o Projeto Urbitá está  
120 proposto um sistema de captação de esgotamento sanitário, ligando o empreendimento a sua



**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PARANAÍBA NO  
DISTRITO FEDERAL - CBH PARANAÍBA-DF**

**ATA DA 42ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

121 respectiva estação de tratamento, em parte sobre áreas de veredas e APPs do Ribeirão Sobradinho,  
122 que vem a ser preocupante pois essa mesma área de APPs, faz parte de um dos importantes  
123 Conectores Ambientais do DF, segundo o próprio PDOT-DF. O ICMBio elaborou parecer técnico  
124 questionando algumas das intervenções propostas para a construção desse grande empreendimento  
125 e solicitando complementações e esclarecimentos ao IBRAM. Ocorre que o Ibram já concedeu as  
126 “licenças de instalação” para esses dois últimos Projetos, sendo que o do Projeto Urbitá foi emitido  
127 recentemente ainda em 2021 (LI nº 02/21). O Ministério Público já instaurou um processo  
128 administrativo a respeito. Para viabilizar esses empreendimentos na Fazenda Paranoazinho, ainda  
129 em 2018 foi aprovado pelo GDF por Decreto Distrital, uma “DIUR” estabelecendo o “Projeto  
130 Urbitá”, sendo que as licenças do IBRAM foram emitidas antes da manifestação do ICMBIO,  
131 sobre a alegação de que não se aplicaria à esses dois últimos Empreendimentos, o Art. 46º da Lei  
132 do SNUC, no âmbito dos respectivos Empreendimentos. Inclusive, o Parque Linear previsto nos  
133 estudos e proposto também pelo proponente como RPPN, para proteger esse Conector Ambiental,  
134 não foi contemplado nas respectivas licenças emitidas pelo IBRAM. Nota-se que tem havido um  
135 grande impacto ambiental em volta da fazenda Paranoazinho, inclusive com ocupações irregulares  
136 de terceiros e já há limitações na capacidade do sistema de saneamento instalado pela CAESB na  
137 região do ribeirão Sobradinho. Esses dois Empreendimentos nessa Fazenda são de grande porte, e  
138 contarão com um número alto de novos habitantes, sendo que os mesmos foram aprovados e  
139 licenciados pelo Ibram, sem qualquer manifestação atual do ICMBIO. Foi utilizada uma ALA de  
140 2010, que o ICMBIO havia emitido para a regularização dos condomínios que estavam irregulares,  
141 mas já existiam na área da Fazenda Paranoazinho em 2010, mas não havia na época a previsão nos  
142 estudos afins, a implantação dos Projetos Urbitá e Vila Celia, este último elaborado por pessoa  
143 jurídica com CNPJ diferenciado da ALA de 2010. Destacou-se ainda os impactos do adensamento  
144 e da verticalização que irão ocorrer nessa região do DF. Inclusive, o Projeto Urbitá propõe como  
145 alternativa ao esgotamento sanitário afim, instalarem uma estação de tratamento de esgoto, no  
146 outro lado da DF-020, numa área que o Empreendedor adquiriu a jusante do Ribeirão Sobradinho.  
147 Estudos comprovam que há inviabilidade quanto ao uso da atual estrutura da Caesb de Sobradinho.  
148 Do ponto de vista técnico, os Empreendimentos URBs 1 e 2 (primeira etapa do Projeto Urbitá)  
149 vão gerar um grande problema também de drenagem, cujas bacias de contenção estão previstas  
150 em áreas próximas ou mesmo nas APPS do Ribeirão, que apresentam limitações legais. Além



**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PARANAÍBA NO  
DISTRITO FEDERAL - CBH PARANAÍBA-DF**

**ATA DA 42ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

151 disso, está prevista uma alta taxa de impermeabilização, para uma área que hoje é composta  
152 basicamente de uma grande área verde e de cerrado. De acordo com o Plano de Manejo da APA-  
153 PC/ICMBio, a área deveria conter no mínimo 20% da mesma sem impermeabilização, porém o  
154 Ibram aprovou um projeto contrário ao previsto pelas normas do ICMBio, autorizando que 90%  
155 da área seja impermeabilizada. Estão previstas nessa mesma área do Projeto Urbitá, um conjunto  
156 de quadras urbanas e cada uma com possibilidade de haver edificações de até 15 andares, o que  
157 causará também um impacto paisagístico na região. Isso mudará as características de Sobradinho,  
158 de uma cidade que ainda contem aspectos rurais, para uma cidade densamente urbanizada e  
159 adensada, elevando ainda o número da população. Maurício (ICMBio) apresentou também as  
160 linhas gerais desses três projetos, destacando os impactos na área do Ribeirão Sobradinho,  
161 questionando ainda que o Ibram não deu retorno aos questionamentos técnicos apresentados pelo  
162 ICMBIO. É importante destacar que a licença para uso de áreas de APP, só poderia ser concedida  
163 para fins da instalação de infraestrutura por interesse público. Destaca-se que quanto a antiga área  
164 rural, onde está previsto a instalação do Residencial Sobradinho, os ocupantes das duas outras  
165 fazendas existentes nesse local, não têm conhecimento da instalação desses empreendimentos em  
166 suas propriedades ou posses. Esse outro empreendimento da Terracap será também um novo  
167 parcelamento de solo urbano, com a previsão de uma outra grande ocupação e verticalização entre  
168 duas áreas urbanas consolidadas em Brasília nessa região de Sobradinho I e II, ao longo do Córrego  
169 do Brejo do Lobo, que é um afluente do ribeirão sobradinho. Com esses Empreendimento crescerá  
170 o aumento na demanda por captação hídrica e consequente produção de esgoto nessas regiões.  
171 Fora que esses locais contam com uma grande quantidade de nascentes. Quanto a área da Serrinha  
172 do Paranoá, onde a Terracap pretende instalar os Setores habitacionais Taquari II e III, trata-se de  
173 uma área que também está sofrendo muita pressão e que possui mais de 100 nascentes, além de  
174 ser a terceira área prioritária para proteção na APA do Planalto Central pelo ICMBio. Próximo a  
175 essas áreas encontra-se o ponto de captação de água da Caesb, justamente para abastecer essa  
176 região e também Sobradinho. Serão ao menos 02 (dois) grandes empreendimentos previstos para  
177 essa região nesse momento. Um tramitando (taquari III) e o outro já judicializado pelo MPDFT  
178 (Taquari II). Todos esses dois empreendimentos têm uma alta projeção populacional, lembrando  
179 que haverá também problemas de trânsito e de esgotamento sanitário na região. Destaca-se que o  
180 ICMBio não é contra nenhuma desses empreendimentos apresentados, mas precisam de que os



**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PARANAÍBA NO  
DISTRITO FEDERAL - CBH PARANAÍBA-DF**

**ATA DA 42ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

181 estudos e os projetos garantam o uso do solo de forma regular e ambientalmente equilibrado e a  
182 implantação das devidas medidas mitigadoras e compensatórias, que permitam a sustentabilidade  
183 ambiental dessas regiões. No caso da Serrinha do Paranoá, deve-se ainda garantir que 50% dessa  
184 área não seja impermeabilizada. Há também nessa região do Taquari, um parcelamento de solo  
185 ilegal que foi embargado pelo ICMBIO em 2018, o Prive Lago Norte II. Há ainda em tramitação  
186 nos Órgãos Ambientais, só que para a região da bacia do Tororó, o empreendimento denominado  
187 “Novo Lago”, com previsão de edificações de até 10 andares, numa área que é predominantemente  
188 rural. Há ainda uma nova previsão legal de que a região ao longo da DF-140, possa ser ocupada  
189 com novos projetos de parcelamento de solo urbano, com possibilidade de edificações de até 30  
190 metros, o que poderá resultar num grande impacto ambiental e um preocupantes adensamento em  
191 toda região, até a fronteira com o estado de Goiás. Com a palavra Ricardo Minoti que elogiou as  
192 colocações de Mauricio e comentou da importância de que haja estudos técnicos prévios dos  
193 prováveis impactos de cunho hbroambiental, para toda essas sub-bacias. Lembrou da importância  
194 da gestão correta dos resíduos sólidos. Manifestou preocupação com a bacia de sobradinho e as  
195 demais. Solicitou ao Mauricio que quando o CBH tiver alguma manifestação sobre o Tororó irá  
196 solicitar ao Maurício uma nova apresentação. Ricardo leu algumas perguntas e questionamentos  
197 no chat quanto à diferença de entendimento entre o Urbitá e o ICMBio. Ricardo diz que teríamos  
198 a participação da representante da SEDUH, porém não conseguiu. Com a palavra Regina Fittipaldi  
199 que inicia agradecendo a abordagem do Maurício, pontuando que sentiu falta de uma abordagem  
200 em relação a parte sul do DF, porque existem áreas como a Granja do Ipê, que é uma unidade de  
201 conservação do DF e tem planos de zoneamento, solicitou ainda um olhar do Mauricio por saber  
202 que essa área está sendo objeto de especulação imobiliária, com várias tentativas de ocupação  
203 irregular com cercamento ilegais várias vezes. Pessoas plantam pés de bananeiras e colocam  
204 roupas nessas áreas para simular que estão morando no local. A área Granja do Ipê contém 2 corpos  
205 hídricos que são os córregos Capão Preto e Ipê, os únicos com qualidade hídrica do braço sul do  
206 lago Paranoá, solicitou aliança e apoio do ICMBio na resistência dos moradores as ocupações  
207 irregulares. A comunidade aguarda liberação dos documentos, que são entraves e que tem  
208 conhecimento de que existem interesses que beneficiam alguns em detrimento de outros. A Sol da  
209 Ong Oca do Sol, trouxe o ponto sobre a importância das áreas de recarga e aproveitou para  
210 perguntar se o ICMBio, além de indicar as condicionantes, acompanha a aplicação dos mesmos e



**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PARANAÍBA NO  
DISTRITO FEDERAL - CBH PARANAÍBA-DF**

**ATA DA 42ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

211 o enraizamento dessas condicionantes na implantação de licenciamentos como o de “Arniqueiras”.

212 Ricardo passa a palavra para Sol, que perguntou se a população está tendo voz no processo de

213 revisão do PDOT. Sol afirma ainda que estamos à frente da indústria da grilagem no DF, sugere

214 pensarmos em alguns caminhos e algumas possibilidades de encaminhamentos junto aos MPs,

215 sendo o escopo do CRH que é um dos parlamentos das águas do DF. Primeiro, como nós podemos

216 trabalhar a questão de influenciarmos nos planos urbanísticos (DIURs), que estão saindo

217 completamente fora do plano de manejo das APAs e completamente fora do Plano do Paranaíba

218 DF e do próprio ZE. Quem poderia fazer essa contestação em relação aos planos urbanísticos que

219 se contrapõem as diretrizes da ZE, que se contrapõem as diretrizes dos outros planos e normas

220 existentes. Onde e em que espaço? Como trabalhar com as condicionantes e o passivo ambiental?

221 Por fim, questiona a questão da proposta do Parque Pedra dos Amigos, na região da Serrinha do

222 Paranoá, afirmando que o Ibram “sentou em cima” do projeto de implantação desse Parque

223 Distrital nessa região. Comentou achar que o Ibram é conivente com a grilagem. Solicita respostas

224 sobre a proposta do novo Parque, pois faz 06 meses e nada andou. Ricardo passa a palavra para o

225 Renan (Caesb), que informou que sempre que consultada em termos de engenharia, transposição

226 de recursos hídricos, etc, dá a melhor solução que melhor cabe para a sociedade. Diz que se fossem

227 consultados antes dos projetos já estabelecido e elaborados, talvez a morosidade fosse menor,

228 compreende que temos poucas soluções para o Melchior e sobre as questões que o Maurício

229 colocou. Sugeriu que o CBH envie uma documentação em forma de uma “Moção” para os órgãos

230 responsáveis, falando das preocupações com relação ao impacto dos recursos hídricos e a

231 necessidade de serem estudados e avaliados os impactos hidroambientais de forma sinérgica por

232 sub-bacia hidrográfica no DF. A Sol propõe estudos prévios por sub-bacias, pois não contém na

233 legislação regras específicas a respeito, enquanto ocorre muitas construções irregulares ou novos

234 projetos que são analisados separados e individualmente. Com a palavra Maurício concorda com

235 a sugestão do Renan de ser elaborada uma “Moção”, sobre a análise prévia dos impactos

236 hidroambientais por sub-bacias e também responde a alguns questionamentos, dentre eles o da

237 Fittipaldi. Solicita que a mesma leve as demandas sobre a granja do Ipê formalmente ao ICMBIO

238 e IBRAM. Quanto a Arniqueiras, Mauricio diz que o ICMBio tem feito fiscalizações no local e

239 em Vicente Pires, alegando ainda que foram solicitadas informações sobre a implantação dos

240 respectivos condicionantes nessas áreas ao IBRAM e Terracap. Demonstrou ainda que há uma



**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PARANAÍBA NO  
DISTRITO FEDERAL - CBH PARANAÍBA-DF**

**ATA DA 42ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

241 preocupação em relação ao IBRAM, pois precisam definir se irão fazer licenciamento do ponto de  
242 vista de acompanhar as consequências ambientais e os respectivos condicionantes, para garantir a  
243 sustentabilidade dessas áreas ou se continuaram a fazer o licenciamento apenas porque a lei manda,  
244 só acompanhando as consequências por demandas externas, porque o que pode estar acontecendo  
245 é um “faz de conta” ambiental, trazendo como exemplo o Noroeste, onde depois de mais de 10  
246 anos da emissão das licenças, só com a ação dos MPs e da Justiça, foi que as coisas avançaram e  
247 alguns importantes condicionantes começaram a sair do papel, como o cercamento do Parque  
248 Burle Marx. Diz que muitas vezes o ICMBio solicita ao Ibram informações sobre a execução de  
249 condicionantes, mas que ao cruzarem as informações com as apresentadas pelos empreendedores,  
250 os dados muitas vezes não batem. No caso do Noroeste consequentemente multou-se a Terracap.  
251 Afirma que há a necessidade de um afinamento mais consistente entre o ICMBIO e o IBRAM, do  
252 ponto de vista para garantir que os condicionantes para a sustentabilidade, realmente estejam de  
253 acordo com a visão ecológica do século XXI ou saiam do papel. Exemplo: drenagem voltada para  
254 a recarga de aquíferos, diminuição da taxa de impermeabilização, inclusive com estacionamento  
255 permeáveis, reuso das águas, e demais opções técnicas mais sustentáveis. Com a palavra Ricardo  
256 Minoti que concorda com os encaminhamentos propostos pela Sol e Renan. Lembra das  
257 competências dos comitês e apesar de algumas discussões serem hidroambientais, existe uma  
258 preocupação permanente com a quantidade e qualidade das águas do DF. Ficou acordado que o  
259 CBH fará o encaminhamento colocado, sugerindo fazermos isso na próxima reunião, após  
260 tentarmos marcar uma conversa com o Ministério Público. Mauricio sugeriu que esse  
261 encaminhamento não seja feito em forma de denúncia, mas que seja solicitado ao MPDFT, o  
262 acompanhamento dos procedimentos técnicos relativos aos referidos processos de licenciamento  
263 nessas áreas. Porque esses processos de licenciamento só estão começando. Ricardo solicitou que  
264 o Mauricio redija uma minuta da referida Moção, para que o Comitê possa avaliar e promover a  
265 sua aprovação na próxima reunião. Ricardo frisa que a questão da secretaria geral do comitê  
266 também será discutida na próxima reunião. Ricardo passa a palavra pra Sol que solicita colocar  
267 como outro encaminhamento, o envio de um Ofício para a Adasa, perguntando porque que foi  
268 concedido outorga de poços numa área pública que é alvo de grilagem, que vem a ser o  
269 Condomínio Privê II. Mauricio aconselha que esse questionamento seja feito junto ao Conselho  
270 de Recursos Hídricos. Lembra que a Adasa tem critérios para a concessão de licenças. Com a



**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PARANAÍBA NO  
DISTRITO FEDERAL - CBH PARANAÍBA-DF**

**ATA DA 42ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

271 palavra Hudson (Adasa) diz que depois da crise hídrica a Adasa firmou um convenio com o  
272 Ministério Público, tornando o processo de outorga mais rigoroso. Inclusive existe uma resolução  
273 da Adasa que não permite a outorga de novos poços em novos parcelamentos irregulares que  
274 estejam em formação. Existe no DF o que chama de parcelamentos consolidados e não  
275 consolidados. Que os parcelamentos que já estão consolidados e que já estão com condomínios e  
276 casas já habitadas, esses parcelamentos conseguem a autorização porque se existe famílias  
277 morando, a Adasa tem de regularizar esses poços. Agora novos poços onde são identificadas pela  
278 Agefis que é um parcelamento irregular, inclusive o mapa está disponível na internet, a Adasa tem  
279 investido com critério nessa observação antes da outorga. Quanto ao posicionamento do Mauricio  
280 de levar para o Conselho (CRH-DF), o Conselho é um órgão que estabelece critérios para outorga,  
281 inclusive ajuda nos processos de emissão das licenças. Com a palavra Renan concorda que tem  
282 um GT sobre outorgas na Câmara Técnica do CRH, sem ter certeza por quem é coordenado.  
283 Ricardo frisa que precisa ser redigida para ser aprovada a moção ainda na próxima reunião.  
284 Ricardo diz que o representante titular do Ibram, Irving Silveira não está presente na reunião por  
285 motivo de férias e que o Leandro Salles não tem condições de responder. Com a palavra Leandro  
286 (Ibram) que justificou que ficou calado durante a reunião, mas refletindo o papel do Ibram na  
287 política de recursos hídricos e de licenciamento ambiental. Disse que um ponto que deve ficar  
288 claro é que o Ibram no procedimento de licenciamento ambiental, leva em consideração o que os  
289 demais órgãos colocam e o Ibram respeita os limites de outorga fornecidos pela Adasa, ele registra  
290 que o ICMBio tem consciência de que nem tudo é taxativo e que as vezes tem de ter consciência  
291 de entre algumas normas, existem diferenças na interpretação do que está sendo tratado, sabendo  
292 diferenciar caso a caso. Cabe como Comitê estarmos sempre discutindo os atos normativos do  
293 Ibram, principalmente porque eles vão impactar nos recursos hídricos. Sugeriu a importância do  
294 Superintendente ou qualquer outro técnico da área participar das reuniões do Comitê. Que não tem  
295 conhecimento de tudo e que não tem opinião concreta de cada caso. Que foi criado um GT para a  
296 serrinha do Paranoá para criação do novo Parque e que as coisas já estão caminhando, que possuem  
297 deficiências na quantidade de quadros técnicos diante da alta demanda de processos no IBRAM.  
298 Ricardo complementa a fala, achando pertinente que se traga o Superintendente de licenciamento  
299 nas próximas reuniões. **III. INFORMES GERAIS – 1. Acompanhamento do nível do lago**  
300 **Paranoá** – Ricardo passa a palavra para Juliana (Adasa), pois como todos já sabem houve a



**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PARANAÍBA NO  
DISTRITO FEDERAL - CBH PARANAÍBA-DF**

**ATA DA 42ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

301 abertura das comportas do lago Paranoá, e não houve descumprimento da cota máxima =  
302 1.000,80m. A mesma explica que um ponto importante a registrar é que não houve  
303 descumprimento da resolução da Adasa nº 21/2020, que é a resolução que determina as cotas  
304 diárias do lago Paranoá. O que aconteceu foram registros de cotas próximas a 1.080m em  
305 decorrência ao acumulado de chuva desses últimos dias de fevereiro. No dia 13/02 um acumulado  
306 de 48mm em 5h45m, dia 19/02 62mm, dia 21/02 61mm, dia 23/02 67,20mm. O que se tem  
307 acumulado na barragem da estação do lago Paranoá para o mês de fevereiro de 433mm de chuva.  
308 É importante esclarecer que toda a abertura das comportas foi feita de forma planejada. A CEB  
309 fez contato com a Adasa e esclareceu toda alteração que seria feita, as comportas foram abertas  
310 gradativamente. A CEB levou em consideração a vazão dos afluentes, a previsão de chuva, assim  
311 como todo o procedimento de evasão do lago Paranoá. Conclui que a operação está sendo exitosa.  
312 Com a palavra Carlos que acredita que as medições não são automáticas e nem a abertura das  
313 comportas; que foi comunicado de uma reunião em cima da hora; que que o clube náutico pediu  
314 uma avaliação das consequências do transbordo porque existem postos de gasolina que sofrem  
315 riscos de contaminação. Foi acionado uma hora antes para ter um aval de uma ação da defesa civil.  
316 Afirma que o assunto está sendo tratado desde janeiro quando o lago estava numa cota muito baixa.  
317 Sugere automatização do sistema com telemetrias, gel processamento, GPS e aproveitamento da  
318 água. Ricardo passa a palavra para a Priscila (CEB) que afirma que o órgão tem a telemetria da  
319 cota e seu registro e acompanhado a cada 15 minutos. Possui normas e procedimentos aprovados  
320 para a abertura de comportas; que todo o procedimento é e foi seguido. Nunca houve atraso na  
321 abertura. Afirma que a cada nível que o lago atinge é aberto um nível X de água observado a  
322 população em volta para que não haja inundações. Conclui afirmando que a operação é feita em  
323 conjuntamente com a defesa civil e o corpo de bombeiros. Ricardo passa a palavra para a Vandete  
324 (Adasa) que sugere uma nova reunião para que seja formalizado os demais informes afins. Devido  
325 à falta de tempo, Denise (Mais Cerrado) fez o informe do GT-EA no chat da plataforma, informou  
326 que realizou uma proposta de um curso a ser incluído no Plano de Capacitação denominado “Per-  
327 Curso Planejador: Construindo colaborativamente o Plano de Educação Ambiental do CBH-  
328 Paranaíba-DF” a ser ministrada por ela. Nessa proposta foi sugerido integrar o processo de  
329 planejamento do Plano de Educação Ambiental do CBH a um curso de capacitação quanto a  
330 utilização de ferramentas de metodologia colaborativa em ambiente virtual (como Miro,



**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PARANAÍBA NO  
DISTRITO FEDERAL - CBH PARANAÍBA-DF**

**ATA DA 42ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

331 ideaboardz, metimeter, spacial chat, google forms, etc.). Enquanto curso, objetiva produzir  
332 conhecimento a partir do saber do coletivo dos membros do GT-EA, além de capacitar os  
333 participantes na utilização das ferramentas virtuais, e enquanto processo de planejamento, visa  
334 definir diretrizes de ação coletiva prioritárias dos GTEA e oportunidades para a formação de  
335 agentes multiplicadores em EA. Ricardo finaliza a reunião mantendo uma serie de questões em  
336 pauta que devido as longas discursões não puderam concluir. Ricardo menciona o e-mail do grupo  
337 do comitê, sendo: [cbhparanaibadf@gmail.com](mailto:cbhparanaibadf@gmail.com) para que seja enviado qualquer comunicação extra.  
338 Ricardo encerrou a reunião agradecendo a todos.

339 Os informes restantes foram postergados para a reunião seguinte do CBH Paranaíba-DF:

340 **2. Reestruturação da CABH Adasa; 3. Implementação do Plano de Bacia do Paranaíba-DF;**  
341 **4. Implementação da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos no DF; 5. Gerenciamento dos**  
342 **Recursos do Procomitês; 6. Andamento dos trabalhos – GTEA; 7. Andamento dos trabalhos**  
343 **– GT Sobradinho; 8. Andamento dos trabalhos – GT PSA; 9. Outros.**

RICARDO TEZINI MINOTI

Presidente



**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PARANAÍBA NO  
DISTRITO FEDERAL - CBH PARANAÍBA-DF**

**ATA DA 43ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

1 Às quatorze horas do dia seis de maio de dois mil e vinte e um, após a verificação da presença e  
2 quórum dos membros do Comitê, iniciou-se, pelo Sistema virtual Teams/MsOffice a  
3 **quadragésima Terceira Reunião Extraordinária do Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes**  
4 **do Rio Paranaíba no Distrito Federal – CBH Paranaíba-DF**. Estiveram presentes: *Poder*  
5 *Público*: ICMBio – Maurício Cortines Laxe (Titular) e Grahal Benatti (Suplente); *Adasa* – Devanir  
6 Garcia dos Santos (suplente); *Emater*: Priscilla Regina da Silva (Titular) e Icléa Almeida de  
7 Queirós Silva (Suplente); *Ibram* – Leandro Salles; *Sema* – Patrícia Valls e Silva (Titular) e Mona  
8 Grimouth Bittar (Suplente); *Seduh* – Edna Aires (Titular). *Organizações Cívicas/Sociedade Civil*:  
9 Associação de Agricultura Ecológica – AGE - Jorge Artur Fontes Chagas de Oliveira (Titular) e  
10 Universidade Holística Internacional da Paz - Unipaz - Regina Stella Quintas Fittipaldi (Suplente);  
11 Associação dos Produtores Rurais da Reserva A – APRA – Lauro dos Santos Correia (Titular);  
12 Fundação Mais Cerrado – Denise Paiva Agostinho (Suplente); *UnB* – Ricardo Tezini Minoti  
13 (Titular); *Federação das Indústrias do Distrito Federal – FIBRA* - Ana Paula de Sousa Fernandes  
14 (Titular) e *Fape-DF* – Natália Cristina Chagas M. Teixeira (Suplente). *Usuários: Abastecimento*  
15 *Urbano, Coleta, Tratamento de Esgotos, Diluição de Efluentes Urbanos e Hidroeletricidade*:  
16 Companhia de Saneamento Ambiental do DF – Caesb – Carlo Renan Cáceres de Brites (Titular)  
17 e Fabio Bakker Isaias (Suplente); *Hidroeletricidade* – CEB – Priscila Paris de Mendonça (Titular)  
18 e Rodrigo Batista de Oliveira (Suplente); *Drenagem Urbana*: - Novacap – Diana Veronez (Titular)  
19 e Hiltton Antonio Domingos Moreira (Suplente); *Usuário de Irrigação*: Luiz Carlos Pinagé de  
20 Lima (Titular). *Irrigação e Uso Agropecuário*: Condomínio do Sistema de Irrigação Rodeador –  
21 Cosir – Ricardo Kiyoshi Sassa (Titular); Teresa Cristina Moreira Corrêa (Suplente); Associação  
22 dos Produtores Rurais do Córrego do Cristal - Maria Selma Lima Kim; *Usos Não Consuntivos*:  
23 Federação Náutica de Brasília – FNB – Carlos Alberto de Miranda Aviz (Suplente). Com a palavra  
24 o presidente Ricardo Minoti. **I – ABERTURA DOS TRABALHOS** – 1. Verificação de presença  
25 e quórum. 2. Aprovação da Ata da 22ª Reunião Ordinária. **II – ORDEM DO DIA** – 1. Eleição  
26 para a Secretaria Geral do CBH Paranaíba-DF. 2. Encaminhamento das solicitações da  
27 comunidade do Rio Melchior para a Câmara Técnica do CBH Paranaíba-DF. 3. Aprovação da  
28 Moção ICMBio sobre novos licenciamentos ambientais nas bacias hidrográficas do CBH  
29 Paranaíba-DF. 4. Alternativas para implantação de Agência de Bacia ou Entidade Delegatária -  
30 encaminhamento para a Câmara Técnica do CBH Paranaíba-DF (em atendimento à Resolução  
31 CRH Nº 7 de 20/11/2020). **III – INFORMES GERAIS** – 1. Reestruturação da CABH Adasa 2.  
32 Implementação do Plano de Bacia Hidrográfica do Paranaíba-DF 3. Acompanhamento da situação  
33 do enquadramento dos corpos hídricos superficiais do DF 4. Implementação da Cobrança pelo Uso  
34 de Recursos Hídricos no DF 5. Execução do Contrato nº 06/2019 do Programa Nacional de  
35 Fortalecimento dos Comitês de Bacia – Procomitês, firmado pela Agência Nacional de Águas e  
36 Adasa com a interveniência do CRH-DF - gerenciamento dos recursos financeiros 6. Andamento  
37 dos trabalhos – GTEA 7. Andamento dos trabalhos – GT Sobradinho 8. Andamento dos trabalhos  
38 – GT PSA 9. Outros. **I – ABERTURA DOS TRABALHOS** – 1. **Verificação das presenças e**  
39 **quórum**. Verificou-se a grande presença da comunidade na reunião. Informações gerais quanto  
40 ao pacto de boa convivência durante a reunião. Leitura da pauta. **II. ORDEM DO DIA – 1)**  
41 **Eleição para a Secretaria Geral do CBH Paranaíba-DF** – O Presidente iniciou a eleição, via  
42 chat para a ocupação do cargo de secretaria geral do Comitê, enfatizou a obrigatoriedade de o  
43 membro ser de algum órgão governamental. Com a palavra Renan da CAESB que disse que a  
44 Caesb não pode assumir esse cargo no Comitê. Com a palavra Maurício (ICMBio) que sinalizou  
45 que poderia colaborar com membro do Comitê, assumindo a tarefa e cargo de secretaria geral. O



**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PARANAÍBA NO  
DISTRITO FEDERAL - CBH PARANAÍBA-DF**

**ATA DA 43ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

46 presidente Ricardo, colocou em votação via chat a concordância ou discordância dos demais  
47 representantes. O presidente computou os votos dos presentes que foram todos favoráveis pela  
48 aprovação para o cargo de secretaria geral do colega Mauricio Laxe, ficando assim a Diretoria do  
49 Comitê formada também por Ricardo Kiyoshi Sassa, vice-presidente e por Maurício Cortines  
50 Laxe, como secretaria geral, além do colega Ricardo Minoti, como Presidente. Tendo assim  
51 recomposta a Diretoria com os membros do comitê. **2) Encaminhamento das solicitações da  
52 Comunidade do Rio Melchior para a Câmara Técnica do CBH Paranaíba-DF.** – Ricardo  
53 Minoti dando prosseguimento à pauta, fez a leitura da carta de reivindicação da comunidade do  
54 rio Melchior. Ricardo diz que as solicitações e questionamentos serão encaminhados para o Grupo  
55 de Trabalho Câmara Técnica do CRH-DF, para saber como está sendo feito o processo de  
56 restauração das nascentes do rio Melchior. Feito a leitura de todos os 8 questionamentos da carta,  
57 o presidente Ricardo abre a palavra para algum possível comentário dos membros presentes. Com  
58 a palavra Denise, que compartilhou que os estudos dos indicadores bióticos mencionados, é uma  
59 demanda que está na resolução do CRH-DF 2014, que fala do enquadramento. Informou que o  
60 plano de recursos hídricos tinha que fazer o levantamento dos indicadores, assim como fazer um  
61 estudo melhor dos indicadores bióticos que na prática seria compreender melhor a vasão ecológica,  
62 achando bom que a Câmara Técnica avalie a viabilidade de ser feito os estudos. Com a palavra,  
63 Renan que fala da cobrança, que o encaminhamento para a Câmara Técnica seja feito pensando na  
64 possibilidade do uso da cobrança para essa revitalização da bacia, depende das ações as quais não  
65 são todos que compreendem. Existe recursos do Governo Federal que tem como prioridade o  
66 saneamento e aspectos de qualidade da água, mas também a cobrança de recursos hídricos distrital,  
67 lembrando que esse ano a cobrança já passa a valer e que no ano que vem já vamos começar a  
68 receber esses recursos. Que a Câmara Técnica tenha um olhar em cima dessa situação, pensando  
69 na possibilidade de usar o recurso da cobrança nesses aspectos. Que quando iniciar esses recursos  
70 já tenham projetos encaminhados para avaliação. Para que não chegue no ano que vem e só então  
71 começar a pensar no que será feito porque se não, não se conseguirá executar no mesmo ano.  
72 Verificar a necessidade do estudo de indicadores e que seja encaminhando para o CONAM-DF ou  
73 CRH-DF, uma sugestão de resolução específica para o DF. Sugeriu também a verificação de uma  
74 Lei Distrital sobre o enquadramento. Alguns estados têm resoluções específicas estaduais e que  
75 nós nos baseamos nelas na resolução federal sobre enquadramento. Com a palavra Ricardo Minoti  
76 que propõe que seja redigido todos os questionamentos via chat para que seja encaminhado para a  
77 Câmara Técnica e para a comunidade ter um retorno do que está sendo encaminhado. Com a  
78 palavra Ricardo, que concorda com as sugestões colocadas por Renan (Caesb). O presidente  
79 Ricardo, colocou em votação as sugestões dos encaminhamentos pela comunidade para a Câmara  
80 Técnica em votação os membros do comitê concordam. Com a palavra, Devanir (Adasa) que se  
81 coloca a disposição e responsável pelo agendamento da reunião com a Câmara Técnica. **3)  
82 Aprovação da Moção ICMBio sobre novos licenciamentos ambientais nas bacias  
83 hidrográficas do CBH Paranaíba-DF.** Presidente Ricardo diz que o que será aprovado é o texto  
84 da Moção, pois na reunião anterior a Moção já havia sido aprovada. Feito a leitura integral do  
85 texto. Aberta a palavra para questionamentos e considerações referente a Moção aprovada na  
86 última reunião. Colocado em regime de votação, Ricardo diz que a Moção fala por si só, que está  
87 bem estruturada, agradecendo ao Maurício (ICMBio). Posto em votação o texto da Moção CBH  
88 Paranaíba DF Nº 01/2021 de 06 de Maio de 2021. Sem votos contrários ou abstenções o texto foi  
89 aprovado. **4) Alternativas para implantação de Agência de Bacia ou Entidade Delegatária -  
90 encaminhamento para a Câmara Técnica do CBH Paranaíba-DF (em atendimento à, a**



**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PARANAÍBA NO  
DISTRITO FEDERAL - CBH PARANAÍBA-DF**

**ATA DA 43ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

91 **Resolução CRH N° 7 de 20/11/2020)** – Ricardo segue dizendo sobre criação de agências de bacias  
92 como entidades delegatárias e à escolha do Comitê para essa questão. Aberta a discussão. Passada  
93 a palavra para Fábio que questiona a questão dos 06 (seis) meses para a criação, visto que a  
94 secretaria executiva do comitê não é mais a Adasa. Explanou sobre a pertinência de uma possível  
95 criação de um Grupo de Trabalho. Sem mais questionamentos, Ricardo propõe o encaminhamento  
96 onde todos aprovam. **III. INFORMES GERAIS – 1. Reestruturação da CABH Adasa** - Ricardo  
97 passa palavra para o membro suplente da Adasa, Devanir Garcia (Adasa), que irá explicar o porquê  
98 que a solicitação do Comitê não foi acatada no tocante ao pagamento por serviços ambientais.  
99 Com a palavra Devanir que agradece a oportunidade de estar à frente no apoio ao Comitê. Explica  
100 que em momento algum a diretoria da Adasa quis abandonar ou não dar apoio aos comitês. Que  
101 com a troca da diretoria da Adasa em Dezembro último, as reuniões começaram a se dar em  
102 meados de fevereiro; que o início de trabalhos da nova gestão foi bastante intenso e a discussão  
103 sobre o novo manual de revisão tarifária e a alteração do Regimento Interno da Adasa, acabou  
104 distanciando um pouco a Adasa dos Comitês do DF. Foi solicitado uma reunião dos Comitês com  
105 a Adasa, mas infelizmente não foi possível ainda acontecer. Que Adasa está criando um sistema  
106 mais amplo de apoio de gerenciamento dos recursos hídricos do DF. Até então, estão dizendo que  
107 eu irei assumir essa coordenação, mas ainda não existe nada oficial. Em conversas com o Ricardo,  
108 disse ainda, não temos o ótimo, mas podemos ter o bom ou o razoável, vamos fazer ao menos o  
109 razoável para que o comitê tenha condição de continuar atuando até que a gente caminhe para o  
110 ótimo. Diz que o olhar de gestão da nova diretoria é diferente da diretoria anterior, que a Alba fez  
111 um excelente trabalho junto à diretoria anterior. Foi num momento de formação de comitê e de  
112 sua constituição. A nova diretoria entende que está na hora desse colegiado (Comitê) se desligar e  
113 fazer o papel dele. Nós somos um órgão que faz parte do sistema de gerenciamento, tanto a Adasa,  
114 quanto o Comitê e a ANA. Que as ações do Comitê não podem se confundir com a Adasa e vise e  
115 versa. Que a ideia atual é construir a independências desses Comitês. Não é rompendo e nem  
116 tirando o apoio, não é escondendo os arquivos, é buscar estabelecer alternativas definitivas. Não  
117 conseguimos até o momento, mas essa semana conversamos com a ANA, pois já apoia diversos  
118 comitês que não têm cobrança ainda. Os Estados têm diversos comitês que não têm cobrança ainda  
119 mas existe uma figura de escritório técnico. Isso já existe em Santa Catarina, Mato Grosso, Minas  
120 Gerais, e nós estamos estudando isso e tentando ter uma forma de escritório técnico que venha  
121 apoiar os comitês aqui no DF. Isso é algo que está caminhando, que eventualmente se esbarra em  
122 legislação ou esbarra em outros problemas, mas é preciso que se entenda que está se trabalhando  
123 nesse sentido. Foi feita uma reunião com o diretor de área da Adasa e concluímos que todas as  
124 questões postas não se resolverão da noite para o dia, vamos dar o apoio que for necessário para  
125 que tenha a realização das reuniões, para que os Comitês tenham uma certa tranquilidade e consiga  
126 dar esse passo maior, que será a constituição de um escritório de apoio que possa dar independência  
127 ao Comitê, e que o Comitê terá seu endereço próprio. Imaginem que a Adasa era a Secretaria Geral  
128 e a pauta do Comitê era a Adasa que fazia. De certa forma isso incomodou os novos diretores da  
129 Adasa. Então eles acharam que o Comitê precisa avançar e para isso está sendo discutido as formas  
130 para tal. A partir do momento que a Adasa não é mais a secretaria geral, estamos tendo uma  
131 solução, que é o Maurício Laxe estar assumindo essa tarefa (ICMBio) e isso é importante. Isso  
132 começa a tirar a ideia de que a Adasa pauta o Comitê. A ideia é que se encaminhe para a  
133 independência do Comitê. Está sendo feito um esforço muito grande para manter uma estrutura  
134 que possibilite que o Comitê tenha o seu próprio espaço, seus arquivos, para que numa próxima  
135 mudança de diretoria o Comitê não passem mais por esses percalços. Até que isso aconteça e que



**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PARANAÍBA NO  
DISTRITO FEDERAL - CBH PARANAÍBA-DF**

**ATA DA 43ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

136 se resolva essas questões que envolve Legislação e estrutura, porque tudo no serviço público  
137 depende de poder e não poder, não depende só da vontade. Nós criamos um staff mínimo, estamos  
138 nos entendendo com o Ricardo na medida do possível, tentando ajustar para que não tenha  
139 nenhuma dificuldade de funcionamento dos comitês nesse momento. Volto a dizer que o papel que  
140 a Alba desempenhou foi fabuloso, nosso muito obrigado. Sempre trabalhamos juntos e foi num  
141 momento que o comitê precisava caminhar. O colegiado está maduro, que a visão agora é de qual  
142 o próximo passo, como esse comitê vai caminhar de agora em diante e como será a independência  
143 dele em todas as ações e para isso ele precisa ter os seus mecanismos. Nós estamos trabalhando  
144 nesse momento com essa nova coordenação de apoio no sistema de gerenciamento, apoiando o  
145 comitê para que ele alcance essa independência, com os recursos necessários para o seu  
146 funcionamento. Bem não quero me alongar muito, sei que existem muitas perguntas e iremos abrir  
147 para respostas. Continuando com a palavra, Devanir Garcia (Adasa). Quem me conhece sabe o  
148 tempo que trabalho com o pagamento por serviços ambientais e projetos ambientais a mais de 20  
149 anos. Eu coordenei o programa de produtor de água nacional. Recentemente recebi o convite para  
150 vim para a Adasa e achei importante vim para dar apoio a essas ações na Adasa e sempre tivemos  
151 um problema muito sério. Ora, sempre precisamos de recursos para pagar os serviços ambientais.  
152 São projetos de longo prazo, contratos com os produtores de longo prazo e precisamos ter um  
153 recurso para fazer o contrato com os produtores e para isso precisamos ter uma fonte segura de  
154 recursos. Tem os recursos de serviços ambientais que podemos pagar os produtores e eu tenho  
155 certeza de que os comitês com a visão de hoje vão pagar, mas amanhã ele pode ter outras  
156 prioridades, e o contrato que você fez com o produtor, terá de chegar nele e dizer que ele fez a sua  
157 parte, mas nós não podemos te pagar porque agora não temos recursos para isso. Estávamos num  
158 processo de revisão tarifária, isso foi discutido e nós criamos então um sistema. Observa-se que  
159 esse recurso é fruto da Lei 4.285. Essa Lei atribuiu para a Adasa a competência para disciplinar  
160 em caráter normativo a implementação, controle e avaliação dos instrumentos dentro da política de  
161 saneamento. Ela não pode abdicar disso, ela não pode repassar para terceiros a gestão desses  
162 recursos. Por isso, esse dinheiro é só para o pagamento de serviços ambientais, ele não é para  
163 executar ações que gerem serviços ambientais, ele é para pagamentos dos serviços ambientais. Nós  
164 fomos pressionados quando estávamos trabalhando com essa resolução, porque entidades como a  
165 TNC que está trabalhando com outros Estados como São Paulo e Santa Catarina, eles queriam que  
166 o recurso fosse para a PSA e não para as execuções das ações. Mas pensamos diferente, a cobrança  
167 no Distrito Federal já foi aprovada e está em fase de operação, nós queremos recursos para o  
168 pagamento de serviços ambientais e vamos contar com as parcerias dos comitês, dos recursos da  
169 cobrança para a execução das ações que geram os serviços ambientais. Essas ações estão sempre  
170 claramente demonstradas nos planos de bacias. Não tem nada novo, nós precisamos executar o  
171 plano de bacias e o produtor que colabora com a execução do plano de bacias nós pagamos pelos  
172 serviços ambientais. Nas audiências públicas surgiram algumas proposições e uma delas foi a de  
173 que já temos o comitê de bacias e o comitê vai ser o gestor desse recurso, vai ser a comissão que  
174 vai definir esses projetos. Como eu disse isso não seria possível porque é competência da Adasa e  
175 ela precisa estar à frente disso, mas nós entendemos que era uma oportunidade boa de nos  
176 aproximarmos do Comitê. Se queremos recursos da cobrança para executar ações, então é possível  
177 que o Comitê também esteja presente nessa Comissão e ajude a selecionar aqueles projetos que  
178 são de interesse na execução. Em suma, o que irá acontecer de agora para frente, quem quiser fazer  
179 um projeto de PSA num manancial de abastecimento de Brasília, vai apresentar o projeto para a  
180 Caesb, a Caesb vai pegar esse projeto, vai encaminhar para a Comissão que vai ser composta pela



**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PARANAÍBA NO  
DISTRITO FEDERAL - CBH PARANAÍBA-DF**

**ATA DA 43ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

181 a Adasa, por algumas entidades públicas, pelo comitê de bacias e essa Comissão vai avaliar esses  
182 projetos e dizer se vão autorizar os pagamentos de serviços ambientais feitos e que eles sejam  
183 reconhecidos pela Caesb. Se tem outros procedimentos, alguém terá de aprovar esses  
184 procedimentos e esse alguém é a Comissão. E aí a responsabilidade legal é da Adasa que criou a  
185 tarifa e ela tem de prestar conta. Por essa razão não houve uma substituição da Comissão de  
186 acompanhamento do PSA pelo Comitê. É preciso que se diga que existe duas origens diferentes.  
187 Estamos tratando de PSA que é um recurso oriundo da tarifa cobrada pelo saneamento básico. O  
188 recurso da cobrança é um outro tipo de recurso, esse sim autonomia plena para os Comitês em  
189 relação ao seu uso. Quem gerencia são os Comitês de bacias por lei. Trata-se de dois recursos  
190 distintos e eles não se confundem porque são de origens diversas e cada um tem uma  
191 responsabilidade legal de gerir. O comitê os recursos da cobrança. O comitê não pode se abdicar  
192 isso é passar para terceiros decidir o que fazer com o recurso da cobrança. Da mesma forma os  
193 recursos advindos da tarifa para pagamento por serviços ambientais precisam ser geridos pela  
194 Adasa. Mas a Adasa entende que dividir isso, com outras instituições e principalmente com o  
195 comitê é uma maneira de fortalecermos os projetos e termos uma responsabilidade maior. Com a  
196 palavra Ricardo Minoti, que passa a palavra para o Lauro, mas antes agradece a representação do  
197 Sr. Lauro junto ao Conselho de Recursos Hídricos. Com a palavra Sol, que cumprimenta Devanir,  
198 elogiando seu trabalho pelas águas. Pontua que no ponto de vista da gestão pública, se questiona  
199 o porquê de desconstituir pessoas dos Comitês. Não há justificativa, na verdade é um grande  
200 prejuízo e quem decidiu sobre coisas que são do patrimônio público, fazem o que querem da cabeça  
201 delas, sem maturidade. As decisões devem ser embasadas em consonância com os Comitês,  
202 fazendo uma transição civilizada. Não há desculpas para se tirar pessoas qualificadas sem uma  
203 transição. A segunda coisa a se pontuar é a satisfação em estar trabalhando com Devanir, um  
204 grande conhecedor do pagamento de serviços ambientais. De um lado há um prejuízo pela saída  
205 da Alba, mas do outro há um benefício de ter Devanir conosco. Com a palavra Devanir (Adasa)  
206 que se põe satisfeito em estar participando do comitê. Antes de ser convidado para assumir essa  
207 questão ele estava lá como superintendente de projetos especiais. Já estava trabalhando com o  
208 projeto produtor de água. Só que no período da pandemia acabamos não tendo muita visibilidade  
209 porque as ações foram sempre a distância. Acredito que houve um erro de comunicação e que os  
210 problemas vêm acontecendo. Em conversas com Ricardo, manifestei os acontecimentos e que  
211 aguardava as decisões da diretoria. Pensou-se que rapidamente faria essas mudanças ou que o  
212 tempo de funcionamento do comitê se faria nesse ponto. Eu acompanhei o trabalho da Alba nesse  
213 ponto e acho que foi um trabalho importante. O comitê amadureceu, o colegiado está maduro hoje.  
214 Ao mudar a diretoria, a diretoria pensou em fortalecer o comitê, tirando o peso da Adasa nas  
215 decisões. Se tivéssemos tido mais interlocução, acredito que não teria aparecido ser tão grande.  
216 Tanto é que estamos tentando recompor. Sabemos que não faremos a mesma coisa que a Alba  
217 fazia pelo comitê e a ideia não é essa. O tipo de apoio é diferente, tendo uma base em que o comitê  
218 possa não precisar mais em momentos de troca de diretoria ele não passar por percalços. Ele vai  
219 estar estabilizado, ele terá seu escritório técnico, ele terá suas condições e com isso ele terá seu  
220 endereço próprio, ter a sua secretaria geral. Com a palavra Ricardo, que passa a palavra para o  
221 Fábio (Caesb) que se solidariza com as palavras da Sol. Manifesta que foi um descuido da Adasa,  
222 essa é uma opinião dele. Isso foi um descuido com o sistema. Não é assim que se trata as questões  
223 públicas. Quanto ao futuro do Comitê e a independência dele estamos bem alinhados e achamos  
224 que esse é o caminho. Com a palavra o presidente Ricardo que prossegue com a pauta da reunião  
225 dizendo que se reuniu com a diretoria da Adasa, Devanir e o superintendente de recursos hídricos



**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PARANAÍBA NO  
DISTRITO FEDERAL - CBH PARANAÍBA-DF**

**ATA DA 43ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

226 Gustavo Carneiro para tratar do apoio da Adasa junto aos comitês de bacias e ficou esclarecido  
227 que em nenhum momento houve intenção da Adasa em prejudicar o Comitê, trazendo aqui as  
228 palavras deles. Ao mesmo tempo foi colocado na reunião que o Comitê sofreu um grande prejuízo  
229 e que em função das dificuldades do acesso aos dados e acesso ao site, vamos trabalhar com o  
230 Devanir para colocar os sites novamente no ar. O site está com “bugs” (erros imprevisíveis que  
231 prejudicam o funcionamento correto do site). Certamente se tivesse um gerenciamento contínuo  
232 certamente estaria resolvido. Como estamos sem acesso, questiona se tem alguém que tenha a  
233 compreensão do site. Temos de ter alguém de TI-Informação. O apoio está sendo necessário nesse  
234 ponto. Acho importante que Devanir leve tudo o que foi colocado aqui para a diretoria da Adasa.  
235 Acredito que poderia ter sido colocado de outra forma, mas compreendo a colocação do Diretor  
236 Vinícius no começo do ano. O prejuízo para foi pessoal e vocês podem imaginar que por ser o  
237 presidente isso não teria jeito, não vai dar para escapar. Foi um período estressante, mas  
238 continuamos andando. Então ficou definido que o Devanir irá nos apoiar. Seguindo a pauta o  
239 presidente abre o próximo tópico da pauta: **2. Implementação do Plano de Bacia do Paranaíba-  
240 DF** - Com a palavra o Ricardo enfatizando que na próxima reunião o Plano já vai estar pronto para  
241 aprovação dos membros. Lembrando que é o primeiro plano de bacia. Que virá uma análise de  
242 indicadores para à implementação do plano e ver o que é possível estar discutindo e gerando uma  
243 ação nesse momento, inclusive com todas os membros do Comitê de bacias de forma a dar  
244 andamento, enquanto não se tem os andamentos da cobrança. Vamos retomar as discussões e dizer  
245 que vamos trazer para a pauta do Comitê esse acompanhamento. Sem manifestações eu vou passar  
246 para o item seguinte da pauta. **3. Acompanhamento da situação do enquadramento dos corpos  
247 hídricos superficiais do DF** - O presidente do comitê diz que, em uma discussão que teve com  
248 um especialista na ANA, o Marcelo, o Comitê de Bacias Hidrográficas terá um papel importante  
249 nos grupos de trabalho. Já se tem um grupo de trabalho formado e já estava previsto isso na  
250 resolução do Conselho de Recursos Hídricos. Temos uma necessidade de acompanhar, acho que  
251 estamos devendo, como um todo à Gestão de Recursos Hídricos. Tivemos uma evolução grande,  
252 está tudo dentro do previsto, tudo sendo feito as poucos mas a gente avançou muito, teve aí o que  
253 saiu do grupo de trabalho, precisamos de uma sistematização dos dados de Recursos Hídricos no  
254 DF, e isso está sendo feito. Foi criado o SIRH – Sistema de Informações de Recursos Hídricos. O  
255 Sistema tem dados de qualidade da água, qualidade de vazão da água e o próprio Sistema, requer  
256 que exista uma discussão sobre o enquadramento. Nós não temos talvez a necessidade de revisar  
257 os enquadramentos, mas temos a necessidade de acompanhar quais eram as metas estabelecidas,  
258 se houve o cumprimento dessas metas. Como está hoje, está tendo melhorias. Eu acredito que é  
259 uma variável e teremos de estudar bacia por bacia. Tivemos uma apresentação da Adasa no final  
260 do ano passado, sobre o Sistema de Informações e os demais dados. Um dos apontamentos era que  
261 o Comitê do Paranaíba DF tinha que aprovar o plano até 2020. Acho que era isso. Aprovamos o  
262 plano de bacias e agora o que temos de trazer novamente é a discussão do que está sendo proposto  
263 na questão do enquadramento e nós fazermos o nosso acompanhamento de quais são as metas e  
264 como estamos evoluindo. Eu estou realizando algumas pesquisas com estudantes da UnB e em  
265 algumas bacias percebemos que tem resultados que melhoram e pioram. É uma discussão que eu  
266 acho extremamente importante e eu acho que é nosso papel aqui no Comitê, fazer esse  
267 acompanhamento. Na próxima reunião traremos esse assunto para iniciarmos uma discussão mais  
268 continua, do acompanhamento do enquadramento. Mas temos muito o que avançar nessa história.  
269 Estou trazendo essa situação aqui porque é papel do Comitê fazer esse acompanhamento e o que  
270 ficou estabelecido como decisões desses grupos de trabalho, etc. Precisamos ter o Sistema de



**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PARANAÍBA NO  
DISTRITO FEDERAL - CBH PARANAÍBA-DF**

**ATA DA 43ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

271 Informações Unificadas. Não só o SIRH, mas outro que será muito importante para nós também.  
272 Temos também a questão do plano de bacias. E, um dos apontamentos era de que o plano de bacias  
273 tinha que aprovar o PRONATEC. O plano de bacias foi aprovado em 2020, por isso a importância  
274 de acompanharmos os enquadramentos. Queremos contratar alguém rápido para gerir o site do  
275 comitê e isso não é fácil, tem o edital de licitação e toda uma questão de gastos que envolvem a  
276 Adasa. Gustavo e o Devanir (Adasa) estavam estudando uma maneira de viabilizar isso  
277 rapidamente, mas tem as questões legais que ainda precisam ser estudadas. Como o Devanir  
278 colocou, a ideia é que eles nos ajudem para que tenhamos uma estrutura fora da Adasa. **4.**  
279 **Implementação da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos no DF** – Fazendo o uso da palavra,  
280 o Presidente da Comissão segue dizendo, que após aprovado pelo Conselho, como ficará essa  
281 implementação. Com a palavra, Mona Grimouth (Sema), quanto a cobrança o CRH passou para a  
282 Câmara Técnica discutir as diretrizes da cobrança e a Câmara Técnica tem até julho para retornar  
283 esse documento para o CRH. Foi pensado numa solução para as diretrizes, lendo a Resolução  
284 Nacional e pensando em como melhorar colocando as especificações do DF. Já se tem um  
285 cronograma dos trabalhos e acredito que logo mais teremos essa proposta que será levada ao CRH.  
286 Com a palavra Ricardo, enfatizando a importância para o comitê de bacias. **5. Execução do**  
287 **Contrato nº 06/2019 do Programa Nacional de Fortalecimento dos Comitês de Bacia –**  
288 **Procomitês, firmado pela Agência Nacional de Águas e Adasa com a interveniência do CRH-**  
289 **DF - gerenciamento dos recursos financeiros** – Ricardo diz que esse item deve ser colocado  
290 aqui, pois já foi conversado com o pessoal da Adasa, inclusive com Vinicius, Gustavo e Devanir  
291 na reunião, que essa era uma preocupação nesses meses todos, pois no ano passado nesse mesmo  
292 período já tínhamos aprovado os relatórios dos Procomitês, e as ações dos comitês de bacias e  
293 enviado para o CRH e dada a resposta para a ANA. Porém, como a execução desse contrato a  
294 responsabilidade é da Adasa. Gostaria de ver com o Devanir se poderia contribuir conosco. Com  
295 a palavra Devanir (Adasa). Nós fizemos duas reuniões com a Ana, e o diretor Vinicius e Gustavo,  
296 sobre o Procomitês e ele está em andamento normal e nós vamos fazer a execução como vinha  
297 sendo feita anteriormente, até que se tenha alguma mudança de estrutura. Essa é a ideia e estamos  
298 considerando recursos para a constituição de um novo grupo. É um dos caminhos que estamos  
299 pensando, isso não muda. Se temos de fazer um relatório, vamos fazer, se temos que fazer um  
300 planejamento, vamos fazer. Usaremos os meios para executar na medida do possível. Com a  
301 palavra o Ricardo que complementa a fala do Devanir. **6. Andamento dos trabalhos – GTEA –**  
302 **com a palavra Denise (Fundação mais Cerrado) dia 11 de maio teremos um encontro, onde vamos**  
303 **fazer um debate sobre cine água, onde estamos vendo um filme uma vez por mês e estamos**  
304 **discutindo o plano de recursos hídricos. Compartilhei com o Ricardo essa proposta de fazer um**  
305 **percurso planejador, onde a ideia seria fazer um curso de metodologias colaborativas virtuais que**  
306 **ao mesmo tempo que seriam um curso para discutirmos temas importantes da educação ambiental,**  
307 **ganharmos habilidades com as ferramentas virtuais e seria uma forma de sistematizar o nosso**  
308 **plano de educação ambiental. Precisamos buscar recursos, mesmo quando não tendo gastos**  
309 **precisamos para pagar os facilitadores. 7. Andamento dos trabalhos – GT Sobradinho** – Com a  
310 palavra Claudio Odilon (Adasa) solicita que a Denise disponibilize o link para que os membros  
311 tenham acesso ao que será produzido dia 11. A empresa foi contratada, tinha que apresentar o  
312 plano de trabalho de acordo com o que tinha sido estabelecido e o que foi apresentado a Comissão  
313 de acompanhamento não aprovou. O trabalho voltou para que eles pudessem refazer, e em abril  
314 aprovamos o plano e depois de aprovado, verificou-se que teria de alterar o cronograma de  
315 atividades e isso atrasou a entrega dos trabalhos. A previsão era acabar no final de 2020 e agora



**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PARANAÍBA NO  
DISTRITO FEDERAL - CBH PARANAÍBA-DF**

**ATA DA 43ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

316 está previsto acabar em setembro de 2022. A Votorantim é a pagadora dos serviços ambientais,  
317 passava de um ano para o outro e saía do planejamento da empresa. Eles autorizaram e o plano foi  
318 totalmente aprovado, nós acreditamos que em setembro do ano que vem, tenhamos esse plano  
319 totalmente concluído. Irei disponibilizar o cronograma de atividades para que todos tenham acesso.  
320 Uma outra ação que tinha sido proposta era a da vistoria do primeiro trecho, precisamos startar  
321 processos para alguns órgãos que precisam ser notificados. Isso ficou a cargo do Ibram mas o  
322 responsável teve alguns problemas de saúde. Acredito que até o final do mês esse processo passe  
323 pelo Comitê, para que possamos tratar isso juntamente com os órgãos afins. Quanto a um outro  
324 cronograma de atividades que foi estabelecido no final do ano passado, estávamos esperando  
325 concluir o processo de contratação da GTAF, empresa contratada, para que pudéssemos seguir em  
326 frente. Precisávamos saber como estavam os encaminhamentos dos estudos, para daí então  
327 efetivamente trabalharmos os estudos. Lembro a todos que dia 09 de maio será o dia do Ribeirão  
328 Sobradinho, de acordo com a Lei Distrital 6031/2017 de autoria do Deputado Wasni de Roure, e  
329 sancionada pelo Governador Rodrigo Rolemberg. Por conta da pandemia, iremos fazer uma live  
330 no dia 13 de maio e iremos divulgar no comitê para que as pessoas possam participar da  
331 comemoração, inclusive a data marca o aniversário de Sobradinho. Com a palavra Ricardo que  
332 coloca a questão dos níveis 04 no Ribeirão Sobradinho; que a comunidade almeja que se chegue  
333 ao nível 02. Com a palavra Renan (Caesb) com relação ao enquadramento sempre tem o  
334 questionamento do Estado do Goiás, que a água chega ruim lá. Temos sempre que lembrar que a  
335 estação de tratamento de esgoto está entre as melhores do Brasil.

336 **8. Andamento dos trabalhos – GT PSA** – Com a palavra Renan (Caesb) com relação ao PSA  
337 informa que a Caesb está se organizando internamente, provavelmente terá uma área para cuidar  
338 disso. Tem toda uma questão que a resolução traz de responsabilidade e que irão continuar com o  
339 GT a disposição e aprofundando os conhecimentos no PSA. Com a palavra, Devanir (Adasa) quero  
340 participar do GT e que também está representando a Adasa no Plano de Desenvolvimento Rural  
341 Sustentável. Teremos a possibilidade de fazer uma ponte e estou disponível pra tratar e contribuir.  
342 Com a palavra o presidente, que cumprimenta e agradece a participação de todos os membros  
343 presentes, encerrando assim a presente reunião desse Comitê.

344  
345  
346  
347  
348  
349  
350

RICARDO TEZINI MINOTI  
Presidente



**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PARANAÍBA NO  
DISTRITO FEDERAL - CBH PARANAÍBA-DF**

**ATA DA 44ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

1 Às quatorze horas do dia quinze de julho de dois mil e vinte e um, após a verificação da presença  
2 e quórum dos membros do Comitê, iniciou-se, de modo híbrido pelo Sistema virtual  
3 Teams/MsOffice a **quadragésima quarta Reunião Ordinária do Comitê de Bacia Hidrográfica**  
4 **dos Afluentes do Rio Paranaíba no Distrito Federal – CBH Paranaíba-DF**. Estiveram presentes:  
5 *Poder Público*: ICMBio – Maurício Cortines Laxe (Titular) e Grahal Benatti (Suplente); *Adasa* –  
6 Wendel Vanderlei Lopes (Titular) e; *Emater*: Priscilla Regina da Silva (Titular) e Icléa Almeida  
7 de Queirós Silva (Suplente); *Ibram* – Leandro Salles; *Sema* – Patrícia Valls e Silva (Titular) e  
8 *Mona Grimouth Bittar* (Suplente); *Seduh* – Edna Aires (Titular). *Organizações Cívicas/Sociedade*  
9 *Civil*: Associação de Agricultura Ecológica – AGE - Jorge Artur Fontes Chagas de Oliveira  
10 (Titular) e Universidade Holística Internacional da Paz - Unipaz - Regina Stella Quintas Fittipaldi  
11 (Suplente); Associação dos Produtores Rurais da Reserva A – APRA – Lauro dos Santos Correia  
12 (Titular); Fundação Mais Cerrado – Denise Paiva Agostinho (Suplente); UnB – Ricardo Tezini  
13 Minoti (Titular); Federação das Indústrias do Distrito Federal – FIBRA - Ana Paula de Sousa  
14 Fernandes (Titular) e Fape-DF – Natália Cristina Chagas M. Teixeira (Suplente). *Usuários*:  
15 *Abastecimento Urbano, Coleta, Tratamento de Esgotos, Diluição de Efluentes Urbanos e*  
16 *Hidroeletricidade*: Companhia de Saneamento Ambiental do DF – Caesb – Carlo Renan Cáceres  
17 de Brites (Titular) e Fabio Bakker Isaias (Suplente); *Hidroeletricidade* – CEB – Priscila Paris de  
18 Mendonça (Titular) e Rodrigo Batista de Oliveira (Suplente); *Drenagem Urbana*: - Novacap –  
19 Diana Veronez (Titular) e Hiltton Antonio Domingos Moreira (Suplente); *Usuário de Irrigação*:  
20 Luiz Carlos Pinagé de Lima (Titular). *Irrigação e Uso Agropecuário*: Condomínio do Sistema  
21 de Irrigação Rodeador – Cosir – Ricardo Kiyoshi Sassa (Titular); Teresa Cristina Moreira Corrêa  
22 (Suplente); Associação dos Produtores Rurais do Córrego do Cristal - Maria Selma Lima Kim;  
23 *Usos Não Consuntivos*: Federação Náutica de Brasília – FNB – Carlos Alberto de Miranda Aviz  
24 (Suplente). **Outros participantes**: Engo. Bruno Vicente Marques, presidente do Comitê das Bacias  
25 Hidrográficas dos rios Corumbá, Veríssimo e porção goiana do Rio São Marcos no Estado do Goiás; a Dra.  
26 Rosário Ribeiro e o Mestre Luiz Alves, representantes da ONG SERPARJUS; o Engo. André Luiz da Silva  
27 Moura, representante da ECOTECH Tecnologia Ambiental e Consultoria Ltda.; o Engo. Davi Navarro de  
28 Almeida e os colaboradores Fernando Cornachioni e Matheus Santinello, representantes da RHUMB  
29 Infraestrutura Urbana. Com a palavra o presidente Ricardo Minoti iniciou apresentando o pacto de boa  
30 convivência durante a reunião, prestando as indicações técnicas de uso da plataforma para acompanhamento  
31 da reunião, sobre a solicitação da palavra, gravação da reunião, bem como a necessidade de que as  
32 demandas sejam tratadas de modo objetivo, face extensão da Pauta. Ricardo procedeu, então, à leitura da  
33 pauta a qual constou de: **I – ABERTURA DOS TRABALHOS** – 1. Verificação de presença e  
34 quórum. 2. Aprovação da Ata da 43ª Reunião Extraordinária. **II – ORDEM DO DIA** – 1. Situação  
35 da bacia hidrográfica do ribeirão Santa Maria (DF/GO): (a) Contextualização das problemáticas  
36 da Bacia Hidrográfica. (b) Histórico de ações das representações sociais para a revitalização da  
37 Bacia Hidrográfica. (c) Apresentação da Adasa – monitoramento de qualidade de água e situação  
38 atual do ribeirão Santa Maria no Distrito Federal. (d) Apresentação da Proposta do  
39 Empreendimento Meireles – MRV (Condomínio Meireles – Quinhão 13) – Ecotech Consultoria  
40 Ambiental e RHUMB Planejamento e Urbanismo. (e) Encaminhamentos. 2. Moção a Adasa –  
41 regulamentação do reúso de água no Distrito Federal. 3 - Moção a Adasa – realização de estudo  
42 da qualidade da água e revitalização da BH Sobradinho. 4 - Agendamento reuniões ordinárias  
43 2021. **III – INFORMES GERAIS** – 1. Câmara Técnica do CBH Paranaíba-DF. 2. Plano Anual  
44 de Capacitação – Procomitês (2021). 3. GT – Educação Ambiental. 4. GT – Pagamento por  
45 Serviços Ambientais. 5. GT – Ribeirão Sobradinho. 6. Página do CBH Paranaíba-DF. 7. Informe  
46 Regina Fittipaldi – 7ª Conf. Distrital Direitos Humanos. 8. Informe sobre as representações do



**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PARANAÍBA NO  
DISTRITO FEDERAL - CBH PARANAÍBA-DF**

**ATA DA 44ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

47 CBH nos colegiados do DF. Reestruturação da CABH Adasa 2. Implementação do Plano de Bacia  
48 Hidrográfica do Paranaíba-DF 3. Acompanhamento da situação do enquadramento dos corpos  
49 hídricos superficiais do DF 4. Implementação da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos no DF  
50 5. Execução do Contrato nº 06/2019 do Programa Nacional de Fortalecimento dos Comitês de  
51 Bacia – Procomitês, firmado pela Agência Nacional de Águas e Adasa com a interveniência do  
52 CRH-DF - gerenciamento dos recursos financeiros 6. Andamento dos trabalhos – GTEA 7.  
53 Andamento dos trabalhos – GT Sobradinho 8. Andamento dos trabalhos – GT PSA 9. Outros. **I –**  
54 **ABERTURA DOS TRABALHOS** – 1. Verificação de presença e quórum. Verificou-se a grande  
55 presença de participantes da comunidade na reunião. **II. ORDEM DO DIA – 1) Situação da bacia**  
56 **hidrográfica do ribeirão Santa Maria (DF/GO)** – Com a palavra o Presidente Ricardo que saudou  
57 a todos e declarou aberta a reunião. Apresentou e agradeceu aos convidados para a discussão sobre a  
58 situação da bacia hidrográfica do ribeirão Santa Maria, bacia transfronteiriça que abrange duas unidades da  
59 Federação, Distrito Federal (onde está localizada a região de cabeceira da Bacia Hidrográfica) e Goiás: o  
60 Engo. Bruno Vicente Marques, presidente do Comitê das Bacias Hidrográficas dos rios Corumbá,  
61 Veríssimo e porção goiana do Rio São Marcos no Estado do Goiás; a Dra. Rosário Ribeiro e o Mestre Luiz  
62 Alves, representantes da ONG SERPARJUS; o Engo. André Luiz da Silva Moura, representante da  
63 ECOTECH Tecnologia Ambiental e Consultoria Ltda.; o Engo. Davi Navarro de Almeida e os  
64 colaboradores Fernando Cornachioni e Matheus Santinello, representantes da RHUMB Infraestrutura  
65 Urbana. Ricardo iniciou com uma apresentação sobre a bacia hidrográfica do ribeirão Santa Maria e a área  
66 de abrangência dos dois comitês vizinhos, o CBH Paranaíba-DF e o CBH Corumbá, Veríssimo e porção  
67 goiana do Rio São Marcos no Estado do Goiás. Ricardo contextualizou a importância das bacias situadas  
68 ao sul do DF, principalmente a BH Santa Maria e a BH do ribeirão Alagado, afluente ao Reservatório de  
69 Corumbá-IV, futuro manancial do DF e de G Descreveu a problemática da voçoroca na nascente do ribeirão  
70 Santa Maria, no DF, ocasionada pela criação da área urbana de Santa Maria e dos problemas, na época, de  
71 drenagem urbana. O. Apresentou a localização da Estação de Tratamento de Água do Município do Novo  
72 Gama/GO e do ponto de captação de água no Ribeirão, logo na divisa entre o DF e GO. Apresentou dados  
73 do Plano de Recursos Hídricos dos Afluentes do Paranaíba no Distrito Federal, finalizado em 2019 e  
74 aprovado em 2020, com as características do enquadramento dos corpos d'água da Bacia em classes de  
75 qualidade e os dados de qualidade de água históricos, na “entrega” das águas, na divisa entre DF e GO.  
76 Apresentou a área onde será implantado o Empreendimento Meireles MRV (Quinhão 13) no Distrito  
77 Federal, nas proximidades da nascente do ribeirão Santa Maria, nas proximidades da extensa voçoroca, um  
78 Empreendimento para 2200 pessoas e a perspectiva de urbanização de toda a área da Bacia situada no DF.  
79 Ricardo informou que o CBH Paranaíba-DF entrou com um pedido de sobrestamento do processo de  
80 licenciamento do Empreendimento junto ao IBRAM, que foi adicionado ao Processo IBRAM 00391-  
81 00004660/2019-95, pelo Documento SEI nº 63366099, tendo em vista a fragilidade do território da Bacia  
82 Hidrográfica e o fato de o Licenciamento não ter discutido os possíveis impactos que serão gerados com a  
83 visão de toda a questão hidroambiental associada ao território da Bacia Hidrográfica. Ricardo informou que  
84 realizou conversas preliminares com o Patrick Thadeu Thomas, Superintendente de Regulação de Usos de  
85 Recursos Hídricos da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) sobre a situação da Bacia  
86 e que recebeu a notícia que seria construída uma Estação de Tratamento de Efluentes da Saneago no lado  
87 goiano para o aprimoramento da coleta, afastamento e o tratamento de esgotos, principalmente dos  
88 municípios do Novo Gama e Valparaíso (GO). E relatou que o Patrick informou, também, sobre o início da  
89 captação de água para abastecimento da região no reservatório de Corumbá IV e a perspectiva de que a  
90 captação de água para o Município do Novo Gama no Ribeirão Santa Maria, na divisa entre DF e GO,  
91 provavelmente seria encerrada. Ricardo finalizou a apresentação com um mapa mostrando a importância  
92 da recuperação da mata ciliar e proteção do ribeirão Santa Maria, tanto no DF como em Goiás, e adiantou  
93 a solicitação da ONG Serpajus, que seria apresentada posteriormente, sobre a criação de um Parque  
94 Longitudinal no DF e em GO. Após a apresentação inicial, Ricardo passou a palavra para o Engo. André



**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PARANAÍBA NO  
DISTRITO FEDERAL - CBH PARANAÍBA-DF**

**ATA DA 44ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

95 Luiz Moura (ECOTECH) para a apresentação de todas as questões ambientais associadas ao Projeto do  
96 Empreendimento Meireles MRV. André realizou uma apresentação de todas as questões ambientais  
97 relacionadas ao Empreendimento, tanto dos possíveis impactos como das características referentes à  
98 redução ou mitigação dos impactos. Na sequência, Ricardo passou a palavra para o Engo. Davi Navarro  
99 (RHUMB) para a apresentação ao questionamento sobre todos os impactos associados ao saneamento  
100 referentes ao Empreendimento. Davi realizou uma apresentação de todas as questões estruturais e impactos  
101 associados a todas as áreas do saneamento e, também, dos possíveis impactos e das perspectivas de redução  
102 ou mitigação dos impactos referentes ao Empreendimento. Após as apresentações relacionadas ao Projeto,  
103 Ricardo abriu a palavra para as considerações dos representantes do CBH. Diana Veronesi colocou que os  
104 sistemas de drenagem de águas pluviais em Santa Maria (DF) são antigos, adaptados à época. Existem  
105 algumas áreas urbanas que não se ligaram aos sistemas de drenagem. Outra questão se refere à limpeza da  
106 área, a questão dos caminhões de resíduos que podem impactar as redes de águas pluviais. O Engo. David  
107 colocou que existe a necessidade de adequação do canal e a inclusão, em toda a área, de medidas  
108 mitigadoras, como forma de preparar a bacia hidrográfica para que o canal de drenagem construído para a  
109 proteção do solo e impedir o avanço da voçoroca continue a atender a geração. Bruno Marques colocou a  
110 importância da Câmara Técnica de Integração do CBH Paranaíba Federal que tem funcionado como  
111 colegiado importantíssimo para a discussão de questões multilaterais referentes aos comitês afluentes da  
112 bacia do rio Paranaíba. Mas lembrou das questões relacionadas aos dois Comitês, CBH Paranaíba-DF e  
113 CBH dos rios Corumbá, Veríssimo e porção goiana do Rio São Marcos no Estado do Goiás, chamando-os  
114 de “comitês irmãos” em função de a área de abrangência do CBH Distrital receber as águas provenientes  
115 do CBH Goiano e, posteriormente, devolver as águas para Goiás. Parabenizou pela iniciativa em iniciarmos  
116 essas conversas bilaterais nas questões que se referem apenas aos dois CBHs. Colocou a questão das classes  
117 de qualidade em que os rios estão enquadrados, da necessidade de trabalharmos para o atendimento das  
118 classes. Afirmou estarem trabalhando na finalização do Plano de Bacia do CBH Goiano. Que não podemos  
119 almejar a classe 4 para os rios da Bacia. Classe 4 é esgoto e manifestou as preocupações com a qualidade  
120 tendo em vista que o DF é praticamente um usuário das águas do Estado de Goiás. Devido ao avanço da  
121 hora, Ricardo propôs manter o item 1 em pauta, a Situação da bacia hidrográfica do ribeirão Santa  
122 Maria (DF/GO) e que a apresentação da ONG Serpajus fosse postergada para a reunião seguinte do CBH.  
123 A proposta foi aprovada e a ONG Serpajus também concordou com a transferência. Como  
124 encaminhamentos preliminares, Ricardo colocou que novos empreendimentos imobiliários distritais, tanto  
125 na Bacia Hidrográfica do Ribeirão Santa Maria como em outras bacias, principalmente em bacias situadas  
126 ao sul do DF, em função da importante relação com o Estado de Goiás, deverão incluir o Comitê de Bacia  
127 para as discussões, com vistas à necessidade do entendimento dos impactos no âmbito das bacias  
128 hidrográficas. Precisamos garantir a visão sistêmica de todo o território das bacias. E sempre que se tratar  
129 de uma discussão de bacia transfronteiriça, convidarmos um representante do CBH Corumbá, Veríssimo e  
130 porção goiana do São Marcos para garantirmos a visão de montante e, também, a visão de jusante  
131 relacionadas aos usos das águas das bacias. E reforçarmos o interesse do CBH Distrital em apoiar as ações  
132 para a proteção de toda a Bacia, não apenas do lado distrital. Além disso, reforçou a importância de sempre  
133 termos representantes do CBH Paranaíba Federal acompanhando essas discussões, o que geralmente  
134 acontece, por termos representantes do CBH local que também participam do CBH Federal. Foi  
135 manifestado o interesse de que a Classe 2 de qualidade de água no ribeirão Santa Maria seja mantida,  
136 também, no lado goiano. O CBH Distrital deve apoiar, também, esse interesse das comunidades situadas  
137 em Goiás. Devemos apoiar esses esforços. Finalizando os encaminhamentos, nas questões relacionadas ao  
138 saneamento, o CBH Paranaíba-DF deverá solicitar a Novacap a manutenção e recuperação do canal de  
139 águas pluviais da Bacia Hidrográfica do Ribeirão Santa Maria, frente às áreas de degradação do canal que  
140 foram relatadas, lembrando que foi o Canal que impediu a ampliação da voçoroca existente na região da  
141 nascente do Ribeirão. Além disso, outro encaminhamento foi para a necessidade de o processo de  
142 Licenciamento Ambiental desse e de futuros empreendimentos imobiliários amorteceram os lançamentos de  
143 águas pluviais em uma área que já apresenta fragilidade acentuada. Um último encaminhamento preliminar



**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PARANAÍBA NO  
DISTRITO FEDERAL - CBH PARANAÍBA-DF**

**ATA DA 44ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

144 relacionou-se ao lançamento dos esgotos tratados, para que seja evitado o lançamento no ribeirão Santa  
145 Maria, mesmo na parte a jusante do ponto de captação de água para o abastecimento no Município do Novo  
146 Gama, em função das informações relatadas de que o Ribeirão continua a ser utilizado para a balneabilidade  
147 e irrigação de hortaliças na parte goiana em que serve de divisa entre os municípios e respectivas áreas  
148 urbanas do Novo Gama e de Valparaíso. Que os esgotos tratados dos empreendimentos distritais na BH  
149 Santa Maria sejam direcionados para a ETE Santa Maria ou ETE Alagado, na Bacia do rio Alagado, visando  
150 impedir o lançamento no ribeirão Santa Maria no trecho em que divide as áreas urbanas. **2) Moção a**  
151 **Adasa – realização de estudo da qualidade da água e revitalização da BH Sobradinho. 3)**  
152 **Moção a Adasa – Realização de estudo da qualidade da água e revitalização da BH**  
153 **Sobradinho.** Devido ao avançado da hora, Ricardo propôs manter os itens 2 e 3 em pauta, o  
154 encaminhamento foi aprovado por todos. **4) Agendamento das reuniões ordinárias 2021** – Ricardo  
155 explicou a necessidade de cumprirmos a realização de duas ordinárias anuais e realizarmos o  
156 agendamento dessas reuniões. As datas propostas para as duas reuniões ordinárias foi 30.09.2021  
157 (23ª Reunião Ordinária) e 4.11.2021 (24ª Reunião Ordinária). As datas foram aprovadas pela  
158 Plenária. **III. INFORMES GERAIS – 1. Câmara Técnica do CBH Paranaíba-DF** – Não houve  
159 informe. **2. Plano Anual de Capacitação – Procomitês (2021)** - com a palavra o Ricardo,  
160 enfatizou a necessidade da continuidade da participação dos representantes do CBH em processos  
161 de capacitação. Essa participação se justifica pelo aprimoramento dos representantes no  
162 entendimento dos variados aspectos, instrumentos e frentes de ações relacionadas às políticas  
163 Nacional e Distrital de Recursos Hídricos e, também, atender ao plano de capacitação acordado  
164 no âmbito do Procomitês. Ricardo informou, novamente, sobre a ampla gama de cursos oferecidos  
165 pela ANA e reforçou a necessidade de que os cursos realizados sejam informados à Secretaria  
166 Geral do CBH. **3. GT Educação Ambiental** – Denise Agostinho, Coordenadora do GTEA,  
167 realizou o informe sobre as atividades realizadas pelo Grupo. **4. GT Pagamento por Serviços**  
168 **Ambientais** Lauro Correia, Coordenador do GT-PSA, realizou o informe sobre as atividades  
169 realizadas pelo Grupo. **5. GT Ribeirão Sobradinho – Claudio Odilon**, coordenador do GT  
170 Ribeirão Sobradinho, realizou o informe sobre o andamento da elaboração do Relatório da 1ª Visita  
171 Técnica realizada pelo GT para o diagnóstico dos problemas da Bacia Hidrográfica e a expectativa  
172 de retorno da equipe do Brasília Ambiental. Informou, também, sobre as atividades do GETAF. **6.**  
173 **Página do CBH Paranaíba-DF** – com a palavra Ricardo informou que apesar de a existência de  
174 um Site ser uma obrigação estatutária do CBH, e da necessidade de a sociedade ter acesso às  
175 informações atualizadas sobre os documentos e as ações do Comitê, até a realização da Reunião o  
176 Comitê continua sem o apoio da Secretaria Executiva (Adasa) para a solução dos problemas do  
177 Site. O CBH continua a cobrar da Adasa a realização das ações necessárias para a solução dos  
178 problemas. **7. Informe Regina Fittipaldi – 7ª Conferência Distrital de Direitos Humanos** –  
179 com a palavra Regina Fittipaldi (Unipaz) realizou o informe sobre a ocorrência da VII Conferência  
180 Distrital de Direitos Humanos”, no formato virtual, entre os dias 11 e 13 de agosto de 2022. **8.**  
181 **Informe sobre as representações do CBH nos colegiados do DF** – com a palavra Ricardo  
182 informou que a Diretoria do CBH está realizando o esforço de tentar acompanhar as representações  
183 do CBH nos variados colegiados e cobrar um retorno dos representantes, trabalho que era realizado  
184 pela equipe da CABH Adasa até dezembro de 2020, mas até que o apoio da Secretaria Executiva  
185 do CBH (Adasa) seja retomado, o acompanhamento é dificultado. Com a palavra o presidente, que  
186 cumprimenta e agradece a participação de todos os membros presentes, encerrando assim a  
187 presente reunião desse Comitê.

188  
189



CBH PARANAÍBA - DF

**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PARANAÍBA NO  
DISTRITO FEDERAL - CBH PARANAÍBA-DF**

**ATA DA 44ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

190  
191  
192  
193  
194

RICARDO TEZINI MINOTI  
Presidente



**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PARANAÍBA NO  
DISTRITO FEDERAL - CBH PARANAÍBA-DF**

**ATA DA 45ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

1 Às quatorze horas do dia vinte e seis de agosto de dois mil e vinte e um, após a verificação da presença e  
2 quórum, iniciou-se, pelo Sistema virtual Teams/MsOffice a **Quadragesima Quinta Reunião**  
3 **Extraordinária do Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes do Rio Paranaíba no Distrito Federal –**  
4 **CBH Paranaíba-DF**. Estiveram presentes: *Poder Público*: ICMBio – Maurício Cortines Laxe (Titular) e  
5 Grahal Benatti (Suplente); *Adasa* – Hudson Rocha de Oliveira (suplente); Emater: Priscilla Regina da Silva  
6 (Titular) e Icléa Almeida de Queirós Silva (Suplente); Ibram – Leandro Salles e Ivin Martins; Sema –  
7 Patrícia Valls e Silva (Titular) e Mona Grimouth Bittar (Suplente); Seduh – Edna Aires (Titular).  
8 *Organizações Civas/Sociedade Civil*: Associação de Agricultura Ecológica – AGE - Jorge Artur Fontes  
9 Chagas de Oliveira (Titular) e Universidade Holística Internacional da Paz - Unipaz - Regina Stella  
10 Quintas Fittipaldi (Suplente); Associação dos Produtores Rurais da Reserva A – APRA – Lauro dos Santos  
11 Correia (Titular); Fundação Mais Cerrado – Denise Paiva Agostinho (Suplente); UnB – Ricardo Tezini  
12 Minoti (Titular); Federação das Indústrias do Distrito Federal – FIBRA - Ana Paula de Sousa Fernandes  
13 (Titular) e Fape-DF – Natália Cristina Chagas M. Teixeira (Suplente). *Usuários: Abastecimento Urbano,*  
14 *Coleta, Tratamento de Esgotos, Diluição de Efluentes Urbanos e Hidroeletricidade*: Companhia de  
15 Saneamento Ambiental do DF – Caesb – Carlo Renan Cáceres de Brites (Titular) e Fabio Bakker Isaias  
16 (Suplente); *Hidroeletricidade* – CEB – Priscila Paris de Mendonça (Titular) e Rodrigo Batista de Oliveira  
17 (Suplente); *Drenagem Urbana*: - Novacap – Diana Veronez (Titular) e Hilton Antonio Domingos Moreira  
18 (Suplente); *Usuário de Irrigação*: Luiz Carlos Pinagé de Lima (Titular). *Irrigação e Uso Agropecuário*:  
19 Condomínio do Sistema de Irrigação Rodeador – Cosir – Ricardo Kiyoshi Sassa (Titular); Teresa Cristina  
20 Moreira Corrêa (Suplente); Associação dos Produtores Rurais do Córrego do Cristal - Maria Selma Lima  
21 Kim; *Usos Não Consuntivos*: Federação Náutica de Brasília – FNB – Carlos Alberto de Miranda Aviz  
22 (Suplente). O Presidente, Ricardo Minoti, iniciou a reunião saudando a todos e agradecendo a presença do  
23 Presidente do Comitê das Bacias Hidrográficas dos rios Corumbá, Veríssimo e porção goiana do Rio São  
24 Marcos no Estado do Goiás, Bruno Vicente Marques; dos representantes da ONG SERPAJUS, Maria do  
25 Rosário do Nascimento Ribeiro Alves e Luiz Alves da Silva e da representante da Adasa para a apresentação  
26 sobre a Bacia do ribeirão Santa Maria, Juliana Pinheiro Gomes. O Presidente Bruno Marques também  
27 realizou sua saudação. **I – ABERTURA DOS TRABALHOS** – 1. Verificação de presença e quórum. 2.  
28 Aprovação da Ata da 44ª Reunião Extraordinária. **II – ORDEM DO DIA** – 1. Situação da bacia  
29 hidrográfica do ribeirão Santa Maria (DF/GO): a. Histórico de ações das representações sociais para a  
30 revitalização da Bacia Hidrográfica. b. Apresentação da Adasa – monitoramento de qualidade de água e  
31 situação atual do ribeirão Santa Maria no Distrito Federal. c. Encaminhamentos. 2. Moção a Adasa –  
32 regulamentação do reúso de água no Distrito Federal. 3. Moção a Adasa – realização de estudo da qualidade  
33 da água e revitalização da BH Sobradinho. **III – INFORMES GERAIS** – 1. Situação da qualidade da água



**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PARANAÍBA NO  
DISTRITO FEDERAL - CBH PARANAÍBA-DF**

**ATA DA 45ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

34 do lago Paranoá (Adasa). 2. Solicitação de uso de recursos para o GTEA e GT PSA – Procomitês (Adasa).  
35 3. Situação do sítio eletrônico do CBH Paranaíba-DF. 4. Procomitês – Avaliação 2020 – Metas Procomitês  
36 (Adasa). 5. Plano Anual de Capacitação – Procomitês – 2021 (Adasa). 6. Situação da contratação de  
37 instituição para apoio aos trabalhos dos CBHs do DF (Adasa). 7. Ofício nº 1022/2021 – 1ª  
38 PRODEMA/MPDFT e solicitação de prorrogação de prazo ao CRH – encaminhamentos da Resolução CRH  
39 Nº 7 de 20/11/2020. 8. Organização do 4º EICOB - 2021. 9. Manifestação CBH – Audiência Pública  
40 003/2021 – Adasa. 10. GT – Educação Ambiental. 11. GT – Pagamento por Serviços Ambientais. 12. GT  
41 – Ribeirão Sobradinho. 13. Outros. O Presidente Ricardo procedeu, então, à leitura da pauta a qual constou  
42 de: **I – ABERTURA DOS TRABALHOS – 1. Verificação das presenças e quórum.** Verificou-se a grande  
43 presença de representantes das comunidades na reunião. Informações gerais quanto ao pacto de boa  
44 Convivência durante a reunião. A aprovação da ata não ocorreu devido a um problema técnico durante a  
45 gravação no aplicativo “Teams” e a conseqüente elaboração da ata. A proposta acordada foi a elaboração  
46 de uma minuta com base em informações anotadas a ser enviada a todos os membros do CBH e  
47 participantes da Reunião para suas contribuições. **II. ORDEM DO DIA – 1.** Situação da bacia hidrográfica  
48 do ribeirão Santa Maria (DF/GO): a. Histórico de ações das representações sociais para a revitalização da  
49 Bacia Hidrográfica. Com a palavra o Presidente Ricardo que responde ao questionamento do Bruno  
50 Marques (Presidente do Comitê das Bacias Hidrográficas dos rios Corumbá, Veríssimo e porção goiana do  
51 Rio São Marcos no Estado do Goiás) ocorrido na 44ª Reunião Extraordinária do CBH Paranaíba-DF,  
52 afirmando que em função dos limites territoriais das bacias hidrográficas não respeitarem os limites  
53 geopolíticos entre o Distrito Federal e o Estado de Goiás, torna-se muito importante a articulação com os  
54 demais comitês afluentes da Bacia do rio Paranaíba, reforçando a importância da reunião que dava  
55 continuidade às discussões sobre a BH Santa Maria. Destacou que o DF herda um conjunto de problemas  
56 urbanos gerados, inclusive, pelo acelerado aumento populacional e ocupação intensiva do território por  
57 áreas urbanas. O DF tem trabalhando para minimizar esse crescimento populacional desordenado e entregar  
58 água com qualidade e quantidade desejada para a sua população e para os estados vizinhos. Entendemos  
59 que a urbanização vai continuar avançando e isso repercute na qualidade das águas distritais que são  
60 drenadas para as bacias do Corumbá e do São Marcos, no Estado de Goiás. Isso é uma preocupação para  
61 todos do Distrito Federal e o motivo de convidarmos o CBH Goiano para acompanhar as discussões sobre  
62 a BH Santa Maria é ampliarmos a nossa articulação e mostrar que o CBH Paranaíba-DF não irá se omitir  
63 quanto às discussões importantes que temos que enfrentar. O Comitê identificou um novo empreendimento  
64 imobiliário em processo de licenciamento. Entramos com um pedido de sobrestamento junto ao órgão  
65 licenciador do DF, a fim de iniciarmos uma discussão com visão integrada de toda a Bacia Hidrográfica.  
66 Começamos a discussão na última reunião do CBH Paranaíba-DF (44ª RE) e estamos dando continuidade



**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PARANAÍBA NO  
DISTRITO FEDERAL - CBH PARANAÍBA-DF**

**ATA DA 45ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

67 na reunião de hoje. Entendemos que esse é o nosso papel e que devemos chamar à atenção das diversas  
68 instituições distritais para a importância da análise integrada. É muito importante pensarmos no crescimento  
69 populacional e no que está por vir. Isso serve para alertarmos todas as instituições, Caesb, Novacap, Adasa,  
70 Terracap, Ibram, ICMBio, entre outras, para que as ações no DF, inclusive o desenvolvimento de novos  
71 empreendimentos nas bacias, devem ser planejadas de maneira integrada com a visão das bacias  
72 hidrográficas. É importante deixar claro que, diante da área de abrangência da bacia hidrográfica ocupar o  
73 território do DF e do Estado de Goiás, queremos unir os nossos esforços com o CBH dos rios Corumbá,  
74 Veríssimo e porção goiana do Rio São Marcos do Estado do Goiás. É importante que o ribeirão Santa Maria  
75 atinja classe 2 de enquadramento. Essa classe deverá ser mantida até o local onde será construída uma nova  
76 Estação de Tratamento de Esgotos da Saneago, no lado goiano. Reforço que estamos juntos com o CBH  
77 Goiano na luta para que o Ribeirão atinja essa Classe de Qualidade. Para isso, temos a intenção de  
78 aprovarmos uma moção, se essa for a vontade do CBH Paranaíba-DF, para que possamos mostrar ao Comitê  
79 do Paranaíba Federal que isso é fundamental para atingirmos um nível de qualidade que é almejado pela  
80 população situada na região a jusante da bacia, já no Estado de Goiás, nos municípios do Novo Gama e  
81 Valparaíso, para que essas populações possam recuperar os usos que dispunham, historicamente, e que  
82 almejam reconquistar na atualidade, tais como a recreação de contato primário e a irrigação de hortaliças.  
83 A discussão sobre a bacia do Corumbá no DF abrange a bacia do rio Alagado, que deságua no reservatório  
84 de Corumbá IV, futuro manancial de abastecimento humano para Goiás e para o DF e esperamos que a  
85 captação no Reservatório seja iniciada ainda em 2021. A bacia do Alagado e do ribeirão Santa Maria servem  
86 de limites para o município do Novo Gama. No Leste, o ribeirão Santa Maria divide os municípios do Novo  
87 Gama e Valparaíso. Do lado oeste, o rio Alagado divide os municípios do Novo Gama e de Santo Antônio  
88 do Descoberto. A discussão desta Reunião será voltada para a bacia do Santa Maria, mas as discussões  
89 relacionadas à bacia do Santa Maria têm repercussão, também, na situação da bacia do Alagado. A bacia  
90 do ribeirão Santa Maria nasce no DF e depois segue para Goiás. Hoje temos uma captação de água para  
91 abastecimento humano do Novo Gama que abastece 60% da população, logo na divisa entre o DF e GO.  
92 Ricardo apresentou os dados de qualidade de água relacionados ao Plano da Bacia do Paranaíba-DF, dados  
93 anteriores ao ano de 2019. Apesar dos dados apresentarem condição de classe 4 para o parâmetro  
94 Coliformes no passado, dados recentes mostram que o DF entrega água com boas condições de qualidade.  
95 Apesar de servir como manancial de abastecimento humano, apresenta uma imensa voçoroca em sua  
96 nascente gerada pelo processo de urbanização da Região Administrativa de Santa Maria (RA Santa Maria).  
97 Então, a preocupação é não deixarmos mais esse tipo de degradação ocorrer no futuro, nas bacias que  
98 nascem no DF e seguem para Goiás. A preocupação se relaciona aos esgotos e às águas de drenagem pluvial  
99 de novos empreendimentos e os possíveis efeitos cumulativos em bacias que apresentam declividade



**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PARANAÍBA NO  
DISTRITO FEDERAL - CBH PARANAÍBA-DF**

**ATA DA 45ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

100 acentuada e maior fragilidade. O projeto do Quinhão 13 foi apresentado, mas a preocupação é com o que  
101 está por vir para os próximos anos. Sabemos que a área da BH Santa Maria deverá ser intensamente  
102 urbanizada nos próximos anos. A preocupação nesse momento é com a revitalização do canal de drenagem  
103 construído para conter a expansão da voçoroca, para que não tenhamos novas degradações na Bacia. A  
104 outra questão é o esgoto. Constava no projeto, como um dos cenários, que o novo empreendimento lançaria  
105 os esgotos tratados a jusante do ponto de captação de água para o Novo Gama, em Goiás, trecho enquadrado  
106 como Classe 2 e que continua a ser utilizado pela população do Novo Gama e de Valparaíso para irrigação  
107 de hortaliças e balneabilidade. Por outro lado, a questão que deve ser analisada pelo CBH é que o esgoto a  
108 ser gerado pelo Empreendimento, e por outros empreendimentos que serão licenciados na Bacia no futuro,  
109 que deverão ser tratados na ETE Santa Maria ou ETE Gama, sobrecarregue a bacia do rio Alagado. Todas  
110 essas questões reforçam a importância de que cada novo empreendimento imobiliário a ser desenvolvido  
111 nessa região da bacia do Corumbá no DF seja analisado de maneira integrada em relação aos territórios das  
112 bacias hidrográficas. Após a contextualização inicial, a palavra foi passada à Maria do Rosário do  
113 Nascimento Ribeiro Alves, representante da ONG SERPARJUS. O SERPAJUS fica situado no bairro  
114 Pedregal, Município do Novo Gama (GO), e apresenta uma atuação na recuperação da bacia do ribeirão  
115 Santa Maria tanto em Goiás como no DF. Rosário iniciou a apresentação sobre o histórico do projeto de  
116 recuperação do ribeirão Santa Maria no DF. Chamou à atenção para a área da voçoroca, localizada na região  
117 da nascente do Ribeirão, no DF, área que exige maior esforço de recuperação no momento. Informou se  
118 tratar de uma área extensa, onde a degradação afetou consideravelmente a qualidade da água na Bacia em  
119 diferentes momentos. Apresentou fotos de 1984 relatam como era a área antes da degradação gerada pela  
120 voçoroca. A comunidade usava o Ribeirão para o lazer. Em 1996 as imagens mostram que ainda existia  
121 uma condição do ribeirão Santa Maria que propiciava usos recreativos. Contextualizou o movimento “Água  
122 para todos”, ocorrido entre 1985 e 1988, voltado à disponibilização de água para o abastecimento da  
123 população do bairro do Pedregal. O movimento propiciou o início da captação de água no Ribeirão para  
124 abastecer a cidade do Novo Gama que, até então, ainda não dispunha de água encanada. Foi realizado um  
125 estudo e verificou-se que o ribeirão tinha capacidade para abastecer a cidade. Em 2001, com a construção  
126 da quadra 516 de RA de Santa Maria Norte, ocorreu o início da degradação da região da nascente do  
127 Ribeirão. Na época a comunidade começou a se mobilizar, pois começou a ficar sem água para o  
128 abastecimento. A construção dessa área da RA de Santa Maria foi planejada, pois recebeu autorização do  
129 Governo Distrital, mas não houve o planejamento adequado para as questões ambientais e preservação da  
130 nascente do Ribeirão. Além disso, também existiam os areais. Lugar onde pessoas coletavam areias e  
131 vendiam para a construção da Santa Maria e residências do Céu Azul, Pedregal e Valparaíso. A partir daí,  
132 a comunidade percebeu a necessidade de preservar o Ribeirão que era essencial para o Novo Gama. A



**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PARANAÍBA NO  
DISTRITO FEDERAL - CBH PARANAÍBA-DF**

**ATA DA 45ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

133 mobilização da comunidade contou, sempre, com o apoio da Universidade de Brasília na realização de  
134 variados estudos. A comunidade entrou em contato com representantes de várias instituições dos poderes  
135 públicos. Na época, a Saneago informou que houve uma diminuição da vazão, alteração da qualidade da  
136 água do Ribeirão e, na sequência, foi o Estado de Emergência pela Prefeitura do Novo Gama. A partir desse  
137 momento o movimento organizou junto aos vereadores municipais uma petição para o Ministério Público  
138 para que houvesse a descontinuidade da captação pela Saneago. Daí, o SERPAJUS iniciou um projeto  
139 chamado “O meio ambiente é o meio da gente”. Rosário informou que partiu do SERPAJUS a iniciativa de  
140 reunir a comunidade e correr atrás dos órgãos competentes para que o projeto para a revitalização do  
141 ribeirão Santa Maria, no DF e em GO, fosse iniciado. Em 2002 foram realizados eventos na sede do  
142 SERPAJUS, entre eles o 1º e 2º encontros em defesa do Ribeirão, com a presença de vários deputados.  
143 Realizaram mutirões com a comunidade para o plantio de árvores ao longo de toda a BH do ribeirão  
144 Sobradinho voltados à recuperação do ribeirão, visitas à voçoroca, vistorias. Em 2003 foi realizado o  
145 “Fórum do Entorno Sul em Defesa do Meio Ambiente” e no mesmo ano realizaram o “5º Encontro do  
146 Movimento em Defesa das Águas”. O movimento era coordenado, na época, pela UnB e a Câmara  
147 Legislativa do DF, pelo mandato do Deputado Chico Floresta. A mobilização passou a ocorrer, também,  
148 no Novo Gama. Em 2004 realizaram um curso de capacitação dos professores da rede pública com o intuito  
149 de conscientização sobre a questão do Ribeirão. Foi um curso de 6 meses, coordenado pela professora Leila  
150 Chalub-Martins da Faculdade de Educação da UnB. Em 2014, baseado no mestrado do Luís Alves, o  
151 Serpajus elaborou um novo projeto, intitulado “Projeto do Ribeirão Santa Maria e suas Nascentes”. Desde  
152 2014 a ONG tem desenvolvido esse projeto nas escolas do município do Novo Gama e em algumas escolas  
153 de Santa Maria/DF e, mais recentemente no formato virtual. Nesse curso são trabalhados temas relativos  
154 às questões hídricas, produzem mudas com as crianças e sempre o curso termina com o plantio dessas  
155 mudas as margens do ribeirão Santa Maria em parceria com a Secretária de Educação do município de  
156 Novo Gama. Em 2016 foi realizado o plantio de 700 mudas na região da cabeceira, margeando a voçoroca.  
157 Porém um chacareiro ateou fogo na plantação. Fizemos uma denúncia, entramos com uma petição no  
158 Ministério Público do DF. A partir dessa petição fizemos em conjunto com o MP uma vistoria em 2017,  
159 ilustrada com fotos na apresentação. Constataram que a devastação ocorreu no lugar onde foi realizado o  
160 plantio das mudas. Desde 2018, e até mesmo em 2021, durante a Pandemia, o Serpajus conseguiu plantar  
161 2.860 mudas para a recuperação da BH Santa Maria. Com a participação de estudantes e pessoas da  
162 comunidade e o apoio da administração da Santa Maria, igrejas e várias associações. De 2001 até 2021  
163 chegaram a plantar cerca de 30 mil mudas. Rosário apresentou fotos comparando a situação da área da  
164 voçoroca, no DF, no ano de 2001, totalmente degradada, e imagens atuais. A mudança foi notável. A ação  
165 partiu exclusivamente da organização da sociedade e não do Governo do Distrito Federal ou da prefeitura



**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PARANAÍBA NO  
DISTRITO FEDERAL - CBH PARANAÍBA-DF**

**ATA DA 45ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

166 de Novo Gama, embora em alguns momentos ocorreu o apoio da RA de Santa Maria. O movimento luta  
167 pelo ribeirão Santa Maria porque dele depende a sobrevivência da população do Novo Gama. A palavra foi  
168 passada ao Luiz Alves da Silva, outro representante da ONG SERPARJUS, a fim de complementar a  
169 apresentação. Luiz reforçou que o Serpajus luta há mais de 30 anos para a recuperação da bacia do ribeirão  
170 Santa Maria, que dispõem de um conhecimento aprofundado de todos os usos que ocorrem na bacia que  
171 geram impactos no Ribeirão. Trata-se de um corpo hídrico que nos alimenta mais de 60% da população do  
172 Novo Gama. Do lado oeste do ribeirão, no DF, o ribeirão está com suas áreas sendo intensamente ocupadas.  
173 A tendência é que toda a área das margens direita e esquerda do Ribeirão sejam ocupadas nos próximos  
174 anos. Serão construídos verdadeiros vergalhões de moradia e urbanismo, afetando e impactando a  
175 sobrevivência do Ribeirão. Não temos nenhuma objeção à construção dos projetos de moradia, econômicos  
176 e imobiliários, desde que não venham a afetar e destruir a existência do ribeirão. Temos que ter muito  
177 cuidado com todos os impactos que poderão ser gerados não apenas nesse corpo hídrico, mas em toda a  
178 bacia do rio Corumbá. Esses impactos repercutirão na saúde e qualidade de vida dos moradores do Distrito  
179 Federal e dos municípios de Goiás. O objetivo principal é que esses projetos possam ser desenvolvidos  
180 dentro das normas de planejamento urbano e atendendo a todas as condicionantes ambientais e sociais, e  
181 que os recursos destinados desses empreendimentos para a compensação sejam destinados à preservação  
182 do ribeirão Santa Maria e a construção de um Parque Longitudinal, essas são as nossas reivindicações. O  
183 Parque Longitudinal tem a finalidade não só de recuperar, preservar e manter o Ribeirão, mas também  
184 beneficiar a sociedade. A previsão é a de que serão aproximadamente 500 mil pessoas beneficiadas. Se  
185 pegarmos a população do Novo Gama, Santa Maria, Valparaíso e adjacências, incluímos a população que  
186 irá habitar a área no futuro, temos uma população muito grande. A criação de um parque tem como  
187 finalidade a prestação de serviço socioambiental para a população presente e futura. Não temos o direito de  
188 divergir sobre essas questões. O ribeirão é histórico. Assim, quem quiser saber mais sobre essa história,  
189 basta ler sobre Paulo Bertão, Professor aposentado da UnB e já falecido. O ribeirão tem um papel essencial  
190 e vital para a qualidade de vida da população do Novo Gama e de Valparaíso. Nosso objetivo principal com  
191 essa luta para preservar o Ribeirão é para que seja construído esse parque. Sem o parque a população da  
192 região não terá qualquer relação com o corpo hídrico. Com a criação do Parque todas as partes ganham,  
193 inclusive os empreendedores imobiliários, a partir da valorização da área. Ao lado do Goiás temos uma  
194 série de problemas. Na área de compensação virão recursos não só aos projetos de moradia construídos ao  
195 lado do Distrito Federal, mas também ao lado do estado de Goiás, com a construção das novas ETA e ETE.  
196 Todos esses recursos podem muito bem serem destinados para o encaminhamento das soluções, sejam  
197 curto, médio e longo prazos, na solução dos problemas históricos relacionados à ocupação da Bacia,  
198 principalmente pelos problemas ocasionados com o surgimento da área de Santa Maria. A palavra foi



**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PARANAÍBA NO  
DISTRITO FEDERAL - CBH PARANAÍBA-DF**

**ATA DA 45ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

199 passada à Rosário Ribeiro que concluiu a apresentação do SERPAJUS dizendo que o objetivo da  
200 manifestação da ONG no CBH Paranaíba-DF foi a solicitação do atendimento de 4 pontos principais: 1.  
201 Apoio do CBH Paranaíba-DF para a recuperação da área da voçoroca e das nascentes do ribeirão Santa  
202 Maria no DF, com o retorno da qualidade de água ao nível 2. 2. Recuperação e proteção da área de APP no  
203 DF, área de Proteção de Manancial que não está sendo preservada. 3. Criação de parque longitudinal para  
204 a proteção de APP. 4. Apoio do CBH Paranaíba-DF na criação do parque longitudinal na área de Goiás, para  
205 que os municípios de Valparaíso e Novo Gama possam desfrutar da mesma condição e proteção de área  
206 verde que poderá ser desfrutada no DF caso o Parque venha a ser criado. Rosário citou a fala do Bruno  
207 Vicente Marques, Presidente do CBH Corumbá, Veríssimo e porção goiana do São Marcos/GO, que ainda  
208 estamos muito atrasados em relação as políticas ambientais. Por isso Rosário completou que vieram pedir  
209 ajuda, socorro, ao ribeirão Santa Maria e suas nascentes. Com a palavra o presidente Ricardo que agradeceu  
210 a participação do SERPAJUS e à apresentação do histórico de lutas realizado pela ONG, parabenizando os  
211 trabalhos realizados. Na sequência a palavra foi passada ao Bruno Vicente Marques, que parabenizou o  
212 trabalho da Rosário e do Luiz, que estão há mais de 30 anos lutando pela preservação do ribeirão Santa  
213 Maria. Estamos entregando o nosso plano de bacias e o produto anterior à consolidação é o enquadramento  
214 ao nível 2 de qualidade, pois a região do DF gera muitas preocupações, pois uma parte dos rios dificilmente  
215 serão enquadrados em classe dois, pois a maioria é classe 3 ou 4. Então acende um alerta quando vemos a  
216 expansão urbana como foi citado pela Rosário e o Luiz. Indústria, comércio, mercado imobiliário e  
217 construção civil são os quatro mercados que avançam e o resto ficam só com as migalhas. Salienta a  
218 importância quanto aos domínios de territórios. A palavra foi passada ao Presidente, Ricardo Minoti, que  
219 colocou que a luta é conjunta, do Comitê Federal e demais comitês, órgãos gestores e instituições públicas  
220 que trabalham dia a dia nesse território. Temos uma boa perspectiva quanto essa bacia, como foi colocado  
221 pelo Patrick Thomas, da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico em conversa telefônica. Já foi  
222 outorgada a construção da ETE pela Saneago que vai coletar e tratar todo o esgoto dos municípios goianos  
223 e talvez, até mesmo, do DF. De qualquer forma isso não vai bastar. Nós, no DF, o máximo que podemos  
224 fazer é fomentar essa discussão que está ocorrendo e encaminharmos as demandas sociais para que o Poder  
225 Público Distrital dedique especial atenção à Área de Proteção de Manancial que se localiza em toda a área  
226 da Bacia situada no DF. O CBH Paranaíba-DF já realizou algumas reuniões voltadas a essa questão,  
227 inclusive com um dos proprietários das terras situadas em toda a margem direita do Ribeirão no DF. Esse  
228 proprietário está disposto a apoiar os projetos de revitalização da Bacia. Mas o esforço deve ser conjunto e  
229 contínuo, tem de ser um projeto de revitalização da Bacia nas duas unidades da Federação como está sendo  
230 proposto. A parte de revitalização é uma responsabilidade nossa aqui do DF para a proteção dos Mananciais  
231 e recuperação da área da voçoroca, um passivo da ocupação urbana no DF. Precisamos atuar para proteger



**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PARANAÍBA NO  
DISTRITO FEDERAL - CBH PARANAÍBA-DF**

**ATA DA 45ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

232 a área de APP do Ribeirão aqui no DF. E devemos apoiar a ideia de criação do Parque Longitudinal. Na  
233 sequência o Presidente passou a palavra à Juliana da Adasa a fim de trazer uma apresentação sobre a  
234 qualidade da água do ribeirão Santa Maria que o DF está entregando para o Estado de Goiás. Com a palavra  
235 Juliana que cumprimenta os membros do comitê e inicia sua apresentação. Monitoramento da qualidade da  
236 água na unidade hidrográfica de Santa Maria. O enquadramento dos corpos hídricos no DF foi baseado nas  
237 resoluções do CRH-DF nº 1 e 2/2014 e o ribeirão Santa Maria é enquadrado como classe 2. E como esse  
238 enquadramento de acordo com os usos para o qual foi destinado o ribeirão. Com classe 2 é destinado à  
239 proteção de equilíbrio natural das comunidades aquáticas, proteção das comunidades aquáticas, recreação  
240 de contato primário, aquicultura, abastecimento para consumo humano, desde que haja um tratamento  
241 convencional, recreação de contato secundário, pesca, irrigação de hortaliças e frutíferas, dessedentação de  
242 animais navegação, harmonia paisagística. O ribeirão é enquadrado como classe 2. Trouxe essa introdução  
243 para que todos tenham o entendimento de qual é o objetivo do monitoramento da qualidade da água. Esse  
244 monitoramento tem como objetivo avaliar a compatibilidade da água do ribeirão com os usos para o qual  
245 foram destinadas. Ou seja, a compatibilidade com o enquadramento. Hoje a Adasa tem uma rede ampla de  
246 compatibilidade que abrange todo o DF e na unidade hidrográfica do Santa Maria, temos um ponto  
247 localizado no ponto de entrega da unidade hidrográfica para o estado do Goiás que chamamos de ponto de  
248 controle ou exutório da bacia. Esse monitoramento é realizado trimestralmente e venho apresentar esses  
249 dados consolidados do período de 2015 a 2021. Uma primeira análise sobre a demanda bioquímica de  
250 oxigênio e o oxigênio dissolvido. O destaque desses dois parâmetros vai nos apresentar uma análise da  
251 concentração, ou seja, da quantificação de matéria orgânica presente no corpo hídrico. A demanda  
252 bioquímica de oxigênio, quanto maior, pior. Pelo enquadramento, o valor de referência para a classe 2  
253 estabelecida pela CONAMA 357/2005 é de que a concentração da DBO seja inferior a 5mg/L. Observa-se  
254 que as coletas naquele ponto mostrado no mapa, todas elas apresentaram uma concentração inferior a 5, ou  
255 seja, atendendo o estabelecido pelo enquadramento. O oxigênio dissolvido já é uma outra análise, quanto  
256 maior, melhor. o valor de referência que nos traz a CONAMA para corpos hídricos enquadrados como  
257 classe 2, superior a 5mg/L, então observa-se que nas coletas de 2015 a 2021 todas atenderam ao estabelecido  
258 pela resolução CONAMA. Avaliando um pouco mais os dados de monitoramento, temos os indicadores. A  
259 Adasa hoje apresenta 2 indicadores que é o Índice de Qualidade da Água, que é o indicador de matéria  
260 orgânica na água, que leva em consideração cerca de 9 parâmetros, para obter a avaliação da condição e no  
261 período de 2015 a 2021 que são coletas trimestrais, observa-se uma prevalência da condição boa e ótima  
262 desse ponto do ribeirão. O outro indicador, índice de conformidade ao enquadramento-ICE, é um indicador  
263 que avalia o quão o corpo hídrico está apresentando dados que estão mais próximos ou mais afastados do  
264 enquadramento, ou seja, da classe 2. Esse indicador leva em consideração um conjunto de cinco parâmetros.



**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PARANAÍBA NO  
DISTRITO FEDERAL - CBH PARANAÍBA-DF**

**ATA DA 45ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

265 É um indicador apurado anualmente é nessa apuração anual, verifica-se que houve uma variabilidade  
266 regular afastado, mas que nos 2 últimos anos, 2019 e 2020 o ICE mostrou uma condição como adequada.  
267 Ou seja, onde a qualidade da água apresenta pequenos desvios onde não tem enquadramento. Acho que é  
268 importante termos o conhecimento que essas variações dos parâmetros em si dos indicadores de qualidade  
269 é algo que é possível de ocorrer, algo comum em função da dinâmica de uso e ocupação do solo e  
270 consequentemente da poluição difusa gerada com a ocupação urbana. O que não pode acontecer é que essa  
271 condição se torne permanente, por isso, a importância da continuidade do monitoramento e a apuração  
272 desses indicadores para que a gente avalie o comportamento do ribeirão ao longo do tempo. Os dados de  
273 qualidade do DF, não só do ribeirão Santa Maria, estão disponíveis para a sociedade no sistema de  
274 informações de recursos hídricos. Lá temos os dados e os indicadores no qual vocês mesmos podem ter  
275 acesso. Os dados disponíveis podem ser comparados aos valores estabelecidos. Temos um panorama no  
276 ponto de entrega do Ribeirão. Com a palavra o Ricardo que pergunta se existem dúvidas sobre a  
277 apresentação. Ricardo colocou que foi observada uma melhora significativa na qualidade da água na saída  
278 do DF ao longo dos anos. Com a palavra o Luíz, colocou que acompanhou o enquadramento dos indicadores  
279 nos corpos hídricos no CONAMA em 2005 e, enquanto cidadão, lamenta o instrumento quando não visa  
280 uma melhoria da qualidade, quando apenas mantém uma margem cômoda para a geração da poluição. Com  
281 a palavra o Ricardo disse que agora o comitê de bacias está com todas as informações sobre o histórico da  
282 bacia, o trabalho que a gestão vem realizando no DF e o histórico de lutas sociais pela recuperação do  
283 Ribeirão. O principal movimento é do Novo Gama, então é o Goiás vindo no DF fazer essas solicitações  
284 para recuperar essa voçoroca. Fomos informados de que no ano passado uma criança cadeirante chegou a  
285 cair nessa voçoroca, então é uma área perto da região urbana. Temos uma preocupação com isso e,  
286 consequentemente, com a manutenção desse canal de águas pluviais frente aos novos empreendimentos e  
287 a manutenção do canal para que não tenhamos novos problemas. A segunda preocupação é com as cargas  
288 dos novos empreendimentos, as cargas de esgotos que vão ser geradas. Temos o conhecimento dos impactos  
289 que o aumento das cargas de poluição pode gerar na BH do ribeirão Santa Maria. E, com o direcionamento  
290 das cargas para a bacia vizinha, estaremos levando as cargas para a bacia do rio Alagado, cargas que irão  
291 atingir nosso futuro manancial de abastecimento humano, o Reservatório de Corumbá IV, requerendo ainda  
292 tratamentos com níveis mais elevados pela Caesb, repercutindo na necessidade de mais recursos para o  
293 controle da poluição nessas bacias. A terceira questão é a proteção em área de APP, a Área de Proteção de  
294 Manancial da BH do Ribeirão Santa Maria no DF. A motivação do CBH Paranaíba-DF em discutir e apoiar  
295 as ações para a recuperação e o acompanhamento cuidadoso dos novos empreendimentos imobiliários está  
296 colocada. Ricardo solicitou ao Bruno Marques, presidente do CBH Goiano, que abrace também essa causa  
297 na busca pela melhoria das condições do ribeirão Santa Maria no lado Goiano, a fim de favorecer os usos



**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PARANAÍBA NO  
DISTRITO FEDERAL - CBH PARANAÍBA-DF**

**ATA DA 45ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

298 requeridos pelos dois municípios, Novo Gama e Valparaíso, que utilizam as águas desse corpo hídrico até  
299 os dias atuais para fins não compatíveis, atualmente, com a qualidade da água observada em Goiás. Ricardo  
300 propôs, como encaminhamento, a aprovação de uma moção do CBH Paranaíba-DF a ser encaminhada ao  
301 CBH Paranaíba Federal e também para a ANA, Saneago, Caesb e todas as instituições distritais. Com a  
302 palavra Bruno que colocou que o caminho seria a elaboração de duas moções, uma de cada comitê, em  
303 apoio às solicitações. Com a palavra Fábio Bakker, que apoiou as questões postas para o comitê. Indicou a  
304 importância de congregação dos órgãos responsáveis, pois temos parâmetros para endereçar os problemas,  
305 e fazemos uma moção, deliberar e mostrar caminhos, o papel mais importante do comitê nesse processo é  
306 endereçar mesmo, é ajudar no desenho dessas soluções. Disse que no Comitê Federal temos um rito para  
307 desenvolver essas moções, encaminhamos para câmara técnica e a Câmara técnica faz a proposta da moção.  
308 Chega um assunto, discutimos, encaminhamos para a câmara técnica e a câmara técnica desenha a minuta  
309 da moção o comitê aprova e encaminha. Colocou que não tem ciência se existe esse rito aqui no CBH  
310 Paranaíba-DF, mas sugeriu encaminhar para a câmara técnica do CBH os itens que se deseja e a CT desenha  
311 a moção e devolve para a plenária para podermos fazer os encaminhamentos. Com a palavra Bruno que  
312 concorda com a colocação de Fábio acrescentando que o encaminhamento faz para a CTI, pois que está na  
313 coordenação sou eu e fica bem mais fácil de termos todas essas questões que movem Goiás e DF. Com a  
314 palavra Ricardo que lê a mensagem de Hiltton Moreira da Novacap que diz: “a visão que a NOVACAP  
315 tem é de que é necessário que seja elaborado um projeto que segregue as áreas que contribuem para o canal  
316 de forma a se realizar o amortecimento das vazões de pico antes de lançá-las no canal hidráulico de Santa  
317 Maria. Assim, propiciaria a suficiência hidráulica ao referido canal. Uma dificuldade seria a locação desses  
318 dispositivos (reservatórios) que realizam o amortecimento das vazões de pico.” Foi um pouco do que foi  
319 abordado aqui quanto ao novo empreendimento, a adoção dessas medidas já sabemos que são as mais  
320 modernas, contrarias ao antigo modelo de reter um pouco essas águas para que não cheguem de uma vez  
321 nesses canais. Em votação realizada via chat ficou definida a instituição do ritual e o encaminhamento dos  
322 textos das moções para a câmara técnica. A solicitação para a elaboração da Moção relacionada à bacia do  
323 ribeirão Santa Maria seria encaminhada para a CT. Dando sequência à pauta, o Presidente Ricardo, discutiu  
324 a data da próxima reunião ordinária, visto que é necessário ter duas reuniões ordinárias no ano e não tivemos  
325 nenhuma. Propondo para 30 de setembro e 04 de novembro, sendo ambas quinta-feira pela tarde. Foi feita  
326 a votação pelo chat onde ninguém se opôs as datas sugeridas pelo Presidente. **2. Moção a Adasa –**  
327 **regulamentação do reuso de água no Distrito Federal.** O Presidente argumenta que na reunião passada  
328 foi aprovada a moção para a Adasa quanto a regulamentação do reuso de água do Distrito Federal e a  
329 realização de estudo da qualidade da água e revitalização da BH Sobradinho. Porém, propôs ao colegiado  
330 para que fosse encaminhada para a CT para que na próxima reunião ordinária fossem discutidas e aprovadas



**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PARANAÍBA NO  
DISTRITO FEDERAL - CBH PARANAÍBA-DF**

**ATA DA 45ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

331 essas moções. Posto em votação todos os membros concordaram quanto ao encaminhamento do texto.  
332 **INFORMES GERAIS – 1. Situação da qualidade da água do lago Paranoá (Adasa).** Com a palavra  
333 Hudson da Adasa que explicou que quando ocorreu o evento, foram coletadas várias amostras de água no  
334 ponto onde aconteceu o incidente. Vale ressaltar que regularmente a Adasa faz a coleta de água no lago  
335 Paranoá, o monitoramento como explicado pela Juliana. Visamos sempre o enquadramento numa  
336 periodicidade maior, de 3 em 3 meses. Neste dia, quando ocorreu o evento, a Adasa solicitou que uma  
337 equipe de campo fosse até o local e fizessem a coleta de várias amostras de água para conseguir identificar  
338 as causas da morte dos peixes e que os resultados das análises não indicaram nada de anormal. Identificamos  
339 que o lago Paranoá recebe muita poluição difusa das águas de drenagens e tudo mais. Os parâmetros que  
340 conseguimos analisar que estiveram fora da resolução CONAMA 357 foram os coliformes termotolerantes  
341 que em alguns pontos é tolerante por causa da poluição difusa. Fora isso, nada foi encontrado e não se  
342 identificou o foco exato. Com a palavra Ricardo que complementa dizendo que a mortandade de peixes por  
343 ter ocorrido em uma região específica ou pode ter sido algo maior que isso. Com isso vemos a importância  
344 de termos recursos para as pesquisas e a Universidade realizando também outros monitoramentos, para  
345 aumentarmos o nível de um sistema que é tão importante para o DF. Estamos a dois anos sem recursos de  
346 pesquisa, tanto federais como distritais e não temos conseguido manter o monitoramento referente às  
347 pesquisas nem no lago Paranoá e nem no reservatório do Descoberto. Com a palavra Carlos Aviz que  
348 pergunta: gostaria de saber se houve alguma providência nas fotos encaminhadas ao Ricardo, porque depois  
349 verificando encontrou muitas algas concentradas no meio do lago Paranoá. Parece que as fotos  
350 encaminhadas são de algas poluídas. Com a palavra Ricardo que responde que a Caesb monitora  
351 intensivamente o lago e solicita informações aos membros da Caesb presente na reunião. Com a palavra  
352 Renan da Caesb que diz ter conversado com o laboratório da Caesb e esse monitoramento qualitativo das  
353 algas e cianobactérias é feito semanalmente. Essa coleta é feita da seguinte forma, eles jogam uma rede e  
354 as algas se concentram ali, daí o biólogo dá um alerta para saber se está caracterizando floração de  
355 cianobactérias ou não. De fato, é possível ver alguns pontos no lago com cianobactérias, mas na análise do  
356 pessoal não se caracteriza esse tipo de floração. É um evento característico da época do ano porque está  
357 calor. Em lugares que tem formação de remanso e lançamento de esgoto clandestino, dá pra ver, mas em  
358 termos de laboratório não existe nada do tipo. Quem está acostumado a ir ao lago nadando ou navegar já deve  
359 ter visto. Hoje temos um cenário bem diferente de 2016, que no meio do lago existia uma concentração  
360 clara, não é o caso agora. Na bacia do iate muitas pessoas já viram e está chamando a atenção. Estamos  
361 acompanhando, mas não é nada que precise de um alerta. Com a palavra Ricardo que complementa dizendo  
362 que o lago Paranoá é um exemplo de recuperação de ambiente aquático no Brasil, mas é um Lago que é  
363 frágil e por esse motivo podemos ter florescimentos de cianobactérias, a depender das condições e cargas



**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PARANAÍBA NO  
DISTRITO FEDERAL - CBH PARANAÍBA-DF**

**ATA DA 45ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

364 aportadas, que são espécies consideradas “ruins” para a qualidade da água. Ricardo solicita ao Carlos, que  
365 está com mais frequência nos clubes, que se identificar a ocorrência de florescimento de algas e  
366 cianobactérias além das áreas de remanso, que traga essas informações ao grupo. **2. Solicitação de uso de**  
367 **recursos para o GTEA e GT por serviços ambientais Procomitês (Adasa).** Ricardo colocou que a  
368 Diretoria do CBH realizou uma solicitação para a Adasa de utilização dos recursos do Procomitês para o  
369 apoio aos trabalhos do GTEA e do GT de Pagamento por Serviços Ambientais. Mas o CBH não recebeu  
370 qualquer retorno da Adasa. **3. Situação do sítio eletrônico do CBH Paranaíba-DF.** Com a palavra o  
371 Presidente que explicou que no início do ano, quando a equipe da CABH Adasa foi desestruturada, a equipe  
372 que apoiava os comitês, após algumas semanas o site do CBH passou a apresentar alguns problemas.  
373 Lembrou que foi realizado, nos anos anteriores, um grande esforço para renovação do Site. Até o início do  
374 ano estávamos com os trabalhos da CABH Adasa com informes mensais no site do comitê. Estávamos  
375 nesse trabalho de comunicação, pois o comitê é um colegiado que visa trazer a sociedade a participar. No  
376 ano passado tínhamos 5 pessoas da equipe da CABH Adasa trabalhando para apoiar os comitês, a Secretaria  
377 Executiva dos CBHs. Uma das pessoas era o João, servidor da Adasa e especialista em TI, que foi quem  
378 estruturou o site dos comitês. Ocorre que agora não temos mais ninguém este ano para o apoio em TI.  
379 Acontece que estamos tendo um apoio básico agora, com a Letícia gravando e fazendo a ata das reuniões.  
380 A nossa base de dados está nos computadores da Adasa, e a partir de março ou abril que foi quando voltamos  
381 a ter um ponto focal na Adasa que ia ajudar os comitês, passamos a ter acesso aos nossos dados. Estamos  
382 desde o início do ano com nosso site fora do ar e isso tem um impacto muito grande. Uma das questões é  
383 que temos a obrigação de disponibilizar para a sociedade os nossos documentos, deliberações, moções a  
384 ata das reuniões. Temos também a obrigação de avisar a sociedade sobre a realização das reuniões, nossas  
385 reuniões são públicas. Nos últimos meses fortalecemos nossas reivindicações com a Adasa sobre a questão  
386 do Site e o Israel repassou essa demanda ao serviço de TI da Adasa e eu entrei em contato com eles. Ocorre  
387 que, nos foi repassado que esse site está com um domínio privado e eles não teriam como manusear o site.  
388 Argumentei que esse era um site de um colegiado do Estado e quem tem a função de dar apoio aos comitês  
389 nesse momento era a Adasa. Eles conseguiram o levantamento da senha e, por fim, disseram que o site foi  
390 construído em uma plataforma diferente da utilizada pela Adasa. Solicitaram, também, o código de  
391 desenvolvimento do site. Ricardo informou que no estatuto do comitê, em seu capítulo VII, das reuniões e  
392 procedimentos, consta que “Art. 21. As reuniões ordinárias e extraordinárias do CBH PARANAÍBA-DF  
393 serão públicas, dando-se à sua convocação ampla divulgação por meio eletrônico, redes sociais e sítio  
394 eletrônico do CBH PARANAÍBA-DF;”. Ricardo disse que para que o regimento seja atendido, é necessário  
395 que o site esteja em pleno funcionamento. Nas últimas reuniões não foi possível realizar a divulgação que  
396 é demandada pelo regimento. A Diretoria do CBH tem realizado a divulgação por outras formas,



**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PARANAÍBA NO  
DISTRITO FEDERAL - CBH PARANAÍBA-DF**

**ATA DA 45ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

397 mobilizando a sociedade a partir de e-mails. A Diretoria entende que é a Adasa, como Secretaria Executiva  
398 do CBH, a responsável por resolver essa situação. Sem o apoio não é possível cumprirmos o regimento do  
399 CBH. Precisamos que o site volte a funcionar e que possamos fazer as divulgações necessárias e que a  
400 sociedade possa ter acesso aos documentos dos comitês. **4. Procomitês – Avaliação 2020 – Metas**  
401 **Procomitês (Adasa) e 5. Plano Anual de Capacitação – Procomitês – 2021 (Adasa).** Ricardo diz que  
402 existe uma preocupação, pois existia um apoio da CABH Adasa, tínhamos que ter mandado um relatório  
403 aprovado pelos CBHs, no início de 2021, para o CRH-DF. Esse relatório ainda não foi elaborado, não houve  
404 manifestação da Adasa nesse sentido. Informamos que para que possamos dar prosseguimento aos trabalhos  
405 do Procomitês, precisamos que a Adasa elabore os documentos necessários. Quem responde isso é a Adasa,  
406 pois a ANA só se relaciona, em relação à implantação do Procomitês, com órgãos gestores estaduais e não  
407 com o CBH. Não temos acesso ao Programa do Procomitês, apenas a Adasa. Então fica esse questionamento  
408 sobre como a Adasa está fazendo para responder as questões dos Procomitês deste ano e do ano passado  
409 que ainda não foi encaminhado. Não podemos perder recursos, estamos sem a cobrança pelo uso de recursos  
410 hídricos, ainda não foi implementada. O Procomitês foi criado para apoiar os comitês do Brasil justamente  
411 nesta fase. São 50 mil reais por ano, por comitê de bacias, 150 mil reais por anos parra o DF e são esses  
412 recursos que não queremos perder. Se não fizermos a lição de casa, no DF, enviando todos os documentos  
413 aprovados no âmbito dos CBHs e do CRH-DF para a ANA, vamos perder esses recursos. Para a Adasa esse  
414 recurso pode não ser muito grande, mas para nós é importante como estamos vendo no caso dos recursos  
415 já mencionados, solicitados para apoio aos trabalhos do GTEA e do GTPSA. Fica mais esse informe  
416 solicitado a Adasa e que permanece sem resposta. **6. Situação da contratação de instituição para apoio**  
417 **aos trabalhos dos CBHs do DF (Adasa).** Ricardo inicia a fala respondendo à pergunta do Pinagé, feita via  
418 chat: “Ricardo, ainda referente a autonomia do CBH Paranaíba DF, pode dar um resumo do andamento da  
419 criação da nossa Agência de Bacia? Ricardo faz uma breve explanação. No chat, Lauro faz a seguinte  
420 colocação: “Sugiro seja solicitado à Adasa, esclarecimentos acerca da implementação da cobrança, para  
421 que possamos implementar providências quanto a criação da Agência de Bacia. Primeiro, uma discussão é  
422 nesse momento que não temos a cobrança instalada no DF, ela está aprovada pelo Conselho de Recursos  
423 Hídricos, e temos uma demanda que já está conosco que é sobre o próximo informe. A diretoria do comitê  
424 de bacias está aqui, em um jogo de ping-pong. O presidente passa a palavra Hudson da Adasa, que coloca  
425 que embora o DF tenha aprovado a cobrança pelo uso aqui no DF, a criação de uma agência de bacias só é  
426 viável com a implementação da cobrança. A cobrança pelo uso que vai financiar a agência de bacias. A  
427 Adasa aprovou a cobrança pelo uso, mas ainda não implementou efetivamente, quando o Distrito Federal  
428 o ente e os comitês e a vontade política vier firme e forte para a implementação da cobrança, será possível  
429 criar ou licitar uma agência de bacias conforme está na lei. Enquanto isso não for feito de verdade a Adasa



**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PARANAÍBA NO  
DISTRITO FEDERAL - CBH PARANAÍBA-DF**

**ATA DA 45ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

430 assume o papel de agência de bacias. Não podemos fazer nenhuma criação sem a implementação efetiva  
431 da cobrança. Avançamos quanto a cobrança e é ela quem vai financiar a agência de bacias. Com a palavra  
432 Ricardo que coloca que existem duas situações, a primeira que o Hudson colocou. A segunda, a criação de  
433 uma estrutura temporária. Nessas nossas reivindicações nesses meses, visto que a equipe da CABH Adasa  
434 foi desmontada, está voltada ao cumprimento pela Adasa da função de Secretaria Executiva. Segundo a  
435 Adasa, por mais que ela mantenha a incumbência de Agência de Bacia e Secretaria Executiva dos CBHs  
436 do DF, será contratar uma organização externa, isso foi o que nos foi colocado na reunião com a diretoria  
437 da Adasa. Com a Palavra Hudson, afirmando que a diretoria vai reunir essa semana para aprovar o projeto  
438 dessa estrutura externa para dar um suporte para os comitês de bacias. Já foi montado um projeto que deve  
439 ser licitado, estamos estudando a melhor forma possível, mas o projeto foi aprovado essa semana para apoio  
440 aos comitês e possivelmente virá uma agência de bacias futuramente com a implementação da cobrança.  
441 Acredito que na próxima reunião possamos ter um informe específico, talvez com um edital de licitação ou  
442 algo mais palpável. A proposta foi aprovada na reunião de diretoria e poderei trazer algo mais descrito que  
443 tem de funcionar como agência de bacias. Hoje os comitês de bacias têm agência de bacias, tem, por lei é  
444 a Adasa. Porém se os comitês querem criar uma entidade delegatária, uma agência independente, aí temos  
445 os mecanismos próprios, temos de implementar a cobrança. Para isso, temos todo aquele processo  
446 licitatório. Agora nesse momento, a Adasa está se esforçando para dar o apoio de agência de bacias para os  
447 comitês e contratando esse embrião, esse suporte para os comitês. Com a palavra Ricardo que reforça a  
448 necessidade de que a Adasa trabalhe para dar esse apoio e a questão do site é um desses apoios. A Adasa  
449 colocou que com essa estrutura que está sendo montada, vamos poder voltar a ter o apoio que tínhamos,  
450 inclusive com suporte de tecnologia da informação. Nesse momento a situação do site é algo que precisamos  
451 resolver. Com a palavra Lauro, sobre a fala do Hudson e sobre o que eu visualizei, concordo que se contrate  
452 essa empresa, já articulando para ela vir a ser uma agência de bacias. Ocorre que pela legislação, quem tem  
453 de contratar uma agência de bacias é o comitê. Nesse caso a Adasa, mesmo que tome as providencias dela,  
454 ela deveria articular com o comitê. Articular a criação que o comitê tem de ter iniciativa da agência de  
455 bacias e não a Adasa. Por isso estou sempre cobrando a questão da agência de bacias e da implementação  
456 da cobrança. Estamos devendo no CRH uma definição sobre isso, sobre que tipo de agência vamos querer,  
457 pois ainda não definimos isso e temos que colocar na pauta do comitê a questão da agência de bacias.  
458 Mesmo que não tenha sido implementada ainda a cobrança, nós já temos de antemão começar a tratar do  
459 nosso modelo de agência de bacias. Temos de nos articular com os 3 comitês, pois a cobrança foi uma  
460 deliberação dos 3 comitês, então entendo que a agência de bacias deveria ser pelos 3 comitês. Primeiro que  
461 podemos começar a pensar em uma agência de bacias, analisando o que demanda a lei. Segundo  
462 analisarmos os mecanismos de cobrança e o comitê solicita ao CRH a autorização para criar a agência de



**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PARANAÍBA NO  
DISTRITO FEDERAL - CBH PARANAÍBA-DF**

**ATA DA 45ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

463 bacias. Apesar de ainda não estar tendo o dinheiro da cobrança, essas definições têm de começar a serem  
464 implementadas. Começando pela Câmara técnica, passando pela plenária, definir uma agência para os 3  
465 comitês, depois temos um outro ponto, o CRH tem de cadastrar essas empresas que vão participar de um  
466 futuro edital de chamamento. Acredito que isso tem de ser feito com os 3 comitês e já fazer a articulação,  
467 para fazermos o correto e futuramente não sofreremos judicialização. Com a palavra Hudson que concorda  
468 com a fala do Lauro e diz que o fortalecimento dos comitês é importante e eles têm de decidir e tomar a  
469 iniciativa e dizer o que eles querem como determina a lei. A Adasa está cumprindo essa função enquanto  
470 os comitês não se fortalecem e se reúnem dizendo o que eles querem. Querem criar uma agência, querem  
471 aderir a ABHA, querem continuar com a Adasa... eles têm de se manifestar e aprovar isso no Conselho. **7.**  
472 **Ofício nº 1022/2021 – 1ª PRODEMA/MPDFT e solicitação de prorrogação de prazo ao CRH –**  
473 **encaminhamentos da Resolução CRH Nº 7 de 20/11/2020.** O Presidente explica que foi o Conselho de  
474 Recursos Hídricos do DF quem fez essa resolução número 7 de 20 de novembro de dois mil e vinte,  
475 encaminhando para os comitês as formas que seriam a criação dos comitês de bacias. Isso veio para os  
476 comitês para discutirmos. No começo do ano com a destituição da CABH Adasa e a Adasa tendo que  
477 assumir o papel de agência de bacias e os 3 meses iniciais nós sem conseguirmos contato com a diretoria  
478 para que tivéssemos esclarecido o que estava acontecendo. Depois disso, começamos a nos reunir com a  
479 diretoria da Adasa para voltarmos a ter uma estrutura de apoio. Daí, passamos a ter um apoio mínimo que  
480 está sendo fornecido nesse momento pelo Dr. Israel, Devanir e a Letícia que participa da equipe. Isso  
481 passamos a ter depois de abril de 2021, quando voltamos a ter algum apoio aos trabalhos. Isso foi  
482 amplamente relatado no CRH-DF, o Conselho acompanha as dificuldades dos comitês e essas dificuldades  
483 que ocorreram neste ano e mesmo depois de termos voltado a ter esse apoio mínimo da Adasa, não temos  
484 mais o apoio que tínhamos. Com tudo isso, não realizamos a discussão que tínhamos 06 meses para realizar  
485 e isso foi comentado na representação do Comitê no Conselho de Recursos Hídricos. Dissemos que tivemos  
486 os trabalhos dos comitês de bacias prejudicados neste ano, estamos sem cumprir uma série de funções que  
487 vocês estão acompanhando. Até agora não conseguimos aprovar o relatório de 2020 e nem o plano de ação  
488 para 2021 e o ano vai acabar. Essa mudança de apoio por não termos mais o apoio que tínhamos. Acontece  
489 que agora acabou o prazo, o CRH encaminhou um ofício para nós, e eu avisei que vamos pedir prorrogação  
490 desse prazo em função dessa situação. O CRH enviou um ofício dizendo que o prazo terminou. O CRH  
491 encaminhou para o Ministério Público dizendo que os comitês não estão cumprindo com o seu trabalho. O  
492 presidente Ricardo faz a leitura do Ofício nº 1022/2021 – 1ª posterior temos o ofício que o Ministério  
493 Público solicita informações quanto a aprovação da cobrança e nós aprovamos, e agora o MP está  
494 solicitando informações sobre a criação das agências de bacias. O Presidente faz a leitura do ofício. Nota-  
495 se que foi feito o procedimento institucional do CRH ao Ministério Público, pois os comitês não cumpriram



**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PARANAÍBA NO  
DISTRITO FEDERAL - CBH PARANAÍBA-DF**

**ATA DA 45ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

496 com o prazo de definir a estrutura da agência de bacias até o dia 9 de junho, mesmo tendo relatado várias  
497 vezes as dificuldades desse ano. Ricardo apresentou esses ofícios e informou que o CBH iria responder ao  
498 Ministério Público, relatando todas as dificuldades vivenciadas nesse ano, inclusive que a Sema/DF e o  
499 CRH estavam acompanhando. Colocou que iria encaminhar ao CRH-DF uma solicitação de extensão do  
500 prazo para a resposta sobre a definição da agência. Nas reuniões anteriores nós encaminhamos isso para a  
501 Câmara Técnica com um prazo de 90 dias para o retorno. O Presidente passa a palavra para o Pinagé que  
502 diz, com relação aos pontos colocados ficou claro, mas tem um outro ponto quanto a empresa que está  
503 sendo contratada se não é possível buscar auxílio da ABHA, solicitar ao CBH Federal, pois se estamos  
504 passando por problemas ao nível do GDF, pois isso é que está me parecendo, vamos apelar ao Comitê  
505 Federal. Se a Adasa vai pagar alguém, um membro do SINGREH pode ser a futura agência de bacias. Como  
506 disse o Lauro, contratar uma ONG é um equívoco. Contratar a base de licitação me parece que não é uma  
507 solução. Como membro do CBH pergunto à Adasa se é possível termos um apoio mais especializado como  
508 a ABHA, visto que uma ONG nunca será igual a uma agência que opere com habilidade. Em resposta, com  
509 a fala o Hudson da Adasa, sobre essa questão e como membro do comitê, professor de direito público, a  
510 criação de uma agência de bacias não compete ao comitê de bacias. As exigências do Ministério Público  
511 são infundadas, visto que a criação da agência depende da proposição do comitê. Ou seja, o comitê tem de  
512 indicar e com isso, ter a viabilidade financeira, e hoje não temos condições financeira para sustentar a  
513 criação de uma agência de bacias. Por isso que se fala da implementação da cobrança. Segundo nossos  
514 estudos, mesmo com a implementação da cobrança, não se sabe se o que vamos arrecadar, vai custear  
515 fazermos uma licitação e contratar uma agência de bacias. Despesa de pessoal, despesa de maquinário e de  
516 todo o administrativo. Então, o comitê simplesmente opina, ele sugere ao CRH a criação, mas para que ele  
517 possa fazer isso, tem que comprovar a viabilidade financeira e hoje não se tem condições. Com a palavra  
518 Lauro que pergunta se não é o caso de a Adasa consultar a ABHA se ela tem o interesse. Com relação a  
519 resposta que estamos devendo, temos de resolver, pois não podemos criar uma agência de bacias sem ter o  
520 recurso. Podemos iniciar com uma estrutura pequena, precisa-se fazer um orçamento e teremos disponível  
521 de orçamento. Realmente só teremos a agência de bacias quando tivermos orçamento. Acredito que  
522 precisamos definir o que vamos querer. Quando definimos o mecanismo de cobrança não definimos se  
523 vamos querer que a Adasa continue fazendo esse papel ou se vamos adotar a ABHA, ou se vamos criar  
524 uma agência. Acredito que, independentemente do financeiro, vamos optar pela agência de bacias. Quanto  
525 aos recursos, na hora de solicitar ao CRH a agência de bacias, será quando tivermos o financeiro. Com a  
526 palavra Ricardo que explica que existem as questões técnicas e legais e é isso que foi passado, por esse  
527 motivo precisa-se de uma câmara técnica e lá que será levantado o que pode e o que não pode. São duas  
528 questões que estamos discutindo; a questão temporária de apoio, pois existe uma questão legal em que a



**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PARANAÍBA NO  
DISTRITO FEDERAL - CBH PARANAÍBA-DF**

**ATA DA 45ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

529 Adasa está verificando. Vou solicitar uma reunião com a diretoria da Adasa para solicitar informações e ter  
530 um norte para termos a informação se nesse momento poderíamos escolher a ABHA como estrutura de  
531 apoio. Com a palavra Fabio, quando estamos falando de estrutura de apoio e isso já aconteceu em diversos  
532 comitês, inclusive no Federal, que era uma secretaria executiva, com estrutura que não é de agência e sim  
533 de secretaria executiva do comitê, foi isso que o Devanir se comprometeu a viabilizar nas últimas reuniões  
534 dentro da Adasa. Agora se essa secretaria executiva vai ser uma ONG, a ABHA ou a Peixe Vivo e se quando  
535 opinarmos, que seja a ABHA, até que para que possamos testar essa relação é uma relação que vem  
536 melhorando, mas que ainda tem de ser testada. A ABHA como secretaria executiva cumpre muito bem o  
537 seu papel, isso eu posso garantir. O que a ABHA precisa melhorar é a parte técnica, mas isso não quer dizer  
538 que tenha outra com uma parte técnica muito boa. Estamos aqui nesse momento para pressionar e Adasa e  
539 dizer para o MP que precisamos de uma resposta contundente sobre a secretaria executiva do comitê porque  
540 essa obrigação é sua. Na minha opinião o Hudson foi muito feliz na fala dele quando disse que nesse  
541 momento não se tem recursos para uma agência, então eu não posso nem discutir a Peixe Vivo, ABHA ou  
542 qualquer uma delas. Podemos nos manifestar em ter uma agência quando tivermos dinheiro, esse é o ponto  
543 que eu gostaria de arrumar na fala do Hudson, quando você afirma que não tem viabilidade financeira e eu  
544 já ouvi isso do CRH-DF algumas vezes, empurrando e sempre pressionando para que aumentássemos os  
545 valores de cobrança no CBH Federal e nós conseguimos contornar na linha que o Lauro falou. A estrutura  
546 da nossa agência será de acordo com a nossa capacidade financeira, não existe isso de inviabilidade  
547 financeira, temos de ter uma agência que se adeque a nossa realidade, daí a vantagem de estarmos puxando  
548 uma ABHA ou a Peixe Vivo porque elas já têm estrutura de agência. Inclusive, a ABHA está cogitando  
549 montar um escritório em Brasília, pois está executando projetos aqui via o CBH Paranaíba Federal.  
550 Precisamos de uma solução de secretaria executiva imediata e essa solução passa pela Adasa responder se  
551 vai fazer ou não. Porque se ela disser que não vai fazer a contratação da secretaria executiva, legalmente  
552 ela terá de exercer isso. O segundo questionamento é se nós entendemos que o ideal é criar uma agência,  
553 essa discussão será encaminhada para a plenária em breve. No meu entendimento podemos construir uma  
554 viabilidade financeira. Ricardo diz que a Adasa se comprometeu a fazer essa contratação cortando recursos  
555 do Procomitês e Progestão, por ela não querer mais cumprir com essa função. A política anterior da nova  
556 diretoria era obter a figura da CABH Adasa, dentro da Adasa, como estrutura de apoio aos comitês e a nova  
557 diretoria já falou conosco e disse que não, não tem mais interesse que seja assim. Querem contratar uma  
558 estrutura temporária para fazer o papel de secretaria executiva. Se pode ou não ser a ABHA, legalmente  
559 falando, eu ainda não tenho a resposta. Coloquei um informe aqui que é a solicitação de recurso que fizemos  
560 para os trabalhos do GTEA e do GT de pagamento por serviços ambientais que precisamos aportar recursos  
561 agora e até então não temos a resposta. Para finalizar essa pauta, gostaria de saber se existe a possibilidade



**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PARANAÍBA NO  
DISTRITO FEDERAL - CBH PARANAÍBA-DF**

**ATA DA 45ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

562 de a Câmara Técnica responder dentro do prazo de 90 dias para o colegiado a questão da agência. Com a  
563 palavra Fábio que afirma responder dentro do prazo e buscando a legalidade. Com a palavra Ricardo que  
564 pede para que os membros se manifestem quanto ao prazo a ser solicitado para resposta ao CRH.  
565 Concordam que irão pedir 90 dias para resposta. Lembrando que a carta também será encaminhada ao MP.  
566 **8. Organização do 4º EICOB - 2021.** Ricardo informa que a ideia é organizar uma data entre novembro e  
567 dezembro para estarmos fazendo o referido encontro. A ideia é trazeremos alguma colaboração. Tivemos  
568 algumas reuniões com os presidentes dos comitês e o que foi colocado pelo Rodolfo foi que realizássemos  
569 um evento semipresencial. **9. Manifestação CBH – Audiência Pública 003/2021 – Adasa.** Com a palavra  
570 Ricardo, que diz ter encaminhado para a Adasa uma normativa com a preocupação com a questão da nova  
571 normativa que ia ser criada da perfuração de poços no DF. Sabemos que existe um cadastro na agenda da  
572 política ambiental, cadastro de atividades passíveis de degradação de impacto ambiental e fizemos um  
573 questionamento se esse cadastro vai ser criado no DF de perfuração de poços. Valorizamos muito o trabalho  
574 da Adasa nesse ponto, pois já foi denunciado aqui no comitê a perfuração de poços nos finais de semana  
575 aqui no DF, fugindo da fiscalização da Adasa. Inclusive, as empresas que fazem isso, cobram mais caro  
576 para isso. Solicitamos nesse encaminhamento para a Adasa o aumento da fiscalização e o início da  
577 fiscalização, se ainda não ocorrer aos finais de semana e questionamos se podemos fazer uma ligação desse  
578 cadastro de perfuradores de poços com a política ambiental e com o cadastro de atividades de geradores de  
579 impacto ambiental. Esses foram nossos questionamentos, talvez se faça necessário fazer esse  
580 questionamento junto ao CONAM. **10. GT – Educação Ambiental.** Ricardo informa que a Denise teve de  
581 sair da reunião, porém deixou registrado no chat os seguintes informes: “Pessoal, terei que me ausentar,  
582 mas deixo aqui os informes do GTEA: 1. Está em processo a definição da metodologia das oficinas  
583 participativas para a construção do PEA-Paranaíba-DF (Plano de Educação Ambiental do CBH). Um grupo  
584 menor do GTEA está comprometido em fazer o desenho técnico-metodológico das oficinas de maneira  
585 colaborativa. Ficamos no aguardo da liberação de recurso do Procomitês para contratar a(o) facilitador(a)  
586 das oficinas. 2. Temos interesse que a ANA e a ADASA participem desses encontros do GTEA e possam  
587 inclusive contribuir para que as oficinas sejam certificadas como atividades de capacitação aos membros  
588 do sistema. 3. Participei como palestrante em formação de educadores ambientais no Projeto Parque  
589 Educador: cresce a parceria do GTEA na ação futura de monitoramento ambiental participativo das  
590 microbacias do Projeto Parque Educador.” Quanto ao ponto 2, Ricardo informa que esses recursos foram  
591 solicitados para a Adasa, algo em torno de 20 mil reais. Temos interesse em que a Ana e a Adasa participem  
592 desses encontros do GTEA e possam inclusive contribuir para que as oficinas possam ser certificadas com  
593 a atividade de participação como oficinas. Já me comprometi com a Denise e vamos fazer uma articulação  
594 com a Ana e com a Adasa para sabermos se essas oficinas poderão acontecer. Com a palavra Hudson da



**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PARANAÍBA NO  
DISTRITO FEDERAL - CBH PARANAÍBA-DF**

**ATA DA 45ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

595 Adasa, quanto a empresa perfuradora de poços, a Adasa está querendo regular um setor para a normatização  
596 dessas empresas perfuradoras. Infelizmente a Adasa não tem o poder de inibir ou de destituir a empresa  
597 perfuradora de poços, temos como combater isso na fonte na raiz, em quem emite e em quem legaliza o  
598 alvará de funcionamento dessas empresas. Tem uma resolução do Conselho Nacional de Recursos Hídricos,  
599 falando que toda empresa perfuradora tem de estar cadastrada no órgão regulador. Antes de emitir o alvará  
600 de funcionamento dessas empresas, o DF legal deveria consultar se essas empresas estão cadastradas na  
601 Adasa após a emissão da resolução. Isso para o usuário é positivo, pois ele tem a certeza de idoneidade da  
602 empresa regulada e de que ela cumpre com os requisitos legais. Hoje existem empresas que furam poços  
603 nos finais de semana até no Goiás, onde a Adasa não tem competência para atuar ou empresas clandestinas.  
604 Se for possível o comitê encaminhar uma moção ao DF Legal para que eles emitam a licença para as  
605 empresas perfuradoras aqui no DF mediante cadastro na Adasa, quando for publicada essa resolução. Com  
606 a palavra o Presidente que já propõe aprovar a moção de encaminhamento ao DF Legal para que ele  
607 incorpore isso nas emissões de seus alvarás. Em votação todos os membros do comitê, via chat, concordam.  
608 Com a palavra Fábio que pontua essa questão dizendo que esse ponto será travado, pois a Câmara Técnica  
609 é assessorada pela assessoria executiva, nesse caso teremos de discutir com a Adasa toda essa parte  
610 burocrática da Câmara Técnica, pois não temos como elaborar a minuta de moção e deliberação essa  
611 discussão se faz importante, pois o comitê só destrava com a secretaria executiva. Estamos sem condições  
612 alguma de trabalhar, irei responder isso como coordenador da Câmara Técnica para a plenária. É preciso  
613 esse envolvimento, pois estamos fazendo no nosso horário de trabalho da Caesb e dela da Emater. **11. GT**  
614 **– Pagamento por Serviços Ambientais.** Com a palavra Lauro, fizemos as reuniões ordinárias e vimos as  
615 experiências do Pípiripau, do TCJ, município de Balneário Camboriú. Houve várias discussões, de forma  
616 que na última reunião ficou decidido que o que os produtores do descoberto querem em termos de  
617 valoração. A Priscila elaborou um resumo das propostas levantadas e fizemos uma reunião na Emater em  
618 Brazlândia dia 19 do presente mês. Foram levantadas 3 propostas, a primeira é a de valoração da  
619 permanência do produtor na bacia; a segunda, valores emergenciais em caso de crise hídrica; a terceira, a  
620 valoração considerando áreas de recarga. Discutimos esses assuntos e ficou de numa próxima reunião  
621 levarmos elementos com relação aos lucros de um hectare de morango, o que ele teria de ser recompensado  
622 para não produzir. Sugeri que colocássemos vários produtos para termos uma valoração de quanto eles  
623 iriam ter de deixar de produzir. A ideia é formatarmos uma proposta que sejam interessantes aos produtores  
624 e que seja de fato viável, que venha produzir efeitos positivos na questão hídrica. Nesse caso, estamos num  
625 momento desafiador que é chegar a números. Fica difícil termos um valor, pois sabemos que a valoração é  
626 medida pela escarces e infelizmente ainda estamos raciocinando com abundância. Estamos vendo outros  
627 elementos como capital natural, solo, planta e água. Então, temos que pensar em valorar as propriedades



**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PARANAÍBA NO  
DISTRITO FEDERAL - CBH PARANAÍBA-DF**

**ATA DA 45ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

628 para evitar que elas sejam inflacionadas dentro de uma nova ótica em que tema questão do crédito de  
629 carbono para que isso se torne mais interessante no futuro. Tem muitas maneiras de o produtor rural ganhar  
630 dinheiro fazendo um projeto adequado, porém para isso, é preciso um rendimento permanente para garantir  
631 água. Estamos com muitos desafios e em breve vamos fazer mais uma reunião para continuarmos esse  
632 assunto. Com a palavra Ricardo, o grupo de PSA solicitou à diretoria do comitê recursos para a contratação  
633 de profissionais que venham da área para contribuir. A dificuldade é acharmos alguém com competência  
634 para contribuir nem que seja com uma palestra sem cobrar por ela. Por isso, solicitamos apoio à Adasa para  
635 uso dos recursos do Procomitês. Solicitei um valor hipotético de 5 mil reais. Não sei se alguma pessoa  
636 cobraria isso para fazer uma participação virtual, um consultor para dar apoio. Devemos buscar uma  
637 contribuição de especialistas e professores de universidades nessa linha ou profissionais e para isso  
638 precisaríamos de recursos. Essa questão coloquei para a Adasa e estamos sem retorno. Manteremos esse  
639 informe sobre a necessidade de recursos ou se conseguiremos viabilizar isso com a Adasa trazendo alguém  
640 para colaborar gratuitamente. Com a palavra Hudson, infelizmente os recursos solicitados do GTA não é  
641 possível, o comitê solicitará esses recursos do Procomitês. Ricardo diz que no GTEA é o uso para a  
642 contratação de facilitador. No caso do PSA seria para trazer alguém para ajudar a elucidar as questões  
643 técnicas. Com a palavra Lauro que diz estar lendo o diagnóstico da Aquaflora e que me parece que a UGP  
644 está se pautando nele para a execução de suas atividades, então talvez essa empresa seja interessante para  
645 discutir conosco, pois está tudo lá. Por exemplo, está dizendo que 70% da sub bacias está preservado.  
646 Poderíamos adotar a seguinte estratégia: pagamento por serviços ambientais localizados no descoberto,  
647 Rodeador, Ribeirão das Pedras, prioritariamente por ali. Tem o levantamento dos hectares, de áreas  
648 preservadas, áreas devastadas. Está tudo quantificado nos relatórios. Precisávamos de pegar e vermos os  
649 pontos fundamentais para servir de parâmetros para analisarmos as coisas. Eu considero um relatório  
650 importante para o nosso trabalho. Acho interessante, pois não se vai pagar por serviços ambientais uma  
651 área que não tem preservação hídrica. Teria de ser algo bem seletivo, até sou contra licitação para o PSA,  
652 teria de ser igual no DF a questão dos avanços do solo no espaço aéreo que é a inexigibilidade de licitação.  
653 Pode até haver um chamamento, mas aí quem tem de haver integração terre o comitê e a UGP. Vejo que a  
654 UGP anda sozinha e os comitês não está tomando conhecimento. Então, nessa definição de PSA os dois  
655 tem de andarem juntos. Porém isso seria na fase de contratação, por exemplo, tem uma causa que eu  
656 coloquei como sugestão que está na lei nº 14.119 – Política Nacional, para constar no contrato do produtor  
657 de que se ele vender, quem comprar tem de cumprir o contrato. Isso são coisas importantes para serem  
658 discutidas, por se tratar de investimentos feitos naquela propriedade, pois depois vem um e derruba tudo.  
659 Ricardo diz que o plano agora é conseguirmos apoio técnico, ou conseguimos de maneira gratuita ou  
660 contrataríamos alguém com recursos do Procomitês. Com a palavra Hudson que sugere que caso o comitê



**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PARANAÍBA NO  
DISTRITO FEDERAL - CBH PARANAÍBA-DF**

**ATA DA 45ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

661 tenha dificuldade para elaborar as moções que peça o apoio da Adasa, pois legalmente ela ainda é a  
662 secretaria executiva do comitê e tem de prestar esse apoio. Temos de fazer as moções para agilizar tanto da  
663 reunião passada como dessa e temos corpo técnico disponível para isso. **12. GT – Ribeirão Sobradinho.**  
664 Com a palavra Claudio Odilon da Adasa, explicando que estava de férias e o Irvin do Ibram que faz parte  
665 do GT e é membro do CBH. Ele trará as informações e no final gostaria de passar um vídeo. Coma palavra  
666 Ivin, vou dar uma atualização do panorama dos estudos de criação de unidade de conservação e  
667 recategorização das unidades de conservação na área do Ribeirão Sobradinho. Esse processo corre no Ibram  
668 e está em fase de estudos, já apresentamos em um determinado momento. Apresentarei o plano de trabalho  
669 que foi aprovado em maio e que está em execução. Estamos na fase do diagnostico ambiental na fase de  
670 estudos. O primeiro produto que seria entregue, seria o diagnostico socioeconômico, previsto para o final  
671 de julho, contudo foi feita uma solicitação de dilação de prazo para poder agregar mais informações nesse  
672 relatório. O relatório tem informações suficientes para atender ao Termo de Referência, mas foi solicitado  
673 essa dilação de prazo para que consiga acrescentar mais informações. Ricardo pergunta se esse é o projeto  
674 que está sendo elaborado, esse é o projeto da Votorantim. Esse estudo parece que estava com alguma  
675 restrição do ICMBio que não tinha aprovado uma parte do estudo. Irvin diz que essas questões foram todas  
676 sanadas e isso trouxe um atraso no cronograma que são as licenças do SISBIO que é de fauna e flora, mas  
677 tudo isso está em andamento, conforme olhei no processo antes de ingressar na reunião. Não sei se ele já  
678 detém a licença do SISBIO mas eles fizeram todas as solicitações e talvez ainda esteja aguardando a análise  
679 do ICMBio. Temos o plano de trabalho e as datas contidas nele foram aprovadas no Termo de Referência.  
680 A etapa de planejamento foi vencida em maio, momento em que emitimos um parecer com o plano de  
681 trabalho. Desde então, começou a etapa do diagnostico ambiental, onde eles fazendo a coleta de dados  
682 secundários já começam as preparações para as campanhas. Tem campanhas que precisam de coletas de  
683 dados na época da chuva e na época da seca. Como algumas licenças demoraram para sair não foi possível  
684 fazer como estava planejado o início dos trabalhos no período de chuva, trouxe um atraso ao cronograma.  
685 O andamento dos estudos estão dentro do previsto a fase do diagnóstico é mais demorada porque tem a fase  
686 da coleta de dados ao longo de um período. Na proposta três vem a proposta das poligonais, proposta de  
687 criação das unidades de conservação. Propostas já definidas e com as categorias indicadas. Depois vêm as  
688 etapas de conta pública, com toda a sociedade tem condições de contribuir, contestar, colaborar no processo  
689 de criação. Por fim temos os memoriais descritivos que é quando temos definido exatamente a poligonal,  
690 depois de termos feito a consulta pública, pois pode ter algum questionamento a respeito de questões  
691 fundiárias. Pode mudar a proposta na etapa três e depois de aprovado e passado na consulta pública, vem a  
692 elaboração dos memoriais descritivos para que a criação já venha com a poligonal definida no próprio  
693 decreto ou instrumento normativo que vai criar a unidade de conservação. Estamos na etapa dois com vários



**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PARANAÍBA NO  
DISTRITO FEDERAL - CBH PARANAÍBA-DF**

**ATA DA 45ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

694 estudos sendo desenvolvidos, inclusive na parte de campo e uso de flora. Poderia ter visto com nosso grupo,  
695 mas ainda não sei se o pessoal da flora já conseguiu autorização com o SISBIO. Na última reunião com a  
696 comissão os pedidos já haviam sido encaminhados, estava dependendo da autorização do ICMBio. Por fim,  
697 apresentarei os produtos que serão elaborados pela consultoria que são os diagnósticos da fauna, flora e  
698 diagnóstico socioeconômico que já está pronto mais vai receber mais algumas informações e então será  
699 apresentado mais à frente. Será o primeiro produto já entregue no final de julho e que foi dilatado o prazo  
700 por mais três meses. Temos todo o diagnóstico de infraestrutura, tem a análise socioambiental, dados  
701 espaciais. Serão feitas análises integradas para trazer um prisma mais amplo da proposta da criação das  
702 unidades considerando a questão da microbacia. Posterior temos a proposta da categoria das unidades de  
703 conservação. Vale lembrar que esses estudos são sendo feito a partir da desconstituição de algumas  
704 unidades de conservação que estão passando por uma ação de inconstitucionalidade. As unidades  
705 desconstituídas, serão propostas a recriação delas dentro do processo devido que será a elaboração desses  
706 estudos que estão sendo desenvolvidos. A partir dos estudos realizados por essa consultoria, teremos o  
707 estudo que atenda a exigência para que se tenha estudos técnicos para a criação das unidades. A partir disso,  
708 encaminharemos para a criação das unidades de conservação do poder executivo. Com a palavra Cláudio  
709 Odilon que solicita a passagem de um vídeo. Que diz ter recebido o vídeo no dia 09-08 do ambientalistas  
710 do Ribeirão Sobradinho. Esse esgoto fica na quadra 01 ao lado da ETE, segundo foi informado. Acredito  
711 que o ponto é o mesmo que tivemos a um tempo atrás. Não sei se se trata de um lançamento da Caesb.  
712 Podemos ver que isso é um lançamento in natura de esgoto. Eu solicitei que eles formalizassem uma  
713 denúncia na ouvidoria do GDF para que ficasse formalizado mais uma vez essa situação. Tivemos uma  
714 visita técnica e de lá saiu uma deliberação e encaminharíamos para alguns órgãos aquela primeira etapa que  
715 já havíamos feito na visita técnica. Acredito estar na hora de marcarmos uma segunda visita técnica,  
716 convidando a Caesb para vermos alguns lançamentos, até porque na primeira visita realizada a Caesb não  
717 estava presente e eu acredito ser importante estar presente nas visitas, para juntos constatar algo que  
718 ela as vezes já tenha conhecimento. No processo instruído pelo Irvin, acredito que ele possa falar um pouco  
719 sobre os encaminhamentos realizados na primeira vistoria. Com a palavra Irvin, ainda não temos a  
720 conclusão do relatório para encaminhar aos órgãos competentes. Com a palavra Ricardo que tem um vídeo  
721 no mesmo sentido e acredita que o tubo da Caesb de sobradinho maior e o que me preocupa é que parece  
722 ser esgoto in natura sendo lançado no ribeirão. O Presidente Ricardo cumprimenta os membros ainda  
723 presentes e declara encerrada a reunião.

724

725

726



CBH PARANAÍBA - DF

**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PARANAÍBA NO  
DISTRITO FEDERAL - CBH PARANAÍBA-DF**

**ATA DA 45ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

727

728

729

730

731

RICARDO TEZINI MINOTI

Presidente



**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PARANAÍBA NO  
DISTRITO FEDERAL - CBH PARANAÍBA-DF**

**(minuta) ATA DA 46ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

1 Às quatorze horas e dezesseis minutos do dia dezesseis de setembro de dois mil e vinte e um, após  
2 a verificação da presença e quórum, iniciou-se, pelo sistema virtual “Teams/MsOffice, a  
3 **quadragésima sexta Reunião Extraordinária do Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes do**  
4 **Rio Paranaíba no Distrito Federal (CBH Paranaíba-DF)**, para dialogar sobre os seguintes pontos  
5 de pautas, trazidos na convocação/pauta enviada com a antecedência regimental a todos os  
6 membros: I – Abertura dos Trabalhos: 1. Verificação de presença e quórum e 2. Aprovação da  
7 Ata da 45ª Reunião Extraordinária; II – Ordem do Dia: 1. Solicitação da Câmara Técnica  
8 Permanente de Assessoramento do CRH/DF sobre o encaminhamento da Reunião nº 02/2021, 2.  
9 Apresentação Jorge Enoch Furquim Werneck Lima sobre a discussão do Enquadramento no  
10 âmbito do CBH Paranaíba-DF e encaminhamentos realizados em 2013 ao CRH/DF, 3.  
11 Apresentação da Tese de Doutorado intitulada "Desenvolvimento de um Framework para  
12 Avaliação da Integridade Ecológica de Riachos" – trabalho de pesquisa realizado por Camila Aída  
13 Campos Couto (servidora da ADASA) e José Francisco Gonçalves Júnior (Orientador) e 4.  
14 Encaminhamentos; III – Informes Gerais: 1. Ofício nº 1022/2021 – 1ª PRODEMA/MPDFT e  
15 solicitação de prorrogação de prazo ao CRH – encaminhamentos da Resolução CRH nº 7 de  
16 20/11/2020, 2. Encaminhamentos ao CRH/DF, solicitação de prorrogação de prazo ao CRH/DF –  
17 encaminhamentos da Resolução CRH nº 7 de 20/11/2020; 3. Ofício nº 1355/2021 SEMA/DF –  
18 Estudo para salvaguardar a ictiofauna do rio Melchior, e 4. Outros. Estiveram presentes os  
19 membros: *Poder Público*: ICMBio – Maurício Cortines Laxe (Titula) e Grahal Benatti (Suplente);  
20 Ibram – Janaína Emanuelle M. de O. Starling (Suplente); Sema – Mona Grimouth Bittar  
21 (Suplente); Seduh – Edna Aires (Titular). *Organizações Cívicas/Sociedade Civil*: Universidade  
22 Holística Internacional da Paz - Unipaz - Regina Stella Quintas Fittipaldi (Suplente); Associação  
23 dos Produtores Rurais da Reserva A – APRA – Lauro dos Santos Correia (Titular); Fundação Mais  
24 Cerrado – Denise Paiva Agostinho (Suplente); UnB – Ricardo Tezini Minoti (Titular). *Usuários*:  
25 *Abastecimento Urbano, Coleta, Tratamento de Esgotos, Diluição de Efluentes Urbanos e*  
26 *Hidroeletricidade*: Companhia de Saneamento Ambiental do DF – Caesb – Carlo Renan Cáceres  
27 de Brites (Titular) e Fabio Bakker Isaias (Suplente); *Irrigação e Uso Agropecuário*: Condomínio  
28 do Sistema de Irrigação Rodeador – Cosir – Ricardo Kiyoshi Sassa (Titular); *Usos Não*  
29 *Consuntivos*: Federação Náutica de Brasília – FNB – Carlos Alberto de Miranda Aviz (Suplente).  
30 Drenagem urbana: Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, Hilton Antonio Domingos



**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PARANAÍBA NO  
DISTRITO FEDERAL - CBH PARANAÍBA-DF**

**(minuta) ATA DA 46ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

31 Moreira (suplente), *Hidroeletricidade* – CEB – Priscila Paris de Mendonça (Titular). Como  
32 convidados, também participaram: José Francisco Gonçalves Junior (UNB), Camila Ainda  
33 Campos (pesquisadora), Ugo Andreazzi Sema, Ivanete Silva (Casa da Natureza), Raimundo  
34 Barbosa (Comunidade de Sobradinho), Alan M. Tonin, Eloneide Menezes Franca, Ligia Silva  
35 Viveiros Gurgel, Raquel Brostel (CRH), Jorge Enoch Furquim Werneck Lima, Ludgero Cardoso  
36 Galli Vieira, Sol, Letícia Cristina O. Pontes, Larissa Brenda Cordeiro de Souza (Filhas da Terra),  
37 Carmem Correia, Alba, Maria Rita Souza Fonseca, Guilherme Pereira da Silva Sena, Dianne,  
38 Gabriela Alves Siqueira e Silva, Priscilla Alves da Rocha (Abha), Thiago Alves do Nascimento  
39 (Abha), Junior Rubira (Abha) e Lya Furlaneto (Abha). **I – Abertura dos Trabalhos: 1.**  
40 **Verificação de presença e quórum:** O Presidente do Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes  
41 do Rio Paranaíba no Distrito Federal (CBH Paranaíba-DF), Ricardo Tezini Minoti, iniciou a  
42 reunião agradecendo a presença de todos e ao apoio da Associação Multissetorial de Usuários de  
43 Recursos Hídricos de Bacias Hidrográficas (Abha Gestão de Águas) que fez o link da reunião e  
44 irá redigir a minuta da ata. Ele ainda reforçou a solidariedade a todos que sofreram e ainda sofrem  
45 com a Covid-19 e ressaltou que brevemente haverá a discussão a respeito da retomada das reuniões  
46 presenciais. Para dar prosseguimento, ele fez a leitura do pacto de boa convivência durante a  
47 reunião. **2. Aprovação da Ata da 45ª Reunião Extraordinária:** o Presidente destacou que a ata  
48 não foi finalizada, inviabilizando o diálogo e aprovação deste item da pauta. **II – Ordem do Dia:**  
49 **1. Solicitação da Câmara Técnica Permanente de Assessoramento do CRH/DF sobre o**  
50 **encaminhamento da Reunião nº 02/2021:** O Presidente convidou para expor sobre o item, a  
51 coordenadora da Câmara Técnica Permanente de Assessoramento do Conselho de Recursos  
52 Hídricos do Distrito Federal, Raquel Brostel, tendo em vista que esta se trata de uma reunião  
53 conjunta do Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes do Rio Paranaíba no Distrito Federal e a  
54 Câmara. A coordenadora informou que essa é a décima sexta Reunião da Câmara Técnica  
55 Permanente de Assessoramento e que há quórum estabelecido para o início da reunião. Ela pontuou  
56 que na pauta da Câmara há prevista a aprovação da minuta da ata da décima quarta Reunião. Sem  
57 considerações dos membros presentes, a ata foi aprovada. Raquel reforçou que a competência de  
58 revisão do enquadramento é do Comitê de Bacia e que esse diálogo é oportuno para se ter um  
59 produto mais refinado ao Conselho Distrital de Recursos Hídricos, que aprova o enquadramento.  
60 O Presidente do Comitê projetou a Resolução número dois de dois mil e vinte e um do Conselho



**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PARANAÍBA NO  
DISTRITO FEDERAL - CBH PARANAÍBA-DF**

**(minuta) ATA DA 46ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

61 Estadual de Recursos Hídricos e fez alguns destaques acerca da redação trazida, como a previsão  
62 de revisão do enquadramento até dezembro de dois mil e vinte e dois. O Presidente do Comitê  
63 destacou que houve a procura de algumas comunidades ao Comitê, com reivindicações acerca dos  
64 recursos hídricos em suas regiões, que, inclusive, poderão ser tratadas no diálogo para a revisão  
65 do enquadramento dos corpos de água. O Presidente chamou atenção que essas comunidades  
66 específicas não participaram do processo de construção do enquadramento, seja por falta de  
67 conhecimento sobre a PNRH e do Sistema de Gestão de Recursos Hídricos ou por não terem  
68 recebido notificações sobre o processo. **2. Apresentação Jorge Enoch Furquim Werneck Lima**  
69 **sobre a discussão do Enquadramento no âmbito do CBH Paranaíba-DF e encaminhamentos**  
70 **realizados em 2013 ao CRH/DF:** O Diretor da Agência Reguladora de Águas, Energia e  
71 Saneamento do Distrito Federal, Jorge Enoch Furquim Werneck Lima, foi convidado para falar  
72 sobre o processo que se estabeleceu o enquadramento. Ele, com a palavra, destacou que várias  
73 pessoas participaram do processo, em alguma ou em todas as etapas, e deixou a palavra aberta para  
74 que todos possam colaborar com a apresentação de como foi construído este processo de  
75 enquadramento. Ele também esclareceu que sua fala era como ex-presidente de Comitê de Bacia  
76 e não falava pela Agência Reguladora de águas, Energia e Saneamento do Distrito Federal. A  
77 apresentação se iniciou explicando o que é o enquadramento dos corpos de água e os usos  
78 preponderantes. Segundo a apresentação, o enquadramento é um instrumento de gestão trazido  
79 pela Política Nacional de Recursos Hídricos, em que se estabelece classes para trechos do rio, em  
80 que se estabelece a qualidade da água necessária para aquele trecho, de acordo com os usos da  
81 água. Após a contextualização sobre o enquadramento, Lima apresentou as classes aprovadas e  
82 estabelecidas no Plano de Gerenciamento Integrado de Recursos Hídricos do Distrito Federal. Ele  
83 destacou que para se chegar à proposta do enquadramento, foram feitos estudos e levantamentos.  
84 Para o diálogo, alguns fatores foram considerados, segundo ele: qual rio temos? Qual rio  
85 queremos? Qual rio podemos? Lima voltou a afirmar que todos esses questionamentos foram  
86 respondidos baseados em estudos e levantamentos, considerando ainda os usos e o tempo  
87 necessário para se atingir à classe estabelecida, assim como o monitoramento e a viabilidade  
88 econômica, técnica e social da proposta. Os comitês, em cima do trazido pelo Plano de  
89 Gerenciamento Integrado de Recursos Hídricos do Distrito Federal, encaminharam uma nova  
90 proposta para a Câmara Técnica do Conselho, atendendo aos anseios dos Comitês, em que foram



**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PARANAÍBA NO  
DISTRITO FEDERAL - CBH PARANAÍBA-DF**

**(minuta) ATA DA 46ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

91 enquadrados mais trechos nas classes um e dois. Lima destacou o papel da Companhia de  
92 Saneamento Ambiental do Distrito Federal no processo e a interação com a Agência Nacional de  
93 Águas e Saneamento Básico para aprimorar o trabalho de enquadramento no quesito técnico e para  
94 analisar a viabilidade da proposta encaminhada pelos Comitês de Bacias. Neste sentido, a proposta  
95 encaminha pelos Comitês de Bacias não foi aprovada, segundo Lima, muito pela ocupação do solo  
96 e geração de resíduos em certas regiões, que, mesmo se tratando os resíduos da melhor forma  
97 possível, não se atingiria à classe proposta. Lima também ressaltou que as entregas, em Classes,  
98 também deveriam ser compatibilizadas junto aos rios de domínio da União. Em outubro de dois  
99 mil e catorze, o Conselho Estadual de Recursos Hídricos aprovou o enquadramento dos copos de  
100 água do Distrito Federal, explicou. O Diretor também apresentou o Índice de Conformidade ao  
101 enquadramento atual no Sistema de Informação sobre Recursos Hídricos do Distrito Federal. Ele  
102 destacou que o trabalho foi muito bem-feito, mas é possível o aprimoramento, retomar o diálogo,  
103 desde que seja baseado em dados e estudos que comprovem a viabilidade das classes propostas. O  
104 Presidente do Comitê retomou a palavra, registrando a ausência da Agência Reguladora de águas,  
105 Energia e Saneamento do Distrito Federal nesta primeira reunião que inicia o diálogo sobre a  
106 revisão do enquadramento e destacou a presença da Alba Ramos, ex Coordenadora de Agências  
107 de Bacias da Adasa. Sobre a apresentação, o Presidente propôs a reflexão sobre o impacto que essa  
108 decisão tem sobre as populações locais, que estão em contato direto com os recursos hídricos. Ele  
109 também pontuou que há uma previsão de não se ter mais a Classe 4 no enquadramento, não existe  
110 lógica nessa Classe. No entanto, colocou que é o que ainda está vigente e que, dessa forma, acabará  
111 sendo utilizada. Mas alertou que também é preciso ter os pés no chão nas discussões das classes e  
112 prazos para que a proposta de enquadramento possa ser atingida. O Presidente abriu a palavra a  
113 todos. O representante da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal no Comitê,  
114 Carlo Renan Cáceres de Brito, ressaltou que há outros órgãos envolvidos na Política de  
115 Saneamento Básico. Ele também afirmou que vários Planos devem ser consultados e considerados  
116 na revisão do enquadramento, como o Plano Diretor de Saneamento Básico, que não há previsão  
117 orçamentária para alterar o tratamento de efluentes. Raquel Brostel afirmou que a Bacia Melchior  
118 passou a ser utilizada para lançamentos de efluentes por conta da Bacia do Paranoá não comportar  
119 mais efluentes, neste sentido o Zoneamento Ecológico-Econômico trouxe a sugestão de considerar  
120 o planejamento urbano. Ela ressaltou que houve uma evolução, contudo o enquadramento vigente



**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PARANAÍBA NO  
DISTRITO FEDERAL - CBH PARANAÍBA-DF**

**(minuta) ATA DA 46ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

121 tem um embasamento muito forte e para sua alteração é necessário um diálogo ampliado. O  
122 Presidente do Comitê destacou que essa decisão de transferir os efluentes ao Melchior não teve a  
123 participação popular, contudo foi feita há décadas, ele também informou que, representando o  
124 Comitê, realizou uma visita à Estação de Tratamento de Esgotos Melchior e elogiou as melhorias  
125 realizadas na ETE da Caesb. A representante da comunidade Filhas da Terra, Larissa Brenda  
126 Cordeiro de Souza, apresentou a pesquisa que está desenvolvendo. Segundo ela, o Rio Melchior  
127 não possui um Parque Ecológico, e que, mesmo com o forte odor, a população ainda utiliza as  
128 águas do Rio. Por isso, destacou a importância em dialogar e informar a população ribeirinha. Ela  
129 também apontou que o catálogo do estado não traz a informação de todas as nascentes do Rio  
130 Melchior. Ela cobrou um projeto de despoluição do rio, assim como foi feito no Paranoá. Para  
131 finalizar, ela questionou se existem outras empresas que lançam efluentes no rio e se há projetos  
132 de compensação ambiental. Ivanete Silva, da comunidade de Ceilândia, ponderou que sabe que  
133 todos que trabalharam nesta proposta de enquadramento são técnicos, contudo não conhecem a  
134 realidade da comunidade de Ceilândia. Ela destacou que a frase que se ouve é que o Rio Melchior  
135 foi escolhido para morrer e, nesta perspectiva, toda a comunidade também irá morrer. Ela propôs  
136 que a comunidade seja ouvida e que trabalhe junto aos técnicos. Lima respondeu que para ele  
137 também é difícil ver o Rio Melchior nesta situação e que não é fácil classificar um Rio em Classe  
138 quatro. Ele complementou dizendo que o diálogo tem que ser feito com quem faz o uso irregular  
139 da terra e das águas e com o estado, que as vezes foi omisso em algumas questões. Ele lembrou  
140 que o Rio Paranoá foi despoluído e que tem de se pensar em projetos para o Rio Melchior. O  
141 membro representante do ICMBio, Mauricio Cortines Laxe, questionou se o passivo ambiental  
142 recebido pelo Rio Melchior poderia ser partilhado com futuros empreendimentos e, paralelamente,  
143 se pensar em programas de revitalização do Rio. Lima respondeu que a discussão deve ser mais  
144 ampla, envolvendo a capacidade de suporte do território. Para isso, seria necessário, inclusive,  
145 dialogar com outros estados. Ele destacou que há avanços na gestão de recursos hídricos, mas é  
146 necessário melhorar a integração das gestões das diversas áreas. A membra representante da  
147 Fundação Mais Cerrado, Denise Paiva Agostinho, reforçou a importância de se pensar em  
148 despoluição. O Presidente destacou que com as visitas técnicas realizadas na Bacia foi possível  
149 verificar melhorias na Estação de Tratamento de Esgoto Melchior e que o Comitê enviou uma  
150 carta à direção da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal solicitando



**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PARANAÍBA NO  
DISTRITO FEDERAL - CBH PARANAÍBA-DF**

**(minuta) ATA DA 46ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

151 informações a respeito das demais obras em andamento relacionadas às adutoras de esgotos que  
152 cruzam o Rio. A membra representante da Universidade Holística Internacional da Paz, Regina  
153 Stella Quintas Fittipaldi, destacou que participou do processo de construção do enquadramento, e  
154 que se sabe de ocupantes irregulares, em áreas na Granja do Ipê, em que a Agência Reguladora de  
155 águas, Energia e Saneamento do Distrito Federal cedeu outorga de direito de uso da água e há,  
156 ainda, o apoio da Emater para produção agrícola. O membro Mauricio Cortines Laxe sugeriu que  
157 as propostas e as reuniões do Comitê sejam mais divulgadas, inclusive na imprensa formal. Ele,  
158 ainda, ratificou a fala de Regina, e destacou que o citado ocorre em todo o território do Distrito  
159 Federal. A membra representante da Oca do Sol, Maria Consolación Vilaffâne Udry (Sol),  
160 reforçou que é necessário repensar o planejamento de áreas rurais produtoras de água e unir forças  
161 com todos para ter um instrumento real de regularização e normatização. O Presidente destacou  
162 que a Bacia do Ponte Alta, por exemplo, que a montante apresenta um corpo hídrico com Classe  
163 4, ainda não apresenta representação no Comitê. O representante da Comunidade de Sobradinho,  
164 professor Raimundo Barbosa, comentou sobre a pesquisa feita sobre o risco ambiental do  
165 adensamento urbano nos últimos trinta anos. Segundo ele, Sobradinho aumentou quatro vezes de  
166 tamanho populacional desde mil novecentos e oitenta e nove. Ele compartilhou o sentimento de  
167 pertencimento exposto pela Ivanete Silva em sua fala, acerca do Rio que banha a sua comunidade.  
168 Apesar de não ser possível exportar pessoas, o professor destacou que é possível evitar o  
169 adensamento urbano. Ele ponderou que a luta em relação ao Ribeirão Sobradinho acontece há onze  
170 anos e eles não foram convidados para participar do diálogo do enquadramento. Ele enfatizou que  
171 é preciso tomar providência em relação aos recursos hídricos no Distrito Federal. O Presidente  
172 informou que há um Grupo de Trabalho no âmbito do Comitê, para a revitalização do Ribeirão  
173 Sobradinho e que já fizeram visitas técnicas no local. Ele também informou que fez uma simulação  
174 junto aos seus alunos, que em dois mil e trinta e sete, o Ribeirão chegaria à Classe dois, com todas  
175 as melhorias previstas para a ETE Sobradinho e caso não ocorresse aumento populacional na Bacia  
176 Hidrográfica. Segundo o monitoramento feito, exposto pelo Carlo Renan Cáceres de Brito, o  
177 Sobradinho foi enquadrado na Classe três. Destacou também que a Estação de Tratamento de  
178 Efluente de Sobradinho é diferente da ETE Melchior. A representante da Secretaria de Estado de  
179 Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal, Edna Aires, expos o índice de déficit  
180 habitacional do Distrito Federal atual, com a perspectiva de chegada de mais setenta mil pessoas



**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PARANAÍBA NO  
DISTRITO FEDERAL - CBH PARANAÍBA-DF**

**(minuta) ATA DA 46ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

181 por ano. Ela frisou a importância de se trabalhar as políticas públicas de forma conjunta e a  
182 importância da atuação do órgão fiscalizador. Ela também questionou se a Estação de Sobradinho  
183 é de tratamento primário. Renan Brites esclareceu que Sobradinho é de tratamento secundário e  
184 Melchior terciário. Edna também falou que está fazendo parte de um Grupo que está mapeando as  
185 nascentes e contactará a Larissa para dialogar. Para finalizar, o Presidente do Comitê informou  
186 que teve uma reunião com deputados da frente ambientalista do Distrito Federal que estão  
187 dispostos a investir recurso em monitoramento. Sol informou que está desenvolvendo um trabalho  
188 comunitário e que gostaria de participar deste mapeamento das nascentes. Na sequência, Edna  
189 respondeu que tem conhecimento e é intenção do Grupo utilizar deste trabalho comunitário. **3.**  
190 **Apresentação da Tese de Doutorado intitulada "Desenvolvimento de um Framework para**  
191 **Avaliação da Integridade Ecológica de Riachos" – trabalho de pesquisa realizado por Camila**  
192 **Aída Campos Couto (servidora da ADASA) e José Francisco Gonçalves Júnior (Orientador):**  
193 O Presidente do Comitê, expos a solicitação da Sema para a criação de Grupo de Trabalho, no  
194 âmbito do CBH, voltado para a ictiofauna do Rio Melchior. Fábio Becker sugeriu que a resposta  
195 já seja formalizada no sentido de que o Comitê não tem condições de elaborar estudos enquanto a  
196 cobrança pelos recursos hídricos não for implementada no DF. Ele também alertou que muitos  
197 Grupos de Trabalho podem dar morosidade aos processos. O Presidente do Comitê convidou a  
198 Camila Aída Campos Couto para apresentar a sua tese e contribuir com o diálogo. Para iniciar, ela  
199 esclareceu que framework é uma sequência de ações para atingir um objetivo específico. Ela  
200 também expos as várias atividades humanas que mudam os rios e afetam a sua integridade, fazendo  
201 um paralelo entre a saúde humana e a saúde do rio. Na apresentação, ela pontuou os itens que  
202 podem ser utilizados como indicadores de monitoramento do ecossistema aquático. No Brasil,  
203 segundo ela, apenas São Paulo e Minas Gerais praticam algum tipo de monitoramento biológico.  
204 A área de estudo da tese foi o Distrito Federal e entorno, com coletas diversas em campo. Após as  
205 análises, foram identificadas as espécies mais sensíveis e as mais tolerantes. Os resultados  
206 concluíram que pequenas alterações modificaram as comunidades. Ela destacou três fatores:  
207 condutividades, fosfato e nitrato. Usando os indicadores, foi feita a análise das áreas do estudo. O  
208 resultado mostrou que a maior parte dos cursos do rio está dentro de sua Classe de enquadramento.  
209 Segundo apresentado, esse resultado mostrou que o enquadramento foi conservador. O Presidente  
210 do Comitê reforçou que, apesar da tendência ser excluir a Classe quatro, ela existe e que não há



**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PARANAÍBA NO  
DISTRITO FEDERAL - CBH PARANAÍBA-DF**

**(minuta) ATA DA 46ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

211 normativos que trazem a importância de fazer o monitoramento dos índices bióticos e sem eles  
212 não é possível falar se o rio pode ser considerado “saudável” no que se refere à integridade biótica  
213 do sistema. Sol questionou se o monitoramento poderia ser aplicado na Bacia Hidrográfica dos  
214 afluentes do Rio Paranaíba no Distrito Federal e qual o custo. A Denise parabenizou pelo trabalho  
215 realizado e afirmou que a comunidade está muito interessada no monitoramento ambiental e citou  
216 alguns projetos do Grupo que participa. O professor José Francisco Gonçalves Junior explicou que  
217 a tese se iniciou em um Grupo de Trabalho que iria emitir um parecer sobre o monitoramento. Ele  
218 destacou que esse monitoramento não é trabalhoso e não é dispendioso em recursos financeiros.  
219 A Raquel, além de parabenizar o trabalho realizado, destacou que o ponto principal, segundo ela,  
220 é conseguir mostrar que pequenas mudanças podem afetar os cursos da água. Ela também  
221 questionou se há a perspectiva de bioindicadores para serem utilizados para lagos. Carlo Renan  
222 Cáceres de Brito sugeriu que as especificidades do enquadramento sejam discutidas para a  
223 elaboração de uma Resolução Conselho de Política Ambiental do Distrito Federal. Ele também  
224 alertou que há um Grupo de Trabalho no Conselho de Política Ambiental do Distrito Federal para  
225 discutir reúso de água na irrigação. Camila esclareceu que recomenda a utilização dos indicadores  
226 apontados no estudo, e que os indicadores podem ser adaptados, portanto a estrutura do índice é  
227 aplicável para lagos. Segundo a Camila, houve uma sugestão de desenvolver um artigo específico  
228 sobre os custos deste monitoramento, mas um levantamento prévio apontou o custo de cerca de  
229 cinco mil reais (para cerca de vinte pontos). Ela esclareceu que a mesma lógica pode ser aplicada  
230 para entender as mudanças nas vazões ecológicas, mas que há a necessidade de estudos específicos  
231 para isso. Ela exemplificou como as comunidades podem participar do monitoramento, em que a  
232 própria comunidade faz a coleta de invertebrados, com a orientação do Governo, aumentando o  
233 senso de pertencimento da sociedade nos cuidados do rio. O Presidente sugeriu que o Comitê  
234 articule junto ao Conselho de Política Ambiental do Distrito Federal e ao Conselho de Recursos  
235 Hídricos do Distrito Federal o diálogo sobre o enquadramento e a aplicação do monitoramento  
236 ecológico. O professor José Francisco Gonçalves Junior colocou os laboratórios à disposição para  
237 realizar o trabalho. A Sol ratificou a proposta, e sugeriu que seja feito um pacto conjunto. Denise  
238 lembrou que está em curso o Parque Formador e que a proposta de biomonitoramento está sendo  
239 inserida. Raquel destacou a importância do Comitê se apropriar do recurso da cobrança e não  
240 depender apenas dos demais para efetivar suas ações. Raquel também sugeriu algumas



**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PARANAÍBA NO  
DISTRITO FEDERAL - CBH PARANAÍBA-DF**

**(minuta) ATA DA 46ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

241 apresentações para nivelamento de todos, como o Plano de Bacia, e para isso que se tenha reuniões  
242 conjuntas. Raquel também solicitou que haja um encaminhamento formal para dar sequência ao  
243 diálogo sobre o enquadramento, mas reforçou que seria interessante o relatório do Grupo de  
244 Trabalho estar finalizado. O Presidente conversará com a coordenadora para fazer o melhor  
245 alinhamento. O presidente explicou que os informes serão dados na próxima reunião, prevista para  
246 15 dias, sendo eles: **III – Informes Gerais: 1. Ofício nº 1022/2021 – 1ª PRODEMA/MPDFT e**  
247 **solicitação de prorrogação de prazo ao CRH – encaminhamentos da Resolução CRH Nº 7 de**  
248 **20/11/2020, 2. Encaminhamentos ao CRH/DF, solicitação de prorrogação de prazo ao**  
249 **CRH/DF – encaminhamentos da Resolução CRH Nº 7 de 20/11/2020; 3. Ofício nº 1355/2021**  
250 **SEMA/DF – Estudo para salvaguardar a ictiofauna do rio Melchior, e 4. Outros.** Sem mais a  
251 tratar, o presidente encerrou a reunião. Eu, Priscilla Alves da Rocha, lavrei a presente ata, que irá  
252 assinada pelo Presidente e pelo Secretário Geral.

RICARDO TEZINI MINOTI

Presidente



**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PARANAÍBA NO  
DISTRITO FEDERAL - CBH PARANAÍBA-DF**

**ATA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

1 Às quatorze horas do dia trinta de setembro de dois mil e vinte e um, após a verificação da  
2 presença e quórum, iniciou-se, pelo sistema virtual “Teams/MsOffice a ***Vigésima Terceira***  
3 ***Reunião Ordinária do Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes do Rio Paranaíba no***  
4 ***Distrito Federal – CBH Paranaíba-DF***. Estiveram presentes: *Poder Público*: ICMBio –  
5 Maurício Cortines Laxe (Titular) e Grahal Benatti (Suplente); *Adasa* – Devanir Garcia dos  
6 Santos (titular) e Cláudio Odilon da Costa Silva; *Emater* - Priscilla Regina da Silva (Titular);  
7 *Sema* – Mona Grimouth Bittar (Suplente); *IBRAM* - Janaína Starling e Renata; *Associação dos*  
8 *Produtores Rurais da Reserva A – APRA* – Lauro dos Santos Correia (Titular); *Fundação Mais*  
9 *Cerrado* – Denise Paiva Agostinho (Suplente); *UnB* – Ricardo Tezini Minoti (Titular); *Fape-*  
10 *DF* – Natália Cristina Chagas M. Teixeira (Suplente). *Usuário Mendonça* (Titular); *Drenagem*  
11 *Urbana*: - *Novacap* – Hiltton Antonio Domingos Moreios: *Abastecimento Urbano, Coleta,*  
12 *Tratamento de Esgotos, Diluição de Efluentes Urbanos e Hidroeletricidade*: *Companhia de*  
13 *Saneamento Ambiental do DF – Caesb* – Carlo Renan Cáceres de Brites (Titular) e Fabio  
14 Bakker Isaias (Suplente); *Hidroeletricidade* – *CEB* – Priscila Paris de Lira (Suplente); *Usuário*  
15 *de Irrigação*: Luiz Carlos Pinagé de Lima (Titular). *Irrigação e Uso Agropecuário*:  
16 *Condomínio do Sistema de Irrigação Rodeador – Cosir* – Ricardo Kiyoshi Sassa (Titular); *Usos*  
17 *Não Consuntivos*: *Federação Náutica de Brasília – FNB* – Carlos Alberto de Miranda Aviz  
18 (Suplente). Com a palavra o Presidente Ricardo Minoti. **I – ABERTURA DOS**  
19 **TRABALHOS** – 1. Verificação de presença e quórum; 2. Aprovação da Ata da 45ª Reunião  
20 Extraordinária; 3. Aprovação da Ata da 46ª Reunião Extraordinária. **II – ORDEM DO DIA** -  
21 1. Apresentação e aprovação do Relatório Anual 2020; 2. Apresentação e aprovação do Plano  
22 de Ação 2021; 3. Moção - BH Santa Maria; 4. Indicação de representante Grupo de Consultas  
23 ADASA - Regulamentação do reuso de Água na Agricultura. **III – INFORMES GERAIS** –  
24 1. Situação do sítio eletrônico do CBH Paranaíba - DF; 2. Comunicação Procuradoria Geral do  
25 Distrito Federal; 3. Ofício nº 1022/2021 - 1ª PRODEMA/MPDFT e solicitação de prorrogação  
26 de prazo ao CRH – encaminhamentos da Resolução CRH Nº 7 de 20/11/2020; 4.  
27 Encaminhamentos ao CRH/DF, solicitação de prorrogação de prazo ao CRH/DF -  
28 encaminhamentos da Resolução CRH Nº 7 de 20/11/2020; 5. Organização do 4º EICOB –  
29 2021; 6. GT - Educação Ambiental; 7. GT - Pagamento por Serviços Ambientais; 8 - GT  
30 Ribeirão Sobradinho; 9. Outros. **I – ABERTURA DOS TRABALHOS - 1. Verificação das**



**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PARANAÍBA NO  
DISTRITO FEDERAL - CBH PARANAÍBA-DF**

**ATA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

31 **presenças e quórum.** Verificou-se a grande presença da comunidade na reunião. Informações  
32 gerais quanto ao pacto de boa Convivência durante a reunião. **2.** A aprovação da Ata da 45ª  
33 Reunião Extraordinária não ocorreu e foi adiada para a próxima reunião pois ainda não houve  
34 a finalização desta ata por se tratar de uma reunião muito densa. **3.** Aprovação da Ata da 46ª  
35 Reunião Extraordinária. **II. ORDEM DO DIA – 1. Apresentação e aprovação do Relatório**  
36 **Anual 2020** - Esclarecimento de que essa apresentação está no regimento do Procomitês e  
37 deveria ter sido tratada no começo do ano, mas, em função de a Adasa estar em um momento  
38 de transição, desde o início do ano, e reestruturação da equipe interna responsável pelos  
39 trabalhos de Secretaria Executiva aos Comitês de Bacias do DF, houve este atraso. O Relatório  
40 não foi finalizado pela falta de alguns dados, que já foram solicitados para a Adasa, o trabalho  
41 ainda está em andamento. Será necessário muito trabalho para a finalização deste Relatório  
42 para ser efetivamente aprovado na última reunião do ano. Foi realizado o compartilhamento de  
43 tela do Relatório Anual de 2020. Breve leitura do sumário, síntese dos itens e elucidação de  
44 que não é possível o envio do relatório para aprovação efetiva dos participantes sem que haja  
45 a finalização e confirmação de que ele apresente todos os documentos citados. **2.**  
46 **Apresentação e aprovação do Plano de Ação 2021** - Explicação sobre o atraso para tratar da  
47 pauta em questão devido à reestruturação interna da Adasa, na busca de um novo formato,  
48 assim como na pauta anterior. Exposição da planilha do Plano de Ação 2021, baseada no Plano  
49 de Ação de 2020 com algumas alterações. Dificuldades no fechamento no eixo temático 1.  
50 Funcionamento do Comitê de Bacia quanto ao fato do Plano de Ação ter que estar atrelado ao  
51 que foi prometido/será respondido no Procomitês, e esse documento ainda não existe, no  
52 momento é necessário o esclarecimento de algumas dúvidas com a Adasa. Ainda no item  
53 temático 1, o primeiro subitem que diz sobre a realização de duas Reuniões Ordinárias em 2021  
54 (23º e 24º) que tem previsão de ser cumprida, e o segundo subitem, Execução do Programa de  
55 Fortalecimento dos Comitês de Bacia - PROCOMITÊS, que é uma questão que tem que ser  
56 respondida juntamente com a Adasa, principais questões a serem discutidas: as dificuldades e  
57 burocracias para o uso dos recursos dos Procomitês, com o objetivo de fazer o máximo possível  
58 para atender tudo o que tem para atender no ano e relatar isso para que o DF não perca os  
59 recursos deste ano. Ainda há dúvidas sobre conseguir fazer o relatório em questão deste ano  
60 para ser aprovado no CRH/DF. Com a palavra Devanir Garcia dos Santos com o esclarecimento



**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PARANAÍBA NO  
DISTRITO FEDERAL - CBH PARANAÍBA-DF**

**ATA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

61 de que o Procomitês já existe há algum tempo e que os 300 mil disponíveis do ano passado  
62 passaram para esse ano pois não houve gastos, e que sabem que o modelo não permite utilizar  
63 os recursos, e que devem achar uma forma de aplicar esses recursos tão importantes e a forma  
64 que estão achando é a forma que está sendo proposta agora: contratação de um escritório  
65 técnico onde colocariam os recursos que seriam suficientes para atender os pontos discutidos  
66 com os presidentes dos três comitês (no ponto de vista administrativo), já foi criado um DIP  
67 dentro da Adasa para a diretoria autorizar a licitação. A previsão é de que em um espaço de  
68 dois anos vão ser usados em torno de 750 mil reais, dos quais 450 mil temos dentro do  
69 Procomitês que serão empenhados no final deste ano, então de qualquer forma não serão  
70 comprometidos. Houve uma conversa com a ANA a qual vê com bons olhos a questão de ter  
71 essa estrutura de apoio aos comitês, estamos replicando o modelo que a ANA faz com os  
72 comitês que não têm cobrança. Com isso é possível o atendimento de uma série de coisas, por  
73 exemplo: a contratação desta equipe apoiará a Execução do Programa de Fortalecimento.  
74 Quanto ao subitem de Aprovar e Implementar o Plano de Capacitação do eixo temático 2, a  
75 Adasa tem um plano de capacitação que é executado com recursos do Probacias, a ideia não é  
76 usar os recursos do Procomitês, e o Comitê faria toda a sua agenda de capacitação (o que ele  
77 precisa, quais são os treinamentos que ele gostaria) e isso seria inserido no programa de  
78 capacitação da Adasa e assim daria uma margem para termos mais dinheiro. Ainda no eixo  
79 temático 2, é esclarecido que a Realização de dois Seminários em conjunto com os outros CBHs  
80 do DF será possível, porém quando houver a contratação da empresa a qual receberá os recursos  
81 para a realização dos encontros e questões todas. Explicação sobre o subitem a seguir, a  
82 questão do EICOB não caberá à empresa, ela poderá até dar suporte, ajudar na preparação de  
83 materiais, mas o custeio da ação continuará acontecendo como antigamente, onde há a  
84 solicitação para a Adasa e dentro do seu planejamento normal ela vai dar o suporte necessário  
85 para o atendimento, por enquanto os custos de capacitação e de viagem não podem ser  
86 desvinculados à Adasa, pois os recursos do Procomitês não são suficientes para estes custeios.  
87 Assim, quando for lançado o edital, seria feito uma reformulação desse planejamento,  
88 passaríamos todos os itens do Plano de Ação, com exceção dos custos de viagens e capacitação,  
89 para dentro do recurso do Procomitês que será usado para a contratação da empresa, desse  
90 modo a empresa teria recursos suficientes para a contratação de pessoal, compra de



**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PARANAÍBA NO  
DISTRITO FEDERAL - CBH PARANAÍBA-DF**

**ATA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

91 equipamentos, aluguel de um espaço físico, custos do site, fazer comunicações etc. Exposição  
92 de que já há uma equipe trabalhando e elaborando os documentos necessários para a licitação  
93 e expectativa de resolução em curto prazo. De volta com a palavra o presidente Ricardo Minoti  
94 esclarecendo ao Devanir que a preocupação não é a perda dos recursos já conquistados, mas a  
95 perda do que não respondermos neste ano, referente a 2020. A outra principal preocupação a  
96 ser tratada agora é responder o que tem que ser respondido neste ano para não perder o recurso  
97 que vai chegar no ano que vem, por isso a estratégia é fazer a aprovação do Plano de Ação  
98 mesmo que seja no fim do ano para que a gente atenda o que foi solicitado pelo Procomitês,  
99 para que o comitê receba o recurso integral no ano que vem. Exposição das ações e explicação  
100 de que parte delas já está sendo realizada e outra parte não será necessária a realização, e que,  
101 depois de feita uma análise, esse relatório será enviado aos participantes. Sugestão, por  
102 Mauricio Laxe, para que quando ocorrerem as reuniões, ter uma maior divulgação quanto ao  
103 acontecimento e aos desdobramentos delas, contando com o apoio da equipe de comunicação  
104 da Adasa junto aos órgãos de imprensa locais, para dar mais visibilidade e diálogo da realidade  
105 do comitê para com a sociedade. Devanir dos Santos expõe que há a boa vontade da Adasa  
106 para que isso aconteça, e que teria que ocorrer uma conversa com o responsável pela área de  
107 comunicação para conhecer os limites desta questão. Ricardo Minoti, agora com a palavra,  
108 volta à questão levantando a reflexão de que se todo o recurso do Procomitês será todo  
109 direcionado para sustentar a estrutura executiva, deixam de ter o recurso para algumas outras  
110 ações que também necessitariam (como projetos e ações técnicas que a secretaria executiva  
111 não contemplaria). E cita a questão da dificuldade da própria equipe executiva em gastar os  
112 recursos em pequenas ações, por toda burocracia envolvida. Sugestão para a Adasa dar uma  
113 ajuda nas demandas que foram feitas no GTPSA e no GTEA, para acontecer um apoio inclusive  
114 técnico. Explanação, quanto a colocação do Maurício, que à priori, a política/ideia atual é não  
115 ter ninguém da Adasa apoiando o comitê. Agora com a palavra Fábio Bakker (Caesb),  
116 reforçando a ideia de a Adasa deixar de exercer o papel de Secretaria Executiva do comitê,  
117 assim como a ANA fez em quase todos os comitês federais, delegando essas funções executivas  
118 para uma empresa/organização que fará as vezes de uma secretaria executiva, esse é um  
119 processo de emancipação de grande valor. Com a palavra Denise Agostinho sobre a questão de  
120 o GTEA estar trabalhando na definição de uma metodologia de uma jornada de oficinas



**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PARANAÍBA NO  
DISTRITO FEDERAL - CBH PARANAÍBA-DF**

**ATA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

121 participativas para a construção do plano de educação ambiental e que, em sua visão, isso já é  
122 um processo de capacitação, questionando a possibilidade de inclusão desse processo no uso  
123 dos recursos do Procomitês. Devanir dos Santos esclarece, então, que tudo que tiver esse perfil  
124 de capacitação tem sim a possibilidade de ser atendido com os recursos do Procomitês, em  
125 harmonia com o CRH e a ANA. **3. Moção - BH Santa Maria** - Com a palavra Maurício, que  
126 expõe na íntegra a Moção em questão e deixa claro que falta apenas a alteração do cabeçalho  
127 e prossegue a explicação com uma breve leitura das considerações iniciais da Moção. A moção  
128 em questão recomenda que: 1 - a Sema e o Ibram possam promover as necessárias avaliações  
129 técnicas e estudos ambientais afins, no sentido que seja criado um Parque Linear no Ribeirão  
130 Santa Maria, desde suas nascentes até a divisa territorial com o Estado de Goiás, estabelecendo  
131 essa região como sendo um conector ambiental compondo um novo Corredor Ecológico do  
132 DF; 2 - a Sema, o Ibram e a Adasa venham a estabelecer as áreas verdes e rurais remanescentes  
133 dessa sub-bacia no DF como sendo uma ARIE - Área de Relevante Interesse Ecológico e a  
134 determinação da normativa das áreas de recarga dessa sub-bacia como sendo uma APM - Área  
135 de Proteção de Manancial; 3 - o MPDFT e o Comitê da Bacia dos Afluentes do Rio Paranaíba  
136 no DF possam acompanhar a tramitação dos novos Projetos de Parcelamento de Solo Urbano  
137 que estão em avaliação no Órgãos Ambientais ou venham a ser propostos para as zonas urbanas  
138 localizadas nessa sub-bacia do DF e que o Governo do DF não modifique nem altere as zonas  
139 rurais em novas zonas urbanas do DF, no âmbito do processo de revisão do PDOT-DF; 4 - o  
140 Ibram, a Adasa e o ICMBio possam, com a devida precaução e prevenção, melhor avaliar de  
141 forma integrada e sinérgica os impactos ambientais e principalmente aos recursos hídricos, que  
142 esses novos empreendimentos urbanos ou rurais podem ocasionar cumulativamente, nessa sub-  
143 bacia do ribeirão Santa Maria. Com a palavra Ricardo Minoti, que levanta a questão da  
144 problemática da bacia do Santa Maria a qual foi discutida em reuniões anteriores, e foi  
145 levantada a elaboração de duas Moções, essa tratada hoje é para o DF, a segunda Moção será  
146 elaborada para a próxima reunião e será encaminhada para o Comitê Federal para dar um apoio  
147 para o lado de Goiás na questão de que o Ribeirão que está enquadrado como Classe 2  
148 realmente atinja Classe 2 em breve. Renata sugere que no item 4, sejam citados, se conhecidos,  
149 quais são os novos empreendimentos, o que facilitaria na confecção da interface, e no  
150 licenciamento e encaminhamento no IBRAM. Ricardo informa que ainda não existe essa



**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PARANAÍBA NO  
DISTRITO FEDERAL - CBH PARANAÍBA-DF**

**ATA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

151 informação já que se trata de empreendimentos futuros. Com consentimento do quórum  
152 presente, a Moção foi aprovada pela Plenária sem maiores alterações. **4. Indicação de**  
153 **representante Grupo de Consultas Adasa - Regulamentação do reúso de Água na**  
154 **Agricultura** - Ricardo Minoti esclarece que o termo “reúso de Água”, nesse caso se refere ao  
155 reúso do efluente tratado. Foi pedido ao Devanir dos Santos para que levasse à Adasa  
156 novamente a questão de que no final do ano passado (2020), foi indicado, pela própria Adasa,  
157 que poderiam haver dois caminhos, mas considerando a questão do reuso de água como padrão  
158 de qualidade ambiental, o encaminhamento correto seria para o CNAM-DF, o que foi feito,  
159 porém houve, neste ano, o questionamento da Adasa sobre esse encaminhamento já que a  
160 própria tem gestão desta discussão, então a dúvida é: se é padrão de qualidade ambiental a  
161 Adasa não tem gestão, mas se não é padrão de qualidade ambiental, se esse padrão já foi  
162 estabelecido e é só uma discussão de saneamento ou de recursos hídricos a Adasa tem total  
163 regulação. Devanir dos Santos (Adasa) esclarece então que cabe ao CONAM-DF definir os  
164 padrões, mas cabe à Adasa fazer o planejamento do setor, organizar, ver os programas, os  
165 incentivos, e isso precisa do licenciamento para acontecer. Porém o que aconteceu foi que o  
166 CONAM-DF já mandou a correspondência para regulação do setor de reúso, a qual foi a fala  
167 da Adasa de que isso é de sua gestão. De volta com a palavra, Ricardo Minoti reforça a ideia  
168 de que esse reúso de efluente tratado pode ser uma alternativa para ajudar a resolver o problema  
169 de bacias como a do ribeirão Sobradinho. Há a explanação de que a Adasa propôs a criação  
170 desse grupo de consulta para dar continuidade à ideia de regulação, e há a necessidade de  
171 indicação de um membro do comitê para fazer parte deste grupo. Optou-se por adiar essa  
172 indicação por mais uma semana, pois surgiram questões como: é possível a indicação de  
173 alguém de fora do comitê? Além da possibilidade de consultar os membros que não estão  
174 presentes nessa reunião. **III – INFORMES GERAIS – 1. Situação do sítio eletrônico do CBH**  
175 **Paranaíba - DF** - Ricardo Minoti explica sobre o funcionamento do site dos CBHs, que havia  
176 sido reformulado em 2019, porém no começo desse ano, ele parou de funcionar, e como houve  
177 a saída da equipe que era responsável por essa parte, está havendo dificuldades na recuperação  
178 do site e dos dados que eram armazenados nele, como moções, atas etc. Foi feito o pedido para  
179 a Adasa fornecer esse apoio quanto ao site enquanto não há a contratação da empresa, já que  
180 está no regimento. Devanir dos Santos esclarece que o site foi feito com bases a qual não se



**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PARANAÍBA NO  
DISTRITO FEDERAL - CBH PARANAÍBA-DF**

**ATA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

181 têm o conhecimento no momento pois foram se perdendo ao longo do tempo, o STI da Adasa  
182 tentou recuperar esses dados, porém sem as fontes e sem a lógica do que foi feito, não é possível  
183 dar continuidade. Uma alternativa seria a reconstrução do site para que haja todo o  
184 conhecimento prévio dos dados para que não haja mais problemas quanto a isso. **2.**  
185 **Comunicação Procuradoria Geral do Distrito Federal** - Foi feita uma demanda para a  
186 Procuradoria Geral do DF para perguntar quem deve responder juridicamente pelo Comitê de  
187 Bacias, que é um colegiado do Estado, ainda não se obteve respostas. **3. Ofício nº 1022/2021**  
188 **- 1ª PRODEMA/MPDFT e solicitação de prorrogação de prazo ao CRH –**  
189 **encaminhamentos da Resolução CRH Nº 7 de 20/11/2020** - Houve o questionamento, por  
190 parte da PRODEMA, sobre a questão da definição da Agência de Bacias, ao qual já foi enviada  
191 uma resposta colocando toda essa questão e transição desse ano. **4. Encaminhamentos ao**  
192 **CRH/DF, solicitação de prorrogação de prazo ao CRH/DF - encaminhamentos da**  
193 **Resolução CRH Nº 7 de 20/11/2020** - O CRH também questionou o porquê não havia obtido  
194 respostas sobre a decisão da Agência de Bacia no prazo de 6 meses, que era até junho, houve  
195 então o pedido, por parte do comitê para o adiamento deste prazo para dezembro. **5.**  
196 **Organização do 4º EICOB – 2021** - Informe de que o evento está em discussão e de que há a  
197 ideia de acontecer de forma híbrida (parte da manhã virtual e a parte da tarde presencial), a  
198 participação dos CBHs nesse evento tem como objetivo integralizar a comunidade. **6. GT -**  
199 **Educação Ambiental** - Denise Agostinho, que faria o informe, não está mais presente na  
200 reunião. Ricardo Minoti faz o breve comentário de que o GT de educação ambiental está em  
201 discussão, em questões do plano de educação ambiental, que é uma das atividades que está  
202 proposta no Plano de Bacias. Exposição da ideia de unir o programa Produtor de água ao Plano  
203 de Bacias. **7. GT - Pagamento por Serviços Ambientais** - Devanir dos Santos (Adasa) expõe  
204 que foi aprovado, pela diretoria da Adasa, a comissão que vai fazer o acompanhamento do  
205 serviço de pagamento por Serviços Ambientais e foi aprovada a participação dos Comitês  
206 nessas comissões. Lauro Correia informa que aconteceram reuniões com a comunidade de  
207 Brazlândia e a EMATER, porém não chegaram a discutir esse ponto. E que o objetivo do DCA  
208 é propor algo diferente em relação ao que já vem ocorrendo, já existem algumas ideias que  
209 serão postas no papel posteriormente e que já há a intenção de marcar uma nova reunião. Para  
210 complementar, Priscilla Silva (Emater) diz que na última reunião perceberam que essa



**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PARANAÍBA NO  
DISTRITO FEDERAL - CBH PARANAÍBA-DF**

**ATA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

211 valoração é bem mais complexa do que os componentes do GT conseguiriam chegar, já foi  
212 montado um relatório preliminar onde tinham a necessidade da contribuição de algum  
213 consultor/estudo justamente por essa complexidade demandada. Ricardo Minoti faz o breve  
214 comentário de que o valor para o pagamento de Serviços Ambientais seria maior na região do  
215 Descoberto em função da questão estratégica dessa região para o DF em termos de  
216 disponibilidade hídrica, então não se pode correr o risco de ter toda essa bacia ocupada por  
217 áreas urbanas ou agrícolas, por exemplo e que é difícil chegar em um ponto ótimo em todas as  
218 bacias do DF, porém é uma das missões dos GT. **8 - GT Ribeirão Sobradinho** - Com a palavra  
219 Claudio Odilon, com a explanação de que houve uma vistoria na segunda etapa do Ribeirão  
220 Sobradinho e foi detectado que há um local com condições ruins, tanto na voçoroca quanto em  
221 outro ponto onde há a deposição de entulho e o assoreamento do ribeirão. Paralelamente, na  
222 última visita que aconteceu, ficou combinado pelo representante do IBRAM a execução e  
223 encaminhamento de um processo para os órgãos que devem contribuir para mitigar esse  
224 processo do Ribeirão Sobradinho, porém houve a substituição desse representante dentro do  
225 comitê e agora será necessária a retomada desse processo coma discussão com os novos  
226 membros representantes. Também é exposta a necessidade da continuidade do processo que já  
227 está no IBRAM, para ser encaminhado aos órgãos que têm os passivos ambientais dentro da  
228 Bacia em questão, que está em situações críticas. Renata, do IBRAM se voluntaria para  
229 participar do GT do Ribeirão Sobradinho e se mostra disposta a ajudar a dar continuidade no  
230 processo citado anteriormente. **9. Outros** - Com a palavra Maurício Laxe, com o informe sobre  
231 o Rio+30, em 2022, onde ocorrerá uma grande mobilização mundial que deve culminar em um  
232 conjunto de eventos, desde eventos sobre cidades sustentáveis, questões relacionadas a recursos  
233 hídricos, também haverá a cúpula dos povos, e o levantamento da possibilidade desse tema ser  
234 uma pauta da próxima reunião e um encontro com representantes de todos os CBHs para haver  
235 uma discussão sobre assuntos em comum e a integração dos comitês e haver a nivelção das  
236 ideias sobre a Rio+30. O Presidente Ricardo informa que ocorrerá a última reunião do ano dali  
237 4 semanas e reforça a importância desta pois tratará de várias questões para fechar o ano e  
238 atender tudo que estava previsto nos Comitês de Bacias. O Presidente Ricardo Minoti agradece  
239 a presença de todos e declara encerrada a reunião.

240



CBH PARANAÍBA - DF

**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PARANAÍBA NO  
DISTRITO FEDERAL - CBH PARANAÍBA-DF**

**ATA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

241

242

243

244

245

**RICARDO TEZINI MINOTI**

Presidente



**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PARANAÍBA NO  
DISTRITO FEDERAL - CBH PARANAÍBA-DF**

**ATA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

1 Às quatorze horas do dia quatro de novembro de dois mil e vinte e um, após a verificação da  
2 presença e quórum, iniciou-se, pelo sistema virtual “Teams/MsOffice a *Vigésima Quarta*  
3 *Reunião Ordinária do Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes do Rio Paranaíba no*  
4 *Distrito Federal – CBH Paranaíba-DF*. Estiveram presentes: *Poder Público*: ICMBio –  
5 Maurício Cortines Laxe (Titular) e Grahal Benatti (Suplente); *Adasa* –Hudson Rocha de  
6 Oliveira; *Emater* - Priscilla Regina da Silva (Titular) e Icléa Silva (Suplente); *Sema* – Mona  
7 Grimouth Bittar (Suplente) e Patrícia Valls e Silva; *IBRAM* - Janaína Starling e Renata Mongin;  
8 *Associação dos Produtores Rurais da Reserva A – APRA* – Lauro dos Santos Correia (Titular);  
9 *UnB* – Ricardo Tezini Minoti (Titular); *Fape-DF* – Natália Cristina Chagas M. Teixeira  
10 (Suplente); *Drenagem Urbana*: - *Novacap* – Hiltton Antonio Domingos Moreira; *Universidade*  
11 *Holística Internacional da Paz - Unipaz* - Regina Stella Quintas Fittipaldi (Suplente); *EMBRAPA* -  
12 Carlos Eduardo Pacheco Lima; *Usuários: Abastecimento Urbano, Coleta, Tratamento de*  
13 *Esgotos, Diluição de Efluentes Urbanos e Hidroeletricidade*: *Companhia de Saneamento*  
14 *Ambiental do DF – Caesb* – Carlo Renan Cáceres de Brites (Titular) e Fabio Bakker Isaias  
15 (Suplente); *Hidroeletricidade* – *CEB* – Priscila Paris de Lira (Suplente); *Usuário de Irrigação*:  
16 Luiz Carlos Pinagé de Lima (Titular). *Irrigação e Uso Agropecuário*: *Condomínio do Sistema*  
17 *de Irrigação Rodeador – Cosir* – Ricardo Kiyoshi Sassa (Titular); *CONSEG Tororó* - Carmo  
18 Coutinho; *Usos Não Consuntivos*: *Federação Náutica de Brasília – FNB* – Carlos Alberto de  
19 Miranda Aviz (Suplente). Com a palavra o Presidente Ricardo Minoti. Iniciou os trabalhos  
20 registrando as Pautas desta Reunião do Comitê: - **I – ABERTURA DOS TRABALHOS** – 1.  
21 Verificação de presença e quórum; 2. Aprovação da Ata da 41ª Reunião Extraordinária; 3.  
22 Aprovação da Ata da 23ª Reunião Ordinária; 4. Aprovação da Ata da 45ª Reunião  
23 Extraordinária; **II – ORDEM DO DIA** - 1. Apresentação e aprovação do Relatório anual 2020;  
24 2. Apresentação e aprovação do Plano de Ação de 2022; 3. Apresentação e aprovação do Plano  
25 de Comunicação 2022; 4. Deliberação sobre alternativas para a implantação de Agência de  
26 Bacia ou Entidade Delegatária de suas funções, considerando a sua viabilidade financeira; 5.  
27 Indicação de representante do CBH Paranaíba DF para o Grupo de Consultas ADASA -  
28 Regulamentação do reúso de Água na Agricultura; 6. Acompanhamento da implementação do  
29 Plano de Recursos Hídricos das bacias Hidrográficas dos Afluentes Distritais do Rio Paranaíba  
30 e análise das interfaces com o Programa Produtor de Água no Descoberto. **III – INFORMES**



**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PARANAÍBA NO  
DISTRITO FEDERAL - CBH PARANAÍBA-DF**

**ATA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

31 **GERAIS** – 1.Organização 4ª EICOB; 2. Outros. *I – ABERTURA DOS TRABALHOS - 1.*  
32 **Verificação das presenças e quórum, ok** - Verificou-se ainda uma grande presença de  
33 comunidades na reunião. Informações gerais quanto ao pacto de boa Convivência durante a  
34 reunião. **2. Aprovação da Ata da 41ª Reunião Extraordinária. 3. Aprovação da Ata da 23ª**  
35 **Reunião Ordinária. 4. Aprovação da Ata da 45ª Reunião Extraordinária. II - ORDEM**  
36 **DO DIA - 1. Apresentação e aprovação do Relatório Anual de 2020** - Ricardo Minoti  
37 esclarece que a aprovação desse Relatório Anual de 2020 deveria ter sido feita na primeira  
38 reunião do ano, porém não foi possível por se tratar de um momento em que houve o processo  
39 de reestruturação na Adasa. A Diretoria estava sem acesso a toda a base de dados do CBH.  
40 Também não será possível a aprovação desse relatório nesta reunião, pois o mesmo ainda não  
41 foi finalizado em função de o Comitê estar sem o apoio da Secretaria Executiva e da  
42 necessidade de confirmação, pela Diretoria do Comitê, de algumas informações que devem  
43 constar no documento. **2. Apresentação e aprovação do Plano de Ação de 2022** – Não houve  
44 a apresentação do Plano de Ação de 2022, pois o mesmo ainda não foi finalizado em função  
45 de o Comitê estar sem o apoio da Secretaria Executiva e da necessidade de confirmação, pela  
46 Diretoria do Comitê, de algumas informações que devem constar no documento. Colocou-se  
47 que para que ocorra o cumprimento de todas as metas será necessária a atuação efetiva da  
48 Secretaria Executiva do CBH, exercida pela Adasa, até que a Entidade Delegatária seja  
49 contratada. Também são citados os Objetivos Específicos e a Estratégia de Execução. Há a  
50 necessidade de readaptação desse Plano de Ação com os objetivos a serem alcançados no  
51 próximo ano, assim a sua aprovação foi adiada para a próxima reunião ordinária. **3.**  
52 **Apresentação e aprovação do Plano de Comunicação 2022** – Houve o Compartilhamento  
53 do Plano de Comunicação de 2022. Novamente foi abordado o ponto associado ao site dos  
54 CBHs, que passou por processos de manutenção, mas continuava com problemas até o fim de  
55 2021. Se não houver o esforço por parte da Adasa para o site voltar ao funcionamento efetivo,  
56 o CBH irá propor outras formas para isso, tendo até a possibilidade da criação de um novo site.  
57 Também foi exposta a importância do engajamento e do conhecimento do público sobre o  
58 trabalho dos CBHs e uma maior divulgação prévia dos dias de realização de suas reuniões e  
59 em seguida a divulgação também junto aos meios de comunicação de suas deliberações. Houve  
60 ainda a citação dos respectivos Objetivos Específicos, além de esclarecimentos sobre o



**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PARANAÍBA NO  
DISTRITO FEDERAL - CBH PARANAÍBA-DF**

**ATA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

61 Público-alvo, a Estratégia de comunicação, os Meios de comunicação e os Resultados  
62 esperados. Foi destacado que o papel da comunicação com o público por parte dos Comitês de  
63 Bacias do DF, se dará entre outras coisas, para esclarecer e informar as comunidades das  
64 respectivas sub-bacias a respeito de sua importância e atividades. A aprovação deste Plano  
65 também ocorrerá na próxima reunião ordinária, pois o documento será readequado ao ano  
66 correspondente. **4. Deliberação sobre alternativas para a implantação de Agência de Bacia  
67 ou Entidade Delegatária de suas funções, considerando a sua viabilidade financeira -**  
68 Ricardo Minoti compartilhou a resolução CRH N° 7 de 20/11/2020, a qual aprovara os  
69 mecanismos de cobrança pelo uso dos recursos hídricos em domínio do Distrito Federal e dá  
70 outras providências. Deu um foco especial ao Art. 3º, que determina que: - *“Os Comitês de*  
71 *Bacia Hidrográfica do rio Paranaíba-DF, do rio Preto-DF e do rio Maranhão-DF deverão*  
72 *deliberar e encaminhar ao CRH-DF, no prazo máximo de seis meses após a publicação desta*  
73 *Resolução, decisão sobre as alternativas para implantação de uma ou mais Agência(s) de*  
74 *Bacia ou Entidade(s) Delegatária(s) de suas funções, considerando a sua viabilidade*  
75 *financeira”*. Destacou que, conforme já citado na reunião anterior, o prazo de seis meses  
76 estipulado pelo CRH foi postergado para até dezembro/2021, e, assim se dá a importância de  
77 que ocorra a deliberação ainda nesta reunião, já que teoricamente seria a última do ano. Com a  
78 palavra Fábio Bakker, que contextualizou a situação da Câmara Técnica, na qual ocorreram  
79 três reuniões tendo como principal ponto de pauta a discussão sobre a Entidade Delegatária,  
80 porém, como não houve quórum possível para deliberação. O encaminhamento que será  
81 sugerido hoje para a Plenária já foi apresentado e discutido pela Câmara Técnica. Esclarece  
82 ainda que a Agência de Bacia é um instrumento da lei que ainda não conseguiu amparo para  
83 ser implantada e nem deve ser implantada, a partir do momento que agências, como a ANA e  
84 a Adasa, e Agências estaduais começam a se responsabilizar por parte das funções do que se  
85 chama de Agências de Bacia, assim, nesse caso a deliberação será provavelmente sobre uma  
86 Entidade Delegatária e não de uma Agência de Bacia. A viabilidade financeira da Entidade  
87 Delegatária depende da construção de escopo e das atribuições do plano de ação que ela terá.  
88 Foi exposta então a deliberação, a qual define que a função de Agência de Água da Bacia  
89 hidrográfica do rio Paranaíba será exercida por entidade com natureza jurídica de associação  
90 civil sem fins lucrativos, mediante delegação (contrato de gestão). Foi sugerida a adição de um



**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PARANAÍBA NO  
DISTRITO FEDERAL - CBH PARANAÍBA-DF**

**ATA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

91 artigo segundo, que proporia uma redação dizendo que caso o CRH entenda que não existe  
92 amparo legal para esse contrato de gestão, ele deverá tomar as providências necessárias para a  
93 formulação dessa legislação sobre a delegação de algumas funções. A criação desse segundo  
94 artigo foi questionada, para que não haja dúvidas sobre a mesma, já que não é um empecilho,  
95 mas se o CRH entender que precisa, o próprio CRH faz essa resolução. Com a palavra Lauro  
96 dos Santos, esclarece que a deliberação em questão tem que ser justamente sobre qual tipo de  
97 alternativa será escolhida neste momento, já que a viabilidade financeira vai acontecer, porém  
98 não é a preocupação atual. Explica ainda que o recurso a ser usado nesta causa será  
99 proporcional aos serviços prestados, assim como às atribuições dessa Entidade. Com a palavra  
100 Priscila Paris, sugerindo que a deliberação deixe explícito que a Entidade Delegatária a ser  
101 criada irá assumir aquilo que os Comitês tiverem condição de arcar, o que for viável  
102 economicamente e o que se refere às funções principais julgadas necessárias para essa Entidade  
103 (Secretaria Executiva, Planejamento Financeiro, Aplicação dos Recursos da Cobrança e  
104 Comunicação). Com a palavra Sol que questiona se haverá uma decisão conjunta e se haverá  
105 apenas uma Entidade Delegatária para os três CBHs do DF. Questiona ainda se haverá a  
106 necessidade de uma normativa para a definição das atribuições dessa Entidade. Maurício Laxe  
107 explica que há uma questão fundamental no que se diz respeito à existência de apenas uma  
108 Entidade Delegatária para os três CBHs, como uma alternativa mais viável e integrada,  
109 promovendo ações no território do DF mais concatenadas com a realidade local e normas afins.  
110 Porém, há a necessidade da definição clara de quais serão as atribuições dessa Entidade (por  
111 intermédio de um termo de referência) para que o artigo segundo, sobre a legislação da  
112 delegação das suas funções, seja definido e incluído. Ricardo Minoti complementa que já é  
113 possível colocar nesta deliberação, o registro de que a vontade dos membros o CBH Paranaíba  
114 DF vem a ser por apenas uma Entidade para os três CBHs do DF, mas será necessária uma  
115 reunião conjunta com os outros dois CBHs, para que essa decisão possa ser concretizada  
116 formalmente. Fábio Bakker esclarece que quanto à questão do amparo legal, a responsável pela  
117 delegação é a Adasa, então é ela que informa se há amparo legal ou não, já que é ela que  
118 celebrará o contrato de gestão. O edital de chamamento público e o contrato de gestão têm que  
119 ser validado pelos CBHs, mas com o amparo legal do órgão gestor. De volta com a palavra,  
120 Lauro dos Santos, dando ênfase na importância da transição gradual das atribuições da Adasa



**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PARANAÍBA NO  
DISTRITO FEDERAL - CBH PARANAÍBA-DF**

**ATA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

121 para a Entidade Delegatária e do ajuste dessas atribuições e dos recursos necessários. Hudson  
122 Rocha complementa com o fato de que é importante a dosagem das atribuições que serão  
123 delegadas à Entidade Delegatária, já que mais atribuições geram mais custos. Foram então  
124 aprovadas as seguintes atribuições mínimas à Entidade selecionada: - I) - *exercer as funções*  
125 *de secretaria executiva; II) – analisar e emitir pareceres sobre os projetos e obras a serem*  
126 *financiados com recursos gerados pela cobrança pelo uso de recursos hídricos; - III) –*  
127 *acompanhar a administração financeira dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso*  
128 *de recursos hídricos em sua área de atuação, seguindo plano de aplicação definidos pelos*  
129 *CBHs e segundo orientações dos Planos de Bacias; - IV) – elaborar sua proposta*  
130 *orçamentária e submetê-la à apreciação do respectivo ou dos respectivos Comitês de Bacia*  
131 *Hidrográfica; - V) – promover os estudos necessários para a gestão dos recursos hídricos em*  
132 *sua área de atuação e a celebração de acordos de cooperação técnica; - VI) – elaborar/a*  
133 *revisão do Plano de Recursos Hídricos para apreciação do respectivo Comitê de Bacia*  
134 *Hidrográfica; - VII) – propor ao respectivo ou aos respectivos Comitês de Bacia Hidrográfica:*  
135 *- a) Enquadramento dos corpos de água nas classes de uso, para encaminhamento ao Conselho*  
136 *de Recursos Hídricos; - b) Valores a serem cobrados pelo uso de recursos hídricos; - c) Planos*  
137 *de aplicação dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos*  
138 *proporcionais; - d) Rateios de custo das obras de uso múltiplo, de interesse comum ou coletivo.*  
139 *Com todas as alterações feitas nessa reunião, houve a Deliberação com a aprovação das*  
140 *referidas proposições pelo respectivo quórum.* **5. Indicação de representante do CBH**  
141 **Paranaíba-DF para o Grupo de Consultas ADASA - Regulamentação do reúso de Água**  
142 **na Agricultura** – Foi compartilhado o Circular nº 1/2021 - Adasa/PRE, que solicita a indicação  
143 de um representante, nesse caso, do CBH Paranaíba - DF para essa Comissão. A sugestão da  
144 Diretoria é de que o representante seja o Dr. Carlos Pacheco Lima, engenheiro ambiental e  
145 pesquisador da “Embrapa Hortaliças”, pois o mesmo trabalha com o uso de biofertilizantes, o  
146 que já o familiariza com a questão do reúso de Água na Agricultura. Carlo Renan esclarece que  
147 já existe um grupo de trabalho para discutir o reúso da água coordenado pela SEMA, e depois  
148 veio esse documento da Adasa, que também tem a condição de deliberar sobre isso. Então  
149 haverá dois grupos de trabalho basicamente com a mesma função, porém coordenadas por  
150 órgãos diferentes. Ricardo Minoti explica que é necessário um respaldo de normativa de



**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PARANAÍBA NO  
DISTRITO FEDERAL - CBH PARANAÍBA-DF**

**ATA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

151 qualidade ambiental, que é feito pela Política Ambiental e, conseqüentemente, essa discussão  
152 cabe ao CONAM. No entanto, na parte de saneamento, quem tem a prerrogativa é a Adasa, a  
153 qual está criando um grupo mais voltado à consulta, o que explica a existência dos dois grupos  
154 para a mesma questão. Após os esclarecimentos, foi posta em votação a indicação de Carlos  
155 Pacheco para a representação no Grupo de Consultas Adasa, a qual foi aprovada pelos  
156 presentes. Com a palavra Carlos Pacheco, que agradeceu a oportunidade e pelo convite de  
157 representar o Comitê, frisa que a gestão dos recursos hídricos é o desafio do século, que a  
158 alteração climática esperada é muito intensa e já é possível ver os resultados e impactos disso,  
159 por exemplo na crise hídrica que já é vivenciada no DF. Explica ainda que o reúso não é a  
160 solução para esses problemas, mas é uma das ferramentas disponíveis para melhorar essa  
161 gestão dos recursos hídricos, além de trazer outros benefícios como a melhoria da qualidade  
162 dos alimentos e da qualidade dos corpos d'água. **6. Indicação de representante do CBH**  
163 **Paranaíba-DF para a Comissão de Acompanhamento de Projetos de Pagamento por**  
164 **Serviços Ambientais - PSA** - Ricardo Minoti compartilhou o Ofício nº 183/2021 - Adasa/PRE  
165 sobre a normativa aprovada no âmbito da Adasa que diz sobre ter o pagamento por serviços  
166 ambientais instituído no DF. Esse pagamento por Serviços Ambientais deve gerar um  
167 orçamento anual entre 3,5 milhões e 4 milhões de reais. Acredita-se que essa cobrança por  
168 Serviços Ambientais junto com a cobrança pelo uso de recursos hídricos daqui um tempo, gere  
169 recursos suficientes para que haja condições excelentes para a implementação da gestão de  
170 recursos hídricos no DF. Houve a manifestação de interesse para a representação por Denise  
171 Agostinho como Titular e Maurício Cortines como Suplente. Colocada a proposta em votação,  
172 o quórum do CBH foi a favor da proposta e aprovou tal decisão. **7. Acompanhamento da**  
173 **implementação do Plano de Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas dos Afluentes**  
174 **Distritais do Rio Paranaíba e análise das interfaces com o Programa Produtor de Água**  
175 **no Descoberto** - Esta pauta foi mantida para a próxima reunião, em que ocorrerá uma maior  
176 discussão e análise sobre a implementação do Plano de Bacias. **III - INFORMES GERAIS**  
177 **- 1. Organização do 4º EICOB - 2021** - Ricardo Minoti expõe que ocorreu uma reunião com  
178 a diretoria dos outros CBHs e foi decidido pela suspensão do 4º EICOB em 2021 em função  
179 da situação da Secretaria Executiva dos CBHs. **2. Termo de Referência do Contrato de**  
180 **Gestão da Secretaria Executiva para apoio aos Comitês de Bacias** - Ocorreu uma oficina



**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PARANAÍBA NO  
DISTRITO FEDERAL - CBH PARANAÍBA-DF**

**ATA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

181 de Agências de Bacia preparada pelo Comitê Paranaíba Federal em conjunto com o CBH  
182 Paranaíba DF e a Adasa, onde um dos encaminhamentos foi uma maior transparência sobre a  
183 discussão da contratação de uma organização social, a qual iria cumprir a função de Secretaria  
184 Executiva. A Adasa solicitou, há alguns meses, um relatório das principais necessidades dos  
185 comitês a serem atendidas pela Secretaria Executiva, mas os CBHs tinham a expectativa de  
186 que houvesse uma discussão sobre o edital e sobre o acordo de gestão que será estruturado para  
187 a contratação dessa instituição temporária, para haver, de fato, a constatação de que isso estará  
188 de acordo com o que os Comitês desejam. **3. Questão do Sítio Eletrônico** - O site Oficial dos  
189 CBHs continua fora de operação, o que dificulta o cumprimento do regimento, no que se diz  
190 sobre a divulgação das informações. A intenção principal é recuperar o site já existente, mas  
191 se não for possível, ocorrerá a criação de um novo. **4. Situação dos trabalhos relacionados**  
192 **ao Procomitês 2020/2021/2022** - No final do ano passado ocorreu a elaboração de um relatório  
193 referente ao ano de 2020 pela antiga equipe executiva, porém, não foi submetido para a  
194 diretoria da Adasa, não sendo possível o seu posterior encaminhamento para a ANA, que  
195 deveria ter ocorrido até março de 2021. Os CBHs mandaram uma carta de cobrança a Adasa  
196 (com cópia para a SEMA, que é o interventor, e para a ANA) em abril de 2021 e outra em  
197 novembro de 2021 para que ainda ocorresse este ano a aprovação do relatório de 2020. Há uma  
198 grande dependência dos CBHs em relação à Adasa, já que apenas ela tem acesso às informações  
199 para a elaboração desses relatórios e o não encaminhamento destes relatórios pode significar a  
200 não liberação de recursos do Procomitês em 2021. **5. Situação da ocupação no Tororó** -  
201 Carmo Coutinho, representante da comunidade da região da Bacia do Tororó, compartilha que  
202 uma carta foi enviada à Secretaria de Desenvolvimento Urbano solicitando uma revisão  
203 criteriosa das diretrizes urbanísticas e das diretrizes específicas, que concedem a instalação de  
204 condomínios em áreas de conservação ambiental e o adensamento das antigas áreas rurais, que  
205 vem sendo ocupadas por empreendimentos urbanos e até mesmo verticalizados e com  
206 densidade populacional considerável, já que inicialmente essas ocupações por condomínios na  
207 região eram irregulares e passaram a ser uma forma de ocupação mais intensa, já que apesar da  
208 região estar numa Unidade de Conservação Federal (APA do Planalto Central), o PDOT-DF  
209 em 2009 também divergentemente definiu parte da região como Zona Urbana de Expansão e  
210 Qualificação, o que vem causando impactos hidroambientais consideráveis na região do



**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PARANAÍBA NO  
DISTRITO FEDERAL - CBH PARANAÍBA-DF**

**ATA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

211 Tororó, junto ao eixo da DF-140. O pedido é que haja o acompanhamento do CBH desses  
212 novos Empreendimentos e mesmo da duplicação da DF-140, para que possa haver um maior  
213 monitoramento, fiscalização e acompanhamento da instalação destes condomínios, com  
214 relação principalmente às alterações nas áreas de recarga de aquíferos e os respectivos impactos  
215 hidroambientais que vem ocorrendo nessa mesma região, como a redução da permeabilidade  
216 do solo, assoreamentos de nascentes, degradação de margens dos cursos d'água, perda da  
217 cobertura vegetal, entre outros problemas, para que haja pelo menos uma previsão de qual será  
218 o tamanho dos impactos sinérgicos dessas intervenções urbanas e que se possa garantir uma  
219 maior preservação dos córregos locais. Afinal, há atualmente limitações quanto às estruturas  
220 públicas de saneamento ambiental na região, como esgotamento sanitário e abastecimento  
221 d'água. Ricardo Minoti compartilha ainda que há algumas questões nos planos de drenagem  
222 urbana para os condomínios que já existem no local que precisam ser avaliadas, discutidas e  
223 estudadas, como também a questão das condições e restrições de drenagem. Além disso, ainda  
224 há a questão das ocupações futuras, que causarão um maior impacto. Também foi citada a  
225 possibilidade da criação de um parque linear ligando as áreas verdes ainda conservadas na  
226 região, incluindo as áreas definidas como conectores ambientais no PDOT-DF. Foi destacado  
227 ainda a possibilidade registrada na DIUR aprovada pelo GDF para a região em 2018, que  
228 permite uma urbanização de densidade populacional considerável e mesmo verticalização com  
229 edificações de até 15 andares, numa área que ainda é predominantemente ocupada por  
230 propriedades com características rurais. Foi destacado ainda o fato de que a definição de tais  
231 “diretrizes urbanísticas” não passou por uma maior discussão com a sociedade e com as  
232 instancias colegiadas de participação social da região (CONDEMAS e CBH), quanto às  
233 repercussões dos seus impactos hidroambientais para a região. Foi proposto que tais questões  
234 fossem levadas à Diretoria e ao planejamento de atividades do Comitê de Bacia em 2022, para  
235 atendimento desta reivindicação da comunidade local, trazendo os problemas dessa sub-bacia  
236 para conhecimento desse Comitê e sendo proposto que houvesse uma discussão específica no  
237 âmbito do CBH em 2022, a respeito dos possíveis problemas hidroambientais que vem  
238 ocorrendo na região do Tororó, na bacia hidrográfica do Rio Paranaíba no DF . Tal sugestão  
239 foi apresentada e aprovada pelos presentes. Finalizando, Ricardo Minoti levantou a



**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PARANAÍBA NO  
DISTRITO FEDERAL - CBH PARANAÍBA-DF**

**ATA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

240 possibilidade de uma nova reunião ainda neste ano de 2021 e, agradecendo a presença de todos,  
241 declarou encerrada a reunião. Era o que tínhamos a registrar.

242

243

244

245

246

**RICARDO TEZINI MINOTI**

Presidente



**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PARANAÍBA NO  
DISTRITO FEDERAL - CBH PARANAÍBA-DF**

**ATA DA 47ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

1 Às quatorze horas do dia nove de dezembro de dois mil e vinte e um, após a verificação da  
2 presença e quórum, iniciou-se, pelo sistema virtual “Teams/MsOffice a *Quadragesima Sétima*  
3 *Reunião Extraordinária do Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes do Rio Paranaíba*  
4 *no Distrito Federal – CBH Paranaíba-DF*. Estiveram presentes: *Poder Público*: ICMBio –  
5 Maurício Cortines Laxe (Titular) e Grahal Benatti (Suplente); *Adasa* – Vitor Rodrigues Lima  
6 dos Santos (titular); Emater - Priscilla Regina da Silva (Titular) e Icléa Silva (Suplente); Sema  
7 – Thaiane Meira; SEDUH - Camila Maia; IBRAM - Renata Mongin e Irving Martins Silveira;  
8 Associação dos Produtores Rurais da Reserva A – APRA – Lauro dos Santos Correia (Titular);  
9 UnB – Ricardo Tezini Minoti (Titular); Fape-DF – Natália Cristina Chagas M. Teixeira  
10 (Suplente); *Drenagem Urbana*: - Novacap – Vitor Salles; Universidade Holística Internacional da  
11 Paz - Unipaz - Regina Stella Quintas Fittipaldi (Suplente); *Usuários: Abastecimento Urbano,*  
12 *Coleta, Tratamento de Esgotos, Diluição de Efluentes Urbanos e Hidroeletricidade*:  
13 Companhia de Saneamento Ambiental do DF – Caesb – Carlo Renan Cáceres de Brites  
14 (Titular) e Fabio Baker Isaias (Suplente); *Hidroeletricidade* – CEB – Priscila Paris de Lira  
15 (Suplente); *Usuário de Irrigação*: Luiz Carlos Pinagé de Lima (Titular). *Irrigação e Uso*  
16 *Agropecuário*: Condomínio do Sistema de Irrigação Rodeador – Cosir – Ricardo Kiyoshi Sassa  
17 (Titular) *Usos Não Consuntivos*: Oca do Sol - Sol Udry. Com a palavra o Presidente Ricardo  
18 Minoti. **I – ABERTURA DOS TRABALHOS** – 1. Verificação de presença e quórum; 2.  
19 Aprovação da Ata da 24ª Reunião Ordinária. **II – ORDEM DO DIA** - 1. Avaliação dos  
20 impactos do PL N° 4.379/2020 – Senado Federal. A). Bacia do Reservatório do Descoberto –  
21 Regularização Assentamento Maranata. B). Bacia do Lago Paranoá – Regularização do  
22 Assentamento 26 de Setembro. C) Criação do Parque Nacional da Contagem/DF.  
23 - 2. Situação da APM Taquari e das nascentes das bacias hidrográficas da Serrinha do Paranoá.  
24 A). Projeto de Licenciamento Taquari – Etapa II. B). Situação da área do Monumento Encosta  
25 do Paranoá e novos empreendimentos urbanos junto ao Lago Paranoá, com demandas de  
26 abastecimento d’água e repercussões nos sistemas de drenagem pluviais e no esgotamento  
27 sanitário na região. C). Situação do processo de implantação do Parque Pedra dos Amigos. D).  
28 Situação quanto ao atraso dos processos de implantação dos Parques Taquari e Varjão e  
29 respectivos impactos hidroambientais no córrego do Torto. **III – INFORMES GERAIS - I –**  
30 **ABERTURA DOS TRABALHOS - 1. Verificação das presenças e quórum** - Verificou-se a  
31 grande presença da comunidade na reunião. Informações gerais quanto ao pacto de boa  
32 Convivência durante a reunião e leitura da pauta. **2. Aprovação da Ata da 24ª Reunião**  
33 **Ordinária** – Ricardo diz que mesmo estando com a ata pronta, não teve tempo hábil para  
34 análise e posterior envio aos representantes. Mantendo esse item em pauta para a próxima  
35 reunião. **II - ORDEM DO DIA - 1. Avaliação dos impactos do PL N° 4.379/2020 – Senado**  
36 **Federal. A). Bacia do Reservatório do Descoberto – Regularização Assentamento**  
37 **Maranata.** - Ricardo Minoti esclareceu que surgiram uma série de reivindicações sobre as  
38 temáticas abordadas e por esse motivo está sendo realizada uma nova reunião extraordinária



**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PARANAÍBA NO  
DISTRITO FEDERAL - CBH PARANAÍBA-DF**

**ATA DA 47ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

39 por solicitação de membros do Comitê e moradores da região da sub-bacia do Paranoá,  
40 localizada na BH do Paranaíba no DF. Trata-se de um Projeto de Lei do Senador Izalci Lucas,  
41 que foi convidado para participar da reunião, porém não pode comparecer e pediu que os  
42 registros das discussões fossem posteriormente encaminhados para ele. É importante salientar  
43 que o Comitê não tem gestão sobre o uso das terras no DF e sim sobre os recursos hídricos  
44 nesta bacia hidrográfica. Porém, é importante que o comitê participe dessas discussões, pois  
45 esses crescimentos desordenados impactam diretamente as nascentes, os córregos locais e até  
46 mesmo o lago Paranoá, assim como podem afetar negativamente as águas subterrâneas da  
47 região. Com a palavra Maurício. Foi feita uma breve apresentação sobre a situação e a região  
48 afetada por esse referido PL em tramitação no Senado Federal, sendo primeiramente explicado  
49 que a Flona de Brasília é composta por 04 áreas, a saber: a Flona 01, que é a mais conhecida  
50 por ter uso público e preservada, que está situada junto a Taguatinga, a Flona 02 também  
51 conhecido como Assentamento 26 de Setembro, cujas ocupações irregulares são na sua maior  
52 parte com características urbanas. A área da Flona 04, próximo a Brazlândia, uma região ainda  
53 bem arborizada principalmente por florestas de pinus e eucaliptos e sem ocupações irregulares;  
54 e a Flona 03, situada próximo as margens da região mais a montante da Represa do Descoberto,  
55 também conhecida como área Maranata, onde há em parte da mesma (50%), uma ocupação  
56 rural irregular a cerca de 15 a 20 anos. A criação de todas essas Flonas se deu em 1999. Porém,  
57 pela proposta de PL do Senador Izalci, as áreas da Flona 2 e da Flona 3 seriam desafetadas.  
58 Porém, para que haja ao menos uma mitigação dos impactos hidroambientais que as ocupações  
59 desordenadas estão causando respectivamente a sub-bacia do córrego Vicente Pires (26 de  
60 setembro) e a Represa do Descoberto (Maranata), há um Artigo Décimo nesse PL, que  
61 determina a previsão de que haverá a regularização ambiental e fundiária dessas áreas  
62 desafetadas, onde justamente houve um total descontrolado do Estado e da União, o que provocou  
63 grandes impactos socioambientais nas Flonas 2 e 3 e referidos cursos d'água e respectivos  
64 mananciais. Foi destacado que o limite territorial da APA do Planalto Central ainda adentra,  
65 em parte, dentro do Assentamento 26 de Setembro, o qual também está no entorno imediato do  
66 Parna Brasília e da Flona 1, sendo que com a desafetação da área da 26 de setembro como  
67 Flona, a área não será mais mantida como unidade de proteção integral. No entanto, uma parte  
68 pequena, tanto a leste quanto a norte, vai continuar sendo APA Federal. Situação semelhante  
69 ocorrerá na Flona 3 na região do Maranata, que continuará sendo parte da APA do Descoberto.  
70 Contudo, a proposta do Izalci procura compensar essa perda ambiental e hídrica, com a  
71 extensão da Flona 1 em sua parte sul sendo ampliada até encostar na Via Estrutural, e ainda  
72 mais ampliando por cerca de mais 4.000 hectares a atual Rebio Contagem, ao longo de toda a  
73 Chapada da Contagem, até encostar na parte nova do Parna BSB, protegendo quase uma  
74 centena de nascentes existentes nessas regiões. Enquanto que, paralelamente, também tramita  
75 outro PL na Câmara Federal, de autoria da Dep. Flavia Arruda, que anti-ecologicamente  
76 simplesmente desafeta as áreas das Flonas 2 e 3 e, dessa forma, simplesmente deixariam de



**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PARANAÍBA NO  
DISTRITO FEDERAL - CBH PARANAÍBA-DF**

**ATA DA 47ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

77 existir mais de 4.000 hectares de áreas verdes protegidas no DF. Com a palavra Ricardo, que  
78 enfatizou que tanto o Senador Izalzi, quanto Deputada Érica Kokay foram convidados para a  
79 reunião e não compareceram e nem designaram um representante. A preocupação maior é  
80 olharmos para as duas bacias que serão afetadas com esses PLs e os impactos cumulativos que  
81 essas ocupações poderão gerar nos recursos hídricos dessas regiões. Uma outra preocupação  
82 refere-se à retirada crescente de águas subterrâneas do Lago Oeste, que alimentam a outra  
83 Barragem do DF, Santa Maria. Já a proposta do Senador Izalzi é que com a desafetação se crie  
84 um novo Parque Nacional denominado de “Contagem”, compensando a perda de áreas  
85 protegidas na Flona, com área de Cerrado com nascentes com dimensões equivalentes e  
86 importância hidroambiental semelhantes transformada em Unidade de Conservação de  
87 Proteção Integral. Porém, há esse risco de que existe um outro projeto na Câmara que prevê  
88 fazer toda a desafetação das duas Flona, sem nenhuma contrapartida hidroambiental para o DF.  
89 Frisa que o futuro Parque da Contagem é extremamente importante para a preservação das  
90 nascentes da bacia do rio Maranhão e as do ribeirão Sobradinho, área da bacia contendo um  
91 afluente que também serve como manancial, assim como para a recarga da represa de Santa  
92 Maria. Com a palavra a convidada Maria Elisa Leite Costa, doutoranda do PTARH/UnB  
93 (drenagem urbana e qualidade da água), que explicou também a situação da bacia do Riacho  
94 Fundo, que afeta o lago Paranoá, lembrando que o mesmo se tornou um novo manancial de  
95 abastecimento para o DF (Caesb), por isso iniciou-se um estudo sobre os níveis de poluição  
96 hídrica que chega ao lago Paranoá. Por isso, o Riacho Fundo se tornou um grande ponto de  
97 estudo. Os estudos se iniciam a partir da procura e análise das situações hidroambientais da  
98 região e que possuem paralelo com o que vem ocorrendo na região da Flona 2. Inclusive, quanto  
99 à região do Assentamento 26 de Setembro (Flona 2), o pessoal da arquitetura da UnB nos  
100 procurou e sobre o caso da Serrinha do Taquari foi o Ministério Público que nos procurou para  
101 fazermos estudos e trazer dados reais dessas regiões. A região de Vicente Pires era  
102 completamente desocupada e foi loteada e hoje se tornou um caos. Sem dúvidas de que quando  
103 olhamos um corpo hídrico que está presente nesses locais, constata-se que eles sofreram  
104 diversos impactos negativos devido a essas ocupações. Mensurando esses impactos temos:  
105 graves problemas de drenagem urbana com inundações e poluição. Todas as regiões urbanas  
106 da bacia do Paranoá foram estudadas. 1 tese, 9 dissertações – 2 em desenvolvimento, trinta e  
107 cinco trabalhos de conclusão de curso – 8 anos. A ideia era saber se uma região bem planejada  
108 causaria tanto impacto quanto uma não planejada. A estação Riacho Fundo I está localizada no  
109 exutório das galerias de águas pluviais da Região Administrativa afim. Descarrega no Riacho  
110 Fundo e é tributário do Lago Paranoá. É uma área urbanizada que lança as cargas de poluição  
111 difusa sem tratamento nos corpos hídricos receptores. A RA foi implementada em 1990 após  
112 do Governo do Distrito Federal instituir um programa habitacional para atender à demanda e  
113 organizar especialmente o território, visando a erradicação de ocupações irregulares. A região  
114 possui uma declividade razoável, varia de 0-12%, com média de 3% (Dissertação de Taís Tsuji,



**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PARANAÍBA NO  
DISTRITO FEDERAL - CBH PARANAÍBA-DF**

**ATA DA 47ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

115 2018), mas como possui uma boa cobertura do sistema de drenagem urbana, não possui grandes  
116 problemas de alagamento. O córrego Vicente Pires está localizado no exutório do corpo hídrico  
117 de mesmo nome, que nasce próximo a 26 de Setembro (Flona 2). Esta sub-bacia apresenta a  
118 jusante de algumas RAs do DF como Estrutural, Vicente Pires, Águas Claras, Arniqueiras e  
119 parte do Núcleo Bandeirante: é uma área de 90km<sup>2</sup>. O córrego Vicente Pires é composto, em  
120 sua nascente, pelos córregos Cana de Reino e Cabeceira do Valo (Flona 2/APA-PC), com curso  
121 principal possuindo uma extensão de 12 km, e recebendo como afluentes os córregos  
122 Samambaia, Águas Claras e Vereda Grande. Possui quase 100 mil habitantes sem coleta de  
123 esgoto e drenagem. Foram colhidas amostras da água e analisadas em laboratório. No córrego  
124 Vicente Pires tinha muita matéria orgânica na sua composição, indicando a presença de esgoto  
125 (água escura). Comparado com Riacho Fundo, percebe-se uma coloração da água diferente  
126 (mais clara). Como resultado, o córrego Vicente Pires foi selecionado para o monitoramento  
127 hidrológico e de qualidade da água no exutório entre 2018 e 2020. A vazão máxima medida no  
128 Córrego foi de 72,17m<sup>3</sup>/s. Percebemos que durante as cheias aumenta a poluição de origem  
129 difusa e provoca aumento de sedimentos no Córrego e também dos níveis de matéria orgânica.  
130 Verificou-se a ocorrência de lançamentos de esgoto contendo, inclusive, elevadas  
131 concentrações de nitrogênio e o fósforo. O evento ocorrido no dia 19/02/18 apresentou todas  
132 as curvas acima da bissetriz de 45°, exceto pelo nitrito. Para os 30% de volumes iniciais:  
133 29,33% dos Sólidos em Suspensão sendo a menor porcentagem. NH<sub>3</sub>-N e PR as maiores  
134 porções foram de 38,33% e 35%, respectivamente. O parâmetro b pode ser uma boa referência  
135 para análise da “primeira descarga”, o *First Flush* (FF), tendo em vista que valores menores  
136 que 1 indicam a ocorrência do *First Flush* e quando menor o valor de b, maior carga de poluente  
137 foi carregada nos volumes iniciais. A quantidade de sedimentos jogados no córrego varia de  
138 acordo com a chuva, na seca os gráficos não chamam à atenção. Os dados analisados pela  
139 Caesb são divergentes dos dados obtidos na pesquisa. Analisamos todo o período de cheia e a  
140 Caesb faz um monitoramento pontual e não consegue exemplificar quanto de descarga cai no  
141 córrego. **b. Bacia do Lago Paranoá – Regularização do Assentamento 26 de Setembro –**  
142 Essa área fica um pouco acima da Vicente Pires. Foi realizada uma simulação, ocupando o  
143 Assentamento 26 de Setembro como se fosse Vicente Pires e temos como resultado uma  
144 produção de vazão máxima quase 3 vezes maior do que o que está acontecendo. Temos como  
145 proposta uma ocupação ordenada, planejada e sustentável em parceria com os membros da  
146 Faculdade de Arquitetura da UnB, propondo uma urbanização menos adensada e mais  
147 verticalizada para terem mais espaços verdes e a presença de medidas compensatórias que são  
148 as bacias de retenção, além de pavimentos permeáveis e locais que armazenem a água das  
149 chuvas, para que não seja levada a jusante. Temos proposto uma maneira de intervir, fazendo  
150 coisas reais para que seja possível construir uma urbanização em harmonia com o meio  
151 ambiente. Com a palavra o presidente Ricardo que agradece a apresentação da Elisa e abre a  
152 palavra para discussão. Com a palavra Fábio da Caesb que ressalta a preocupação com a



**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PARANAÍBA NO  
DISTRITO FEDERAL - CBH PARANAÍBA-DF**

**ATA DA 47ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

153 ocupação desses territórios do DF. Registra que é importante ressaltar que estamos no DF e  
154 sempre que uma solução urbanística vem com a verticalização, ela tem que ponderar que  
155 qualquer rompimento dessa verticalização, produz um efeito maior do que se a ocupação ficar  
156 apenas no nível de impermeabilização, temos como exemplo, Águas Claras. A preocupação da  
157 Caesb com a 26 de setembro é porque parte dessa região também drena água para a bacia do  
158 bananal e para o Parque Nacional de Brasília (Santa Maria). Parte da 26 de setembro é APM  
159 do bananal. Entendemos que a solução para esses territórios é a ocupação de maneira planejada.  
160 Não temos fórmula para isso, mas queria deixar registrado que nos solidarizamos com as  
161 questões e preocupações que as apresentações destacaram. Um ponto importante na fala do  
162 Maurício foi que na proposta da Câmara não tem nenhum tipo de contrapartida, e na proposta  
163 do Izalci tem a ampliação da Flona 1 em direção a Taguatinga e a extensão da Rebio ao longo  
164 da Chapada da Contagem, essas ampliações são muito importantes para a proteção ambiental  
165 e sustentabilidade hídrica no DF. Foi então proposta a aprovação de uma Moção pelo CBH  
166 Paranaíba em apoio à criação dessa nova UC da Contagem e os cuidados técnicos e  
167 hidroambientais quanto a desafetações das Flonas 2 e 3, sendo que essa última também poderá  
168 afetar, até mesmo, a Represa do Descoberto. Foi também proposto que fosse reivindicado que  
169 devido à necessidade de um olhar estratégico da gestão dos Recursos Hídricos nessas regiões,  
170 este CBH seja ouvido quanto a tais proposições e principalmente quanto à ocupação, a  
171 regularização ambiental e o planejamento territorial dessas regiões do DF que certamente  
172 podem afetar as condições hídricas de nascentes e cursos d'água dessas regiões, como indicado  
173 pelos estudos destacados pela UnB. Foi destacado, ainda, que em muitos casos, tanto os  
174 pareceres da Adasa quanto da Caesb sobre empreendimentos no DF registram que haveria água  
175 disponível individualmente para cada novo projeto urbano, mas se todos forem avaliados de  
176 forma sinérgica e acumulativa, essas condições analisadas isoladamente não correspondem  
177 com a realidade se todas essas obras forem implantadas conjuntamente. Na realidade, existem  
178 muitos interesses políticos por trás dessas iniciativas e pouco compromisso ambiental e hídrico  
179 com o futuro do DF. Diante desse contexto, foi destacado que caberia também a este Comitê  
180 se posicionar sobre tais circunstâncias, proposições e preocupações técnicas de caráter  
181 hidroambiental. Com a palavra o presidente Ricardo, que destacou importante a proposta  
182 surgida de que fosse considerada a possibilidade de ser aprovada uma Moção do CBH  
183 Paranaíba-DF sobre tais questões. Dessa forma, poderia ser aprovada uma Moção que seria a  
184 de nº 03/2021, recomendando a Terracap, DF Legal, Brasília Ambiental, ICMBio, SEDUH e  
185 Casa Civil, a instalação imediata de um Grupo de Trabalho pelo GDF para planejar a  
186 regularização ambiental e fundiária dessas áreas afetadas, diante dos riscos hidroambientais  
187 que uma ocupação desordenada pode acarretar nas condições dos cursos d'água dessas regiões.  
188 Esse GT teria a participação de todos os órgãos competentes e contando com o  
189 acompanhamento do MPDFT e de representantes do CBH. Com a palavra Fábio que sugeriu  
190 acrescentar no item 1 o nome "Assentamento 26 de Setembro" e colocar o Comitê de Bacias



**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PARANAÍBA NO  
DISTRITO FEDERAL - CBH PARANAÍBA-DF**

**ATA DA 47ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

191 também à disposição para discussões a respeito, inclusive sugerindo este Comitê ser convidado  
192 para participar da construção das diretrizes urbanísticas da região do 26 de setembro.  
193 Com a palavra Camila Maia – SEDUH, que mostrou os passos técnicos que essa área deverá  
194 percorrer até se tornar uma área urbana. Frisou que no momento a 26 de setembro ainda não é  
195 regularizável. Em junho/2021 saiu uma Lei Complementar que altera o PDOT e cria novas  
196 áreas de regularização, mas essas áreas são de interesse social e a 26 de setembro não entrou  
197 nessa Lei. Porém, está sendo feita uma revisão do PDOT e muito provavelmente essa região  
198 irá entrar, pois tem visto isso como tendência. Sugere que essa segunda proposta de  
199 participação do CBH também seja encaminhada à equipe de trabalho do Plano Diretor, pois  
200 essas alterações já estão sendo discutidas. Sugere também que outros órgãos de Gestão Hídrica  
201 sejam convidados para participar da revisão do PDOT, não só este CBH, pois toda vez que tem  
202 um parcelamento, gera impactos hídricos. Com a palavra Ricardo que identificou estarmos  
203 tratando de uma área ainda não regularizada como área urbana e, por isso, não é possível que  
204 se crie um Grupo de Trabalho de imediato. Com a palavra Fábio, que concorda com a colocação  
205 da Camila Maia, complementando a importância da participação dos Comitês nas discussões  
206 dos grupos do PDOT. Solicitando, inclusive, a participação dos CBHs sobre as discussões  
207 quanto às áreas a serem regularizadas, tomando cuidado para não entrarmos apenas ao final do  
208 processo, mas sim tanto na elaboração do processo de regularização dessas duas áreas como na  
209 revisão do PDOT. Com a palavra Elisa que fez algumas contribuições para a elaboração da  
210 Moção, apoiadas pelos resultados das pesquisas e concordou que o CBH apresentasse uma  
211 Moção em relação a cada uma das áreas e questões específicas. Inclusive, sobre alguns  
212 condicionantes ambientais do setor Vicente Pires, se algumas medidas já estivessem sido  
213 apresentadas e mesmo o CBH tivesse colaborado, quando iniciaram tais regularizações do SH  
214 V. Pires, muitos dos atuais problemas nessa região não teriam ocorrido. Afinal, tais discussões  
215 mais permitem que sejam identificados e tomados todos os cuidados técnicos que a criação ou  
216 regularização de uma área requer, inclusive atendendo a resolução nº 09/2011 da Adasa.  
217 Com a palavra Ricardo, que se compromete a elaborar o texto das possíveis Moções e  
218 requerimentos, a partir das contribuições feitas pelos membros do Comitê e encaminhar na  
219 próxima reunião do CBH. Com a palavra Camila, dizendo que a SEDUH está recebendo todos  
220 os requerimentos de toda sociedade civil e contribuições para a elaboração do PDOT, assim  
221 como de requerimentos de criação, alterações e modificações de áreas do DF, que estarão  
222 disponíveis no portal eletrônico da Secretaria  
223 (<https://www.geoportal.seduh.df.gov.br/geoportal>). O presidente Ricardo ressalta a  
224 importância de serem encaminhadas essas Moções e da realização dos requerimentos  
225 administrativos. Com a palavra Sol, que ressalta a importância dos requerimentos quando se  
226 trata de questões individuais e a importância do planejamento no uso dos recursos hídricos para  
227 assegurar a responsabilidade do Comitê, junto ao grupo gestor do PDOT. Com a palavra  
228 Ricardo que ressalta a importância de reivindicarmos o lugar devido a esse Comitê na



**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PARANAÍBA NO  
DISTRITO FEDERAL - CBH PARANAÍBA-DF**

**ATA DA 47ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

229 estruturação das diretrizes urbanísticas do Assentamento 26 de setembro e nas demais DIURs  
230 a serem estabelecidos para outras regiões do DF na BH do Paranaíba. Com a palavra Mauricio,  
231 que ressalta que o ICMBio não foi até agora chamado para participar de nenhum processo da  
232 revisão do PDOT, muito menos de qualquer reunião do GDF a respeito, apesar de mais de 70%  
233 do DF serem áreas protegidas de UC Federais de responsabilidade direta do ICMBIO e pede à  
234 colega da SEDUH que comunique ao GDF esse importante pleito para que esse Instituto  
235 Ambiental Federal também participe da revisão do PDOT-DF. Salientou ainda que observa que  
236 o PDOT está tendo uma visão estritamente urbana e pouco ambiental, enquanto o DF é  
237 predominantemente rural. Seria importante considerar as diferenças entre as comunidades  
238 urbanas e rurais, inclusive para ampliar a participação social no processo de revisão ambiental  
239 do PDOT. Quanto ao assentamento Maranata, foi destacado que a ideia é que ele se mantenha  
240 rural, por estar a montante do reservatório do descoberto, e que seja regularizado de uma  
241 maneira diferente, garantindo condicionantes ambientais que mantenham no uma taxa máxima  
242 de 5% de impermeabilização nessa área. Com a palavra Lauro, que enfatizou que o  
243 assentamento Maranata foi criado dentro da Flona a anos atrás, que a população local festeja a  
244 possibilidade de regularização e que o comitê tem de ficar atento ao crescimento urbano,  
245 mesmo isso será trágico para a bacia do descoberto. Frisa ainda a importância de “freios” para  
246 conter o crescimento desordenado no DF. Mauricio frisou ainda a importância de garantir no  
247 PDOT que se mantenham essa área do Maranata como rural, assim como verificando qual o  
248 tipo de unidade de conservação distrital de proteção integral, que pode ser implantada na área  
249 que ainda existe de cerrado na região próxima ao centro de Brazlândia, assim como transformar  
250 a parte da área que já tem uso rural como uma nova Reserva de Proteção Sustentável para quem  
251 possa assim protegê-la, mantendo parte do Cerrado minimamente protegido e o restante com  
252 usos estritamente rurais. Propõe ainda a elaboração de um diagnóstico socioambiental, tanto  
253 na Maranata, quanto na 26 de setembro, levantando elementos técnicos para provocar o Estado  
254 (GDF/União) com encaminhamentos objetivos. O presidente Ricardo propõe a aprovação de  
255 uma Moção específica para o Assentamento 26 de Setembro. Sol sugere que sejam Moções  
256 específicas para cada uma das duas áreas, mudando os itens principais em razão das condições  
257 urbanas de uma (26) e rurais de outra (Maranata). Ricardo concorda com duas Moções quanto  
258 às Flonas, uma com enfoque de área mais rural e o outra de uma área urbana. Camila diz que  
259 houve um decreto que acrescentou uma “cadeira” de Recursos Hídricos no planejamento para  
260 a elaboração do PDOT; que normalmente essa cadeira é disputada por membros da entidade  
261 civil, dentre eles se encaixam os Comitês de Bacias. Mauricio solicita o e-mail para a Camila,  
262 para que possa formalizar a participação do ICMBio nas discussões do PDOT. Com a palavra  
263 o presidente Ricardo que sugere a formação de um Grupo de Trabalho para 26 de setembro em  
264 2022 e coloca em votação para a aprovação da proposta de uma Moção de nº 03 do Comitê de  
265 Bacias para tal. Frente às considerações sobre o Assentamento Maranata, considera a proposta  
266 para votação da Moção 04 de 2021, sendo então ambas Moções aprovadas pelo Comitê, com



**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PARANAÍBA NO  
DISTRITO FEDERAL - CBH PARANAÍBA-DF**

**ATA DA 47ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

267 as sugestões comentadas - **c) Parque Nacional da Contagem/DF** – Em razão da proposta de  
268 desafetação das Flonas e a necessidade de uma contrapartida ambiental, com a ampliação da  
269 área da Rebio Contagem em ao menos 4.000 hectares e a recategorização da mesma em Parque  
270 Nacional, que seria uma unidade de conservação de proteção ambiental, mais forte para  
271 conservação da natureza, foi proposto também a aprovação de outra Moção específica por este  
272 Comitê. Com a palavra Ricardo recorda que nessa mesma área protegida e situada na Chapada  
273 da Contagem, encontram-se nascentes da bacia hidrográfica do Ribeirão Sobradinho e do Rio  
274 Maranhão. Trata-se de uma área que precisamos garantir com a criação desse novo Parque  
275 Nacional abarcando uma área, no mínimo, igual ou superior a àquela a ser desafetada.  
276 Com a palavra Mauricio Laxe, que explica a importância dessa área para a proteção ambiental  
277 no DF e que é uma área considerada como sendo um corredor ecológico do DF e que faz parte  
278 da Reserva Mundial da Biosfera no Cerrado. Destacou ainda que o ICMBio com o IBRAM já  
279 havia criado um GT em 2015, para a discussão geral dessa problemática de ocupações  
280 irregulares em áreas Federais protegidas que estavam em confronto com áreas rurais, o qual  
281 propôs na época que essa mesma área deveria ser parte da compensação das referidas  
282 desafetações. Mas infelizmente, somente a PL do Izalci prevê a incorporação dessa área de  
283 mais de 4 mil hectares como sendo Parque Nacional da Contagem. Ricardo frisa que o projeto  
284 propõe a desafetação da Flona em conjunto com a criação desse novo Parque. São 3 Projetos  
285 de Lei no Congresso Nacional que devem ser unidos em um só, sendo que dois desafetam sem  
286 contrapartida e esse outro tem como proposta o ressarcimento ao meio ambiente. Fica definido  
287 que os posicionamentos do Comitê também serão encaminhados aos Deputados responsáveis  
288 pela tramitação dos PLs nas duas casas, assim como a Erica Kokai, Leila do Voley e Izalci  
289 Lucas, assim como aos Deputados responsáveis pela apresentação dos PLs sobre a mesma  
290 questão. Com a palavra Rodolfo, presidente do CBH Maranhão que manifesta sua total  
291 consternação quanto à grilagem de terras na área do Cerrado. Rodolfo propõe que sejamos  
292 enfáticos no teor das Moções, quanto à contrapartida oferecida, pois na área do futuro Parque  
293 existem dezenas de nascentes tributadas ao Maranhão. Rodolfo enfatiza que levará o tema para  
294 a próxima reunião do CBH Maranhão, para elaboração de uma Moção nos mesmos termos  
295 debatidos na presente reunião. Com a palavra o presidente Ricardo que propõe a aprovação da  
296 Moção 05 de 2021, com a condição de posterior aprovação do texto em grupo do WhatsApp.

297 **2. Situação da APM Taquari e das nascentes das bacias hidrográficas da Serrinha do**  
298 **Paranoá. a. Projeto de Licenciamento Taquari – Etapa II** – Ricardo agradece a presença  
299 do Brasília Ambiental e passa a palavra para Renato Santos que apresenta o licenciamento  
300 ambiental do Taquari. Frisa que tem um embrolho que é a situação atual do Parque Ecológico  
301 Taquari e o Parque Ecológico na Vila Varjão. O Parque da vila Varjão sofreu uma ADIN -  
302 Ação Direta de Inconstitucionalidade, em função de Deputados e Senadores legislarem sobre  
303 unidades de conservação que não compete a eles. Houve, internamente ao Ibram, a definição  
304 da poligonal dessas duas unidades de conservação ambiental, dentro de planejamento dessas



**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PARANAÍBA NO  
DISTRITO FEDERAL - CBH PARANAÍBA-DF**

**ATA DA 47ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

305 unidades e dos planos de manejo, e isso desde sempre foi questionado. O último ato dentro  
306 desses processos foi o pedido de revisão do plano de manejo e a definição das suas poligonais.  
307 Acredita-se que devido ao andamento do processo vai haver a suspensão da Instrução  
308 Normativa 182 e 183 parcial, no que diz respeito a poligonal dessas unidades. Vai ser criado  
309 um outro GT para a proposta de outro Parque na Serrinha do Paranoá, denominado Pedra dos  
310 Amigos, para que se discuta a melhor poligonal para tal, que atenda os interesses divergentes  
311 que existem sobre o território. O licenciamento do Taquari está parado em função dessas duas  
312 Instruções Normativas. Com a palavra Ricardo que se compromete indicar um membro do  
313 CBH Paranaíba/DF para acompanhar o GT que será criado. **b. Situação da área do**  
314 **Monumento Encosta do Paranoá. c. Situação do processo de implementação do Parque**  
315 **Pedra dos Amigos. d. Situação dos processos de implantação dos Parque Taquari e**  
316 **Parque do Varjão.** – Fazendo o uso da palavra, Renato registra o histórico sobre essas áreas,  
317 a partir das demandas que tiveram início em 2009/2010 com o começo do licenciamento do  
318 Setor Habitacional Taquari (SHTq) como um todo, tendo estudo de análise e proposta para as  
319 unidades de conservação e parques ecológicos a serem criados no Setor Habitacional Taquari,  
320 processo nº 391.000.990/2009, com a proposta de 09 unidades de conservação. Em 2012  
321 zoneamento ambiental da APA do Lago Paranoá – Decreto nº 33537 de 14/02/2012, com a  
322 proposta de 06 Unidades de Conservação. Em 2020 se tem a proposta de criação do Parque  
323 Pedra dos Amigos, processo nº 00391.0000.4568/2020-69 e a proposta de criação do  
324 Monumento Natural da Encosta, processo nº 00149.00000875/2020-24. Foi criado um GT com  
325 a participação de diversos órgãos que compõe a estrutura administrativa do DF, para a  
326 elaboração do Estudo de Criação do parque Distrital Pedra dos Amigos e Monumento Natural  
327 da Encosta. Diálogos em busca de convergência para constituição de poligonal de Unidade de  
328 Conservação na região estudadas, ao todo foram 12 reuniões. No GT identificou-se que não  
329 era necessário trabalhar com muitas unidades fracionadas com o mesmo objetivo, uma  
330 composição única era suficiente. Observou-se algumas premissas laborais para que as  
331 discussões fossem adensadas, que são: observância do devido processo legal; busca do interesse  
332 coletivo, respeito às APPs, ao zoneamento ambiental de UCs existentes e as outras camadas  
333 territoriais protetivas; incorporação de remanescentes e atrativos naturais; incorporação de  
334 áreas com ocorrência de espécies endêmicas, raras e ameaçadas de extinção; evitar ou atenuar,  
335 ou quando impossível, fazer frente aos conflitos socioambientais vigentes e latentes;  
336 consideração da previsão de infraestruturas em processos de licenciamento ambiental;  
337 inaplicabilidade da teoria do fato consumado no Direito Ambiental (Súmula 613 do STJ); e  
338 inexistência de usucapião em terras públicas. Foram elaboradas bases de dados espaciais  
339 sobrepostas à proposta inicial e zoneamento ambiental da APA do Planalto Central e da APA  
340 do Lago Paranoá, que foram importantes para a definição das propostas finais. Os próximos  
341 passos são: divulgação do estudo técnico, realização de consulta pública que será online,  
342 recepção oficial de contribuições, adequações à proposta e encaminhamento para a



**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PARANAÍBA NO  
DISTRITO FEDERAL - CBH PARANAÍBA-DF**

**ATA DA 47ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

343 publicação. Com a palavra Ricardo que agradece a apresentação e abre a reunião para debates.  
344 No tocante à grilagem de terras nessa região, Renato diz ainda que houve uma omissão do  
345 Estado, porém o Ministério Público solicitou uma gestão mais efetiva, o que possibilita a  
346 concretização dessas duas unidades de conservação. Uma consulta pública conduzida pelo  
347 Ibram vai tratar da criação das duas unidades de conservação, que além de estarem previstas  
348 no processo de licenciamento, estão previstas no processo de criação da APA do Lago Paranoá.  
349 Com a palavra Ricardo que esclarece ter convidado um representante do IBRAM da área de  
350 licenciamento para falar desse processo de licenciamento das áreas em tela, mas que não  
351 compareceu, e que propõem que seja também solicitado pelo Comitê, acesso as informações a  
352 respeito desse Processo junto ao IBRAM. Mauricio sugere como encaminhamento a avaliação  
353 de uma Moção deste CBH numa próxima reunião, no sentido de que o GDF priorize a  
354 regularização das áreas rurais remanescentes da região da Serrinha do Paranoá, como prevê os  
355 Artigos 278 a 284 do PDOT, assim como que mesmo procedimento possa ser providenciado  
356 junto ao MPDFT. Assim como sugere que esse Comitê reitere o convite ao IBRAM ou  
357 Terracap para que venham a apresentar as propostas dos projetos de urbanização previstos para  
358 região do Taquari pelo GDF (Etapa 2, etc). Destacou ainda que tomou conhecimento de que  
359 também estavam ocorrendo ocupações irregulares recentes na região da APM do Taquari e que  
360 por isso sugere que esse CBH solicite informações a Terracap e a Caesb a respeito, para que  
361 esses problemas da Serrinha do Paranoá possam ser tratados conjuntamente numa próxima  
362 reunião desse Comitê. Com a palavra Ricardo que frisa, pelo avançar da hora não termos mais  
363 quórum para a aprovação de nenhum encaminhamento a não ser a previsão de retomarmos tais  
364 propostas, comprometendo a manter em pauta essas discussões nas próximas reuniões a partir  
365 de meados de fevereiro/22. Agradece a presença de todos os presentes e encerra a reunião. Era  
366 o que tínhamos para registrar.

367

368

369

370

RICARDO TEZINI MINOTI

Presidente



DELIBERAÇÃO Nº 1, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2021.

Aprova a alternativa para implantação de Agência de Bacia ou Entidade Delegatária de suas funções, considerando a sua viabilidade financeira.

O PRESIDENTE do Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes do Rio Paranaíba no Distrito Federal - CBH PARANAÍBA-DF, tendo por base a Lei nº 2.725, de 13 de junho de 2001, a Resolução nº 5, de 29 de julho de 2005, do Conselho de Recursos Hídricos do Distrito Federal e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes do Rio Paranaíba no DF, considerando a decisão da Plenária na 24ª Reunião Ordinária, ocorrida em 4 de novembro de 2021, e:

Considerando o Art. 5º da Lei Distrital nº 2.725, de 12 de junho de 2001, que dispõe sobre a composição dos Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos no DF;

Considerando o Art. 3º da Resolução CRH-DF nº 07, de 20 de novembro de 2020, que aprova os mecanismos de cobrança pelo uso dos recursos hídricos em domínio do Distrito Federal e dá outras providências;

DELIBERA:

Art. 1º Propor que algumas das funções de Agência de Bacia Hidrográfica dos Afluentes do rio Paranaíba no Distrito Federal serão exercidas por entidade com natureza jurídica de associação civil sem fins lucrativos, mediante delegação.

Art. 2º Caberá à entidade selecionada exercer, no mínimo, as seguintes funções:

I - exercer as funções de secretaria executiva;

II – analisar e emitir pareceres sobre os projetos e obras a serem financiados com recursos gerados pela cobrança pelo uso de recursos hídricos;

III – acompanhar a administração financeira dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos em sua área de atuação, seguindo plano de aplicação definido pelo CBH e seguindo orientações do Plano de Bacia;

IV – elaborar sua proposta orçamentária e submetê-la à apreciação do respectivo ou dos respectivos Comitês de Bacia Hidrográfica;

V – promover os estudos necessários para a gestão dos recursos hídricos em sua área de atuação e a celebração de acordos de cooperação técnica;

VI– elaborar/revisar o Plano de Recursos Hídricos para apreciação do respectivo Comitê de Bacia Hidrográfica;

VII – propor ao respectivo ou aos respectivos Comitês de Bacia Hidrográfica:



CBH PARANAÍBA - DF

- a) enquadramento dos corpos de água nas classes de uso, para encaminhamento ao Conselho de Recursos Hídricos;
- b) valores a serem cobrados pelo uso de recursos hídricos;
- c) planos de aplicação dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos;
- d) rateios de custo das obras de uso múltiplo, de interesse comum ou coletivo.

Art. 3º Esta deliberação entra em vigor na data da sua assinatura.

RICARDO TEZINI MINOTI  
Presidente



## **MOÇÃO CBH PARANAÍBA-DF Nº 01/2021, de 6 de MAIO de 2021.**

*Recomenda o acompanhamento, monitoramento e análise dos impactos hidroambientais cumulativos nos projetos de novos empreendimentos de parcelamento de solo na Bacia dos Afluentes do rio Paranaíba no Distrito Federal e todos os respectivos procedimentos jurídicos, técnicos e administrativos relacionados.*

**CONSIDERANDO** o disposto na Lei nº 2.725, de 13 de junho de 2001, que instituiu a Política de Recursos Hídricos do Distrito Federal;

**CONSIDERANDO** que o Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes do Rio Paranaíba no Distrito Federal – CBH Paranaíba-DF – é órgão colegiado do Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Distrito Federal, com atribuições normativas, deliberativas e consultivas, vinculado ao Conselho de Recursos Hídricos do Distrito Federal, nos termos previstos na Lei Federal nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, na Lei Distrital nº 2.725, de 13 de junho de 2001, na Resolução nº 5, de 10 de abril de 2000, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, e na Resolução nº 5, de 29 de junho de 2006, do Conselho de Recursos Hídricos do Distrito Federal;

**CONSIDERANDO** o disposto no Decreto distrital nº 27.152, de 31 de agosto de 2006, que dispõe sobre a criação do CBH/RP;

**CONSIDERANDO** o disposto no Decreto distrital nº 31.255, de 18 de janeiro de 2010, que altera o artigo 2º do Decreto distrital nº 27.152, de 31 de agosto de 2006;

**CONSIDERANDO** o disposto no Decreto nº 39.290, de 16 de agosto de 2018 – altera o Decreto nº 27.152, de 31 de agosto de 2006, que dispõe sobre a criação do Comitê e altera sua denominação para Comitê de Bacia Hidrográfica dos afluentes do Rio Paranaíba no Distrito Federal – CBH Paranaíba-DF;

**CONSIDERANDO** que o Projeto Urbitá da UPSA, associado ao Projeto Residencial Sobradinho e o Projeto Vila Celia, que são todos projetos de parcelamento de solo urbano que intensificarão o adensamento de ocupações urbanas na mesma região de Sobradinho, cujo ribeirão do mesmo nome já apresenta condições de qualidade de seu curso d'água em níveis preocupantes, mais os efeitos sinérgicos dos impactos hidroambientais desse empreendimento, não passaram por uma avaliação ambiental estratégica e integrada, dentro dos necessários princípios da prevenção e precaução;

**CONSIDERANDO** que a implantação de novos Projetos Urbanísticos de parcelamento do solo na região da Serrinha Paranoá pela Terracap, principalmente o denominado Taquari 1, Etapa II, a ser localizado entre os Córregos Urubu e Jerivá, elaborado ainda nos anos 80, cujos efeitos e impactos hidroambientais na região norte do Lago Paranoá tanto na bacia hidrográfica do Paranaíba, como também na APA do Paranoá e na APA do Planalto Central, não estão sendo avaliados de forma integrada e voltados a promoção de um desenvolvimento sustentável, numa região que ainda é predominantemente de Cerrado e como ocupações com características rurais;



**CONSIDERANDO** que o Governo Distrital iniciou a utilização dos recursos hídricos do Lago Paranoá como manancial para o abastecimento público da população de Brasília, com a captação das suas águas para consumo da população do DF, sendo que em grande parte esses recursos hídricos são produzidos na região da Serrinha do Paranoá, o que impõe uma necessidade de maior controle sobre a qualidade e quantidade das águas produzidas nesta região, bem como a proteção e a necessária conscientização do papel da região para com toda a população de Brasília;

**CONSIDERANDO** que a CAESB promoveu recentemente a implantação de estruturas físicas para tal captação de recursos hídricos da área do Lago Paranoá, situada no próprio sopé da região da Serrinha do Paranoá, bem próximo a foz dos Córregos Urubu e Jerivá, que ainda não são conectados ou protegidos por qualquer unidade de conservação de proteção integral, mas cuja região constantemente vem sendo vítima de ocupações e construções irregulares e grilagem de terras;

**CONSIDERANDO** que a maior parte das áreas de Cerrado e recarga hídrica ainda estão preservadas, tanto na região do entorno de Sobradinho, como na Serrinha do Paranoá e na área rural da região do Tororó, as quais também possuem importantes nascentes, localizadas em áreas ainda protegidas do Distrito Federal, mas onde tais proposições empresariais de parcelamento de solo estão previstas para serem implantadas, podendo reduzir definitiva e significativamente as condições da preservação hidroambiental nessas regiões de Brasília;

**CONSIDERANDO** que essas mesmas regiões também estão situadas na APA do Planalto Central, que tem a finalidade de proteger os mananciais, regular o uso dos recursos hídricos e o parcelamento do solo, garantindo o uso racional dos recursos naturais, mas tais circunstâncias normativas por si só, não impedem que haja uma constante degradação hidroambiental na bacia dos afluentes do Rio Paranaíba no Distrito Federal, que inclusive vem sendo alvo de invasões com atividades ilegais de parcelamento, de impermeabilização do solo e contínuo desmatamento;

**CONSIDERANDO** que é fundamental que sejam promovidos estudos hidroambientais atualizados e de forma sinérgica, nessas mesmas regiões aonde estão previstas as implantações de vários empreendimentos em cadeia, cujos impactos ambientais na qualidade e quantidade dos recursos hídricos dessas regiões devem ser devidamente avaliados e mensurados, inclusive diante do provável aumento do adensamento, da impermeabilização e das drenagens pluviais antrópicas, para que haja um desenvolvimento verdadeiramente sustentável nessas regiões do Distrito Federal;

**CONSIDERANDO** a deliberação da 43ª Reunião Plenária Extraordinária do CBH Paranaíba-DF, ocorrida em 06.05.2021;

**APROVAR Moção** recomendando:

1. Que o Ministério Público do Distrito Federal e o Ministério Público Federal possam promover os procedimentos jurídicos, técnicos e administrativos possíveis, para acompanharem a tramitação, as análises e os processos de licenciamento ambiental desses



novos Empreendimentos, junto aos Órgãos Ambientais e de Desenvolvimento Urbano do Distrito Federal.

2. Que o IBRAM, a ADASA e o ICMBIO possam, com a devida precaução e prevenção, melhor avaliar de forma integrada e sinérgica, os impactos ambientais e principalmente aos recursos hídricos, que esses empreendimentos podem ocasionar cumulativamente, em cada um desses afluentes da bacia hidrográficas do Rio Paranaíba.

3. Que a SEMA e os Conselhos de Meio Ambiente e de Recursos Hídricos do Distrito Federal, possam acompanhar, monitorar e analisar os impactos hidroambientais, que podem decorrer da implantação desses empreendimentos nessas regiões, que podem, inclusive, contribuir com a ocorrência de novas crises hídricas que assolaram o Distrito Federal no período entre 2016 e 2018.

4. Que seja comunicado à Câmara Distrital, aos respectivos Fóruns Ambientais e aos Órgãos de Imprensa, os riscos e impactos hidroambientais que, conjuntamente, esses Empreendimentos podem ocasionar para o Distrito Federal, assim como a necessidade de que também sejam promovidas uma maior participação social, para além das necessárias Audiências Públicas, discussões com a sociedade e comunidades locais quanto à real repercussão e resultados socioambientais e se a implantação desses Empreendimentos proporcionará a qualidade de vida desejada nessas regiões do DF.

**RICARDO TEZINI MINOTI**

Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes do Rio Paranaíba no Distrito Federal  
Presidente



## **MOÇÃO CBH PARANAÍBA-DF Nº 02/2021, de 30 de setembro de 2021.**

*Recomenda a SEMA/DF, a ADASA, ao IBRAM e ao ICMBIO envidarem esforços para a proteção dos remanescentes naturais e recuperação das áreas degradadas e de proteção ambiental da Bacia Hidrográfica do Ribeirão Santa Maria no Distrito Federal, para a instalação do Parque Longitudinal no Ribeirão Santa Maria e a inclusão do CBH Paranaíba-DF na avaliação integrada de novos projetos de parcelamento de solo urbano no território de suas bacias hidrográficas.*

**CONSIDERANDO** o disposto na Lei nº 2.725, de 13 de junho de 2001, que instituiu a Política de Recursos Hídricos do Distrito Federal, em especial o objetivo consignado no Artigo 3, Inciso III, que requer a implementação de ações para prevenção e a defesa contra eventos hidrológicos críticos de origem natural ou decorrentes do uso inadequado dos recursos naturais;

**CONSIDERANDO** que o Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes do Rio Paranaíba no Distrito Federal – CBH Paranaíba-DF – é órgão colegiado do Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Distrito Federal, com atribuições normativas, deliberativas e consultivas, vinculado ao Conselho de Recursos Hídricos do Distrito Federal, nos termos previstos na Lei Federal nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, na Lei Distrital nº 2.725, de 13 de junho de 2001, na Resolução nº 5, de 10 de abril de 2000, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, e na Resolução nº 5, de 29 de junho de 2006, do Conselho de Recursos Hídricos do Distrito Federal;

**CONSIDERANDO** o disposto no Decreto Distrital nº 27.152, de 31 de agosto de 2006, que dispõe sobre a criação do CBH/RP;

**CONSIDERANDO** o disposto no Decreto Distrital nº 31.255, de 18 de janeiro de 2010, que altera o artigo 2º do Decreto Distrital nº 27.152, de 31 de agosto de 2006;

**CONSIDERANDO** o disposto no Decreto Distrital nº 39.290, de 16 de agosto de 2018 – altera o Decreto nº 27.152, de 31 de agosto de 2006, que dispõe sobre a criação do Comitê e altera sua denominação para Comitê de Bacia Hidrográfica dos afluentes do Rio Paranaíba no Distrito Federal – CBH Paranaíba-DF;

**CONSIDERANDO** os processos de adensamento populacional em andamento nas áreas urbanas da Região Administrativa de Santa Maria e entorno, a tramitação dos novos projetos de parcelamento de solo urbano em processo de licenciamento nos Órgãos Ambientais afins, o surgimento de novas ocupações e subparcelamento irregulares nessa mesma sub-bacia e a recorrente degradação ambiental que vem ocorrendo nessa região.

**CONSIDERANDO** a necessidade de proteção das nascentes e demais Áreas de Preservação Permanente dessa região e a preservação das áreas verdes e rurais remanescentes dessa sub-bacia no território do DF, assim como a necessidade de recuperação das áreas degradadas e a redução dos processos erosivos e contenção das voçorocas localizados nessa mesma região.



**CONSIDERANDO** que essa sub-bacia está predominantemente localizada no território da APA do Planalto Central em sua Zona de Uso Sustentável e a necessidade de promoção de ações integradas para proteção dos recursos hídricos dessa sub-bacia em conjunto com o respectivo Comitê de Bacia de sua porção localizada no estado de Goiás.

**CONSIDERANDO** as condições críticas em que se encontra a sub-bacia do Ribeirão Santa Maria no DF, principalmente em sua porção a jusante do mesmo, localizada no estado de Goiás e o enquadramento desse Ribeirão em Classe 2 de qualidade.

**CONSIDERANDO** as reivindicações das comunidades rurais e urbanas apresentadas em reunião deste Comitê de Bacia, no sentido de que sejam melhor protegidas a respectiva sub-bacia, suas principais nascentes localizadas nas suas áreas a montante e respectivas áreas de recarga, assim como as respectivas áreas verdes e rurais remanescentes.

**CONSIDERANDO** a deliberação da 23ª Reunião Plenária Ordinária do CBH Paranaíba-DF, ocorrida em 30.09.2021;

**APROVAR** presente “**Moção**” recomendando:

1. Que a SEMA/DF e o IBRAM possam promover as necessárias avaliações técnicas e estudos ambientais afins, no sentido de que seja criado um Parque Linear no Ribeirão Santa Maria, desde as suas nascentes até a divisa territoriais com o Estado de Goiás, estabelecendo essa região como sendo um conector ambiental compondo um novo Corredor Ecológico do DF.
2. Que a SEMA/DF, o IBRAM e a ADASA venham a estabelecer as áreas verdes e rurais remanescentes dessa sub-bacia no Distrito Federal com sendo uma ARIE - Área de Relevante Interesse Ecológico e a determinação normativa das áreas de recarga dessa sub-bacia como sendo uma APM – Área de Proteção de Manancial.
3. Que o MPDFT e o Comitê da Bacia dos Afluentes do Rio Paranaíba no DF possam acompanhar a tramitação dos novos Projetos de Parcelamento de Solo Urbano que estão em avaliação nos Órgãos Ambientais ou venham a ser propostos para as zonas urbanas localizadas nessa sub-bacia do DF e que o Governo do GDF não modifique e nem altere as zonas rurais em novas zonas urbanas do DF, no âmbito do processo de revisão do PDOT\_DF.
4. Que o IBRAM, a ADASA e o ICMBIO possam, com a devida precaução e prevenção, melhor avaliar de forma integrada e sinérgica, os impactos ambientais e principalmente aos recursos hídricos, que esses novos empreendimentos urbanos ou rurais podem ocasionar cumulativamente, nessa sub-bacia do ribeirão Santa Maria.

**RICARDO TEZINI MINOTI**

Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes do Rio Paranaíba no Distrito Federal  
Presidente



Carta nº 01/2021 – CBH PARANAÍBA-DF

Brasília, 21 de janeiro de 2021.

A Sua Senhoria o Senhor  
BRENO ESTEVES LASMAR  
Presidente do CBH Paranaíba  
Rua Padre Félix nº 129 Sala 5, Centro  
Itumbiara-GO

Assunto: **Contribuições para o Novo Marco Regulatório da Bacia Hidrográfica do Rio São Marcos.**

Referência: **Ofício Circular nº 050/2020/DIR, de 14/12/2020.**

Senhor Presidente,

1. Em atenção ao Ofício Circular nº 050/2020/DIR, de 14/12/2020 informamos que o Comitê Afluente do Distrito Federal é sensível às preocupações demonstradas pelo CBH Corumbá, Veríssimo e São Marcos, entretanto temos algumas considerações a fazer.
2. Os usos instalados na porção inserida no Distrito Federal (DF) que já existem há algum tempo, estão consolidados, devidamente regularizados e os usuários obedecem às outorgas concedidas pela Adasa, órgão gestor de recursos hídricos do DF.
3. Por ser uma região de cabeceira, toda a água utilizada na porção inserida no DF é decorrente da área de contribuição do próprio DF, sendo sustentável na medida em que os usuários usam a água advinda da sua própria área de contribuição e atendem à vazão remanescente e os critérios de outorga, que observam o balanço hídrico daquela porção da bacia.
4. O conflito maior na bacia do São Marcos se agravou com a intensificação do uso da água para a agricultura irrigada, após a instalação da UHE Batalha, em grande parte por captações, não regularizadas, que foram instaladas à revelia do Sistema de Gestão de Recursos Hídricos, basicamente nas porções goiana e mineira da bacia. O DF não teve influência nesse conflito, uma vez que suas captações já existiam e estavam regularizadas.
5. O CBH Paranaíba-DF considera que os usuários do DF não precisam ter seus usos restringidos, para liberar mais água - que é produzida na área dos próprios empreendimentos usuários do DF - para os usuários de jusante, que se instalaram posteriormente, não observando a Política Nacional de Recursos Hídricos e nem procurando o órgão gestor de recursos hídricos para instalar usos que são insustentáveis do ponto de vista do balanço hídrico da porção desde o limite do DF até a UHE Batalha.

*RTM*



CBH PARANAÍBA - DF

6. O CBH Paranaíba-DF apresenta estas ponderações e está aberto à discussão e construção conjunta de uma solução.

Atenciosamente,

RICARDO TEZINI MINOTI  
Presidente



Carta nº 02/2021 – CBH PARANAÍBA-DF

Brasília, 21 de janeiro de 2021.

A Sua Senhoria o Senhor  
BRUNO VICENTE MARQUES  
Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Corumbá, Veríssimo e porção goiana do  
Rio São Marcos – CBH CVSM  
bvm.ambiental@gmail.com - (61) 99613-5422

**Assunto: Contribuições para o Novo Marco Regulatório da Bacia Hidrográfica do Rio São Marcos.**

**Referência: Ofício Circular nº 050/2020/DIR, de 14/12/2020.**

Senhor Presidente,

1. Em atenção ao Ofício Circular nº 050/2020/DIR do CBH Paranaíba, datado de 14/12/2020, informamos que o Comitê Afluente do Distrito Federal é sensível às preocupações do CBH Corumbá, Veríssimo e São Marcos, entretanto temos algumas considerações a fazer.
2. Os usos instalados na porção inserida no Distrito Federal (DF) que já existem há algum tempo, estão consolidados, devidamente regularizados e os usuários obedecem às outorgas concedidas pela Adasa, órgão gestor de recursos hídricos do DF.
3. Por ser uma região de cabeceira, toda a água utilizada na porção inserida no DF é decorrente da área de contribuição do próprio DF, sendo sustentável na medida em que os usuários usam a água advinda da sua própria área de contribuição e atendem à vazão remanescente e os critérios de outorga, que observam o balanço hídrico daquela porção da bacia.
4. O conflito maior na bacia do São Marcos se agravou com a intensificação do uso da água para a agricultura irrigada, após a instalação da UHE Batalha, em grande parte por captações, não regularizadas, que foram instaladas à revelia do Sistema de Gestão de Recursos Hídricos, basicamente nas porções goiana e mineira da bacia. O DF não teve influência nesse conflito, uma vez que suas captações já existiam e estavam regularizadas.
5. O CBH Paranaíba-DF considera que os usuários do DF não precisam ter seus usos restringidos, para liberar mais água - que é produzida na área dos próprios empreendimentos usuários do DF - para os usuários de jusante, que se instalaram posteriormente, não observando a Política Nacional de Recursos Hídricos e nem procurando o órgão gestor de recursos hídricos para instalar usos que são insustentáveis do ponto de vista do balanço hídrico da porção desde o limite do DF até a UHE Batalha.

RTM



**CBH PARANAÍBA - DF**

6. O CBH Paranaíba-DF apresenta estas ponderações e está aberto à discussão e construção conjunta de uma solução.

Atenciosamente,

**RICARDO TEZINI MINOTI**  
Presidente



Carta nº 02/2021 CBH PARANAÍBA-DF

Brasília, 18 de fevereiro de 2021.

A Sua Senhoria o Senhor  
Fernando Cesar Lorencini  
Presidente  
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

Senhor Presidente,

1. Pela presente, venho solicitar uma apresentação do ICMBio, na próxima reunião do Comitê dos Afluentes do Rio Paranaíba no Distrito Federal (CBH Paranaíba-DF), sobre a situação das unidades de conservação situadas nas bacias hidrográficas abrangidas pelo CBH Paranaíba-DF no Distrito Federal.
2. Informamos que a próxima reunião do CBH Paranaíba-DF ocorrerá no dia 25 de fevereiro de 2021, às 14h, no formato de videoconferência.
3. A apresentação solicitada já foi acordada com os representantes do ICMBio no CBH, Srs. Maurício Laxe e Grahal Benatti, em reuniões anteriores do Comitê de Bacias. Os próprios representantes do ICMBio, por estarem acompanhando as discussões e preocupações manifestadas nas reuniões, poderiam realizar a apresentação.
4. A apresentação solicitada relaciona-se às questões hidroambientais na APA do Planalto Central, na área de abrangência do CBH Paranaíba-DF, principalmente em relação às preocupações relacionadas à área de entorno do Parque Nacional, à possível concessão do Parque Nacional e a proteção das nascentes situadas no interior dessa Unidade de Conservação; ao processo de grilagem na Serrinha do Paranoá e, por último, às novas ocupações na Bacia do Ribeirão Sobradinho. Em conjunto, todos impactos potenciais nos cursos hídricos dessas unidades hidrográficas decorrentes de alterações na APA do Planalto Central.
5. Agradecemos, antecipadamente, à atenção e ao apoio e colocamo-nos à disposição para outros esclarecimentos.

Atenciosamente,

RICARDO TEZINI MINOTI  
Presidente



Carta nº 03/2021 CBH PARANAÍBA-DF

Brasília, 18 de fevereiro de 2021.

A Sua Senhoria o Senhor  
Vladimir de A. Puntel Ferreira  
Chefe  
Assessoria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – PRH – Caesb

Senhor Chefe,

1. Pela presente, venho solicitar uma apresentação da Caesb, na próxima reunião do Comitê dos Afluentes do Rio Paranaíba no Distrito Federal (CBH Paranaíba-DF), sobre a situação da Bacia Hidrográfica do rio Melchior, Distrito Federal, no que se refere aos lançamentos de cargas de poluição (efluentes tratados das ETEs) na Bacia.
2. Informamos que a próxima reunião do CBH Paranaíba-DF ocorrerá no dia 25 de fevereiro de 2021, às 14h, no formato de videoconferência, e que essa apresentação da Caesb e outras apresentações de órgãos do Governo do Distrito Federal foi acordada na 22ª Reunião Ordinária do Comitê, ocorrida no dia 24 de novembro de 2020.
3. Encaminhamos (Anexo) a solicitação da comunidade da bacia hidrográfica do rio Melchior que originou a discussão no âmbito do CBH Paranaíba-DF.
4. Agradecemos, antecipadamente, à atenção e ao apoio e colocamo-nos à disposição para outros esclarecimentos.

Atenciosamente,

RICARDO TEZINI MINOTI  
Presidente



Carta nº 04/2021 CBH PARANAÍBA-DF

Brasília, 6 de abril de 2021.

A Sua Senhoria o Senhor  
Robinson Ferreira Cardoso  
Ouvidoria da Adasa

Ref.: Audiência Pública Nº 001/2021/Adasa

Senhor Ouvidor,

1. Pela presente, venho encaminhar uma manifestação do Comitê de Bacia dos Afluentes do Rio Paranaíba no Distrito Federal (CBH Paranaíba-DF) como forma de contribuir com subsídios e informações adicionais referente a minuta de resolução que estabelece normas para o Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) a ser custeado pelas tarifas de abastecimento de água e esgotamento sanitário do Distrito Federal.
2. Primeiramente, a Adasa está de parabéns pela iniciativa de estruturar na gestão de recursos hídricos o instrumento PSA, implementar o princípio do provedor recebedor, ou seja, aquele que protege, que preserva a bacia hidrográfica poder receber um apoio pelo seu serviço à sociedade. Temos acompanhado o sucesso na implementação do Projeto Produtor de Água do Pipiripau e, mais recentemente, o início do Projeto Produtor de Água do Descoberto. São ações extremamente relevantes que envolvem o planejamento conservacionista das bacias, práticas de conservação dos solos, restauração e proteção dos mananciais, entre outras iniciativas. Precisamos da implementação de todas essas práticas e da realização de estudos sobre os seus impactos. Todas essas iniciativas são imensamente necessárias. As áreas à montante de mananciais apresentam uma importância especial para nós e consideramos que a sociedade deva colaborar com o pagamento de uma taxa justa (em termos sociais) para a proteção de suas bacias.
3. Nossos objetivos na gestão, obviamente, atingem todas as bacias hidrográficas e toda a zona rural, não apenas as áreas situadas à montante de mananciais. As demais áreas deverão ser contempladas pelos recursos da cobrança pelo uso de recursos hídricos e pela implementação das ações do Plano de Bacias. A maior parte dos conflitos existentes na gestão dos recursos hídricos das bacias abrangidas pelo CBH Paranaíba-DF na atualidade, geralmente conflitos relacionados à qualidade da água, ocorrem em bacias que não apresentam mananciais. Dessa forma, entendemos que o PSA é um instrumento que vem atuar de maneira complementar à cobrança pelo uso de recursos hídricos para garantir que as ações necessárias para a proteção ou recuperação dos recursos hidroambientais possam ocorrer, muitas delas já previstas no Plano de Bacia do Paranaíba-DF aprovado em 2020.

4. Entendemos que a organização do PSA no âmbito do Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Distrito Federal e do Sistema de Saneamento visa garantir tanto os recursos necessários como instituir um processo de gestão que assegure a efetividade do instrumento de forma que os interesses sociais sejam atendidos.
5. Com base nessas colocações, fazemos uma sugestão no sentido de colaborar com a estruturação da implementação do PSA no DF no longo prazo. No lugar da criação de uma “comissão de acompanhamento de projetos” – poucas pessoas decidindo sobre os projetos, sobre o uso de um montante de recursos equivalente à cobrança de recursos hídricos, algo em torno de 4 milhões de reais anuais – gostaríamos de propor à Adasa que estabeleça os CBHs do DF como o colegiado de aprovação dos projetos e acompanhamento de suas ações. Ou seja, que as atribuições propostas para uma “Comissão” a ser criada no âmbito da Resolução seja dividida entre a Adasa e o CBH. Entendemos que essa seria a melhor forma de aumentar a governança social sobre os projetos com olhos na efetividade do Programa e do acompanhamento de seus resultados pela sociedade.
6. Os CBHs são os colegiados instituídos pelas políticas nacional e distrital de recursos hídricos para democratizar as decisões relacionadas ao Plano de Bacia e sobre a utilização dos recursos da cobrança, com a participação de representações de governo, de usuários da água (setor produtivo, concessionárias de saneamento, entre outros) e das representações sociais. É onde está o capital humano com maior representatividade social, por isso é chamado de “Parlamento das Águas”. Foi dessa forma que os legisladores federais e distritais instituíram a garantia de acompanhamento dos processos de gestão, a garantia de análise da efetividade no uso dos investimentos. Por isso colocaram a decisão sobre os recursos arrecadados a partir da cobrança pelo uso de recursos hídricos para esses colegiados. Os CBHs também são responsáveis pelo acompanhamento da implementação das ações dos Planos de Bacias. Por essa razão compõem os fóruns mais indicados para a avaliação das ações relacionadas à implementação do PSA. Os CBHs podem, inclusive, criar grupos de trabalhos (GTs) específicos para a implementação dos Projetos em cada bacia hidrográfica. Nos GTs existe a possibilidade de participação de outras pessoas da comunidade. Dessa forma fortalecemos o Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos, valorizando as estruturas de gestão já estabelecidas.
7. Aproveitamos a oportunidade para colocar para a Adasa que em 2020 foi criado, no âmbito do CBH Paranaíba-DF, um Grupo de Trabalho sobre o PSA, motivado, principalmente, pelos agricultores da BH do rio Descoberto, para analisarmos de maneira mais ampla as variadas perspectivas relacionadas a esse tipo de instrumento. O objetivo do grupo será discutir outras questões que não têm sido contempladas na forma como o Produtor de Água, um dos exemplos, vem sendo implementado.
8. Na atualidade, todas as BHs que apresentam mananciais são estratégicas para o DF. Apenas a bacia do Descoberto responde por 50% a 60% da água para

consumo humano no DF. Dessa forma, entendemos que é estratégico para o DF não deixarmos que essa Bacia, assim como outras, sofra um processo de urbanização e adensamento populacional, processo que tem ocorrido historicamente no DF de maneira usual, sem respeito aos instrumentos de planejamento territorial. Para isso, precisamos garantir a sustentabilidade das áreas protegidas e a sustentabilidade das áreas rurais.

9. Utilizando o caso da Bacia do Descoberto como exemplo, durante o período da crise hídrica no DF (2016-2018), em função da diminuição da disponibilidade de água para a produção rural e do custo de oportunidade no curto prazo, muitos agricultores venderam suas terras. Essas terras são, usualmente, transformadas em pequenas chácaras e depois servem de espaço para a formação de loteamentos urbanos.
10. Estamos cientes que já estamos buscando água no Estado de Goiás, a um custo social elevado, para aumentar a segurança hídrica do DF. Não podemos correr o risco de sofrermos um processo de urbanização em nossas bacias com consequente aumento populacional de suas áreas. Precisamos fornecer um pouco mais de segurança para a agricultura caso tenhamos outros momentos de escassez hídrica. Por essa razão percebemos a importância dos trabalhos do GT PSA do CBH Paranaíba-DF, que tem como objetivo analisar e propor outras formas de PSA que contribuam com questões diferenciadas, como forma de assegurar a manutenção dos agricultores e de duas atividades nas bacias hidrográficas.
11. Nesse sentido, informamos que as discussões ocorridas na Audiência Pública terão continuidade no âmbito do GT PSA do CBH Paranaíba-DF, que as discussões são públicas, a sociedade pode participar, e esperamos que até o final de 2021 possamos trazer novas possibilidades para a Adasa no sentido de ampliarmos as discussões relacionadas ao PSA.
12. Finalizando, entendemos que com a implementação do PSA, assim como da cobrança pelo uso de recursos hídricos no DF, teremos finalmente as ações previstas no Plano de Bacia e outras saindo dos instrumentos de planejamento e ocorrendo na realidade de nossas bacias.
13. Agradecemos, antecipadamente, à atenção e ao apoio no encaminhamento das manifestações do CBH Paranaíba-DF e colocamo-nos à disposição para outros esclarecimentos.

Atenciosamente,



RICARDO TEZINI MINOTI  
Presidente



Carta nº 05/2021 CBH PARANAÍBA-DF

Brasília, 12 de abril de 2021.

A Sua Senhoria o Senhor  
Bruno Vicente Marques  
Coordenador da CTI do CBH Paranaíba  
Rua Padre Félix, nº 129, Sala 5 – Centro  
75.503-120 - Itumbiara/GO

Ref.: Alteração de representante suplente do CBH Paranaíba-DF junto a CTI do CBH Paranaíba.

Senhor Coordenador,

1. Tendo em vista a substituição da Sra. Alba Evangelista Ramos na representação da Adasa no CBH Paranaíba-DF, solicitamos a substituição da representação da vaga de suplente do CBH Paranaíba-DF na Câmara Técnica de Integração do CBH Paranaíba pela indicação apresentada na tabela a seguir:

REPRESENTAÇÃO	NOME	E-MAIL	TELEFONE
SUPLENTE	Denise Paiva Agostinho	denise.agustinho@gmail.com	61 98150-3589

Atenciosamente,

RICARDO TEZINI MINOTI  
Presidente



Carta nº 06/2021 CBH PARANAÍBA-DF

Brasília, 4 de junho de 2021.

A Sua Senhoria o Senhor  
Cláudio Trinchão  
Presidente  
Instituto Brasília Ambiental – IBRAM

Senhor Presidente,

1. Recebemos informações referentes ao processo de licenciamento ambiental relacionado ao "Empreendimento Meireles - MRV", empreendimento imobiliário denominado "Condomínio Meireles", também conhecido como "Quinhão 13", a ser desenvolvido na área da Bacia Hidrográfica do Ribeirão Santa Maria, Região Administrativa de Santa Maria, Distrito Federal.
2. Temos ciência de que o Distrito Federal degradou, no passado, toda a área à montante da bacia hidrográfica do Ribeirão Santa Maria a partir da urbanização da RA Santa Maria com a formação, inclusive, de uma extensa voçoroca, com mais 150 metros de extensão, 50 metros de largura e 10 metros de profundidade. Essa degradação resultou em imensa degradação na área a jusante da Bacia, já no estado de Goiás, trecho em que o Ribeirão serve de divisa para os municípios de Novo Gama e Valparaíso. As águas da Bacia Hidrográfica afluem, posteriormente, ao reservatório de Corumbá III, Estado de Goiás.
3. O novo empreendimento imobiliário prevê uma população em torno de 6 mil pessoas e 90% de impermeabilização da área. A região apresenta um canal de escoamento de águas pluviais, construído como medida mitigadora a fim de conter a expansão da Voçoroca. O canal apresenta sinais de degradação.
4. Os impactos gerados pelo DF no Estado de Goiás são, constantemente, citados nas reuniões do Comitê de Bacia do rio Paranaíba (Federal) e na reunião da Câmara de Integração do CBH Paranaíba Federal.
5. Temos preocupações com os impactos do novo empreendimento em termos de aumento da carga hídrica relacionada ao escoamento superficial, com chance de ampliação da voçoroca, e de aumento na carga de poluição a ser lançada na bacia que serve de manancial ao Município do Novo Gama/GO e, após a captação de água para o Município, já se encontra com elevado nível de



degradação. Qualquer nova degradação a ser gerada pelo Distrito Federal nesta Bacia Hidrográfica poderá, além dos possíveis impactos ocasionados diretamente nessa Unidade Hidrográfica e ao reservatório de Corumbá III, complicar a situação do Distrito Federal nos colegiados de recursos hídricos supracitados, com prejuízos ao DF em futuros pleitos.

6. Com base nessas colocações, venho solicitar o sobrestamento do Processo de Licenciamento com vistas à apresentação do Projeto ao Comitê de Bacia dos Afluentes do rio Paranaíba no Distrito Federal (CBH Paranaíba-DF) e o acesso ao Processo SEI IBRAM com número provável 00391-00004660/2019-95.

Atenciosamente,

RICARDO TEZINI MINOTI  
Presidente



Carta nº 07/2021 CBH PARANAÍBA-DF

Brasília, 4 de junho de 2021.

A Sua Senhoria o Senhor  
Fernando Cesar Lorencini  
Presidente  
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio

Senhor Presidente,

1. Recebemos informações referentes ao processo de licenciamento ambiental relacionado ao "Empreendimento Meireles - MRV", empreendimento imobiliário denominado "Condomínio Meireles", também conhecido como "Quinhão 13", a ser desenvolvido na área da Bacia Hidrográfica do Ribeirão Santa Maria, Região Administrativa de Santa Maria, Distrito Federal. A área do Empreendimento abrange o território da Área de Proteção do Planalto Central (APA do Planalto Central).
2. Temos ciência de que o Distrito Federal degradou, no passado, toda a área à montante da bacia hidrográfica do Ribeirão Santa Maria a partir da urbanização da RA Santa Maria com a formação, inclusive, de uma extensa voçoroca, com mais 150 metros de extensão, 50 metros de largura e 10 metros de profundidade. Essa degradação resultou em imensa degradação na área a jusante da Bacia, já no estado de Goiás, trecho em que o Ribeirão serve de divisa para os municípios de Novo Gama e Valparaíso. As águas da Bacia Hidrográfica afluem, posteriormente, ao reservatório de Corumbá III, Estado de Goiás.
3. O novo empreendimento imobiliário prevê uma população em torno de 6 mil pessoas e 90% de impermeabilização da área. A região apresenta um canal de escoamento de águas pluviais, construído como medida mitigadora a fim de conter a expansão da Voçoroca. O canal apresenta sinais de degradação.
4. Os impactos gerados pelo DF no Estado de Goiás são, constantemente, citados nas reuniões do Comitê de Bacia do rio Paranaíba (Federal) e na reunião da Câmara de Integração do CBH Paranaíba Federal.
5. Temos preocupações com os impactos do novo empreendimento em termos de aumento da carga hídrica relacionada ao escoamento superficial, com chance de ampliação da voçoroca, e de aumento na carga de poluição a ser lançada na



bacia que serve de manancial ao Município do Novo Gama/GO e, após a captação de água para o Município, já se encontra com elevado nível de degradação. Qualquer nova degradação a ser gerada pelo Distrito Federal nesta Bacia Hidrográfica poderá, além dos possíveis impactos ocasionados diretamente nessa Unidade Hidrográfica e ao reservatório de Corumbá III, complicar a situação do Distrito Federal nos colegiados de recursos hídricos supracitados, com prejuízos ao DF em futuros pleitos.

6. Com base nessas colocações, venho solicitar o sobrestamento do Processo de Licenciamento com vistas à apresentação do Projeto ao Comitê de Bacia dos Afluentes do rio Paranaíba no Distrito Federal (CBH Paranaíba-DF) e o acesso ao Processo SEI ICMBio com número provável 02070-006852/2020-64.

Atenciosamente,

RICARDO TEZINI MINOTI  
Presidente



Carta nº 08/2021 CBH PARANAÍBA-DF

Brasília, 10 de agosto de 2021.

A Sua Senhoria o Senhor  
Robinson Ferreira Cardoso  
Ouvidoria da Adasa

Ref.: Audiência Pública Nº 03/2021/Adasa

Senhor Ouvidor,

1. Pela presente, venho encaminhar uma manifestação do Comitê de Bacia dos Afluentes do Rio Paranaíba no Distrito Federal (CBH Paranaíba-DF) como forma de contribuir com subsídios e informações adicionais referente à minuta de resolução que institui o Cadastro de Agentes Perfuradores de Poços do Distrito Federal e dá outras providências.
2. Primeiramente, a Adasa está de parabéns pela iniciativa de estruturar na gestão de recursos hídricos do Distrito Federal o Cadastro de Agentes Perfuradores de Poços, instrumento que deverá contribuir com a formação de um processo de fiscalização mais efetivo frente a essa atividade que pode gerar impactos negativos significativos em termos de disponibilidade hídrica quantitativa e qualitativa referente aos usos das águas subterrâneas nas bacias do DF.
3. O CBH Paranaíba-DF recebeu, recentemente, denúncias de perfuração de poços ocorrendo nos finais de semana em diferentes áreas das cinco bacias abrangidas pelo CBH. A justificativa para a ocorrência dessa atividade nesses períodos seria a ausência de fiscalização. As denúncias relatam, inclusive, a ocorrência de um preço mais elevado cobrado por parte dos agentes perfuradores de poços, confirmando o maior interesse existente por parte dos contratantes (usuários) na busca pela realização dos serviços aos sábados e domingos. Isso confirma a necessidade de que sejam tomadas as medidas necessárias pela Adasa, tais como o estabelecimento dessa Resolução; que a fiscalização seja realizada não apenas em dias úteis e que seja, inclusive, intensificada a fim de coibir esse tipo de iniciativa, prática disposta a burlar o sistema.
4. Entendemos que a ação de perfuração de poços caracteriza-se como atividade utilizadora dos recursos ambientais e, inclusive, potencialmente poluidora.
5. As discussões que vêm ocorrendo no âmbito do CBH Paranaíba-DF, desde sua criação, demonstram que a solução dos problemas ambientais não pode ocorrer de maneira isolada no Distrito Federal. As iniciativas provenientes da Gestão de Recursos Hídricos devem ser integradas com a execução das demais políticas ambientais, de saneamento, de planejamento urbano, entre outras. É dessa forma que os trabalhos e as discussões vêm sendo realizadas no Comitê com vistas à solução dos problemas existentes nas bacias hidrográficas de maneira efetiva, não fragmentada, conforme estabelecido no inciso III do artigo 3º da

Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei Federal Nº 9.433/1997) que trata das “Diretrizes Gerais de Ação”:

III. a integração da gestão de recursos hídricos com a gestão ambiental.

6. A Política Nacional de Meio Ambiente, Lei Federal Nº 6.938/1981, estabelece como um de seus instrumentos o “Cadastro Técnico Federal de atividades potencialmente poluidoras e/ou utilizadoras dos recursos ambientais”, incluído pela Lei Federal Nº 7.804/1989.
7. O Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e/ou Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP) é coordenado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Pessoas físicas e jurídicas que executam atividades passíveis de controle ambiental têm obrigação legal de realizar sua inscrição no CTF/APP.
8. Com base nessas premissas, sugere-se a Adasa que no Artigo 6º da Proposta de Resolução, no Inciso II, a inclusão do item “comprovante de inscrição no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e/ou Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP)”.
9. Aproveitamos para informar que consta no Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental do Planalto Central que qualquer atividade minerária a ser desenvolvida na APA, o que inclui extração de água para usos diversos, requer autorização do órgão responsável pela gestão da APA do Planalto Central, atualmente sob responsabilidade do ICMBio. Nesse sentido, a Resolução proposta não pode se omitir de considerar, também, os requisitos das políticas ambientais vigentes.
10. Finalizando, entendemos que com publicação da Resolução e com a intensificação da fiscalização referente às atividades de perfuração de poços no DF, devemos ter ações efetivas para a mudança das realidades ainda existentes em nossas bacias e maior proteção e preservação das águas subterrâneas. O CBH Paranaíba-DF engendrará esforços para acompanhar atentamente a execução dessas políticas e de seus efeitos.
11. Agradecemos, antecipadamente, à atenção e ao apoio no encaminhamento das manifestações do CBH Paranaíba-DF e colocamo-nos à disposição para outros esclarecimentos.

Atenciosamente,



RICARDO TEZINI MINOTI  
Presidente



Carta nº 09/2021 CBH PARANAÍBA-DF

Brasília, 8 de setembro de 2021.

Aos Promotores de Justiça em exercício nas Promotorias de Justiça de Defesa do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural do Distrito Federal.

Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - MPDFT  
Eixo Monumental, Praça do Buriti, Lote 2, Sede do MPDFT  
70091-020 – Brasília – DF

Assunto: Moção 01/2021, do Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes do Rio Paranaíba no Distrito Federal – CBH Paranaíba-DF

Senhores Promotores,

1. Encaminhamos a Vossas Excelências a Moção nº 01, do Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes do Rio Paranaíba no Distrito Federal – CBH Paranaíba-DF, objeto de Deliberação da 43ª Reunião Plenária Extraordinária do CBH Paranaíba-DF, ocorrida em 6 de maio de 2021, na qual recomenda-se o apoio do MPDFT na promoção de procedimentos jurídicos, técnicos e administrativos possíveis, para acompanharem a tramitação, as análises e os processos de licenciamento ambiental de novos Projetos Urbanísticos de parcelamento de solo junto aos Órgãos Ambientais e de Desenvolvimento Urbano do Distrito Federal nas áreas abrangidas pelas bacias afluentes ao rio Paranaíba no Distrito Federal.

Respeitosamente,

RICARDO TEZINI MINOTI  
Presidente



Carta nº 10/2021 CBH PARANAÍBA-DF

Brasília, 8 de setembro de 2021.

A Sua Senhoria o Senhor  
Cláudio Trinchão  
Presidente  
Instituto Brasília Ambiental – IBRAM  
SEPN 511 – Bloco C – Edifício Bittar  
70750-543 – Brasília – DF

Assunto: Moção 01/2021, do Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes do Rio Paranaíba no Distrito Federal – CBH Paranaíba-DF

Senhor Presidente,

1. Encaminhamos a Moção nº 01, do Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes do Rio Paranaíba no Distrito Federal – CBH Paranaíba-DF, objeto de Deliberação da 43ª Reunião Plenária Extraordinária do CBH Paranaíba-DF, ocorrida em 6 de maio de 2021, na qual recomenda-se o apoio do IBRAM, com a devida precaução e prevenção, melhor avaliar de forma integrada e sinérgica os impactos ambientais e principalmente aos recursos hídricos que novos Projetos Urbanísticos de parcelamento de solo podem ocasionar, cumulativamente, nas áreas abrangidas pelas bacias afluentes ao rio Paranaíba no Distrito Federal.

Respeitosamente,

RICARDO TEZINI MINOTI  
Presidente



Carta nº 11/2021 CBH PARANAÍBA-DF

Brasília, 8 de setembro de 2021.

A Sua Senhoria o Senhor  
Raimundo da Silva Ribeiro Neto  
Presidente  
Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal - Adasa  
SAIN – Estação Rodoferroviária de Brasília, S/N – Asa Norte.  
70631-900 – Brasília – DF

Assunto: Moção 01/2021, do Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes do Rio Paranaíba no Distrito Federal – CBH Paranaíba-DF

Senhor Presidente,

1. Encaminhamos a Moção nº 01, do Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes do Rio Paranaíba no Distrito Federal – CBH Paranaíba-DF, objeto de Deliberação da 43ª Reunião Plenária Extraordinária do CBH Paranaíba-DF, ocorrida em 6 de maio de 2021, na qual recomenda-se o apoio da Adasa, com a devida precaução e prevenção, melhor avaliar de forma integrada e sinérgica os impactos ambientais e principalmente aos recursos hídricos que novos Projetos Urbanísticos de parcelamento de solo podem ocasionar, cumulativamente, nas áreas abrangidas pelas bacias afluentes ao rio Paranaíba no Distrito Federal.

Respeitosamente,

RICARDO TEZINI MINOTI  
Presidente



Carta nº 12/2021 CBH PARANAÍBA-DF

Brasília, 8 de setembro de 2021.

A Sua Senhoria o Senhor  
Fernando Cesar Lorencini  
Presidente  
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio  
SAIN – Estação Rodoferroviária de Brasília, S/N – Asa Norte.  
70631-900 – Brasília – DF

Assunto: Moção 01/2021, do Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes do Rio Paranaíba no Distrito Federal – CBH Paranaíba-DF

Senhor Presidente,

1. Encaminhamos a Moção nº 01, do Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes do Rio Paranaíba no Distrito Federal – CBH Paranaíba-DF, objeto de Deliberação da 43ª Reunião Plenária Extraordinária do CBH Paranaíba-DF, ocorrida em 6 de maio de 2021, na qual recomenda-se o apoio do ICMBio, com a devida precaução e prevenção, melhor avaliar de forma integrada e sinérgica os impactos ambientais e principalmente aos recursos hídricos que novos Projetos Urbanísticos de parcelamento de solo podem ocasionar, cumulativamente, nas áreas abrangidas pelas bacias afluentes ao rio Paranaíba no Distrito Federal.

Respeitosamente,

RICARDO TEZINI MINOTI  
Presidente



Carta nº 13/2021 CBH PARANAÍBA-DF

Brasília, 8 de setembro de 2021.

A Sua Excelência o Senhor  
José Sarney Filho  
Secretário  
Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Distrito Federal  
SBN – Setor Bancário Norte, Quadra 2, Bloco K, Edifício Wagner – Asa Norte  
70040-020 – Brasília – DF

Assunto: Moção 01/2021, do Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes do Rio Paranaíba no Distrito Federal – CBH Paranaíba-DF

Senhor Secretário,

1. Cumprimentando-o cordialmente, encaminhamos a Vossa Excelência a Moção nº 01, do Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes do Rio Paranaíba no Distrito Federal – CBH Paranaíba-DF, objeto de Deliberação da 43ª Reunião Plenária Extraordinária do CBH Paranaíba-DF, ocorrida em 6 de maio de 2021, na qual recomenda-se o apoio dessa Secretaria, do Conselho de Política Ambiental do Distrito Federal (CONAM/DF) e do Conselho de Recursos Hídricos do Distrito Federal (CRH/DF) no acompanhamento, monitoramento e na análise dos impactos hidroambientais sinérgicos que podem ocorrer da implantação de novos Projetos Urbanísticos de parcelamento de solo junto aos Órgãos Ambientais e de Desenvolvimento Urbano do Distrito Federal e contribuir, inclusive, para o agravamento dos conflitos sociais já existentes frente a escassez hídrica qualitativa em bacias hidrográficas que apresentam corpos receptores de lançamentos de efluentes tratados ou com a ocorrência de novas crises hídricas que assolaram o Distrito Federal no período entre 2016 e 2018 e tiveram como área mais afetada as bacias afluentes ao rio Paranaíba no Distrito Federal.

Respeitosamente,

RICARDO TEZINI MINOTI  
Presidente



Carta nº 14/2021 CBH PARANAÍBA-DF

Brasília, 8 de setembro de 2021.

A Sua Senhoria o Senhor  
Rafael Prudente  
Presidente  
Câmara Legislativa do Distrito Federal - CLDF  
Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa  
70094-902 – Brasília – DF

Assunto: Moção 01/2021, do Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes do Rio Paranaíba no Distrito Federal – CBH Paranaíba-DF

Senhor Presidente,

1. Encaminhamos a Vossa Excelência a Moção nº 01, do Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes do Rio Paranaíba no Distrito Federal – CBH Paranaíba-DF, objeto de Deliberação da 43ª Reunião Plenária Extraordinária do CBH Paranaíba-DF, ocorrida em 6 de maio de 2021, na qual recomenda-se a comunicação a CLDF sobre os riscos e impactos hidroambientais sinérgicos que, conjuntamente, os novos Projetos Urbanísticos de parcelamento de solo podem ocasionar, inclusive, para o agravamento dos conflitos sociais já existentes frente a escassez hídrica qualitativa em bacias hidrográficas que apresentam corpos receptores de lançamentos de efluentes tratados ou com a ocorrência de novas crises hídricas que assolaram o Distrito Federal no período entre 2016 e 2018 e tiveram como área mais afetada as bacias afluentes ao rio Paranaíba no Distrito Federal.

Respeitosamente,

RICARDO TEZINI MINOTI  
Presidente



Carta nº 15/2021 CBH PARANAÍBA-DF

Brasília, 8 de setembro de 2021.

A Sua Senhoria o Senhor  
Pedro Cardoso Santana Filho  
Presidente  
Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - Caesb  
Av. Sibipiruna – Lotes 13/21 – Centro de Gestão Águas Emendadas – Águas Claras.  
71928-720 – Brasília – DF

Assunto: Acompanhamento das ações da Caesb na Bacia Hidrográfica do Rio Melchior/DF.

Senhor Presidente,

1. Cumprimentando-o cordialmente, informo que o Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes do Rio Paranaíba no Distrito Federal – CBH Paranaíba-DF – tem recebido, desde o final de 2020, manifestações da comunidade da Bacia Hidrográfica do Rio Melchior/DF que passou a acompanhar atentamente, inclusive diariamente, a situação dos rios da Bacia Hidrográfica.
2. O CBH Paranaíba-DF discutiu ao longo de três reuniões plenárias e encaminhou para sua Câmara Técnica de Planejamento, no 1º semestre de 2021, as solicitações da Comunidade, inclusive um pedido de estruturação de Projeto de Revitalização da Bacia com foco, principalmente, na consecução de Classe 2 de qualidade de água nos córregos Taguatinga e Cortado em 2030, conforme previsto na Resolução Nº 02/2014 do Conselho de Recursos Hídricos do Distrito Federal, a qual aprovou o enquadramento dos corpos de água superficiais do DF em classes de qualidade. Esperamos contar com o apoio da Caesb na implementação da coleta, afastamento e tratamento de esgotos de novos assentamentos humanos na bacia hidrográfica para que tenhamos êxito no atendimento desses anseios da sociedade.
3. Além disso, a Comunidade tem reivindicado a melhoria das condições estéticas do rio Melchior após o lançamento dos efluentes das Estações de Tratamento da Caesb, situadas na Bacia (ETE Melchior e ETE Samambaia), e de outros lançamentos (SLU e JBS).
4. No dia 8 de junho de 2021 realizamos uma visita a ETE Melchior, juntamente com a Comunidade, período em que ainda estava ocorrendo o lançamento dos efluentes tratados das ETES Melchior e Samambaia com a geração de muita espuma no rio Melchior. Na visita realizada, o Sr. Cristiano Mano (Caesb), de maneira muito atenciosa, explicou a situação da ETE para a Comunidade, das obras em andamento para o aprimoramento dos serviços, e indicou que no prazo de 1 a 2 meses o efluente lançado no corpo aquático apresentaria uma melhora significativa.
5. Aproveito a presente carta para parabenizar a Caesb, pois na semana passada recebemos informações da Comunidade sobre o lançamento dos efluentes das ETES Melchior e Samambaia sem a geração de espumas, evidenciando que os resultados prometidos foram alcançados.
6. Como última questão, no início de 2021 tivemos o rompimento da rede coletora de esgotos da Caesb com destino à ETE Melchior. O rompimento ocorreu sobre o rio Melchior. Após as medidas emergenciais adotadas naquele período, durante a visita realizada em junho, recebemos a



informação de que a Caesb estava duplicando as tubulações da rede coletora que passam sobre o Rio para garantir que eventos como os que ocorreram no início do ano não voltem a acontecer. Gostaríamos de solicitar um retorno da Caesb quanto a situação das obras e, conseqüente, sobre a perspectiva de redução dos riscos de novos acidentes para que possamos informar aos membros do CBH Paranaíba-DF e à Comunidade sobre essa melhoria.

No mais, renovo meus protestos de estima e consideração e coloco este Comitê de Bacia à disposição para prestar outros esclarecimentos que porventura façam-se necessários frente às solicitações.

Respeitosamente,

RICARDO TEZINI MINOTI  
Presidente



Carta nº 16/2021 CBH PARANAÍBA-DF

Brasília, 24 de setembro de 2021.

A Sua Senhoria o Senhor  
Mateus Sônego  
Secretário Executivo da Comissão de Ética do ICMBio  
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio  
EQSW 103/104, Bloco "C", Complexo Administrativo – Setor Sudoeste – Bairro Setor Sudoeste.  
70670-350 – Brasília – DF

Assunto: **Ofício SEI nº 105/2021 – CE/ICMBio**

Senhor Secretário,

1. Encaminhamos o documento solicitado (Anexo) em resposta ao Ofício. Esclarecemos que no período compreendido entre os meses de abril, maio e junho de 2021 foi realizada apenas uma Reunião Plenária do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes do Rio Paranaíba no Distrito Federal (CBH Paranaíba-DF), a 43ª Reunião Extraordinária.

Respeitosamente,

RICARDO TEZINI MINOTI  
Presidente



Carta nº 17/2021 CBH PARANAÍBA-DF

Brasília, 20 de outubro de 2021.

A Sua Senhoria o Senhor  
Cláudio Trinchão  
Presidente  
Instituto Brasília Ambiental – IBRAM  
SEPN 511 – Bloco C – Edifício Bittar  
70750-543 – Brasília – DF

Assunto: Indicação dos representantes do CBH Paranaíba-DF para o Conselho Consultivo da ARIE Granja do Ipê.

Senhor Presidente,

1. Indicamos os representantes do Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes do Rio Paranaíba no Distrito Federal – CBH Paranaíba-DF – para o Conselho Gestor da Área de Relevante Interesse Ecológico Granja do Ipê (ARIE Granja do Ipê):

- I. Titular: Lauro dos Santos Correia
- II. Suplente: Denise Paiva Agostinho

2. Aproveitamos para esclarecer que o Decreto nº 39.290, de 16 de agosto de 2018, alterou o Decreto nº 27.152, de 31 de agosto de 2006, que dispõe sobre a criação do Comitê de Bacias Hidrográficas do Rio Paranoá e altera sua denominação para Comitê de Bacia Hidrográfica dos afluentes do Rio Paranaíba no Distrito Federal – CBH Paranaíba-DF.

3. Outro esclarecimento importante refere-se à natureza dos Comitês de Bacias do Distrito Federal que não se configuram como Representantes da Sociedade Civil, conforme comumente identificados nas composições de Conselhos Consultivos de Unidades de Conservação. Trata-se de órgão colegiado do Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Distrito Federal, com atribuições normativas, deliberativas e consultivas, vinculado ao Conselho de Recursos Hídricos do Distrito Federal, nos termos previstos na Lei Federal nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, na Lei Distrital nº 2.725, de 13 de junho de 2001, na Resolução nº 5, de 10 de abril de 2000, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, e na Resolução nº 5, de 29 de junho de 2006, do Conselho de Recursos Hídricos do Distrito Federal. Trata-se, portanto, de um Colegiado de Estado, com representação tripartite de órgãos governamentais, inclusive do Instituto Brasília Ambiental, representantes de usuários e da sociedade civil. Dessa forma, na composição dos Conselhos Consultivos de Unidades de Conservação, deve ser apresentado em uma categoria à parte, relacionada aos Colegiados do Distrito Federal.



4. Nos colocamos à disposição para quaisquer outros esclarecimentos que se fizerem necessários.

Respeitosamente,

RICARDO TEZINI MINOTI  
Presidente



Carta nº 18/2021 CBH PARANAÍBA-DF

Brasília, 12 de novembro de 2021.

A Sua Senhoria o Senhor  
Raimundo da Silva Ribeiro Neto  
Presidente  
Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal - Adasa  
SAIN – Estação Rodoferroviária de Brasília, S/N – Asa Norte.  
70631-900 – Brasília – DF

Assunto: Resposta à Circular Nº 1/2021 – ADASA/PRE

Senhor Presidente,

1. Em atendimento ao convite para a composição do Grupo de Consulta para a regulamentação do emprego de água de reúso na agricultura e irrigação do Distrito Federal, na 24ª Reunião Ordinária do CBH Paranaíba-DF, realizada no dia 4 de novembro de 2021, foi deliberado pela indicação do Dr. Carlos Eduardo Pacheco Lima, pesquisador da Embrapa Hortaliças, com atuação na área do reúso de efluentes tratados na agricultura, para representar o Comitê de Bacia.
2. Os dados do Dr. Carlos Pacheco são disponibilizados abaixo:

E-mail – [carlos.pacheco-lima@embrapa.br](mailto:carlos.pacheco-lima@embrapa.br)

Telefone para contato – (61) 99343-1586

Respeitosamente,

RICARDO TEZINI MINOTI  
Presidente



Carta nº 19/2021 CBH PARANAÍBA-DF

Brasília, 12 de novembro de 2021.

A Sua Senhoria o Senhor  
Raimundo da Silva Ribeiro Neto  
Presidente  
Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal - Adasa  
SAIN – Estação Rodoferroviária de Brasília, S/N – Asa Norte.  
70631-900 – Brasília – DF

Assunto: Resposta ao Ofício N° 183/2021 – ADASA/PRE

Senhor Presidente,

1. Em atendimento à solicitação de indicação para a composição da Comissão de Acompanhamento de Projetos de Pagamentos por Serviços Ambientais – PSA, na 24ª Reunião Ordinária do CBH Paranaíba-DF, realizada no dia 4 de novembro de 2021, foi deliberado pela indicação dos representantes do Comitê de Bacia, designados conforme descrito abaixo, para compor a Comissão:

Titular:

Denise Paiva Agostinho

E-mail – [denise.agostinho@gmail.com](mailto:denise.agostinho@gmail.com)

Telefone para contato – (61) 98150-3589

Suplente:

Maurício Cortines Laxe

E-mail – [mauricio.laxe@icmbio.gov.br](mailto:mauricio.laxe@icmbio.gov.br)

Telefone para contato – (61) 99970-5885

Respeitosamente,

RICARDO TEZINI MINOTI  
Presidente



Carta nº 20/2021 CBH PARANAÍBA-DF

Brasília, 17 de novembro de 2021.

A Sua Senhoria o Senhor  
Raimundo da Silva Ribeiro Neto  
Presidente

Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal - Adasa  
SAIN – Estação Rodoferroviária de Brasília, S/N – Asa Norte.  
70631-900 – Brasília – DF

Assunto: Solicitação de acesso ao SEI – CBH Paranaíba-DF.

Senhor Presidente,

1. Cumprimentando-o cordialmente, entramos em contato para solicitar acesso ao Sistema Eletrônico de Informações (SEI) relacionado ao Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes do rio Paranaíba no Distrito Federal (CBH Paranaíba-DF). Desde que ocorreram as alterações com a equipe da Coordenação de Agências de Bacias da Adasa, no início de 2021, a Diretoria do CBH Paranaíba-DF encontra-se sem acesso ao Portal e aos processos relacionados ao CBH.

Antecipando nossos agradecimentos, firmamo-nos com estima e consideração.

Respeitosamente,

RICARDO TEZINI MINOTI  
Presidente



Carta nº 21/2021 CBH PARANAÍBA-DF

Brasília, 29 de novembro de 2021.

A Sua Senhoria o Senhor  
Cláudio Trinchão  
Presidente  
Instituto Brasília Ambiental – IBRAM

Assunto: Resposta ao Ofício N° 2321/2021 – IBRAM/PRESI.

Senhor Presidente,

1. Cumprimentando-o cordialmente, entramos em contato para apresentar ao IBRAM o resultado das discussões realizadas durante a 44ª e a 45ª Reuniões Extraordinárias e a 23ª Reunião Ordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes do Rio Paranaíba no Distrito Federal, ocorridas nos dias 15 de julho, 26 de agosto e 30 de setembro de 2021, respectivamente. As reuniões foram realizadas com a participação do representante do CBH Corumbá, Veríssimo e Porção Goiana do Rio São Marcos, Comitê relacionado à parte goiana da BH Santa Maria; representantes do CBH Paranaíba Federal e também com a participação de representações sociais da Bacia Hidrográfica como forma de integrar a gestão de recursos hídricos nas duas Unidades da Federação e dirimir quaisquer conflitos históricos associados aos impactos ambientais gerados pelo Distrito Federal nessa bacia hidrográfica transfronteiriça.
2. A permissão de acesso pelo CBH Paranaíba-DF ao Processo Administrativo N° 00391-00004660/2019-95 do Sistema Eletrônico de Informações, ocorrida em 10 de novembro de 2021, foi fundamental para que pudéssemos encerrar a nossa análise.
3. Nas reuniões supracitadas foram contextualizadas as problemáticas da Bacia Hidrográfica do Ribeirão Santa Maria, incluindo os impactos históricos gerados pela Região Administrativa de Santa Maria e a formação da extensa voçoroca na área das nascentes do Ribeirão. Houve a apresentação das representações sociais sobre os efeitos dos impactos, tanto no DF como para a população do Município do Novo Gama, Estado de Goiás. A Adasa realizou uma apresentação sobre a evolução das condições de qualidade da água do ribeirão Santa Maria que é “entregue” pelo DF ao Estado de Goiás. Ocorreram as apresentações das empresas responsáveis pelos estudos e pela apresentação da Proposta do Empreendimento Meireles – MRV (Condomínio Meireles – Quinhão 13), a Ecotech Consultoria Ambiental e RHUMB Planejamento e Urbanismo. Todas as dúvidas por parte dos membros do CBH relacionadas ao Empreendimento e possíveis impactos na Bacia Hidrográfica foram sanadas.
4. Com base nas discussões e apresentações realizadas no âmbito do CBH Paranaíba-DF, ficou evidente a fragilidade da área da nascente do ribeirão Santa Maria no Distrito Federal, local onde ocorreu a formação de extensa voçoroca, e as preocupações com a situação do canal de drenagem de águas pluviais que foi construído em anos anteriores para impedir a expansão da

voçoroca e de toda a degradação ambiental com risco, inclusive, aos moradores da Região. O canal deverá receber as águas pluviais do Empreendimento em questão e, também, de novos empreendimentos que deverão ocorrer na área da Bacia Hidrográfica. Torna-se necessária uma recuperação do canal e, até mesmo, sua ampliação para que possa servir a tais usos, inclusive ao lançamento das águas pluviais que serão aportadas pelo Empreendimento Meireles – MRV (Quinhão 13).

5. A região à montante da Bacia Hidrográfica do Ribeirão Santa Maria, área situada no Distrito Federal, deve ser caracterizada como uma Área de Proteção de Manancial, em função de o Ribeirão servir de manancial ao Município do Novo Gama/GO, abastecendo 60% de sua população, cerca de 65 mil habitantes. Constatou-se a atuação insuficiente por parte do Distrito Federal na proteção dessa área, dos remanescentes naturais e na recuperação das áreas degradadas e de proteção ambiental da BH Santa Maria. Dessa forma, o CBH entendeu como procedente a reivindicação dos movimentos sociais pela criação de Parque Longitudinal no Ribeirão Santa Maria, no território do Distrito Federal, como forma de que essa recuperação, proteção e preservação sejam atendidas.

6. Outra questão discutida referiu-se ao lançamento dos efluentes tratados que serão gerados pelo empreendimento. Para isso, a discussão abrangeu não apenas a BH Santa Maria, mas a BH do rio Alagado, unidade hidrográfica vizinha, que deságua no braço do reservatório de Corumbá-IV (GO) no segmento que servirá como ponto de captação de água para abastecimento humano do DF e GO nos próximos anos. Um dos cenários de lançamento de efluentes tratados do novo Empreendimento era o lançamento no próprio ribeirão Santa Maria, a jusante do ponto de captação de água para o município do Novo Gama, já no Estado de Goiás. Esse lançamento não é recomendado, tendo em vista que o ribeirão Santa Maria está enquadrado em Classe 2 em toda a sua extensão e, também, os usos que ocorrem no ribeirão, já no Estado de Goiás, pelas populações dos Municípios de Valparaíso e Novo Gama, conforme relatado pelas representações sociais nas discussões realizadas. Além disso, o DF já apresenta o passivo relacionado aos impactos gerados na degradação da qualidade da água do Ribeirão no passado, com o assoreamento ou degradação das margens do Ribeirão, a jusante, gerados pelas águas pluviais e pela formação da voçoroca em suas nascentes. Não existe mais “espaço social e político” para a geração de novos impactos por parte do DF na região a jusante do Ribeirão, no Estado de Goiás.

7. A solução recomendada para o lançamento de efluentes tratados, neste momento, será ocorrerem na BH Alagado. No entanto, por se tratar de unidade hidrográfica que desaguará em um reservatório, no segmento que servirá como manancial para o DF e GO, demandará da Companhia de Saneamento (Caesb) um nível de tratamento cada vez mais elevado, em função desse e de futuros empreendimentos, acarretando em aumento dos custos de tratamento, que deverá ser repassado, gerar impactos, nas taxas de água e esgoto dos consumidores da Caesb, os cidadãos do DF. Todas essas questões apenas reforçaram a complexidade de toda a região situada ao sul e, principalmente, sudoeste do DF; da delicada relação com o lado goiano, e da necessidade de realização de análise integrada por bacia hidrográfica, ou mesmo por toda a região das bacias hidrográficas e condições existentes ao sul do Distrito Federal, quando surgirem novos projetos de parcelamento de solo urbano nos territórios dessas bacias.



8. Uma síntese dos encaminhamentos gerados durante as discussões serviu de base à elaboração de uma Moção do CBH Paranaíba-DF (Moção N° 02/2021) que encaminhamos ao IBRAM juntamente com este documento.

9. Finalmente, por todo o exposto, gostaríamos de ressaltar a importância das discussões que puderam ser realizadas no âmbito do Comitê de Bacia. A visão integrada, por bacia hidrográfica, deve fazer parte dos novos processos de licenciamento de parcelamentos de solos urbanos e rurais e os Comitês de Bacias do DF, em suas respectivas áreas de atuação, devem sempre ser envolvidos. O processo de licenciamento do Empreendimento Meireles – MRV (Quinhão 13) deve ter continuidade, respeitando-se todas as questões e preocupações levantadas.

Firmamo-nos com estima e consideração.

Respeitosamente,

RICARDO TEZINI MINOTI  
Presidente



Carta nº 22/2021 CBH PARANAÍBA-DF

Brasília, 8 de dezembro de 2021.

A Sua Senhoria o Senhor  
Cláudio Trinchão  
Presidente  
Instituto Brasília Ambiental – IBRAM

Assunto: Solicitação de apoio do IBRAM na 47ª Reunião Extraordinária do CBH Paranaíba-DF.

Senhor Presidente,

1. Cumprimentando-o cordialmente, entramos em contato para solicitar apoio do Brasília Ambiental nas discussões que ocorrerão na 47ª Reunião Extraordinária do CBH Paranaíba-DF, que ocorrerá no dia 9 de dezembro, p.f., às 14h.
2. A reunião foi convocada em função de manifestações diversas, preocupações referentes às questões relacionadas às mudanças na ocupação do território da Bacia do Reservatório Descoberto e na Bacia do Labo Paranoá, Distrito Federal (Convocação/Pauta da Reunião segue no anexo).
3. A primeira questão se refere à avaliação dos impactos do PL Nº 4.379/2020 (Senado Federal), relacionada à desafetação de áreas preservadas do DF para a regularização do Assentamento Maranata e do Assentamento 26 de Setembro, com perspectiva de criação do Parque Nacional da Contagem/DF.
4. A segunda questão relacionada às preocupações com a Área de Proteção de Mananciais do Taquari, com vistas ao Processo de Licenciamento do Taquari – Etapa II.
5. A fim de evitarmos dificuldades futuras, como a solicitação de pedido de Sobrestamento realizada pelo CBH Paranaíba-DF no caso do Projeto do Quinhão 13, Bacia do Ribeirão Santa Maria, seria muito importante que o IBRAM já realizasse os esclarecimentos necessários ao Comitê de Bacia para que a discussão com o enfoque dos impactos associados às bacias supracitadas possa ocorrer de maneira que as dúvidas sejam sanadas.



6. Talvez fosse importante a presença do Superintendente de Licenciamento do Brasília Ambiental e, caso isso não seja possível, gostaria de solicitar o apoio de V. Sa. para que as representantes do Instituto no CBH Paranaíba-DF pudessem fazer essas explicações, uma contextualização do Processo de Licenciamento (Taquari Etapa II) e dos desdobramentos do Projeto de Lei para o Distrito Federal.

Agradecemos, antecipadamente, o apoio e à atenção.

Firmamo-nos com estima e consideração.

Respeitosamente,

RICARDO TEZINI MINOTI  
Presidente



Carta nº 23/2021 CBH PARANAÍBA-DF

Brasília, 9 de dezembro de 2021.

A Sua Excelência o Senhor  
Izalci Lucas Ferreira  
Senador

Assunto: Convite para participação da 47ª Reunião Extraordinária do CBH Paranaíba-DF.

Excelentíssimo Senhor Senador,

1. Cumprimentando-o cordialmente, entramos em contato para convidá-lo a participar da 47ª Reunião Extraordinária do CBH Paranaíba-DF, que ocorrerá no dia 9 de dezembro, às 14h.
2. A reunião foi convocada em função de manifestações diversas dos membros do CBH, preocupações referentes às questões relacionadas às mudanças na ocupação do território da Bacia do Reservatório Descoberto e na Bacia do Labo Paranoá, Distrito Federal (Convocação/Pauta e link da Reunião seguem nos anexos).
3. Uma parte das discussões que ocorrerão na Reunião se refere à avaliação dos impactos do PL Nº 4.379/2020 (Senado Federal), de autoria de Vossa Excelência, relacionada à desafetação de áreas da Floresta Nacional de Brasília (Flona) para a regularização do Assentamento Maranata e do Assentamento 26 de Setembro, com perspectiva de criação do Parque Nacional da Contagem/DF.
4. As manifestações e preocupações manifestadas em reuniões prévias do CBH Paranaíba-DF relacionam-se às alterações que tais mudanças poderão acarretar nas bacias hidrográficas dos dois principais mananciais lacustres do Distrito Federal. Entendemos que tais discussões devem passar pela avaliação do Comitê de Bacias Hidrográficas, o chamado "Parlamento das Águas", tendo em vista a garantia de adoção de medidas protetivas adequadas aos recursos hídricos das áreas afetadas.
5. Caso não seja possível a participação de Vossa Excelência, ou de representação do Mandato, enviaremos, posteriormente, os encaminhamentos da Reunião.

Agradecemos, antecipadamente, o apoio e à atenção.

Firmamo-nos com estima e consideração.

Respeitosamente,

RICARDO TEZINI MINOTI  
Presidente



Carta nº 24/2021 CBH PARANAÍBA-DF

Brasília, 9 de dezembro de 2021.

A Sua Excelência a Senhora  
Érika Jucá Kokay  
Deputada Federal

Assunto: Convite para participação da 47ª Reunião Extraordinária do CBH Paranaíba-DF.

Excelentíssima Senhora Deputada,

1. Cumprimentando-a cordialmente, entramos em contato para convidá-la a participar da 47ª Reunião Extraordinária do CBH Paranaíba-DF, que ocorrerá no dia 9 de dezembro, às 14h.
2. A reunião foi convocada em função de manifestações diversas dos membros do CBH, preocupações referentes às questões relacionadas às mudanças na ocupação do território da Bacia do Reservatório Descoberto e na Bacia do Labo Paranoá, Distrito Federal (Convocação/Pauta e Link da Reunião seguem nos anexos).
3. Uma parte das discussões que ocorrerão na Reunião se refere à avaliação dos impactos do PL Nº 4.379/2020 (Senado Federal), relacionada à desafetação de áreas da Floresta Nacional de Brasília (Flona) para a regularização do Assentamento Maranata e do Assentamento 26 de Setembro, com perspectiva de criação do Parque Nacional da Contagem no DF.
4. As manifestações e preocupações manifestadas em reuniões prévias do CBH Paranaíba-DF relacionam-se às alterações que tais mudanças poderão acarretar nas bacias hidrográficas dos dois principais mananciais lacustres do Distrito Federal. Entendemos que tais discussões devem passar pela avaliação do Comitê de Bacias Hidrográficas, o chamado “Parlamento das Águas”, tendo em vista a garantia de adoção de medidas protetivas adequadas aos recursos hídricos das áreas afetadas.
5. Além dessas questões, as preocupações relacionam-se, também, à criação do Parque Nacional da Contagem, que seja criada uma área superior à dimensão da área de Flona que será desafetada e à necessidade de o Governo Federal estabelecer, com o apoio do GDF, garantia à proteção e ao congelamento da área que será destinada à criação do Parque Nacional da Contagem/DF, proibindo novos usos e ocupações na mesma, como inclusive prevê a Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei Federal Nº 9.985/2000), em seu artigo 22A.
6. Caso não seja possível a participação de Vossa Excelência, ou de representação do Mandato, enviaremos, posteriormente, os encaminhamentos da Reunião.

Agradecemos, antecipadamente, o apoio e à atenção.

Firmamo-nos com estima e consideração.

Respeitosamente,

RICARDO TEZINI MINOTI  
Presidente



Carta nº 25/2021 CBH PARANAÍBA-DF

Brasília, 9 de dezembro de 2021.

A Sua Excelência o Senhor

**Paulo José Leite Farias**

Promotor de Justiça

Ministério Público da União – Ministério Público do Distrito Federal e Territórios  
Primeira Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural  
Praça Municipal, Lote 02, Eixo Monumental – Ed. Sede do MPDFT, sala 337.  
Cep: 70091-900 Brasília-DF.

Assunto: Convite para participação da 47ª Reunião Extraordinária do CBH Paranaíba-DF.

Excelentíssimo Senhor Promotor,

1. Cumprimentando-a cordialmente, entramos em contato para convidá-la a participar da 47ª Reunião Extraordinária do CBH Paranaíba-DF, que ocorrerá no dia 9 de dezembro, às 14h.
2. A reunião foi convocada em função de manifestações diversas dos membros do CBH, preocupações referentes às questões relacionadas às mudanças na ocupação do território da Bacia do Reservatório Descoberto e na Bacia do Labo Paranoá, Distrito Federal (Convocação/Pauta e Link da Reunião seguem nos anexos).
3. Uma parte das discussões que ocorrerão na Reunião se refere à avaliação dos impactos do PL Nº 4.379/2020 (Senado Federal), relacionada à desafetação de áreas da Floresta Nacional de Brasília (Flona) para a regularização do Assentamento Maranata e do Assentamento 26 de Setembro, com perspectiva de criação do Parque Nacional da Contagem no DF.
4. As manifestações e preocupações manifestadas pelos membros do CBH Paranaíba-DF relacionam-se às alterações que tais mudanças poderão acarretar nas bacias hidrográficas dos dois principais mananciais lacustres do Distrito Federal. Entendemos que tais discussões devem passar pela avaliação do Comitê de Bacias Hidrográficas, o chamado “Parlamento das Águas”, tendo em vista a garantia de adoção de medidas protetivas adequadas aos recursos hídricos das áreas afetadas.
5. Além dessas questões, as preocupações relacionam-se, também, à criação do Parque Nacional da Contagem, que seja criada uma área superior à dimensão da área de Flona que será desafetada e à necessidade de o Governo Federal estabelecer, com o apoio do GDF, garantia à proteção e ao congelamento da área que será destinada à criação do Parque Nacional da Contagem/DF, proibindo novos usos e ocupações na mesma para proteção de nascentes e dos



corpos hídricos da região, como inclusive prevê a Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei Federal N° 9.985/2000), em seu artigo 22A.

6. Outra parte da pauta da Reunião envolverá as discussões referentes ao Projeto de Licenciamento da região do Taquari – Etapa II e a proteção das nascentes, corpos hídricos e da Área de Proteção de Mananciais do Taquari.

7. Caso não seja possível a participação de Vossa Senhoria, enviaremos, posteriormente, os encaminhamentos da Reunião.

Antecipando nossos agradecimentos, firmamo-nos com estima e consideração.

Atenciosamente,

RICARDO TEZINI MINOTI  
Presidente

COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS DO DISTRITO FEDERAL  
CBH Maranhão-DF – CBH Paranaíba-DF – CBH Preto-DF

Carta nº 01/2021 CBH MARANHÃO-DF, CBH PARANAÍBA-DF, CBH PRETO-DF

Brasília, 18 de fevereiro de 2021.

A Sua Senhoria o Senhor  
Raimundo da Silva Ribeiro Neto  
Presidente  
Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal - Adasa  
SAIN – Estação Rodoferroviária de Brasília, S/N – Asa Norte.  
Cep: 70631-900 Brasília-DF.

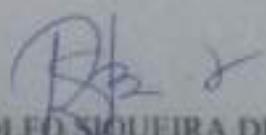
Assunto: Solicitação de reunião com a Diretoria da Adasa.

Senhor Presidente,

Em função das recentes mudanças na composição da Diretoria Colegiada da Adasa, gostaríamos de solicitar uma reunião para a apresentação dos representantes dos Comitês de Bacias do Distrito Federal e discussão do planejamento das ações para o ano de 2021, incluindo as seguintes questões: reestruturação da CABH Adasa, continuidade do apoio da Adasa aos Comitês, início da implementação do Plano de Bacia do Paranaíba-DF, elaboração dos Planos de Bacias do Maranhão-DF e Preto-DF, implantação da cobrança pelo uso de recursos hídricos no Distrito Federal, necessidade de contratação de um profissional para a comunicação dos CBHs e a administração dos recursos do Procomitês.

Antecipando nossos agradecimentos, firmamo-nos com estima e consideração.

Atenciosamente,



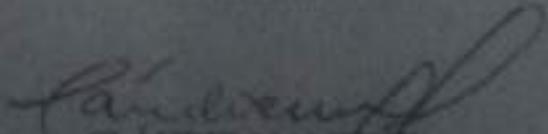
RODOLFO SIQUEIRA DE BRITO

Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes do Rio Maranhão no DF  
Presidente



RICARDO TEZINI MINOTI

Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes do Rio Paranaíba no DF  
Presidente



CLAUDIO MALINSKI

Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes do Rio Preto no DF  
Presidente

COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS DO DISTRITO FEDERAL  
CBH Maranhão-DF – CBH Paranaíba-DF – CBH Preto-DF

Carta nº 02/2021 CBH MARANHÃO-DF, CBH PARANAÍBA-DF, CBH PRETO-DF

Brasília, 12 de abril de 2021.

A Sua Senhoria o Senhor  
Raimundo da Silva Ribeiro Neto  
Presidente  
Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal - Adasa  
SAIN – Estação Rodoferroviária de Brasília, S/N – Asa Norte.  
Cep: 70631-900 Brasília-DF.

Assunto: Solicitação de reunião com a Diretoria da Adasa, de reestabelecimento do pleno funcionamento da secretaria executiva dos CBHs e de acesso, em regime de urgência, às bases de dados digitais dos CBHs.

Senhor Presidente,

Após duas tentativas de realizar contato formal com a ADASA, desde o dia 19 de fevereiro de 2021, os comitês de bacia hidrográfica do Distrito Federal vêm, por meio da presente carta, tentar mais uma vez estabelecer contato com a Diretoria Colegiada da ADASA. O objetivo do contato é esclarecer questões básicas acerca da continuidade dos trabalhos envolvendo os comitês de bacia hidrográfica do Distrito Federal em parceria com o Órgão Gestor de Recursos Hídricos.

Os Comitês de Bacia Hidrográfica são órgãos colegiados integrantes do Sistema Nacional de Gestão dos Recursos Hídricos, nos termos das leis 9433/ 1997 (Política Nacional de Recursos Hídricos) e 2725/2001 (Política Distrital de Recursos Hídricos) e constituem o "Parlamento das Águas" que é um espaço em que representantes da comunidade de uma bacia hidrográfica (usuários da água, representantes dos órgãos governamentais e representações sociais) discutem e deliberam a respeito da gestão dos recursos hídricos compartilhando responsabilidades de gestão com o poder público.

Nos termos da Lei nº 2725/2001, Art. 35, que trata da Política Distrital de Recursos Hídricos, compete aos Comitês de Bacia Hidrográfica, no âmbito de sua área de atuação:

- I – promover o debate das questões relacionadas ao uso dos recursos hídricos e articular a atuação das entidades intervenientes;*
- II – arbitrar, em primeira instância administrativa, os conflitos relacionados aos recursos hídricos;*
- III – aprovar o Plano de Recursos Hídricos e projetos da respectiva bacia;*
- IV – acompanhar a execução do Plano de Recursos Hídricos da bacia e sugerir as providências necessárias ao cumprimento de suas metas;*
- V – propor ao Conselho de Recursos Hídricos as acumulações, derivações, captações e os lançamentos de pouca expressão, para efeito de isenção da obrigatoriedade de outorga de direitos de uso de recursos hídricos;*

*[Handwritten signatures]*

COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS DO DISTRITO FEDERAL  
CBH Maranhão-DF – CBH Paranaíba-DF – CBH Preto-DF

*VI – estabelecer os mecanismos de cobrança pelo uso de recursos hídricos e sugerir os valores a serem cobrados;*

*VII – estabelecer critérios e promover o rateio de custo das obras de uso múltiplo, de interesse comum ou coletivo.*

Vale ressaltar que essas políticas também estabelecem que a função de secretaria executiva dos comitês de bacia hidrográfica deverá ser exercida por uma agência de bacia, criada após autorização do Conselho de Recursos Hídricos mediante a solicitação de um ou mais Comitês de Bacia e observado o disposto no art. 40 da Lei 2725/2001:

*Art. 40. A criação de uma Agência de Bacia é condicionada ao atendimento dos seguintes requisitos:*

*I – prévia existência do respectivo ou respectivos Comitês de Bacia Hidrográfica;*

*II – viabilidade financeira assegurada pela cobrança do uso dos recursos hídricos em sua área de atuação.*

Informamos que houve um avanço em relação à implantação da Cobrança pelo uso dos recursos hídricos, fator decisivo para a criação de uma Agência de Bacia dos Comitês de Bacia do DF. Em 2019, os CBHs-DF estudaram e aprovaram a Deliberação Conjunta CBHs-DF nº 02/2019 que dispôs sobre os mecanismos e valores de cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio do DF que, posteriormente, foi submetida ao CRH-DF que publicou a Resolução CRH-DF nº 07/2020, que aprovou os mecanismos de cobrança pelo uso de recursos hídricos no DF.

A Resolução CRH-DF nº 07/2020 concedeu o prazo de 6 (seis) meses para os CBHs do DF definirem o modelo de agência de bacia a ser adotado pelo DF e realizarem nova submissão ao CRH-DF, o que é um dos desafios dos Comitês de Bacia para o ano de 2021.

Desde 2018 os Comitês de Bacia do DF vinham contando com o apoio da Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico - Adasa, órgão gestor dos recursos hídricos nos termos das Leis 2725/2001 e 4285/2008, por força do art. 48 da já citada lei distrital das águas, como segue:

*Art. 48. Até que sejam criadas as Agências de Bacia, o órgão gestor do Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos exercerá as atribuições previstas nesta Lei.*

Visando dar cumprimento ao disposto legal, por meio da Resolução Adasa nº 20/2018, a Adasa criou em sua estrutura orgânica a Coordenação de Agência de Bacias Hidrográficas (CABH) no âmbito da Superintendência de Recursos Hídricos, que vinha dando suporte de secretaria executiva dos CBHs do DF, por meio da realização de todos os procedimentos para realização das reuniões ordinárias e extraordinárias, produção de diversos documentos, manutenção dos sites eletrônicos e redes sociais de cada Comitê de Bacia.

Outra atividade que vinha sendo conduzida pela CABH-Adasa era viabilizar o cumprimento das metas pactuadas no âmbito do Contrato nº 06/2019 do Programa Nacional de Fortalecimento dos

COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS DO DISTRITO FEDERAL  
CBH Maranhão-DF – CBH Paranaíba-DF – CBH Preto-DF

Comitês de Bacia – Procomitês, firmado pela Agência Nacional de Águas e Adasa com a interveniência do CRH-DF.

O Procomitês estabeleceu 6 (seis) componentes:

- Componente I: Funcionamento - trata do funcionamento dos CBHs e define as metas e ações necessárias para garantir o regular funcionamento dos comitês de bacia hidrográfica visando assegurar condições para aferir a adequação dos aspectos operacionais;
- Componente II: Capacitação – consiste de ações para promover a capacitação em favor do aperfeiçoamento da representatividade e do exercício da representação voltado para os CBHs e CRH-DF;
- Componente III: Comunicação – consiste de ações que propiciem a necessária visibilidade social do comitê como fórum de representação, negociação e concertação da gestão de recursos hídricos promovendo o uso racional e sustentável da água;
- Componente IV: Cadastro de Instâncias Colegiadas - consiste de ações que viabilizem a consolidação e manutenção de base de dados e informações dos CBHs e CRH-DF inclusive conhecimento dos membros, atuação e instrumentos;
- Componente V: Instrumentos – consiste de ações que facilitem a organização quanto à atuação dos CBHs relacionada com os instrumentos de gestão de recursos hídricos (planos de recursos hídricos, enquadramento e cobrança);
- Componente VI: Acompanhamento e Avaliação – consiste de ações que contribuam para a apropriação do programa pelos agentes envolvidos, efetividade das ações e aperfeiçoamento da atuação das instâncias colegiadas e do próprio programa.

Cabe ressaltar que com todo o trabalho realizado pelos CBHs do DF, com o apoio da Adasa/SRH/CABH, no primeiro ano de execução, o DF obteve 97,1% de pontuação o que resultou na transferência integral dos recursos financeiros previstos.

Diante da dificuldade em obter apoio da Adasa no que se refere à secretaria executiva dos CBHs no âmbito da legislação citada desde o início de 2021, coloca-se em dúvida se os CBHs conseguirão executar o seu planejamento para este ano, em especial, realizar as entregas relacionadas ao Procomitês que estavam previstas para março do corrente, quando ocorre a certificação das metas pactuadas, referentes ao ano de 2020, evitando que ocorra, inclusive, a perda de recursos financeiros provenientes da Agência Nacional de Águas, destinados aos CBHs do DF.

Por todo o exposto, os CBHs do DF vêm, mais uma vez, realizar uma tentativa de diálogo com a Diretoria Colegiada da Adasa, solicitando apoio no sentido de restabelecer o pleno funcionamento da secretaria executiva dos CBHs, de forma a viabilizar a realização documentada das reuniões assim como, as demais atividades previstas em seus planos de trabalho para 2021.

Além disso, solicitamos o acesso, em regime de urgência, a todos os dados que são de propriedade dos Comitês de Bacias e que, neste momento, se encontram armazenados nos computadores e servidores de dados da Adasa, computadores que vinham sendo utilizados pela equipe da CABH Adasa, que estava a serviço dos CBHs. Esses computadores podem ser acessados, apenas, por servidores da Agência. Isso tem

*[Handwritten signatures and initials]*

COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS DO DISTRITO FEDERAL  
CBH Maranhão-DF – CBH Paranaíba-DF – CBH Preto-DF

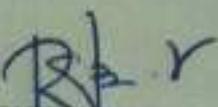
trazido, desde janeiro de 2021, prejuízos ao cumprimento das obrigações estatutárias dos Comitês. Na realização da primeira reunião do ano do CBH Paranaíba-DF, por exemplo, não houve acesso à Ata da última reunião de 2020, ao Relatório Anual de Atividades do CBH Paranaíba-DF para o ano de 2020 e ao documento base relacionado ao Plano de Ação para 2021. Todos esses documentos deveriam ter sido aprovados na reunião ocorrida no dia 25 de fevereiro de 2021. A situação se estende aos demais Comitês de Bacias, que também se encontram sem acesso às bases de dados. Outro exemplo, no dia 5 de abril de 2021, tivemos o falecimento de um dos integrantes do CBH Paranaíba-DF, vítima de complicações da Covid-19. Estamos sem acesso, neste momento, às bases de dados do CBH para podermos acessar qual seria representante/instituição na sequência a ser convocado, com base no processo eleitoral de 2018, para ocupar essa vaga do CBH.

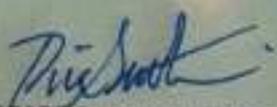
Salientamos que, também na função de gestores, nossos esforços estão voltados para o atendimento das atribuições legais e estatutárias que nos são impostas. Não será possível nos omitirmos do cumprimento dessas atribuições. Temos a necessidade de avançarmos nos trabalhos que são atribuídos aos Comitês de Bacias Hidrográficas, conforme o disposto na Política Nacional de Recursos Hídricos e na Política Distrital de Recursos Hídricos. Esse foi o compromisso que assumimos.

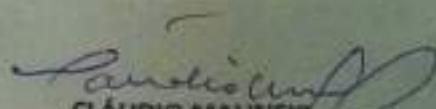
Entendemos que ao longo dos primeiros meses deste ano a Adasa está atravessando um processo interno de reestruturação. Mas entendemos, também, que se pudermos contar com algum apoio da Adasa neste momento, podemos retomar o funcionamento das atividades básicas mais importantes dos CBHs. Estamos dispostos a discutirmos, inclusive, novas possibilidades para o estabelecimento de uma estrutura de apoio aos CBHs do DF até que a cobrança pelo uso de recursos hídricos seja implementada no Distrito Federal e que possamos estabelecer, em definitivo, a entidade delegatária que fornecerá o apoio necessário ao pleno desenvolvimento das atividades dos CBHs.

Finalmente, por todo o exposto, gostaríamos de ressaltar que o que está sendo solicitado pelos CBHs do Distrito Federal é a continuidade da parceria estabelecida entre os Comitês e a Adasa, sinergia que resultou no sucesso da implementação dos instrumentos da gestão de recursos hídricos no Distrito Federal e em muitas outras conquistas desde 2018. Demonstramos a disposição cordial e respeitosa, mais uma vez, de nos reunirmos com a Diretoria da Adasa para planejarmos, conjuntamente, as ações para o ano de 2021.

Respeitosamente,

  
RODOLFO SIQUEIRA DE  
BRITO  
Presidente  
CBH Maranhão-DF

  
RICARDO TEZINI MINOTI  
Presidente  
CBH Paranaíba-DF

  
CLÁUDIO MALINSKI  
Presidente  
CBH Preto-DF

COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS DO DISTRITO FEDERAL  
CBH Maranhão-DF – CBH Paranaíba-DF – CBH Preto-DF

Carta nº 03/2021 CBH MARANHÃO-DF, CBH PARANAÍBA-DF, CBH PRETO-DF

Brasília, 1º de junho de 2021.

A Sua Senhoria o Senhor  
José Sarney Filho  
Secretário  
Secretário de Estado do Meio Ambiente do Distrito Federal – SEMA DF  
SBN – Setor Bancário Norte, Quadra 2, Bloco K, Edifício Wagner, Asa Norte.  
Cep: 70040-020 Brasília-DF.

**Assunto: Solicitação de agendamento de reunião do CONAM-DF para apresentação dos avanços técnico-científicos e da necessidade de avanço na discussão relacionada ao reúso de água na irrigação agrícola no Distrito Federal.**

Senhor Secretário,

Em outubro de 2020, os comitês de bacia hidrográfica do Distrito Federal, CBH-Maranhão, CBH-Paranaíba e CBH-Preto, encaminharam Moção Conjunta 004/2020 (Anexa) ao CONAM solicitando a criação de uma câmara técnica no âmbito do Conselho de Meio Ambiente do Distrito Federal com o objetivo de viabilizar a regulamentação do reúso de água na irrigação na capital federal.

A não regulamentação dessa atividade no DF, já tão difundida em outros países e cidades brasileiras, se apresenta como um fator limitante para a formalização de estudos, pesquisas, projetos e experimentos sobre o tema no Distrito Federal.

Essa demanda de regulamentação chegou aos CBHs no ano de 2020 por meio de um grupo de técnicos e pesquisadores do Distrito Federal, organizados num grupo virtual denominado "Saneamento e Reúso GDF". Os membros desse grupo desenvolvem suas experiências de reúso de água na irrigação em empresas públicas de pesquisa e instituições de ensino superior, porém sem a devida regulamentação legal no Distrito Federal que a atividade requer.

Diante da possibilidade de aumentar a oferta de água para a irrigação sem incrementar o impacto nas vazões captadas nos corpos hídricos do DF, o reúso de água na irrigação é de grande interesse para os CBHs, uma vez que representa mais segurança hídrica contribuindo para a produtividade do setor agrícola.

Além disso, em função da escassez hídrica qualitativa observada em algumas bacias hidrográficas do Distrito Federal, e dos conflitos sociais decorrentes dessa situação (exemplos das bacias do ribeirão Sobradinho e rio Melchior), o reúso surge como alternativa para a melhoria da qualidade da água dos recursos hídricos superficiais e minimização dos conflitos socioambientais em algumas unidades hidrográficas do DF.

Diante do exposto, solicitamos o agendamento de uma reunião virtual do CONAM-DF para viabilizar a **realização de uma apresentação técnica** com a finalidade de caracterizar a situação atual do reúso de água na irrigação no DF, mostrando casos de sucesso dessa tecnologia, tais como o reúso de

Comitês de Bacias do Distrito Federal – CBH Maranhão-DF, CBH Paranaíba-DF, CBH Preto-DF  
Setor Ferroviário - Parque Ferroviário de Brasília - Estação Rodoferroviária, Térreo - Ala Norte Brasília/DF - 70631-900  
Telefone: (61) 3961-4929 - E-mail: [cbhpreto@df.gov.br](mailto:cbhpreto@df.gov.br); [cbhparanaibadf@gmail.com](mailto:cbhparanaibadf@gmail.com); [cbhmaranhao@gmail.com](mailto:cbhmaranhao@gmail.com)

*(Handwritten signatures and initials)*

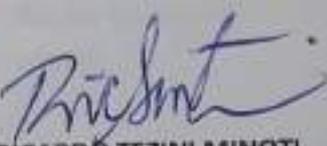
COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS DO DISTRITO FEDERAL  
CBH Maranhão-DF – CBH Paranaíba-DF – CBH Preto-DF

água na irrigação realizado pela Embrapa Hortaliças, outros exemplos já em funcionamento em variados locais no Brasil e no Mundo e demonstrar a importância da regulamentação dessa atividade para o seu desenvolvimento no DF. A apresentação técnica será conduzida por especialistas da EMBRAPA, CAESB e UnB, coordenada pelos CBHs do DF, e terá como foco esclarecer quaisquer dúvidas e questionamentos relativos ao tema.

Sem mais para o momento, gostaríamos de contar com o apoio de V.Sa. na realização do agendamento solicitado.

Respeitosamente,

  
RODOLFO SIQUEIRA DE  
BRITO  
Presidente  
CBH Maranhão-DF

  
RICARDO TEZINI MINOTI  
Presidente  
CBH Paranaíba-DF

  
CLÁUDIO MALINSKI  
Presidente  
CBH Preto-DF

COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS DO DISTRITO FEDERAL  
CBH Maranhão-DF – CBH Paranaíba-DF – CBH Preto-DF

Carta nº 04/2021 CBH MARANHÃO-DF, CBH PARANAÍBA-DF, CBH PRETO-DF

Brasília, 1º de junho de 2021.

A Sua Senhoria o Senhor  
José Sarney Filho  
Secretário  
Secretário de Estado do Meio Ambiente do Distrito Federal – SEMA DF  
SBN – Setor Bancário Norte, Quadra 2, Bloco K, Edifício Wagner, Asa Norte.  
Cep: 70040-020 Brasília-DF.

Assunto: **Solicitação de inclusão da representação dos Comitês de Bacias Hidrográficas do Distrito Federal no Comitê de Gestão e Monitoramento das Áreas de Proteção de Mananciais (APM).**

Senhor Secretário,

Em 20 de outubro de 2020, por meio da Portaria Conjunta Nº 04, a Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Distrito Federal (SEMA-DF) e a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (SEDUH-DF) estabeleceram as diretrizes para a gestão e monitoramento das Áreas de Proteção de Manancial (APMs) do Distrito Federal em conformidade com o Plano Diretor de Ordenamento Territorial.

De acordo com o Artigo 4º, Parágrafo 3º da referida portaria, os comitês de bacia hidrográfica cooperam nas atividades a serem realizadas como pode ser observado abaixo:

*§ 3º Cooperam nas atividades do Comitê, no âmbito de suas competências, o órgão responsável pela política rural do Distrito Federal, o órgão responsável pela fiscalização no Distrito Federal, a Agência Reguladora de Águas e Saneamento Básico do Distrito Federal, a concessionária de serviço público autorizada e responsável pela captação, o órgão executor da política ambiental do Distrito Federal, a prestadora de serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, **os Comitês de Bacias Hidrográficas**, e outros órgãos e entidades da estrutura do Governo do Distrito Federal.*

Com base no exposto, e da relevante importância das APMs para a segurança hídrica no Distrito Federal, solicitamos que a inclusão da participação da representação dos Comitês de Bacias, na forma de representante titular e suplente, seja efetivada, em atendimento ao disposto na Portaria Conjunta SEMA/SEDUH Nº 04, de 20 de outubro de 2020.

Informamos que os CBHs têm atuado em diversas frentes de participação social desenvolvidos pela SEDUH na revisão do PDOT, onde a contribuição dos CBHs foi apresentada com foco na preservação ambiental, produção de água e combate à grilagem de terras nas áreas de proteção de manancial do Distrito Federal.

Comitês de Bacias do Distrito Federal – CBH Maranhão-DF, CBH Paranaíba-DF, CBH Preto-DF  
Setor Ferroviário - Parque Ferroviário de Brasília - Estação Rodoferroviária, Térreo - Ala Norte Brasília/DF - 70631-900  
Telefone: (61) 3961-4929 - E-mail: [cbhpretodf@gmail.com](mailto:cbhpretodf@gmail.com); [cbhparanaibadf@gmail.com](mailto:cbhparanaibadf@gmail.com); [cbhmaranhao@gmail.com](mailto:cbhmaranhao@gmail.com)

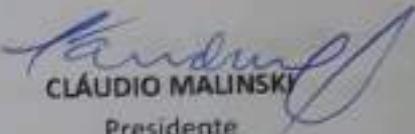
COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS DO DISTRITO FEDERAL  
CBH Maranhão-DF – CBH Paranaíba-DF – CBH Preto-DF

Sem mais para o momento, gostaríamos de contar com o apoio de V.Sa. no atendimento à solicitação dos CBHs do Distrito Federal no sentido de contribuir com a gestão dos recursos hídricos no Distrito Federal.

Respeitosamente,

  
RODOLFO SIQUEIRA DE  
BRITO  
Presidente  
CBH Maranhão-DF

  
RICARDO TEZINI MINOTI  
Presidente  
CBH Paranaíba-DF

  
CLÁUDIO MALINSKY  
Presidente  
CBH Preto-DF

COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS DO DISTRITO FEDERAL  
CBH Maranhão-DF – CBH Paranaíba-DF – CBH Preto-DF

Carta nº 05/2021 CBH MARANHÃO-DF, CBH PARANAÍBA-DF, CBH PRETO-DF

Brasília, 1º de junho de 2021.

A Sua Senhoria o Senhor

José Sarney Filho

Secretário

Secretário de Estado do Meio Ambiente do Distrito Federal – SEMA DF

SBN – Setor Bancário Norte, Quadra 2, Bloco K, Edifício Wagner, Asa Norte.

Cep: 70040-020 Brasília-DF.

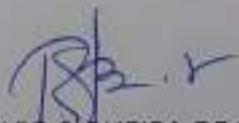
Assunto: **Solicitação de reunião com o Secretário de Meio Ambiente do DF.**

Senhor Secretário,

Solicitamos uma reunião presencial para a apresentação dos representantes dos Comitês de Bacias do Distrito Federal, uma síntese dos trabalhos realizados e das conquistas alcançadas pelos CBHs do DF ao longo dos últimos anos, bem como tratarmos das estratégias para a criação de uma agência de bacias (entidade delegatária) para o Distrito Federal.

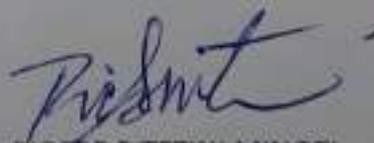
Antecipando nossos agradecimentos, firmamo-nos com estima e consideração.

Atenciosamente,



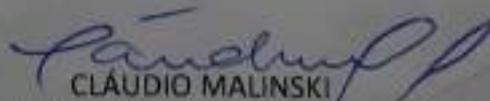
RODOLFO SIQUEIRA DE BRITO

Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes do Rio Maranhão no DF  
Presidente



RICARDO TEZINI MINOTI

Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes do Rio Paranaíba no DF  
Presidente



CLÁUDIO MALINSKI

Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes do Rio Preto no DF  
Presidente

COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS DO DISTRITO FEDERAL  
CBH Maranhão-DF – CBH Paranaíba-DF – CBH Preto-DF

Carta nº 06/2021 CBH MARANHÃO-DF, CBH PARANAÍBA-DF, CBH PRETO-DF

Brasília, 1º de junho de 2021.

A Sua Senhoria o Senhor

José Samey Filho

Secretário

Secretário de Estado do Meio Ambiente do Distrito Federal – SEMA DF

SBN – Setor Bancário Norte, Quadra 2, Bloco K, Edifício Wagner, Asa Norte.

Cep: 70040-020 Brasília-DF.

Assunto: **Apoio dos CBHs do DF ao Plano de Prevenção de Combate a Incêndios Florestais (PPCIF).**

Senhor Secretário,

Em função da correlação existente entre a ocorrência dos incêndios florestais com a qualidade das águas das bacias hidrográficas do Distrito Federal, vimos por meio desta oferecer apoio dos Comitês de Bacias Hidrográficas do Distrito Federal ao PPCIF (SEMA/DF).

Diante das graves ocorrências de incêndios florestais, principalmente na APA de Cafuringa e na APA do Descoberto, nos últimos 5 anos e a iminente aproximação do período de secas, gostaríamos de agendar uma reunião virtual com a Equipe do PPCIF para discutir propostas de capacitação, nivelamento de informações, orientações preventivas, estabelecimento de brigadas comunitárias e desenvolvimento de planejamento integrado em conformidade com as atribuições dos CBHs.

Antecipando nossos agradecimentos, firmamo-nos com estima e consideração.

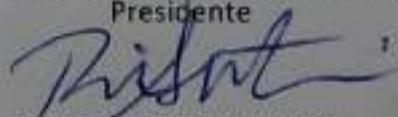
Atenciosamente,



RODOLFO SIQUEIRA DE BRITO

Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes do Rio Maranhão no DF

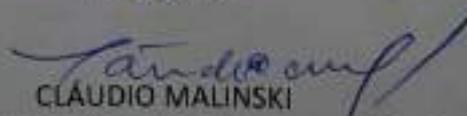
Presidente



RICARDO TEZINI MINOTI

Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes do Rio Paranaíba no DF

Presidente



CLÁUDIO MALINSKI

Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes do Rio Preto no DF

Presidente

COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS DO DISTRITO FEDERAL  
CBH Maranhão-DF – CBH Paranaíba-DF – CBH Preto-DF

Carta nº 07/2021 CBH MARANHÃO-DF, CBH PARANAÍBA-DF, CBH PRETO-DF

Brasília, 1º de junho de 2021.

A Sua Senhoria o Senhor  
Raimundo da Silva Ribeiro Neto  
Presidente  
Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal - Adasa  
SAIN – Estação Rodoferroviária de Brasília, S/N – Asa Norte.  
Cep: 70631-900 Brasília-DF.

Assunto: **Solicitação de reunião com a Diretoria da Adasa.**

Senhor Presidente,

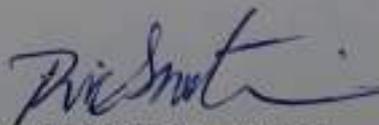
Em função das recentes mudanças na composição da Diretoria Colegiada da Adasa, gostaríamos de solicitar uma reunião para a apresentação dos representantes dos Comitês de Bacias do Distrito Federal e discussão do planejamento de ações conjuntas para o ano de 2021.

Antecipando nossos agradecimentos, firmamo-nos com estima e consideração.

Atenciosamente,



RODOLFO SIQUEIRA DE BRITO  
Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes do Rio Maranhão no DF  
Presidente



RICARDO TEZINI MINOTI  
Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes do Rio Paranaíba no DF  
Presidente



CLÁUDIO MALINSKI  
Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes do Rio Preto no DF  
Presidente

COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS DO DISTRITO FEDERAL  
CBH Maranhão-DF – CBH Paranaíba-DF – CBH Preto-DF

Carta nº 08/2021 CBH MARANHÃO-DF, CBH PARANAÍBA-DF, CBH PRETO-DF

Brasília, 3 de setembro de 2021.

A Sua Senhoria o Senhor

**Paulo José Leite Farias**

Promotor de Justiça

Ministério Público da União – Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

Primeira Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural

Praça Municipal, Lote 02, Eixo Monumental – Ed. Sede do MPDFT, sala 337.

Cep: 70091-900 Brasília-DF.

**Assunto: Ofício Nº 1022/2021 – 1ª PRODEMA**

Senhor Promotor,

Cumprimentando-o cordialmente, esclarecemos que, para que possamos contextualizar a questão da discussão e decisão, por parte dos Comitês de Bacia do Distrito Federal, sobre as alternativas para implantação da(s) Agência(s) de Bacia(s) ou Entidade(s) Delegatária(s) de suas funções, conforme a Resolução CRH-DF Nº 07/2020, de 9 de dezembro de 2020, necessitamos, primeiramente, explicitar a sequência de eventos que ocorreram ao longo de 2021 e citar, inclusive, aspectos que remontam até o ano de 2018, momento em que os membros desses colegiados e respectivos representantes foram renovados (período de troca de gestão).

Visando apoiar o trabalho dos Comitês de Bacia do Distrito Federal, por meio da Resolução Adasa nº 20/2018, a Adasa criou em sua estrutura orgânica a Coordenação de Agência de Bacias Hidrográficas (CABH-Adasa) no âmbito da Superintendência de Recursos Hídricos, que vinha dando o suporte de secretaria executiva aos CBHs do DF, por meio da realização de todos os procedimentos para realização das reuniões ordinárias e extraordinárias, produção de diversos documentos, manutenção dos sítios eletrônicos e redes sociais de cada Comitê de Bacia. Ressalta-se que até o final de 2020 a equipe da CABH-Adasa contava com uma equipe de 5 funcionários, alguns com muita experiência e formação específica para a atuação na gestão de recursos hídricos, profissional de tecnologia de informação, estagiária de comunicação e jornalismo e outros funcionários de apoio.

Durante o ano de 2020 ocorreu a troca de diretores que compõem a Diretoria Colegiada da Adasa. Em janeiro de 2021, um mês após a publicação da Resolução CRH-DF Nº 07/2020, sem qualquer aviso aos Comitês de Bacia, a equipe da CABH Adasa foi desestruturada. Destaca-se que toda a base de documentos, dados e informações relacionados aos Comitês encontram-se na Adasa, em computadores que apenas os servidores da Adasa têm acesso.

A partir de janeiro as diretorias dos Comitês de Bacia iniciaram uma sequência de tentativas de comunicação com a Diretoria da Adasa para obterem informações sobre a



COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS DO DISTRITO FEDERAL  
CBH Maranhão-DF – CBH Paranaíba-DF – CBH Preto-DF

continuidade do apoio aos trabalhos dos CBHs, baseados nos termos das Leis 2725/2001 (Lei distrital das águas - Política Distrital de Recursos Hídricos) e 4285/2008 (Reestruturação da Adasa). O art. 48 da já citada Lei Distrital das Águas estabelece que:

*Art. 48. Até que sejam criadas as Agências de Bacia, o órgão gestor do Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos exercerá as atribuições previstas nesta Lei.*

Em fevereiro de 2021 os CBHs do DF enviaram uma carta para a Adasa solicitando uma reunião com a Diretoria (Anexo 1). Sem qualquer retorno por parte da Adasa, em abril de 2021 os CBHs enviaram uma segunda carta para a Adasa solicitando, novamente, uma reunião com a Diretoria (Anexo 2).

A partir desse momento, os problemas enfrentados pelos Comitês de Bacia do DF passam a ser relatados nas reuniões do Conselho de Recursos Hídricos do DF.

A Ata da 42ª Reunião Extraordinária do CRH-DF, realizada em 14/04/2021 (Anexo 3), apresenta um relato do representante do CBH Paranaíba-DF, Sr. Lauro dos Santos, no qual indicou que a Secretaria Executiva de Apoio aos CBHs do DF estava desarticulada na Adasa, com prejuízos às atribuições dos CBHs. Na mesma reunião, o representante da Adasa, Sr. Gustavo Carneiro, relatou que a estrutura estava sendo reorganizada, mas o apoio aos CBHs do DF estava sendo trabalhado em nível interno na Adasa, confirmando que a reestruturação ainda não tinha sido informada aos CBHs e que, até esse momento, continuavam sem qualquer apoio e sem acesso às bases de documentos, dados e informações dos Comitês. Outros comentários dos conselheiros do CRH-DF indicaram a necessidade, inclusive, de o CRH-DF se manifestar sobre a necessidade, imediata e prioritária naquele momento, de a Adasa reconstituir a Secretaria Executiva de apoio aos Comitês.

Na Ata da 43ª Reunião Extraordinária do CRH-DF, realizada em 28/04/2021 (Anexo 4), o conselheiro Rodolfo Siqueira, representante do CBH Maranhão, informou que tentou comunicação com a Adasa, desde fevereiro, mas não houve retorno. A Agência informava que geraria um retorno, os trabalhos ativos, mas na hora de trazer o apoio não tem o suporte da secretaria executiva.

Dessa forma, destacamos que a situação que os CBHs do DF estavam atravessando desde o início do ano foi amplamente relatada nas reuniões do CRH-DF. Esses fatos poderiam ter sido esclarecidos no Ofício Nº 995/2021 SEMA/GAB encaminhado a 1ª PRODEMA, tendo em vista que o Secretário Sarney Filho, presidente do CRH-DF, estava ciente dos relatos que ocorreram desde o início do ano nas reuniões do Conselho.

Em 30 de maio de 2021 foi agendada uma primeira reunião entre a Adasa e o CBH Paranaíba-DF. O Diretor Vinicius Fuzeira de Sá e Benevides solicitou uma reunião com o Presidente do CBH Paranaíba-DF, Ricardo Tezini Minoti. A reunião foi realizada com alguns integrantes da equipe técnica da Adasa. Na reunião foi informado que a Adasa estava

COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS DO DISTRITO FEDERAL  
CBH Maranhão-DF – CBH Paranaíba-DF – CBH Preto-DF

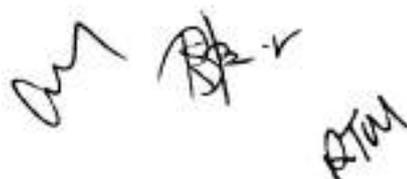
atravessando um período de reestruturação em sua gestão. Visando, inclusive, fornecer mais autonomia aos Comitês do DF, seria contratada uma instituição externa para fornecer o apoio necessário aos trabalhos dos CBHs até que a cobrança pelo uso de recursos hídricos do Distrito Federal fosse instalada e houvesse recursos para a criação da Agência de Bacia. Até que essa estrutura externa fosse contratada, os CBHs poderiam encaminhar a Adasa as solicitações de apoio que se fizessem necessárias e que poderiam solicitar quaisquer dados que fazem parte das bases de documentos dos CBHs. Os dados seriam enviados aos Comitês. Foi indicado que os Comitês enviassem nova carta para solicitação de reunião com a Diretoria da Adasa.

No dia 1º de junho de 2021 os CBHs enviaram uma carta ao Presidente do Conselho de Recursos Hídricos do DF, Secretário José Sarney Filho (Anexo 5), solicitando uma reunião para a discussão da questão da Agência de Bacia e informar que os CBHs precisariam, frente aos 5 meses de atrasos nos trabalhos de 2021, de prorrogação de prazo para o atendimento à Resolução CRH-DF Nº 07/2020. Os CBHs não tiveram retorno do Secretário, até o presente, sobre a reunião solicitada. Na mesma data, os CBHs enviaram mais uma carta para a Diretoria da Adasa para solicitar a realização da reunião conjunta entre a Diretoria e todas as representações dos Comitês de Bacia.

No final do mês de junho, a SEMA/CRH-DF envia a carta ao Ministério Público Federal (MPDFT – 1ª Prodema), informando, apenas, que o CRH-DF não recebeu, até 9 de junho de 2021, a deliberação dos Comitês de Bacia sobre as alternativas para implantação de Agência de Bacia.

No dia 2 de julho de 2021 ocorreu uma reunião entre as representações dos CBHs e a equipe técnica da Adasa que deverá apoiar o trabalho dos CBHs enquanto a estrutura externa não é contratada. Na sequência, no dia 5 de julho, ocorreu a reunião entre os presidentes dos CBHs e o Presidente da Adasa, Raimundo Ribeiro, o Diretor Vinicius Benevides e equipe técnica da Adasa. Na reunião foram colocadas, novamente, a nova forma de condução do apoio da Adasa aos CBHs do DF.

Durante a 44ª Reunião Extraordinária do CRH-DF, realizada em 14/07/2021, o representante do CBH Paranaíba-DF, Sr. Ricardo Tezini Minoti, fez um relato de todas as dificuldades enfrentadas pelos CBHs desde o início do ano; informou que a comunicação com a Diretoria da Adasa havia sido reestabelecida, que os CBHs poderiam ter acesso as suas bases de dados e que a Adasa estava trabalhando para a contratação de um apoio externo, uma instituição que realizaria o apoio aos trabalhos do dia a dia dos CBHs até que as Agências de Bacias possam ser estabelecidas. Na mesma reunião, ainda sem a Ata disponível, o Sr. Ricardo Minoti informou que os CBHs encaminhariam ao CRH-DF um ofício solicitando a prorrogação do prazo estipulado na Resolução CRH-DF Nº 07/2020. No momento desse informe, representantes do CRH-DF informaram que aguardássemos para receber um ofício do CRH-DF, informando sobre o término do prazo, e que enviássemos o pedido de prorrogação de prazo como resposta ao Ofício.



Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page, including what appears to be 'AM', 'BR', and 'ATM'.

COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS DO DISTRITO FEDERAL  
 CBH Maranhão-DF – CBH Paranaíba-DF – CBH Preto-DF

Em 26/07/2021 os CBHs do DF receberam um ofício circular da SEMA/CRH-DF (Anexo 6), informando sobre o término do prazo para que os CBHs enviassem uma resposta aos encaminhamentos da Resolução CRH-DF Nº 07/2020.

Na sequência, no dia 10/08/2021, os CBHs receberam o E-mail da 1ª PRODEMA contendo o Ofício Nº 1022/2021, de 4 de agosto de 2021, solicitando informações sobre o andamento dos trabalhos por parte dos CBHs.

Uma síntese da sequência de eventos ocorridos ao longo de 2021 é relatada no quadro a seguir:

Janeiro		Adasa inicia processo de reestruturação interna e realiza o desmonte da equipe da antiga “Coordenação de Agências de Bacias Hidrográficas – CABH Adasa”.
Fevereiro	18/02/21 – Carta Nº 01/2021 – CBHs DF	Envio de carta dos CBHs para solicitação de reunião com a Diretoria da Adasa.
Abril	12/04/21 – Carta Nº 02/2021 – CBHs DF	Envio de 2ª carta dos CBHs para nova solicitação de reunião com a Diretoria da Adasa.
	42ª RE CRH-DF 14/04/21	Relatos realizados pelos CBHs e conselheiros sobre as dificuldades vivenciadas pelos Comitês sem o apoio para os trabalhos.
	43ª RE CRH-DF 28/04/21	Novos relatos realizados pelos CBHs e conselheiros sobre as dificuldades vivenciadas pelos Comitês sem o apoio para os trabalhos.
Maio	1ª Reunião entre CBH e Adasa	Reunião realizada entre o Pres. CBH Paranaíba-DF e o Diretor Vinicius Fuzeira de Sá e Benevides e equipe técnica da Adasa.
Junho	1º/06/2021 – Carta Nº 05/2021 – CBHs DF	Comitês de Bacias do DF solicitam reunião com o Presidente do CRH-DF para explicar a situação e solicitar a prorrogação do prazo para os encaminhamentos da Resolução nº 07/2020 do CRH-DF.
	1º/06/2021 – Carta Nº 07/2021 – CBHs DF	Envio de carta dos CBHs para solicitação de reunião com a Diretoria da Adasa.
	24/06/2021	SEMA/CRH-DF envia carta ao MPF 1ª Prodema

COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS DO DISTRITO FEDERAL  
CBH Maranhão-DF – CBH Paranaíba-DF – CBH Preto-DF

Julho	02/07/2021	Reunião virtual entre os Presidentes dos CBHs com equipe técnica da Adasa.
	05/07/2021	Reunião presencial entre os Presidentes dos CBHs e a Presidência da Adasa, Diretor Vinicius Fuzeira de Sá e Benevides e equipe técnica da Adasa.
	44º RE CRH-DF 14/07/2021	Manifestação do CBH Paranaíba-DF no CRH-DF sobre o pedido de prorrogação do prazo para o atendimento aos encaminhamentos da Resolução nº 07/2020 do CRH-DF
	26/07/2021	CBHs recebem ofício circular da SEMA/CRH-DF informando o término do prazo para o envio dos encaminhamentos da Resolução nº 07/2020 do CRH-DF.
Agosto	10/08/2021	CBHs recebem o e-mail da 1ª PRODEMA solicitando informações sobre o andamento dos trabalhos.

Conforme demonstrado, o prejuízo para os trabalhos dos CBHs no ano de 2021 foi de, no mínimo, 6 meses, razão pela qual não houve condições adequadas para a realização dos trabalhos demandados nos encaminhamentos da Resolução CRH-DF Nº 07/2020. Na realidade, frente aos trabalhos que estavam em andamento até o final de 2020, o prejuízo aos trabalhos dos CBHs será muito maior.

Destaca-se que, por se tratar de um colegiado que envolve diferentes setores da sociedade, com diferentes níveis de formações, a realização de um processo de nivelamento de informações, processos formativos, incluindo momentos para discussões, esclarecimentos de dúvidas, é fundamental. A condução desses processos é muito mais difícil sem a existência de uma secretaria executiva efetiva para os CBHs.

Embora os Comitês de Bacias do Distrito Federal entendam o período de reestruturação que a Adasa está atravessando ao longo de 2021, isso faz parte dos períodos de renovação da gestão, os impactos para os trabalhos que vinham sendo desenvolvidos pelos CBHs são imensos. Toda uma dinâmica de planejamento e de ações foi interrompida no início de 2021 e, até o momento, não temos qualquer previsão sobre quando os Comitês voltarão a usufruir do apoio necessário para o pleno desenvolvimento de suas funções. Não existe previsão sobre quando a estrutura externa a Adasa será, efetivamente, contratada para o apoio aos CBHs.

O receio por parte dos CBHs do DF, o ente mais frágil do Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos do DF (SIGREH-DF), é que os Comitês sejam responsabilizados pelo atraso na instalação da cobrança pelo uso de recursos hídricos no DF, sendo que o empenho ao longo de 2019 e 2020 por parte desses colegiados foi muito grande, evidenciando que, com o apoio necessário, todos os trabalhos sob responsabilidade dos Comitês de Bacias foram realizados de maneira exitosa na implementação dos instrumentos da Política Distrital de Recursos Hídricos, inclusive o estudo, a discussão e a aprovação dos mecanismos e valores da cobrança pelo uso de recursos hídricos no DF, ocorridos no ano de 2019. Esses

COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS DO DISTRITO FEDERAL  
CBH Maranhão-DF – CBH Paranaíba-DF – CBH Preto-DF

trabalhos foram, inclusive, acompanhados, em cada etapa, desde 2018, pela Terceira Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor (3ª PRODECON – MPDFT).

Além disso, gostaríamos de destacar que os CBHs estão muito motivados para definirem, o mais rápido possível, a melhor forma de estruturação das Agências de Bacias para o DF. A partir dessa escolha e, no momento seguinte, da implementação da cobrança pelo uso de recursos hídricos no DF, os CBHs conseguirão, finalmente, atuar com toda a estrutura prevista na Política Nacional de Recursos Hídricos, Lei Federal Nº 9433/1997, e poderem usufruir da autonomia necessária para o desenvolvimento de seu planejamento e de suas ações de maneira plena, sem interrupções e retrocessos.

Salientamos que, mesmo sem todo o apoio esperado para o cumprimento de todas as funções regimentais, com muito esforço, os trabalhos continuam a ser realizados pelos CBHs. As reuniões continuam a ser realizadas. Sobre a decisão das Agências de Bacias, o CBH Paranaíba-DF realizou, ao longo dos últimos meses, um processo de articulação com o Comitê do Rio Paranaíba (Comitê Federal) e em setembro será realizada uma oficina virtual formativa sobre o papel das Agências de Bacias. Serão disponibilizadas vagas para representantes do CBH Maranhão e CBH Rio Preto. Dessa forma, espera-se que a Oficina possa gerar um processo de nivelamento de informações para que os representantes dos membros dos CBHs possam opinar, com maior segurança, sobre a escolha da(s) Agência(s) de Bacia(s) ou Entidade(s) Delegatária(s) de suas funções, conforme a Resolução CRH-DF Nº 07/2020, decisão que deve ser realizada com muita responsabilidade por parte dos CBHs do DF.

Finalizando, as Diretorias dos CBHs do DF vêm manifestar ao MPDFT o compromisso de total empenho para que no prazo de 90 dias, contados a partir de 8 de setembro, possamos encaminhar ao Conselho de Recursos Hídricos a decisão sobre as alternativas para implantação de uma ou mais Agências(s) de Bacia ou Entidade(s) Delegatária(s) de suas funções, considerando a sua viabilidade financeira.

Antecipando nossos agradecimentos, firmamo-nos com estima e consideração.

Atenciosamente,



RODOLFO SIQUEIRA DE BRITO  
Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes do Rio Maranhão no DF  
Presidente

COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS DO DISTRITO FEDERAL  
CBH Maranhão-DF – CBH Paranaíba-DF – CBH Preto-DF



RICARDO TEZINI MINOTI

Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes do Rio Paranaíba no DF  
Presidente



CLÁUDIO MALINSKI

Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes do Rio Preto no DF  
Presidente

COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS DO DISTRITO FEDERAL  
CBH Maranhão-DF – CBH Paranaíba-DF – CBH Preto-DF

Carta nº 09/2021 CBH MARANHÃO-DF, CBH PARANAÍBA-DF, CBH PRETO-DF

Brasília, 13 de setembro de 2021.

A Sua Senhoria o Senhor  
José Sarney Filho  
Presidente do Conselho de Recursos Hídricos do Distrito Federal  
Secretário de Estado do Meio Ambiente do Distrito Federal – SEMA-DF  
SBN – Setor Bancário Norte, Quadra 2, Bloco K, Edifício Wagner, Asa Norte.  
Cep: 70040-020 Brasília-DF

Assunto: Circular nº 12/2021 SEMA/GAB

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, esclarecemos que, para que possamos contextualizar a questão da discussão e decisão, por parte dos Comitês de Bacia do Distrito Federal, sobre as alternativas para implantação da(s) Agência(s) de Bacia(s) ou Entidade(s) Delegatária(s) de suas funções, conforme a Resolução CRH-DF Nº 07/2020, de 9 de dezembro de 2020, necessitamos, primeiramente, explicitar a sequência de eventos que ocorreram ao longo de 2021 e citar, inclusive, aspectos que remontam até o ano de 2018, momento em que os membros desses colegiados e respectivos representantes foram renovados (período de troca de gestão).

Visando apoiar o trabalho dos Comitês de Bacia do Distrito Federal, por meio da Resolução Adasa nº 20/2018, a Adasa criou em sua estrutura orgânica a Coordenação de Agência de Bacias Hidrográficas (CABH-Adasa) no âmbito da Superintendência de Recursos Hídricos, que vinha dando o suporte de secretaria executiva aos CBHs do DF, por meio da realização de todos os procedimentos para realização das reuniões ordinárias e extraordinárias, produção de diversos documentos, manutenção dos sites eletrônicos e redes sociais de cada Comitê de Bacia. Ressalta-se que até o final de 2020 a equipe da CABH-Adasa contava com uma equipe de 5 funcionários, alguns com muita experiência e formação específica para a atuação na gestão de recursos hídricos, profissional de tecnologia de informação, estagiária de comunicação e jornalismo e outros funcionários de apoio.

Durante o ano de 2020 ocorreu a troca de diretores que compõem a Diretoria Colegiada da Adasa. Em janeiro de 2021, um mês após a publicação da Resolução CRH-DF Nº 07/2020, sem qualquer aviso aos Comitês de Bacia, a equipe da CABH Adasa foi desestruturada. Destaca-se que toda a base de documentos, dados e informações relacionados aos Comitês encontram-se na Adasa, em computadores que apenas os servidores da Adasa têm acesso.

A partir de janeiro as diretorias dos Comitês de Bacia iniciaram uma sequência de tentativas de comunicação com a Diretoria da Adasa para obterem informações sobre a continuidade do apoio aos trabalhos dos CBHs, baseados nos termos das Leis 2725/2001 (Lei



COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS DO DISTRITO FEDERAL,  
CBH Maranhão-DF – CBH Paranaíba-DF – CBH Preto-DF

distrital das águas - Política Distrital de Recursos Hídricos) e 4285/2008 (Reestruturação da Adasa). O art. 48 da já citada Lei Distrital das Águas estabelece que:

*Art. 48. Até que sejam criadas as Agências de Bacia, o órgão gestor do Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos exercerá as atribuições previstas nesta Lei.*

Em fevereiro de 2021 os CBHs do DF enviaram uma carta para a Adasa solicitando uma reunião com a Diretoria (Anexo 1). Sem qualquer retorno por parte da Adasa, em abril de 2021 os CBHs enviaram uma segunda carta para a Adasa solicitando, novamente, uma reunião com a Diretoria (Anexo 2).

A partir desse momento, os problemas enfrentados pelos Comitês de Bacia do DF passam a ser relatados nas reuniões do Conselho de Recursos Hídricos do DF.

A Ata da 42ª Reunião Extraordinária do CRH-DF, realizada em 14/04/2021 (Anexo 3), apresenta um relato do representante do CBH Paranaíba-DF, Sr. Lauro dos Santos, no qual indicou que a Secretaria Executiva de Apoio aos CBHs do DF estava desarticulada na Adasa, com prejuízos às atribuições dos CBHs. Na mesma reunião, o representante da Adasa, Sr. Gustavo Carneiro, relatou que a estrutura estava sendo reorganizada, mas o apoio aos CBHs do DF estava sendo trabalhado em nível interno na Adasa, confirmando que a reestruturação ainda não tinha sido informada aos CBHs e que, até esse momento, continuavam sem qualquer apoio e sem acesso às bases de documentos, dados e informações dos Comitês. Outros comentários dos conselheiros do CRH-DF indicaram a necessidade, inclusive, de o CRH-DF se manifestar sobre a necessidade, imediata e prioritária naquele momento, de a Adasa reconstituir a Secretaria Executiva de apoio aos Comitês.

Na Ata da 43ª Reunião Extraordinária do CRH-DF, realizada em 28/04/2021 (Anexo 4), o conselheiro Rodolfo Siqueira, representante do CBH Maranhão, informou que tentou comunicação com a Adasa, desde fevereiro, mas não houve retorno. A Agência informava que geraria um retorno, os trabalhos ativos, mas na hora de trazer o apoio não tem o suporte da secretaria executiva.

Dessa forma, destacamos que a situação que os CBHs do DF estavam atravessando desde o início do ano foi amplamente relatada nas reuniões do CRH-DF.

Em 30 de maio de 2021 foi agendada uma primeira reunião entre a Adasa e o CBH Paranaíba-DF. O Diretor Vinicius Fuzeira de Sá e Benevides solicitou uma reunião com o Presidente do CBH Paranaíba-DF, Ricardo Tezini Minoti. A reunião foi realizada com alguns integrantes da equipe técnica da Adasa. Na reunião foi informado que a Adasa estava atravessando um período de reestruturação em sua gestão. Visando, inclusive, fornecer mais autonomia aos Comitês do DF, seria contratada uma instituição externa para fornecer o apoio necessário aos trabalhos dos CBHs até que a cobrança pelo uso de recursos hídricos do Distrito Federal fosse instalada e houvesse recursos para a criação da Agência de Bacia. Até que essa



COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS DO DISTRITO FEDERAL  
CBH Maranhão-DF – CBH Paranaíba-DF – CBH Preto-DF

estrutura externa fosse contratada, os CBHs poderiam encaminhar a Adasa as solicitações de apoio que se fizessem necessárias e que poderiam solicitar quaisquer dados que fazem parte das bases de documentos dos CBHs. Os dados seriam enviados aos Comitês. Foi indicado que os Comitês enviassem nova carta para solicitação de reunião com a Diretoria da Adasa.

No dia 1º de junho de 2021 os CBHs enviamos uma carta a Vossa Excelência (Anexo 5), solicitando uma reunião para a discussão da questão da Agência de Bacia e informar que os CBHs precisariam, frente aos 5 meses de atrasos nos trabalhos de 2021, de prorrogação de prazo para o atendimento à Resolução CRH-DF Nº 07/2020. Não tivemos retorno de Vossa Excelência, até a presente data, sobre a reunião solicitada. Na mesma data, os CBHs enviaram mais uma carta para a Diretoria da Adasa para solicitar a realização da reunião conjunta entre a Diretoria e todas as representações dos Comitês de Bacia.

No dia 2 de julho de 2021 ocorreu uma reunião entre as representações dos CBHs e a equipe técnica da Adasa que deverá apoiar o trabalho dos CBHs enquanto a estrutura externa não é contratada. Na sequência, no dia 5 de julho, ocorreu a reunião entre os presidentes dos CBHs e o Presidente da Adasa, Raimundo Ribeiro, o Diretor Vinicius Benevides e equipe técnica da Adasa. Na reunião foram colocadas, novamente, a nova forma de condução do apoio da Adasa aos CBHs do DF.

Durante a 44ª Reunião Extraordinária do CRH-DF, realizada em 14/07/2021, o representante do CBH Paranaíba-DF, Sr. Ricardo Tezini Minoti, fez um relato de todas as dificuldades enfrentadas pelos CBHs desde o início do ano; informou que a comunicação com a Diretoria da Adasa havia sido reestabelecida, que os CBHs poderiam ter acesso as suas bases de dados e que a Adasa estava trabalhando para a contratação de um apoio externo, uma instituição que realizaria o apoio aos trabalhos do dia a dia dos CBHs até que as Agências de Bacias possam ser estabelecidas. Na mesma reunião, ainda sem a Ata disponível, o Sr. Ricardo Minoti informou que os CBHs encaminhariam ao CRH-DF um ofício solicitando a prorrogação do prazo estipulado na Resolução CRH-DF Nº 07/2020. No momento desse informe, representantes do CRH-DF informaram que aguardássemos para receber um ofício do CRH-DF, informando sobre o término do prazo, e que enviássemos o pedido de prorrogação de prazo como resposta ao Ofício.

Em 26/07/2021 os CBHs do DF receberam o ofício Circular nº 12/2021 SEMA/GAB informando sobre o término do prazo para que os CBHs enviassem uma resposta aos encaminhamentos da Resolução CRH-DF Nº 07/2020.

Uma síntese da sequência de eventos ocorridos ao longo de 2021, relatados anteriormente, é apresentada no quadro a seguir:

COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS DO DISTRITO FEDERAL  
 CBH Maranhão-DF – CBH Paranaíba-DF – CBH Preto-DF

Janeiro		Adasa inicia processo de reestruturação interna e realiza o desmonte da equipe da antiga "Coordenação de Agências de Bacias Hidrográficas – CABH Adasa".
Fevereiro	18/02/21 – Carta Nº 01/2021 – CBHs DF	Envio de carta dos CBHs para solicitação de reunião com a Diretoria da Adasa.
Abril	12/04/21 – Carta Nº 02/2021 – CBHs DF	Envio de 2ª carta dos CBHs para nova solicitação de reunião com a Diretoria da Adasa.
	42ª RE CRH-DF 14/04/21	Relatos realizados pelos CBHs e conselheiros sobre as dificuldades vivenciadas pelos Comitês sem o apoio para os trabalhos.
	43ª RE CRH-DF 28/04/21	Novos relatos realizados pelos CBHs e conselheiros sobre as dificuldades vivenciadas pelos Comitês sem o apoio para os trabalhos.
Maio	1ª Reunião entre CBH e Adasa	Reunião realizada entre o Pres. CBH Paranaíba-DF e o Diretor Vinicius Fuzeira de Sá e Benevides e equipe técnica da Adasa.
Junho	1º/06/2021 – Carta Nº 05/2021 – CBHs DF	Comitês de Bacias do DF solicitam reunião com o Presidente do CRH-DF para explicar a situação e solicitar a prorrogação do prazo para os encaminhamentos da Resolução nº 07/2020 do CRH-DF.
	1º/06/2021 – Carta Nº 07/2021 – CBHs DF	Envio de carta dos CBHs para solicitação de reunião com a Diretoria da Adasa.
Julho	02/07/2021	Reunião virtual entre os Presidentes dos CBHs com equipe técnica da Adasa.
	05/07/2021	Reunião presencial entre os Presidentes dos CBHs e a Presidência da Adasa, Diretor Vinicius Fuzeira de Sá e Benevides e equipe técnica da Adasa.
	44ª RE CRH-DF 14/07/2021	Manifestação do CBH Paranaíba-DF no CRH-DF sobre o pedido de prorrogação do prazo para o atendimento aos encaminhamentos da Resolução nº 07/2020 do CRH-DF
	26/07/2021	CBHs recebem ofício circular da SEMA/CRH-DF informando o término do prazo para o envio dos encaminhamentos da Resolução nº 07/2020 do CRH-DF.

Conforme demonstrado, o prejuízo para os trabalhos dos CBHs no ano de 2021 foi de, no mínimo, 6 meses, razão pela qual não houve condições adequadas para a realização dos trabalhos demandados nos encaminhamentos da Resolução CRH-DF Nº 07/2020. Na realidade, frente aos trabalhos que estavam em andamento até o final de 2020, o prejuízo aos trabalhos dos CBHs será muito maior.

Destaca-se que, por se tratar de um colegiado que envolve diferentes setores da sociedade, com diferentes níveis de formações, a realização de um processo de nivelamento de informações, processos formativos, incluindo momentos para discussões, esclarecimentos de

COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS DO DISTRITO FEDERAL  
CBH Maranhão-DF – CBH Paranaíba-DF – CBH Preto-DF

dúvidas, é fundamental. A condução desses processos é muito mais difícil sem a existência de uma secretaria executiva efetiva para os CBHs.

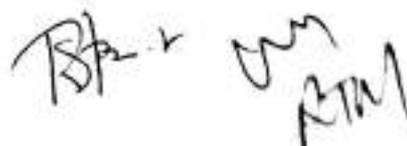
Embora os Comitês de Bacias do Distrito Federal entendam o período de reestruturação que a Adasa está atravessando ao longo de 2021, isso faz parte dos períodos de renovação da gestão, os impactos para os trabalhos que vinham sendo desenvolvidos pelos CBHs são imensos. Toda uma dinâmica de planejamento e de ações foi interrompida no início de 2021 e, até o momento, não temos qualquer previsão sobre quando os Comitês voltarão a usufruir do apoio necessário para o pleno desenvolvimento de suas funções. Não existe previsão sobre quando a estrutura externa a Adasa será, efetivamente, contratada para o apoio aos CBHs.

O receio por parte dos CBHs do DF, o ente mais frágil do Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos do DF (SIGREH-DF), é que os Comitês sejam responsabilizados pelo atraso na instalação da cobrança pelo uso de recursos hídricos no DF, sendo que o empenho ao longo de 2019 e 2020 por parte desses colegiados foi muito grande, evidenciando que, com o apoio necessário, todos os trabalhos sob responsabilidade dos Comitês de Bacias foram realizados de maneira exitosa na implementação dos instrumentos da Política Distrital de Recursos Hídricos, inclusive o estudo, a discussão e a aprovação dos mecanismos e valores da cobrança pelo uso de recursos hídricos no DF, ocorridos no ano de 2019. Esses trabalhos foram, inclusive, acompanhados, em cada etapa, desde 2018, pela Terceira Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor (3ª PRODECON – MPDFT).

Além disso, gostaríamos de destacar que os CBHs estão muito motivados para definirem, o mais rápido possível, a melhor forma de estruturação das Agências de Bacias para o DF. A partir dessa escolha e, no momento seguinte, da implementação da cobrança pelo uso de recursos hídricos no DF, os CBHs conseguirão, finalmente, atuar com toda a estrutura prevista na Política Nacional de Recursos Hídricos, Lei Federal Nº 9433/1997, e poderão usufruir da autonomia necessária para o desenvolvimento de seu planejamento e de suas ações de maneira plena, sem interrupções e retrocessos.

Salientamos que, mesmo sem todo o apoio esperado para o cumprimento de todas as funções regimentais, com muito esforço, os trabalhos continuam a ser realizados pelos CBHs. As reuniões continuam a ser realizadas. Sobre a decisão das Agências de Bacias, o CBH Paranaíba-DF realizou, ao longo dos últimos meses, um processo de articulação com o Comitê do Rio Paranaíba (Comitê Federal) e em setembro será realizada uma oficina virtual formativa sobre o papel das Agências de Bacias. Serão disponibilizadas vagas para representantes do CBH Maranhão e CBH Rio Preto. Dessa forma, espera-se que a Oficina possa gerar um processo de nivelamento de informações para que os representantes dos membros dos CBHs possam opinar, com maior segurança, sobre a escolha da(s) Agência(s) de Bacia(s) ou Entidade(s) Delegatária(s) de suas funções, conforme a Resolução CRH-DF Nº 07/2020, decisão que deve ser realizada com muita responsabilidade por parte dos CBHs do DF.

Finalizando, as Diretorias dos CBHs do DF vêm manifestar ao CRH/DF o compromisso de total empenho para que no prazo de 90 dias, contados a partir de 8 de



COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS DO DISTRITO FEDERAL  
CBH Maranhão-DF – CBH Paranaíba-DF – CBH Preto-DF

setembro, possamos encaminhar ao Conselho de Recursos Hídricos a decisão sobre as alternativas para implantação de uma ou mais Agências(s) de Bacia ou Entidade(s) Delegatária(s) de suas funções, considerando a sua viabilidade financeira.

Antecipando nossos agradecimentos, firmamo-nos com estima e consideração.

Atenciosamente,



RODOLFO SIQUEIRA DE BRITO

Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes do Rio Maranhão no DF  
Presidente



RICARDO TEZINI MINOTI

Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes do Rio Paranaíba no DF  
Presidente



CLÁUDIO MALINSKI

Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes do Rio Preto no DF  
Presidente

COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS DO DISTRITO FEDERAL  
CBH Maranhão-DF – CBH Paranaíba-DF – CBH Preto-DF

Carta nº 10/2021 CBH MARANHÃO-DF, CBH PARANAÍBA-DF, CBH PRETO-DF

Brasília, 29 de outubro de 2021.

A Sua Senhoria o Senhor  
Raimundo da Silva Ribeiro Neto  
Presidente  
Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal - Adasa  
SAIN – Estação Rodoferroviária de Brasília, S/N – Asa Norte.  
Cep: 70631-900 Brasília-DF.

**Assunto: Solicitação de acompanhamento na elaboração do Termo de Referência e do Contrato de Gestão para a contratação da secretaria executiva dos CBHs do DF.**

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, gostaríamos de lembrar que, conforme reunião presencial realizada entre os presidentes dos Comitês de Bacia do Distrito Federal e a Presidência da Adasa em 5 de julho de 2021, recebemos a informação de que a Agência teria a intenção de realizar a contratação de uma instituição que pudesse cumprir com as funções de Secretaria Executiva para os CBHs do DF até que seja implementada a cobrança distrital pelo uso de recursos hídricos e os Comitês possam definir, finalmente, suas opções de contratação de agência de bacia ou entidade delegatária de suas funções.

Sobre essa contratação, não fomos chamados para novas discussões sobre o processo até o momento. Dessa forma, torna-se importante esclarecer que a escolha para qualquer estrutura de apoio aos CBHs do DF deve passar pela estruturação de um Edital e, também, de um Contrato de Gestão que deverá respaldar o apoio que os Comitês receberão até que a escolha da agência de bacia ou entidade delegatária de suas funções possa ser realizada.

A estruturação do Edital e do Contrato de Gestão deve ser definida tanto pelos Comitês de Bacia do Distrito Federal como pelo Órgão Gestor de Recursos Hídricos, de maneira similar ao processo ocorrido no passado, no âmbito federal, com a integração dos esforços ocorrida entre o CBH Paranaíba Federal e a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico.

Na Oficina de Trabalho realizada no último dia 21 de outubro, uma parceria entre o CBH Paranaíba Federal, o CBH Paranaíba-DF e a Adasa, tivemos como um dos encaminhamentos a necessidade de realização de reuniões de alinhamento entre a Adasa e os CBHs do DF para a construção conjunta de Termo de Referência, inclusive com consulta a modelos da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico, para fins de realização do chamamento público.



COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS DO DISTRITO FEDERAL  
CBH Maranhão-DF – CBH Paranaíba-DF – CBH Preto-DF

Cientes de que o processo deve ocorrer dessa forma, da necessidade de acompanhamento pelos CBHs do DF de todas as etapas do processo, colocamo-nos à disposição para trabalharmos juntos na realização dessas etapas.

Antecipando nossos agradecimentos, firmamo-nos com estima e consideração.

Atenciosamente,



RODOLFO SIQUEIRA DE BRITO

Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes do Rio Maranhão no DF  
Presidente



RICARDO TEZINI MINOTI

Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes do Rio Paranaíba no DF  
Presidente



CLÁUDIO MALINSKI

Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes do Rio Preto no DF  
Presidente

COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS DO DISTRITO FEDERAL  
CBH Maranhão-DF – CBH Paranaíba-DF – CBH Preto-DF

Carta nº 11/2021 CBH MARANHÃO-DF, CBH PARANAÍBA-DF, CBH PRETO-DF

Brasília, 29 de outubro de 2021.

A Sua Senhoria o Senhor  
Raimundo da Silva Ribeiro Neto  
Presidente  
Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal - Adasa  
SAIN – Estação Rodoferroviária de Brasília, S/N – Asa Norte.  
Cep: 70631-900 Brasília-DF.

**Assunto: Solicitação de apoio para a execução e acompanhamento do Procomitês.**

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, gostaríamos de reforçar algumas questões que foram indicadas na Carta nº 02/2021 dos Comitês de Bacia do Distrito Federal, encaminhada a Adasa em 12/04/2021, e que ainda não recebemos retorno.

Desde 2018 os Comitês de Bacia do DF vinham contando com o apoio da Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico - Adasa, órgão gestor dos recursos hídricos nos termos das Leis 2725/2001 e 4285/2008, por força do art. 48 da já citada lei distrital das águas, como segue:

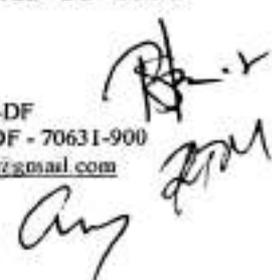
*Art. 48. Até que sejam criadas as Agências de Bacia, o órgão gestor do Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos exercerá as atribuições previstas nesta Lei.*

Visando dar cumprimento ao disposto legal, por meio da Resolução Adasa nº 20/2018, a Adasa criou em sua estrutura orgânica a Coordenação de Agência de Bacias Hidrográficas (CABH) no âmbito da Superintendência de Recursos Hídricos, que vinha dando suporte de secretaria executiva dos CBHs do DF, por meio da realização de todos os procedimentos para realização das reuniões ordinárias e extraordinárias, produção de diversos documentos, manutenção dos sítios eletrônicos e redes sociais de cada Comitê de Bacia.

Uma das atividades que vinha sendo conduzida pela CABH-Adasa era viabilizar o cumprimento das metas pactuadas no âmbito do Contrato nº 06/2019 do Programa Nacional de Fortalecimento dos Comitês de Bacia – Procomitês, firmado pela Agência Nacional de Águas e Adasa com a interveniência do CRH-DF.

O Procomitês estabeleceu 6 (seis) componentes:

- **Componente I: Funcionamento** - trata do funcionamento dos CBHs e define as metas e ações necessárias para garantir o regular funcionamento dos comitês de bacia



COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS DO DISTRITO FEDERAL  
CBH Maranhão-DF – CBH Paranaíba-DF – CBH Preto-DF

hidrográfica visando assegurar condições para aferir a adequação dos aspectos operacionais;

- Componente II: Capacitação – consiste de ações para promover a capacitação em favor do aperfeiçoamento da representatividade e do exercício da representação voltado para os CBHs e CRH-DF;
- Componente III: Comunicação – consiste de ações que propiciem a necessária visibilidade social do comitê como fórum de representação, negociação e concertação da gestão de recursos hídricos promovendo o uso racional e sustentável da água;
- Componente IV: Cadastro de Instâncias Colegiadas - consiste de ações que viabilizem a consolidação e manutenção de base de dados e informações dos CBHs e CRH-DF inclusive conhecimento dos membros, atuação e instrumentos;
- Componente V: Instrumentos – consiste de ações que facilitem a organização quanto à atuação dos CBHs relacionada com os instrumentos de gestão de recursos hídricos (planos de recursos hídricos, enquadramento e cobrança);
- Componente VI: Acompanhamento e Avaliação – consiste de ações que contribuam para a apropriação do programa pelos agentes envolvidos, efetividade das ações e aperfeiçoamento da atuação das instâncias colegiadas e do próprio programa.

Cabe ressaltar que com todo o trabalho realizado pelos CBHs do DF, com o apoio da Adasa/SRH/CABH nos anos 2019 e 2020, no primeiro ano de execução o DF obteve 97,1% de pontuação o que resultou na transferência integral dos recursos financeiros previstos.

Diante da dificuldade em obter apoio da Adasa no que se refere à secretaria executiva dos CBHs no âmbito da legislação citada desde o início de 2021, coloca-se em dúvida se os CBHs conseguirão executar o seu planejamento para este ano, em especial, realizar as entregas relacionadas ao Procomitês que estavam previstas para março do corrente, quando ocorre a certificação das metas pactuadas, referentes ao ano de 2020, evitando que ocorra, inclusive, a perda de recursos financeiros provenientes da Agência Nacional de Águas, destinados aos CBHs do DF.

Temos reforçado a necessidade de apoio da Adasa nas reuniões que vem ocorrendo ao longo do ano, tanto nas reuniões dos CBHs como nas reuniões do CRH-DF, a fim de que os CBHs do DF consigam desenvolver os trabalhos relacionados ao Procomitês no ano de 2021, mas continuamos sem retorno da Adasa. Realizamos, inclusive, a solicitação de recursos do Procomitês para o uso na realização de atividades dos CBHs, mas também não tivemos retorno.

Recebemos a informação que o Plano de Ação do Procomitês para o ano de 2021 já estava pronto desde o final do ano passado, restando apenas a assinatura da Adasa para ser encaminhado.

COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS DO DISTRITO FEDERAL  
CBH Maranhão-DF – CBH Paranaíba-DF – CBH Preto-DF

Tendo em vista que ainda teríamos tempo para cumprir, antes do término do ano, com os compromissos para a certificação de 2020, mesmo que tardiamente, gostaríamos de contar com o apoio da Adasa na preparação dos dados e informações necessários a fim de aprovarmos no âmbito dos CBHs os resultados dos trabalhos realizados pelos Comitês de Bacia do DF no ano de 2020 e encaminharmos para a aprovação no âmbito do CRH-DF. Dessa forma, não deixaríamos de cumprir junto a ANA as metas pactuadas que devem ser entregues no ano de 2021.

Além disso, gostaríamos de solicitar apoio, também, para já iniciarmos os preparativos para a certificação de 2021, que deverá ser encaminhada até março de 2022. Necessitamos discutir, até o final do ano, o Plano de Ação do Procomitês para o ano de 2022.

Finalmente, por todo o exposto, gostaríamos de solicitar, novamente, o apoio da Adasa para que os trabalhos relacionados ao Procomitês não sejam abandonados, que a sistematização das informações necessárias seja repassada aos CBHs do DF a fim de que, da forma exitosa como ocorreu em anos anteriores, possamos dar continuidade aos trabalhos e não correremos o risco de perdermos os recursos financeiros previstos.

Antecipando nossos agradecimentos, firmamo-nos com estima e consideração.

Atenciosamente,



RODOLFO SIQUEIRA DE BRITO

Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes do Rio Maranhão no DF  
Presidente



RICARDO TEZINI MINOTI

Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes do Rio Paranaíba no DF  
Presidente



CLÁUDIO MALINSKI

Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes do Rio Preto no DF  
Presidente